

# FILOLOGIA E LINGUÍSTICA PORTUGUESA

23 (1) jan ./jul., 2021

Universidade de São Paulo  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa

e-ISSN 2176-9419

FILOLOGIA E  
LINGUÍSTICA  
PORTUGUESA

23(1), jan./jul. 2021

Universidade de São Paulo  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa

e-ISSN: 2176-9419

# Revista Filologia e Linguística Portuguesa

Universidade de São Paulo  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Pós-graduação em Filologia e Língua Portuguesa



## Editores

Sílvio de Almeida Toledo Neto, *Universidade de São Paulo*, Brasil  
Flaviane Romani Fernandes-Svartman, *Universidade de São Paulo*, Brasil  
Maria Clara Paixão de Sousa, *Universidade de São Paulo*, Brasil

## Conselho Editorial

Ana Rosa Ferreira Dias, *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, Brasil  
Anthony Julius Naro, *Universidade Federal do Rio de Janeiro*, Brasil  
Bertrand Daunay, *Université de Lille*, França  
Cristina Sobral, *Universidade de Lisboa*, Portugal  
Esperança Cardeira, *Universidade de Lisboa*, Portugal  
Evanildo Bechara, *Universidade do Estado do Rio de Janeiro*, Brasil  
Fabiana Cristina Komesu, *Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho*, Brasil  
Françoise Boch, *Université de Grenoble Les Alpes*, França  
Graça Maria Rio-Torto, *Universidade de Coimbra*, Portugal  
João Wanderley Geraldi, *Universidade de Campinas*, Brasil  
Juliana Alves Assis, *Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais*, Brasil  
Leda Bisol, *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Brasil  
Leonor Lopes Fávero, *Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*, Brasil  
Luciani Ester Tenani, *Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho*, Brasil  
Maria Filomena Candeias Gonçalves, *Universidade de Évora*, Portugal  
Maria Helena de Moura Neves, *Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho*, Brasil  
Maria Teresa Lino, *Universidade Nova de Lisboa*, Portugal  
Marina Vigário, *Universidade de Lisboa*, Portugal  
Marisa Cruz, *Universidade de Lisboa*, Portugal  
Mary Kato, *Universidade de Campinas*, Brasil  
Raquel Salek Fiad, *Universidade de Campinas*, Brasil  
Rodolfo Ilari, *Universidade de Campinas*, Brasil  
Sónia Frota, *Universidade de Lisboa*, Portugal  
  
Ataliba Teixeira de Castilho, *Universidade de São Paulo*, Brasil  
Ieda Maria Alves, *Universidade de São Paulo*, Brasil  
Manoel Luiz Gonçalves Correa, *Universidade de São Paulo*, Brasil  
Maria Cristina Altman, *Universidade de São Paulo*, Brasil

A Revista *Filologia e Linguística Portuguesa* publica estudos em Filologia e Linguística, com atenção ao seu valor para as investigações sobre a linguagem em geral e a língua portuguesa em particular. Os trabalhos cobrem linhas diversas, como a crítica textual, a paleografia, a codicologia, a linguística histórica, os estudos gramaticais, a análise do discurso e a historiografia linguística.

Editada desde 1997, a Revista é apoiada pelo Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

A revista é uma publicação exclusivamente digital, com acesso exclusivo pelo Portal de Periódicos da Universidade de São Paulo, em <http://www.revistas.usp.br/flp>.

e-ISSN: 2176-9419

Copyright (c) 2021 Filologia e Linguística Portuguesa



Esta obra possui uma licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License*. Os direitos autorais serão cedidos à revista para publicação on-line com livre acesso e impressa para arquivo em papel. Serão preservados, porém, para autores que queiram republicar seus trabalhos em coletâneas.

Filologia e Linguística Portuguesa,  
volume 23, número 1

Sumário

*Apresentação*

Sílvio de Almeida Toledo Neto, Maria Clara Paixão de Sousa, Flaviane Romani  
Fernandes Svartman  
7-8

*Notes on the Text of Diogo do Couto's O Soldado Prático*

Matthew M. Gorey  
9-22

*Avaliação subjetiva, comportamento linguístico e variação na concordância nominal de número em uma variedade do português rural fluminense*

Jaqueline de Moraes Thurler Dália  
23-46

*Caracterização morfológica dos prenomes mais populares no Brasil nas décadas de 1930 a 2000: um estudo exploratório*

Márcia Sipavicius Seide  
47-69

*Entre o global e o local: uma reflexão sobre os anglicismos no léxico da moda sustentável*

Gabriela Andrade de Oliveira, Vivian Orsi  
71-88

*Pessoalidade e impessoalidade verbais: do esse ao 'haver' com noção existencial*

Sávio Jorge da Silva Carvalho, Thiago Soares de Oliveira  
89-103

*Poesia na prosa: a dobra ecolinguística no jornalismo literário contemporâneo*

Vera Lúcia Santos Alves, Moab Duarte Acioli

105-124

*O processamento da repetição no gênero textual entrevista televisiva*

José Nildo Barbosa de Melo Junior, Eduardo Pantaleão de Moraes

125-142

## Apresentação

O volume 23, n.º 1, da revista *Filologia e Linguística Portuguesa*, que ora vem a público, reúne artigos de interesse sobre temas filológicos e linguísticos, que tratam de questões referentes a campos de pesquisa diversos, como a Crítica Textual, a Sociolinguística, a Lexicologia, a Linguística Histórica, a Antroponímia e a Análise do Discurso.

O volume abre-se com o texto intitulado *Notes on the Text of Diogo do Couto's O Soldado Prático*, de Matthew M. Gorey. O autor afirma que, embora a última edição da segunda versão de *O Soldado Prático* de Diogo do Couto tenha melhorado as edições anteriores, há frases e palavras que necessitam de correção ou de emenda, especialmente nos apotegmas clássicos. O artigo propõe seis emendas ao texto de García Martín, com base nas leituras do manuscrito mais fiel, BNP n.º 463, que reúne quatro livros quinhentistas, que serviram como fonte dos apotegmas clássicos para o diálogo de Couto.

Segue um estudo sobre *Avaliação subjetiva, comportamento linguístico e variação na concordância nominal de número em uma variedade do português rural fluminense*. Jaqueline de Moraes Thurler Dália relaciona resultados da análise social da variação de concordância nominal de número no português rural do 3.º Distrito de Nova Friburgo, com os da avaliação subjetiva da língua realizada com os moradores desse mesmo território. Faz-se uma análise variacionista sobre os sintagmas nominais pluralizáveis selecionados no corpus. Conclui-se que a comunidade de fala está em uma fase intermediária de aquisição das normas-padrão de concordância.

No terceiro artigo do volume, Márcia Sipavicius Seide apresenta os resultados de sua pesquisa no artigo intitulado *Caracterização morfológica dos pronomes mais populares no Brasil nas décadas de 1930 a 2000: um estudo exploratório*. O estudo baseia-se em dados do IBGE sobre os primeiros nomes mais populares do período de 1930 a 2000. Tem como objetivo investigar se os fenômenos da moda e da tradição identificam-se no nível morfológico. Examinam-se quais são os sufixos dos nomes mais populares da antroponímia brasileira. O estudo avalia separadamente os sufixos masculinos e femininos dos antropônimos, com base nas perspectivas sincrônica e diacrônica.

No artigo *Entre o global e o local: uma reflexão sobre os anglicismos no léxico da moda sustentável*, Gabriela Andrade de Oliveira e Vivian Orsi examinam o léxico no âmbito da moda sustentável, com especial atenção para os estrangeirismos. As autoras verificam o uso de anglicismos e se a presença ou ausência de estrangeirismos confere ao movimento o estatuto de globalidade, inclusividade ou exclusividade. Confirma-se que o discurso da moda sustentável recorre à língua inglesa, para torná-lo comum e global quanto a seus conceitos, práticas e ideologias.

O quinto artigo deste volume apresenta um estudo intitulado *Pessoalidade e impessoalidade verbais: do esse ao haver com noção existencial* da autoria de Sávio Jorge da Silva Carvalho e Thiago Soares de Oliveira. Nesse artigo, investiga-se a personalidade do verbo *esse*, com acepção de 'existir', e a personalidade do *haver*, no latim clássico. Contrasta-se a personalidade desta forma verbal com a impessoalidade do *haver* existencial no português. Conclui-se que a impessoalização do verbo *haver* com noção

FLP 23(1)

existencial na língua portuguesa se deve à confusão entre os casos latinos nominativo e ablativo durante o processo de mudança linguística.

Em *Poesia na prosa: a dobra ecolinguística no jornalismo literário contemporâneo*, Vera Lúcia Santos Alves e Moab Duarte Acioli analisam o entrelaçamento da prosa com a estilística e a semântica poéticas, no processo de composição e interlocução jornalísticas, a partir de uma perspectiva baseada na Análise do Discurso Ecológica. Os autores concluem que há *dobra* na enunciação jornalística literária contemporânea quando ocorre a poetização da linguagem do texto noticioso, observando-se a formação endolinguística e, sobretudo, a relação dialógica dos enunciados exoecológicos.

Conclui este volume um estudo com *O processamento da repetição no gênero textual entrevista televisiva*, no qual José Nildo Barbosa de Melo Júnior e Eduardo Pantaleão de Moraes analisam a maleabilidade funcional da repetição como uma atividade de formulação textual da entrevista televisiva. O estudo baseia-se na Linguística Textual e na Análise da Conversação e analisa uma entrevista gravada de programa televisivo. Segundo indica o estudo, a repetição é uma prática de construção do texto falado que permite manter a interação verbal entre entrevistador e entrevistado.

*Os editores*

FLP 23(1)

## Notes on the Text of Diogo do Couto's *O Soldado Prático*

### *Notas sobre o texto d'O Soldado Prático de Diogo do Couto*

Matthew M. Gorey\*

*Wabash College, Crawfordsville, Estados Unidos*

**Resumo:** Apesar da sua fama entre críticos e historiadores de literatura portuguesa, a segunda versão d'*O Soldado Prático* de Diogo do Couto continua a apresentar grandes desafios no estabelecimento de uma lição fidedigna da obra. A última edição, editada por García Martín (2009), melhorou consideravelmente as edições anteriores de Brasil (1988), Lapa (1937) e Amaral (1790). Há, porém, certas frases e palavras que ainda precisam de correção ou de emenda, especialmente nos apogemas clássicos, que podem ser melhorados por meio de uma análise dos livros espanhóis de que Couto se serviu como fonte sobre o mundo antigo. Este artigo propõe seis emendas ao texto de García Martín, comparando as leituras do manuscrito mais fiel, BNP nº 463, com quatro livros quinhentistas que serviram como fontes de apogemas clássicos para o famoso diálogo de Couto.

**Palavras-chave:** Diogo do Couto. Crítica textual. Tradução. Recepção dos clássicos.

**Abstract:** Despite its fame among critics and historians of Portuguese literature, the revised second version of Diogo do Couto's *O Soldado Prático* has presented significant challenges to scholars seeking to establish a definitive edition of the dialogue. While the most recent edition, that of García Martín (2009), is a welcome improvement over earlier editions by Brasil (1988), Lapa (1937), and Amaral (1790), there remain a handful of passages in which the text can be further improved by a closer study of the Spanish books that Couto used as sources for the dialogue's many classical anecdotes. This article proposes a number of corrections and emendations to García Martín's edition by comparing the readings of the most reliable manuscript, BNP 463, with four 16<sup>th</sup>-century books that Couto consulted as sources of ancient sayings for his own dialogue.

**Keywords:** Diogo do Couto. Textual criticism. Translation. Classical reception.

FLP 23(1)

## 1 INTRODUCTION

The second (and better known) version of Diogo do Couto's *O Soldado Prático*, one of the classic works of early-modern Portuguese literature, has an interesting and complicated textual history<sup>1</sup>. Composed in India during the final decades of the 16<sup>th</sup> century after the loss of an earlier version of the dialogue from the 1560s that circulated in Portugal without the author's name, Couto's famous critique of bureaucratic corruption and inefficiency in Portuguese India remained unpublished for nearly two

---

\* Professor Auxiliar Convidado no Departamento de Estudos Clássicos em Wabash College; Crawfordsville, Estados Unidos; goreym@wabash.edu

<sup>1</sup> One of the dialogue's early editors, Manuel Rodrigues Lapa, observed that the text "é dos livros mais honrados da literatura portuguesa" (1937, p. xxviii). All citations and quotations of the Portuguese text of *O Soldado Prático* refer to the edition of Ana María García Martín (2009), unless otherwise noted.

centuries<sup>2</sup>. The first printed edition of the text, which contained both versions of the dialogue, was later published by António Caetano do Amaral in 1790 under the title *Observações sobre as principaes causas da decadencia dos Portuguezes na Asia*. This *editio princeps* was based on a single manuscript copy of each version of the dialogue held in the library of the Academia das Ciências de Lisboa (cod. A. 1572), which required extensive emendation by Amaral (1790, p. xiii)<sup>3</sup>. The subsequent discovery of a more reliable manuscript of the second version of *O Soldado Prático*, MS. 463 of the Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), led to greatly improved editions by Manuel Rodrigues Lapa (1937), Reis Brasil (1988), and Ana María García Martín (2009), as well as a recent English translation by Timothy Coates (2016). However, the uneven quality of the two surviving manuscripts, as well as a number of errors and inconsistencies that appear to be the fault of Couto himself, rather than of his copyists, have continued to present vexing challenges to editors and commentators seeking to establish a definitive version of the text.

One such challenge has consisted in determining exactly which errors in the text are merely transcription mistakes attributable to the copyists who produced the surviving manuscripts (and which, as such, ought to be emended), and which errors — such as historical inaccuracies or misattributions of ancient quotes — reflect the intent of the author himself and should therefore be retained in the text. This issue is particularly pronounced with respect to the roughly 70 anecdotes and quotations from Greco-Roman antiquity that appear in the dialogue, where previous editors have detected many confusing irregularities or outright mistakes in the extant manuscripts. Amaral, for example, in a note on Couto's credulous discussion of the (apparently fictional) Athenian 'Anaxilo', warns the reader of Couto's inaccuracy, but avers that genuine authorial material, however erroneous, ought to be retained in the text: “Não he este o unico lugar, em que se achará pouca exacção em ponto de Historia Antiga: mas assentou-se não se dever emendar mais que os erros da escrita, que se podia entender serem dos copistas, e não os do Author” (1790, p. 5)<sup>4</sup>. However, while numerous scholars and editors have pointed out similar inconsistencies in Couto's dialogue, such remarks are typically made only in passing, with little in the way of detailed explanation. Indeed, there have been few serious attempts to discover the specific literary sources for Couto's copious — and sometimes inaccurate — citations of classical sayings. Moreover, many commentators have found Couto's display of classical erudition tedious and overwrought, which has tended to discourage further investigation into where and how the author obtained his information about the classical world<sup>5</sup>. All the same, these classical anecdotes comprise a significant portion of the dialogue. Therefore, a more detailed examination of Couto's use of literary

<sup>2</sup> For detailed discussion of the chronology of the two versions of the dialogue, see Martins (2001, p. 237-58). Various chronological details in the text of the second dialogue indicated that it was composed and revised intermittently during the last two decades of the 16<sup>th</sup> century.

<sup>3</sup> Cf. Martins (2001, p. 205).

<sup>4</sup> For the 'Anaxilo' anecdote, see Couto (2009, p. 65).

<sup>5</sup> For assessments of Couto's classical anecdotes as “tedious” or “tiresome,” see Amaral (1790, p. xii), Lapa (1937, p. xxvii), and Martins (1998, p. 301), as well as M. N. Pearson's foreword to Coates's English translation (2016, p. xi). Loureiro (1998) has catalogued a variety of classical literary sources cited in Couto's *Décadas da Ásia*, but typically without identifying the specific editions or translations consulted by the author. A similar study for *O Soldado Prático* would be immensely useful for assessing the sources of Couto's knowledge about classical antiquity.

sources is sorely needed for a better understanding of the text, in particular for the task of clarifying textual errors or faulty emendations.

While a comprehensive study of Couto's classical anecdotes lies beyond the scope of the present paper, it is my intention to show that, in the case of classical anecdotes where obvious errors have crept into the text, Couto was often translating closely from a Spanish version of a classical text. Moreover, by comparing the relevant passages of Couto's dialogue side-by-side with these sources, it is possible to correct certain errors introduced by the copyist that thus far have escaped detection, and also to adjudicate between conflicting emendations proposed by later editors. In the sections that follow, I discuss six passages containing textual issues or disputed readings, in the order in which they appear in the dialogue. For each passage, I begin by discussing any discrepancies that exist between the editions of García Martín (2009) and those of Lapa (1937) and Amaral (1790), as well as my own readings of BNP 463. I then compare the Portuguese passage with the Spanish sources used by Couto, in order to propose either an improved reading of the manuscript or, if necessary, a more faithful emendation of the text.

## 2 PROMETEU OR PTOLOMEU? (P. 211–12)

One of the key themes of Couto's critique of Portuguese colonial administration in India is the complexity and inefficiency of existing judicial processes, which are discussed at length in the third scene of Part 2. While Couto cites both medieval and contemporary legal theorists in this discussion, a significant portion of the scene is dedicated to citations of various models of legislative and judicial clarity from classical antiquity<sup>6</sup>. In one such passage, Couto contrasts the complicated, jargon-laden judicial procedures employed in Portuguese India with the systems established by ancient lawgivers and legal philosophers:

Naquelas repúblicas antigas, os graves legisladores que as governavam nunca lhe insinaram esta ordem do juízo que hoje se usa... o que nunca Sócrates insinou aos atenienses, nem Sólon aos gregos, nem Numa Pompílio aos romãos, nem Ptolomeu aos egípcios, nem Licurgo aos lacedemónios, nem todos os mais que fizeram e ordenaram leis para o bom governo de seus povos, só por os afastarem de contendas, trapaças, preitos e demandas. (Couto, 2009, p. 211-12, emphasis added).

In the line identifying the lawgiver for the Egyptians, both surviving manuscripts read *Prometheo*, which Amaral (1790, p. 101) retains without comment, and which Lapa (1937, p. 157) retains as well, but a modernized spelling: *Prometeo*. However, García Martín, perceiving an error in Couto's attribution of Egyptian laws to the Greek god Prometheus, emends the text to *Ptolomeu*, a name used by various Greek rulers of Hellenistic Egypt. However, García Martín's emendation is not entirely satisfying, since the Ptolemaic kings ruled Egypt at a relatively late period of history, and they are typically not mentioned as foundational 'lawgivers' for the Egyptians in the way that Solon is for the Athenians, or Numa for the Romans.

<sup>6</sup> Elsewhere in this scene Couto mentions the 14<sup>th</sup>-century Italian jurists Bartolus de Saxoferrato and Baldus de Ubaldis (Couto, 2009, p. 209), as well as the 16<sup>th</sup>-century Spanish humanist, Juan Luis Vives (2009, p. 217).

Interestingly, Couto's source for this passage appears not to have been a translation of any ancient text, but rather a 16<sup>th</sup> century Spanish book of moralizing advice for courtiers, Antonio de Guevara's *Aviso de privados, y doctrina de cortesanos* (1539). Best known for his pseudo-historical — yet quite popular — biographies of Marcus Aurelius, the *Libro áureo de Marco Aurelio* (1528) and the *Libro del eloquentissimo Emperador Marco Aurelio con el relox de príncipes* (1529), Guevara had a reputation among contemporaries for carelessness in his reporting of classical anecdotes and apothegms, many of which were either mangled or completely fabricated<sup>7</sup>. Yet despite his tendency to misreport or even to invent details from Antiquity, Guevara's works were widely read and frequently reprinted in 16<sup>th</sup> century Europe, and it is quite plausible that Couto had access to a printed copy of the *Aviso de privados, y doctrina de cortesanos*, either in Goa or in Lisbon. In the passage that appears to have served as Couto's source, Guevara reports a similar list of ancient lawgivers who avoided the kind of litigious pleading that plagued the Spanish and Portuguese courts<sup>8</sup>:

Es el pleytear una sciencia tan profunda, que ni Socrates a los Athenienses, ni Solon a los Griegos, ni Numma Pompilio a los Romanos, ni Promotheo a los Egipcios, ni Ligurguio [sic] a los Lacedemones, ni Platon a sus discipulos, ni Apolonio a los Menphicos vates, ni Hiarchas a los Indios, nunca la supieron enseñar, ni aun la hallaron para en los libros de sus Republicas la escribir. (Guevara, 1539, fol. 16v, emphasis added).

FLP 23(1)

While Guevara lists more lawgivers than Couto does, it is clear from the ordering of the first five names, Socrates, Solon, Numa, Prometheus, and Lycurgus, as well as the overall context and phrasing, that Couto was essentially translating the first half of this catalogue from Spanish into Portuguese. Of particular relevance for the text of Couto's dialogue is the fact that Guevara's Spanish text erroneously attributes the laws of the ancient Egyptians to *Promotheo*, which is the reading that is also found in both manuscripts of *O Soldado Prático*.

It appears, then, that the bizarre attribution of Egyptian laws to Prometheus that appears in the surviving manuscripts of *O Soldado Prático* is in fact a faithful transcription of the author's original intent—a product of Couto's reliance upon Guevara as a source of information about classical antiquity. Given that Couto's mistaken use of *Prometheo* is, therefore, a product of his less-than-scrupulous use of *Aviso de privados, y doctrina de cortesanos* as a historical source, rather than a transcriptional error by a copyist, we ought to retain the reading found in the manuscripts, *Prometheo*, or its modernized equivalent, *Prometeu*, as Lapa does.

<sup>7</sup> On Guevara's reputation for inaccuracy, see Blanco (2016, p. 33). Commenting upon a list of mistranslated and erroneous names in Guevara's *Una década de Césares*, Joseph Jones argues that many of Guevara's mistakes were due to his faulty grasp of Latin (1966, p. 21-22).

<sup>8</sup> The *Aviso de privados, y doctrina de cortesanos* went through numerous printings in the 16<sup>th</sup> century, most of which differ only with respect to pagination and slight changes in orthography. This treatise was first published by Juan de Villalquira as part of an anthology titled *Las obras del illustre señor don Antonio de Guevara* (Valladolid, 1539). Standalone editions of the *Aviso de privados, y doctrina de cortesanos* were later published in Valladolid (1545) and Antwerp (1546). For all Spanish quotations, I have retained the orthography of the original text, while modernizing capitalization and punctuation for ease of reading.

### 3 *TRIUMPHE* OR *TRIUMPHET*? (P. 231–2)

In the following scene, Couto engages in an extended discussion of the different virtues that civil and military officials ought to display, with frequent reference to ancient Greek and Roman examples. Near the end of a section on clemency and mercy, which cites examples relating to Antoninus Pius, Julius Caesar, Miltiades, Philip of Macedon, and Scipio Africanus, Couto describes the following interaction between Pompey the Great and the aging Roman dictator Sulla, in which the young general was granted the extraordinary honor of celebrating a triumph, despite not having yet achieved senatorial rank:

Pompeu, dignamente merecedor de sobrenome de Magno, por sua clemência chegou a triunfar quando veo de África, sem haver sido senador; e porque Sila, que primeiro que todos lhe chamou Magno, foi o que o quis estorvar, virando-se Pompeu a ele, lhe disse: “Não sabes, Sila, que muitos mais adoram o sol ao nacer que ao pôr?”, querendo dizer que em tanto se há-de ter o homem que começa a crescer em virtudes como o que vai acabando; e visto por Sila sua brandura e clemência, começou a gritar: “*Triumphet! Triumphet!*” Mas Sérvio, senador, o não quis consentir, sem primeiro lhe não dar algumas peitas, ao que lhe respondeu Pompeu que tal não faria, porque honras compradas ficavam sendo vitupério. (Couto, 2009, p. 231–2, emphasis added).

FLP 23(1)

Although both the BNP manuscript and Amaral’s edition (1790, p. 114) read *triumphe*, *triumphe* at the moment where Sulla grants Pompey permission to hold his triumph, García Martín follows Lapa (1937, p. 178) in emending the imperative *triumphe* to the Latin jussive subjunctive form *triumphet* in the third person singular<sup>9</sup>. In contrast with the manuscript reading, in which Sulla addresses Pompey directly (‘triumph! triumph!’) Lapa’s emendation subtly shifts the grammar, so that Sulla instead refers to the young general indirectly in the third person (‘let him triumph! let him triumph!’).

Fortunately, this particular anecdote was the subject of various translations and retellings in both Latin and Spanish in the early modern period, and due to differences in phrasing between these versions, it is possible to identify the exact source used by Couto: Diego Gracián de Alderete’s *Morales de Plutarco*, published first in 1548 and then again with minimal corrections in 1571<sup>10</sup>. While Couto does not translate word for word from Gracián’s description, the correspondences are numerous enough to confirm his reliance upon this Spanish version of the text, rather than a Latin or Italian translation<sup>11</sup>:

<sup>9</sup> For the identification of *triumphet* as a Latin subjunctive, see Lapa (1937, p. 178 n. 20); cf. Brasil (1988, p. 116, n. 36).

<sup>10</sup> For the relationship of Gracián’s 1548 edition of the *Morales* to his earlier 1533 translation of the *Apotegmas*, see Morales (2000, p. 243).

<sup>11</sup> This episode is also described in Alfonso Fernández de Palencia’s *Las vidas*, the earliest printed translation of Plutarch’s *Parallel Lives* in Spanish (1491, part 2, fol. 73r). However, both the phrasing and content of Palencia’s translation differ significantly from that of Couto’s Portuguese version. Támara’s Spanish translation of Erasmus’s *Apotegmata*, which is similar to Gracián’s version, also reads *triumphe*, *triumphe* (Támara, 1549, fol. 42v), while Erasmus’s Latin text simply reads *triumphet* one time, without any repetition (1561, p. 316).

Tornando de Africa Sila le rescibio con mucha honrra, y el primero de todos le llamo Magno, que quiere dezir grande, pero queriendo Pompeyo triumphar no se lo permitio, porque aun no era Senador. Por lo qual como Pompeyo dixesse a los que alli estavan. *Sila no deve saber que muchos mas adoran al sol quando sale, que quando se pone.* Queriendo dezir que en tanto se ha de tener el hombre que comiença creciendo en virtud como el que va acabando. Entonces a vezes dixo Sila *triumphe, triumphe*. Empero como Servilio varon Senador no consintiesse, y muchos de los hombres de guerra resistsen al triumpho pidiendo algunos dones, les dixo Pompeyo. *Que antes dexaria el triumpho que lisongearles:* entonces dixo Servilio. *Agora tengo a Pompeyo por grande, y digno de triumpho.* (Gracián, 1548, fol. 21v, emphasis added).

As we can see in the translation above, Gracián uses the imperative form *triumphe*, rather than the Latinized emendation in the 3<sup>rd</sup> person proposed by Lapa. With respect to the correct reading of Couto's text, it is clear from the passage just cited that the *triumphe* found in the manuscripts of *O Soldado Prático* is not an erroneous rendering of the Latin word *triumphet*, as Lapa supposed, but rather an accurate transcription of the Spanish verb *triumphar* (with its Latinate, anachronistic spelling) in the imperative mood, as it is printed in Gracián's text.<sup>12</sup> Consequently, we should reject Lapa's emendation, which appears to have been a hypercorrection arising from the faulty assumption that Couto intended to quote the phrase in Latin. Instead, I propose restoring the original reading of the BNP manuscript: *triumphe, triumphe*, understood here as the imperative form of the Portuguese verb *triumfar*, written with an archaic, Latinate orthography.

FLP 23(1)

#### 4 MEILICHIOI OR MELICHION? (P. 234)

Only a few pages later within the same scene, Couto ends his discussion of mercy with a short digression on Greek etymology. Drawing once again upon a detail originally preserved in Plutarch, Couto explains that the Greeks gave their gods and kings the epithet *meilichioi* ('mild' or 'gracious') to highlight their gentle, forgiving nature:

A esta virtude da clemência, de que vou tratando, chamavam os gregos *philanthropia*, que quer dizer afabilidade humana; e assi os mesmos, quando queriam engrandecer os seus deuses e seus reis, lhe chamavam *meilichioi*, que é tanto como chamar-lhes mansos e amorosos, o que nos reis há de resplandecer muito, porque os homens querem ser levados por amor em todas as cousas. (Couto, 2009, p. 234, emphasis added).

For the Greek epithet underlined in the passage above, García Martín follows both Amaral (1790, p. 115) and Lapa (1937, p. 180) in printing *meilichioi*, the plural nominative form of the ancient Greek adjective *μειλιχιοι*. However, García Martín also observes in a note on the text that the reading of the BNP manuscript appears to be *melichié* (2009, p. 243, n. 742). While the change from *-e* to *-ei* in the first syllable of

<sup>12</sup> Interestingly, the error of *Servio* for *Servilio* in Couto's text may also be a function of his use of Gracián as a source. In the first edition of *Morales de Plutarco*, the name *Servilio* falls at the end of a line, where it is hyphenated and split in two before continuing on the line below: *Servi- | lio* (1548, fol. 21v). Couto (or a copyist) easily could have missed the three letters after the line break and transcribed the name without its correct ending.

the word is unremarkable and can be explained as a minor orthographical adjustment, it is worth asking whether the accented *-é* at the end of the word in the manuscript should be understood as a transcription error, as an artifact of 16<sup>th</sup>-century orthography, or as something else entirely.

Although none of the three editors who print *meilichioi* explicitly state their reasons for emending *-é* to *-oi*, it is possible to interpret the *-é* ending as the Latinized rendering of the Greek diphthong *-oi*, which was often transliterated in medieval and early modern texts as a single long *-e* vowel. However, since this particular anecdote is derived from Plutarch's *De cobibenda ira*, we can examine the various translations that might have been available to Couto to determine which specific source he used.

Of the various Latin and Spanish translations of *De cobibenda ira* from the 15<sup>th</sup> and 16<sup>th</sup> centuries, the version that most closely matches Couto's version of the *meilichioi* passage is the Spanish translation by Diego de Astudillo, who printed it alongside his translation of Juan Luis Vives's *Introductio ad sapientiam* (1551). Working from an earlier Latin translation of Plutarch, Astudillo writes: "Y ansi los Griegos el mayor loor que davan al rey (el qual ellos hazian a sus dioses) era, llamarle Milichion que quiere dezir manso, y amoroso" (1551, fol. 75v, emphasis added)<sup>13</sup>. When compared with other translators of Plutarch from this period, such as Erasmus, who glosses the Greek adjective with the Latin word *placidum*, or 'gentle' (1544, fol. 208v), or Gracián, who prints "suave y aplazible" (1548, fol. 152v), Astudillo's rendering of the Greek adjective *meilichios* as "manso y amoroso" offers the likeliest model for the "mansos e amorosos" phrasing employed by Couto in *O Soldado Prático*. It would appear, therefore, that Couto's source for this particular anecdote printed *Milichion* in the singular form, rather than the plural *Meilichioi*.

In terms of typography, two additional details in Astudillo's text provide clues that can help to clarify our reading of Couto. First, in keeping with the common practice of early modern printers, the *-n* at the end of the adjective in Astudillo's text was printed as a horizontal bar over the preceding vowel: *Milichiō*. Second, in the copy of Astudillo's translation that has been digitized by the Biblioteca Nacional de España, the distribution of ink in the bottom-right corner of the final vowel is uneven, such that the letter *-ō* could be mistaken for an *-ē*. It is possible to imagine, therefore, that Couto mistook Astudillo's *Milichiō* for *Milichiē* — a mistake that may have been reinforced by the fact that the next Greek word mentioned a few lines later, *Memacte*, ends in the same letter. Moreover, the diacritical mark that García Martín identifies as an accent in the manuscript of Couto's dialogue (*melichiē*) is in fact the common typographical abbreviation for either an *-m* or an *-n*: *melichien*. See, for example, the similarity between curved the mark on the ending of *melichie* and the mark indicating an *-m* at the end of the word *tambem*, found on the same page of the manuscript (60v)<sup>14</sup>:

<sup>13</sup> For the Latin sources of Astudillo's translation, see Morales (2000, 104, 106–109).

<sup>14</sup> Manuscript digitalized by the Biblioteca Nacional de Portugal. Available at: <https://purl.pt/29499>.

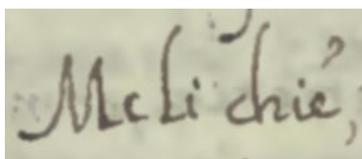


Figure 1 – “Melichien” (fol. 60v of BNP nº 463).

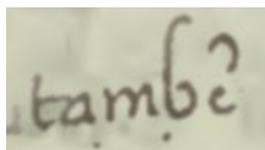


Figure 2 – “tambem” (fol. 60v of BNP nº 463).

Returning now to the question of textual accuracy and authorial intent in this passage, I offer two final thoughts. First, the text of BNP 463 shows that Couto copied somewhat uncritically from Astudillo in this passage, changing certain words from the Spanish translation into the plural (*reis* instead of *rey*, and *mansos e amorosos* in place of *manso y amoroso*), while retaining the Greek adjective in its singular form: either *melichien* or *melichion*, depending on whether we choose to attribute the incorrect vowel at the end of the word to Couto’s misunderstanding of Astudillo, or to a copyist’s mistake. Thus, while Amaral’s emendation to the plural form *melichioi* fits the syntax of Couto’s version better, allowing the Greek adjective to agree in number with its plural subject *reis*, it does so by disguising Couto’s reliance upon Astudillo’s translation and by correcting not just the text, but also the author himself. Given that Couto was working from Astudillo’s text, and in light of the fact that the mark over the final vowel is clearly the abbreviation for an *-n*, rather than an accent, I believe it would be more appropriate to instead print *melichion*, and to explain the source of this grammatical discrepancy in a footnote.

FLP 23(1)

### 5 CRESO OR CRASSO? (P. 236)

In the following scene, Couto turns his discussion to the subject of generosity and greed, citing a number of ancient examples where rulers and generals were undone by their own avarice. Among these figures, which include King Achaeus of Lydia and Marcus Lepidus the Triumvir, is a certain “Cresso,” who died at the hands of the Parthians: “Cresso isso mesmo foi causa de sua morte, porque sua avareza o levou a morrer a mãos de partos” (Couto, 2009, p. 236, emphasis added).<sup>15</sup> While neither Amaral nor Lapa provide any commentary on the name *Cresso*, both García Martín and Coates identify this figure as King Croesus, who ruled Lydia in the 6<sup>th</sup> century until its conquest by the Persians under Darius<sup>16</sup>. However, the framing of this death as a consequence of avarice does not align with traditional portrayals of Croesus, whose name was frequently associated with extreme wealth, but rarely with greed per se. Moreover, while the term *partos* in 16<sup>th</sup>-century Portuguese and Spanish is occasionally applied to the ancient Persians, it more precisely denotes the Parthians, who ruled the

<sup>15</sup> MS: *Creso* (fol. 61r).

<sup>16</sup> García Martín (2009, p. 236, n. 753); Coates (2016, p. 129, n. 73).

successor state to the Persian Empire from the 3<sup>rd</sup> century BC to the 3<sup>rd</sup> century AD, and who thus do not overlap with Croesus's reign in the 6<sup>th</sup> century BC.

In fact, it would be more appropriate to understand this story of “greed” and “Parthians” as referring not to Croesus (*Cresso*), but rather to the Roman general Crassus (*Crasso*). Both Croesus and Crassus were proverbially wealthy in antiquity, but unlike Croesus, Crassus's reputation was one of unbridled and destructive avarice<sup>17</sup>. In addition, Crassus's desire for wealth and glory led him to initiate a poorly planned invasion of the Parthian Empire in 53 BC that ended in a disastrous defeat, followed shortly after by his own death.

In terms of the spelling of the name, it is easy to imagine that either Couto or his copyists wrote *Creso* (the manuscript reading) as a mistake for *Craso* or *Crasso*, since the two names occasionally appear as variant spellings in renaissance Portuguese and Spanish. For example, in the *Vida e Feitos de Júlio César*, an anonymous 15<sup>th</sup>-century Portuguese translation of the 13<sup>th</sup>-century *Li Fet des Romains* (which offers a history of the late Roman Republic based largely on the works of Suetonius, Caesar, and Lucan), the names Crassus and Cressus are used interchangeably. In a description of Croesus's death, which occurred along the river Halys in Lydia, the author spells the Lydian king's name as *Crassus* instead of *Cressus* or *Cresso*: “os da terra onde Crassus foi morto aalem da agua, d'Alisa” (1970, vol. 2, p. 392, emphasis added). Elsewhere in the *Vida e Feitos de Júlio César*, Crassus's name appears in a variety of spellings: Crasus, Crasius, Crassus, Clusus, Clausus, and Crassios, further confirming that the spelling of this name was not particularly stable in early modern Portuguese<sup>18</sup>.

FLP 23(1)

In light of these two factors — the fluidity of 16<sup>th</sup> century orthography and the fact that Crassus better fits the narrative of a death due to greed at the hands of the Parthians — I believe it would be appropriate to emend *Cresso* to *Crasso*, and to understand this as a reference not to Croesus, the King of Lydia, but to the Roman triumvir.

## 6 *SINTINAYAS DE MILHÕES?* (P. 238–9)

One of the most vexing passages in the text of *O Soldado Prático*, which has elicited significant emendation on the part of its editors, occurs in a catalogue listing the achievements of Pompey the Great on his eastern campaigns. Citing Plutarch as his source, Couto approvingly notes the great amount of spoils that Pompey contributed to the public treasury:

O grande Pompeu com esta virtude sojugou todo Ponto, Arménia, Síria, Cilícia, a grã Mesopotâmia, Fenícia, Palestina, Judea, as Arábias, e muitas outras nações; trinta e nove cidades que deixou com presídios romãos, afora novecentas outras que deixou sem eles, mil castelos e novecentas naus que tomou a diferentes piratas; e isto segundo conta Plutarco. E diz que da terceira vez que triunfou da Ásia sojeitou isto; e que os trebutos

<sup>17</sup> For the association of both names with extreme wealth in renaissance literature, cf. Canto 38.2 of Ariosto's *Orlando Furioso*: “che Creso o Crasso insieme non ridusse...”

<sup>18</sup> s.v. *Marcus Crassus* in glossary (1970, vol. 2, p. 784). The misspelling of *Cresso* for *Crasso* in Portuguese texts is found as late as the 19<sup>th</sup> century; cf. Juromenha (1866, vol. 5, p. 181). Cf. Muñoz Maldonado (1863, p. 81).

que deixou postos a estas províncias montaram cinco centos de dous centos de milhões, e que trouxera para o tisouro público vasos d'ouro e prata que pesavam vinte mil talentos, afora o que repartiu com os soldados; e que o que menos houve foram mil e quinhentas dracmas. (Couto, 2009, p. 238–9, emphasis added).

In the portion of the text where Couto mentions the increase of taxes brought about by the addition of Pompey's new provinces, the BNP 463 manuscript contains an obvious error, which editors have struggled to resolve: *sincoenta des sintinayas de milbois*. While the original Greek text of Plutarch reports that this amount was “50 million” (*Pomp.* 45), Lapa's correction of the nonsensical *sincoenta des sintinayas* to *cinco centos de dous centos* — which García Martín also prints — is difficult to reconcile with what appears in the manuscript. Similarly, Amaral's reading of the Academia das Ciências manuscript, *cincoenta mil homens*, fails to resolve the issue, since the number itself is orders of magnitude too small, and the mention of ‘men’ is out of place in a discussion of cash taxes (1790, p. 118)<sup>19</sup>.

One approach that Couto's editors have not pursued, but which can help us make sense of both the bewildering *sintinayas* in BNP 463 and the out-of-place *homens* that appears in Amaral's edition (based on the Acad. A 1572 manuscript), is to compare Couto's text with the first printed translation of Plutarch's *Life of Pompey* in Spanish, from Alfonso de Palencia's *La primera y segunda parte de Plutharcho* (1491). Although Couto's version differs in a few minor respects, the close correspondences in phrasing clearly point to Palencia as the primary source for Couto's discussion of Pompey:

Eran estas regiones. Ponto. & Armenia & Capadocia. & Paphlagonia. & Media. & Colchis. & Iberia. & Albania. & Syria. & Ciliçia. & Messopotamia. & los judios. & Arabes que moran çerca de Phenicea & Palestina. E aun quantos linajes de Cossarios por tierra y por mar fueran vencidos y entre estas cosas se notava: como avia tomado pocos menos de mill castillos: o villas fuertes: y noventa çibdades: y ochocientos navios de corsaje: y que dexava enfortaleçidas con guarniçiones de romanos treynta y nueve çibdades. Y a todo esto se añadia que montando tales los tributos que pagavan fasta entonçe a roma diez vezes çinquenta centenares de millares: llegavan ya estas sumas con lo que adquirio Pompeyo para el pueblo romano a ochenta y çinco mill vezes de çentenares de millares. (Palencia, 1491, part 2, fol. 83v, emphasis added).

In her edition of Couto's 8<sup>th</sup> volume of the *Décadas da Ásia*, Maria Augusta Lima Cruz (1994, 350, vol. 2) notes that Couto was often imprecise or inaccurate in his reporting of numbers in the *Décadas*, so it is perhaps not surprising that we find certain discrepancies in Couto's translation of Palencia, such as Couto claiming that Pompey captured 900 ships where Palencia says 800. Moreover, while Couto reports the conquered provinces in the same order as Palencia, he omits a handful of names from the middle of Palencia's list: “Capadocia & Paphlagonia & Media & Colchis & Iberia & Albania” (1491, part 2, fol. 83v).

More importantly, however, the portion of Palencia's text that deals with the increase in tax revenues offers an attractive origin for the corrupted reading *sintinayas* found in BNP 463. Although Couto omits the *diez vezes* that appears at the beginning

<sup>19</sup> Lapa (1937, p. 184) and Amaral (1790, p. 118, emphasis added) also list the following alternative reading for the number of ‘ships and cities’ found in Acad. A 1572: “afora novecentas naus que tomou a diferentes piratas e novecentas çidades que deixou sem presidio romano e mil castelos”.

of the number in the Spanish translation, the rest of the phrase printed by Palencia, *cinquenta centenares de millares*, is very close in both sound and spelling to the nonsensical *sincoenta des sintinayas de milbois* preserved in the manuscript of *O Soldado Prático*. The word *sintinayas*, therefore, is likely a corruption of the word *centenares* or *centenas*, and the Portuguese text should be amended to *cincoenta de centenas de milhões*.

One additional issue remains concerning Couto's use of Palencia as a source in this passage: namely, the change from *millares* in Spanish to *milhões* in Portuguese. Is it possible that Couto originally wrote *cincoenta de centenas de milhares*, instead of *milhões*? Translations of classical works in the 16<sup>th</sup> century were often imprecise in their reporting of numbers, so it is at least worth considering the possibility. Fortunately, Amaral's reading of Acad. A. 1572 helps to clarify the original text, despite the fact that it is clearly erroneous itself. Where the Academia das Ciências manuscript reads *cincoenta mil homens*, I propose that *mil homens* was a copyist's error for *milhões*, which can be explained as a function of orthographic abbreviations. As discussed above in the case of the Greek word *Milichion*, 16<sup>th</sup> century texts often represented the letters *-m* and *-n* by placing a horizontal stroke above the preceding vowel. Thus, *mil homens* could be written with the abbreviation *mil hões* in a manuscript. I believe, therefore, that the copyist of the Academia das Ciências manuscript misinterpreted the circumflex in *milhões* as an abbreviation for the letters *-m* and *-n* in the word *homens*. In conclusion, based on this comparison between the readings of BNP 463, Acad. A. 1572, and Palencia's *Life of Pompey*, I believe that the manuscript reading *sincoenta des sintinayas de milbois* should be emended to *cincoenta de centenas de milhões*.

FLP 23(1)

## 7 MÉNON OR MEMNON? (P. 250)

The final passage that I will consider involves another moment of confusion regarding a Greek name in an anecdote recorded by Plutarch. In an extended discourse on the need for prudent speech among military commanders, Couto's *Soldado* reports the following anecdote, in which the Persian King Darius reproaches "Ménon," one of his Greek captains, for speaking ill of Alexander:

De Dario se escreve que, estando um dia comendo, movendo-se práticas entre os seus sobre Alexandre, um capitão chamado Ménon, que não era prudente na boca, meteu muito cabedal em dizer males de Alexandre, o que Dario não sofreu, e com ira lhe disse: —*Cala-te, Ménon, que não te trago comigo para que desonres Alexandre com a língua, senão para que o venças com a espada*. (Couto, 2009, p. 250, emphasis added)

As Lapa observes in a note to this passage, BNP 463 reads *Minō* (i.e. *Minon*), and García Martín follows Lapa in emending this name to reflect its updated spelling, *Ménon*. In contrast, Amaral prints *Memnon*, a different name altogether, which is in fact the version of the name found in the original Greek text of Plutarch (*Moralia* 174c), as well as in Gracián's Spanish translation<sup>20</sup>. This discrepancy presents a particularly interesting challenge, because BNP 463 generally offers more accurate readings of the

<sup>20</sup> See Gracian (1548, fol. 3r, emphasis added): "Memnon que por el rey Dario peleava contra Alexandre, oyendo a un soldado dezir de Alexandre muchas cosas feas; y que no eran de hablar, le hirio con la lança, diciendo: Yo te mantengo para que peeles contra Alexandre, no para que digas mal del."

text than Acad. A. 1572, yet in this particular instance the Academia das Ciências manuscript is more faithful to the Plutarchan source material.

The challenge is resolved, however, when we recognize that Couto's source for this anecdote was not Gracián's translation, but rather a slightly more inaccurate version of the story found in Antonio de Guevara's *Aviso de privados, y doctrina de cortesanos*. Like the *Prometeu* anecdote discussed above, Guevara's version of the story contains noteworthy errors, including the name of Darius's captain:

El rey Dario, estando un día comiendo, moviose platica a su mesa de hablar de Alexandro Magno, y como un su muy querido capitán, que avia nombre Miño, cargasse mucho la mano en dezir mal de Alexandro Magno, dijole el Dario: *Calla tu lengua, Miño, que yo no te traygo en esta guerra para que deshonres a Alexandro con la lengua, sino para que le venças con la espada.* (Guevara, 1539, fol. 39r, emphasis added).

Unlike Plutarch and Gracián, who report that it was Memnon who reproached one of his soldiers for speaking ill of Alexander, Guevara transposes the quotation to Darius, thus making the Greek captain the *recipient* of this rebuke — an error that Couto reproduces in his own version of the story. Moreover, it is clear that Couto's rendering of the Greek name as *Minō* (i.e. *Minon*) derives from Guevara's version, which prints *miño*.

Given that Couto's source for this anecdote was Guevara's *Aviso de privados, y doctrina de cortesanos*, and not Gracián's Spanish translation of Plutarch's *Morales*, the BNP 463 reading of *Minon* is, in fact, the more accurate reading, although it is less faithful to the original version of the story preserved in Plutarch. Furthermore, it seems that the reading of *Memnon* in Amaral's edition was a transcription error, or perhaps even a conscious attempt by a copyist to make Couto's version of the story more closely match the original anecdote found in Plutarch. Therefore, we ought to follow Lapa and García Martín in retaining *Ménon*.

FLP 23(1)

## 8 CONCLUSIONS

For more than 200 years, it has been the habit of scholars and commentators to either dismiss or disparage Couto's frequent use of classical anecdotes in the second version of *O Soldado Prático*. This tendency has had the unfortunate consequence of deterring more detailed scholarly investigation into the sources and translations that the author consulted for information about the ancient world. However, as I hope my survey of textual issues has shown, the Spanish sources for these classical anecdotes are often readily identifiable, and they can shed valuable light on some of the difficult readings found in the surviving manuscripts of the dialogue. Indeed, Couto's method appears to have been that of the compiler of aphorisms, dutifully translating — at times almost transcribing — memorable sayings and facts from his Spanish sources with minimal alterations to the phrasing or vocabulary of the original text. Therefore, careful comparison of the surviving texts of *O Soldado Prático* with the printed sources used by Couto can help to resolve challenging inconsistencies or errors in the surviving manuscripts of the dialogue. With access to Couto's sources, it becomes easier to distinguish between errors of the text that are deserving of emendation, and errors made by the author himself, which are better left unchanged (although perhaps with

some indication by the editor that Couto's error stems from his use of an inaccurate source).

As Amaral noted in his *editio princeps*, this distinction is particularly important in the case of Couto's *O Soldado Prático*, because the author himself is clearly the source of at least some of the factual and linguistic mistakes transmitted in the manuscripts (1790, p. 5). In particular, Couto's credulous use of Guevara as an authority on classical antiquity reveals a less-than-scrupulous approach to sources in translation, which is perhaps surprising in light of the care with which he documents his own historical sources in the *Décadas da Ásia*<sup>21</sup>. While it may not be possible to identify a specific literary source for every one of the numerous classical anecdotes in *O Soldado Prático*, a fuller investigation of Couto's classical anecdotes would be of great value, not only to aid in correcting other passages with dubious or confusing readings, but also for expanding our knowledge of where and how Couto obtained his knowledge about the ancient world.

## REFERENCES

- Anonymous. Vida e feitos de Júlio César. Mateus MHM, editor. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; 1970. (2 vol.).
- Camões L. Obras de Luiz de Camões. Juromenha V, editor. Lisboa: Imprensa Nacional; 1866. (5<sup>th</sup> vol.).
- Blanco E. Texto y subtexto en Antonio de Guevara: algunos casos paradigmáticos. In: Albert M, Becker U. Saberes (in)útiles: El enciclopedismo literario áureo entre acumulación y aplicación. Madrid: Iberoamericana; 2016. p. 33–67.
- Couto D. Dialogo do soldado pratico que trata dos enganos e desenganos da Índia feito por Diogo do Couto cronista e guardãmor da torre do tomo da Índia. Biblioteca Nacional de Portugal MS nº 463; 1612 [internet]. [accessed March 11, 2021]. Available at: <https://purl.pt/29499>.
- Couto D. Dialog of a veteran soldier. Coates TJ, translator. Dartmouth: Tagus Press; 2016.
- Couto D. Diogo do Couto e a década 8<sup>a</sup> da Ásia. Cruz MAL, editor. Lisboa: Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses / Imprensa Nacional; 1994. (2 vol.).
- Couto D. O primeiro soldado práctico. Martins AC, editor. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses; 2001.
- Couto D. O soldado práctico. Brasil R, editor. Mem Martins: Publicações Europa-América; 1988.
- Couto D. O soldado práctico. García Martín AM, editor. Coimbra: Angelus Novus; 2009.
- Couto D. O soldado práctico. Lapa MR, editor. Lisboa: Sá da Costa; 1937.
- Couto D. Observações sobre as principaes causas da decadencia dos portuguezes na Asia, escritas por Diogo do Couto, em forma de dialogo com o título de Soldado Pratico. Amaral AC, editor. Lisboa: Oficina da Academia Real das Sciencias; 1790.

---

<sup>21</sup> See Loureiro (1998, p. 24).

- Erasmus D. *Apophthegmatum ex optimis utriusque linguae scriptoribus per Des. Erasmus roterod. collectorum libri octo*. Colonia Agrippina: Gualtherus Fabritius; 1561.
- Erasmus D. *Libro de apothegmas*. Támara F, tradutor. Antwerp: Martín Nucio; 1549.
- Guevara A. *Aviso de privados, y doctrina de cortesanos*. Anveres: Martín Nucio; 1546.
- Guevara A. *Aviso de privados, y doctrina de cortesanos*. Valladolid: Juan de Villaquirán; 1545.
- Guevara A. *Las obras del illustre señor don Antonio de Guevara obispo de Mondoñedo, predicador, y chronista, y del consejo de su Magestad*. Valladolid: Juan de Villaquirán; 1539.
- Guevara A. *Una década de césares*. Jones J, editor. Chapel Hill: University of North Carolina Press; 1966.
- Iberian Books. *Aviso de privados y doctrina de cortesanos*. 2018 [internet]. [accessed March 11, 2021]. Available at: <https://iberian.ucd.ie/view/iberian:17033>.
- Loureiro RM. *A biblioteca de Diogo do Couto*. Macau: Instituto Cultural de Macau; 1998.
- Morales Ortiz A. *Plutarco en España: traducciones de Moralia en el siglo XVI*. Murcia: Universidad de Murcia.
- Muñoz Maldonado J. *Historias de todos los países y de todos los tiempos hasta nuestros días*. Madrid: Imprenta del Establecimiento de Mellado; 1863.
- Pearson MN. Foreword. In: Coates T, translator. *Dialog of a veteran soldier*. Dartmouth: Tagus Press; 2016. p. xi–xvii.
- Plutarch. *Dialogo de Plutarcho, en el qual se tracta, como se ha de refrenar la ira*. Astudillo D, translator. Anvers: Juan Steelsio; 1551.
- Plutarch. *La primera y segunda parte de Plutharcho*. Palencia A, translator. Sevilla: Paulo de Colonia, Johannes de Nurenberg y de Magno, Thomas Alemanes; 1491.
- Plutarch. *Morales de Plutarco*. Gracián D, translator. Alcalá de Henares. Juan de Brocar; 1548.
- Plutarch. *Plutarchi Chaeronei ethica seu moralia opuscula*. Erasmo D, translator. Paris: Michael Vascosanus; 1544.
- Vives JL. *Introduction a la sabiduria*. Astudillo D, translator. Anvers: Juan Steelsio; 1551.

FLP 23(1)

## Avaliação subjetiva, comportamento linguístico e variação na concordância nominal de número em uma variedade do português rural fluminense

*Subjective evaluation, linguistic behavior and variation in nominal-number agreement in a variety of rural Portuguese in Rio de Janeiro*

Jaqueline de Moraes Thurler Dália\*  
Instituto Federal Fluminense, Cambuci, RJ, Brasil

**Resumo:** O objetivo deste artigo é relacionar os resultados da análise social da variação de concordância nominal de número no português rural do 3º Distrito de Nova Friburgo com os da avaliação subjetiva de tal variedade linguística realizada com os moradores desse mesmo território. Os dados foram recolhidos por meio de entrevistas realizadas com famílias agricultoras endógenas. Para a análise variacionista, todos os sintagmas nominais pluralizáveis foram selecionados no corpus, isolados, codificados e quantificados, a partir de duas abordagens: a mórfica e a sintagmática. Para a análise da avaliação, optou-se por aplicar dois testes: em ausência de fala e com áudio-modelo. Concluiu-se que a comunidade de fala está em uma fase intermediária de aquisição das normas-padrão de concordância. A mudança está sendo liderada pelos jovens, que parecem apresentar condições de convergir ou divergir sua fala a depender de seus objetivos interlocutórios e sociais. Outro fator que parece impulsionar tal processo é o papel desempenhado pelas mulheres, tanto no que se refere à avaliação subjetiva da língua quanto ao uso vernacular. Já os homens são mais benevolentes em sua avaliação da variação diatópica, e isso se reflete em seu comportamento linguístico, mais refratário às influências exógenas e mais leal ao vernáculo local.

**Palavras-chave:** Avaliação subjetiva. Comportamento linguístico. Concordância nominal de número. Português rural.

**Abstract:** The goal of this research is to relate social analysis of nominal-number agreement in rural Portuguese with subjective evaluation of residents in Nova Friburgo third district. The data were collected through interviews carried out with endogenous farming families. For undertaking a variationist analysis, all pluralizable noun phrases were selected from a corpus, which it was recorded, transcribed, isolated, codified and quantified, taking into account morphic and syntagmatic approaches. In the analysis of the evaluation, two tests were applied: one considering the absent speech and another considering an example of audio. In conclusion, considering the standard norms in the agreement, the speech community is in an intermediate stage. Furthermore, some factors are driving the change process in such community. The first one is younger generations who seem to have conditions to converge or diverge their speech depending on their interlocutory and social goals. The second one is the role played by women in both language subjective evaluation and vernacular use. Finally, men are more benevolent in their assessment of the diatopic variation and, as a result, this is reflected in their linguistic behavior, which is more refractory to exogenous influences and more loyal to the local vernacular.

**Keywords:** Subjective evaluation. Linguistic behavior. Nominal-number agreement. Rural Portuguese.

---

\* Professora de Língua Portuguesa, Campus Avançado Cambuci, Instituto Federal Fluminense, Cambuci, RJ, Brasil; jaquelinethurlerdalia@gmail.com / jaqueline.dalia@ifff.edu.br

## 1 AVALIAÇÃO SUBJETIVA E COMPORTAMENTO LINGUÍSTICO: UMA INTRODUÇÃO SOB A PERSPECTIVA SOCIOLINGUÍSTICA

Em seu livro *Padrões Sociolinguísticos*, Labov propõe cinco questões centrais para a análise da evolução linguística, a saber:

1. Existe uma direção geral para a evolução linguística?
2. Quais são os condicionamentos universais da mudança linguística?
3. Quais as causas do surgimento contínuo de novas mudanças linguísticas?
4. Por meio de que mecanismo as mudanças ocorrem?
5. Existe uma função adaptativa na evolução linguística? (Labov, 2008 [1972], p. 192).

Diante dessas indagações, o autor afirma que o estudo empírico das mudanças em progresso pode ser dividido em três grandes problemas, os quais ele acredita que, em conjunto, podem responder às perguntas norteadoras do seu e de outros estudos sobre a língua. O primeiro deles, para o qual as pesquisas esboçariam uma solução, é o da *transição*, cujo objetivo investigativo seria diagnosticar os estágios da mudança linguística. O segundo é o do *encaixamento*, que buscaria encontrar as relações entre elementos do sistema linguístico e do não-linguístico que consolidariam a mudança. O terceiro deles é o da *avaliação*, que teria por finalidade correlacionar questões subjetivas do falante – atitudes, crenças, aspirações e reações – ao seu comportamento linguístico e aos valores da própria variável linguística investigada (Labov, 2008 [1972], p. 192-193).

Na obra, antes mesmo de sistematizar tais problemas, o sociolinguista indica a importância da avaliação como aspecto complementar à estratificação social no estudo do fenômeno fonético pesquisado por ele em Nova York (Labov, 2008 [1972], p. 145). Em seguida, afirma que tanto a avaliação quanto as variantes objetivas encontradas formam as duas faces da própria estratificação social (Labov, 2008 [1972], p. 158). E, assim, dedica-se a descrever métodos, de recolha e análise de dados, e resultados, não só das variáveis dependentes e independentes, mas também das reações subjetivas dos falantes frente à variação. Nesse sentido, explica que, para além dos valores dominantes da língua, os testes para captar as atitudes dos informantes servem para demonstrar sua autorrepresentação na comunidade linguística, por meio do ajuizamento do outro e de si mesmo. Destaca-se aí o fato de que, para o pesquisador, os dados desses testes não podem ser interpretados sem aqueles referentes aos padrões de fala real das pessoas (Labov, 2008 [1972], p. 248). Enfim, o problema da avaliação se tornaria fundamental na análise linguística, pois, de acordo com o autor, teria a finalidade de: “mostrar como os membros da comunidade reagem à mudança em progresso e descobrir que informação expressiva as variantes veiculam” (Labov, 2008 [1972], p. 326).

Considerando tal relação, Lucchesi desenvolve o conceito de “norma sociolinguística”, afirmando que:

a oposição sociolinguística entre as classes sociais não se dá apenas em função da diferença no comportamento linguístico dos seus membros, mas igualmente em função da maneira pela qual esses membros avaliam os diversos usos da língua e de como as mudanças linguísticas se propagam em cada segmento social. (Lucchesi, 2015, p. 33-34).

O autor defende que a polarização sociolinguística no Brasil, hoje, é resultado e reflexo das históricas diferenças materiais e socioculturais encontradas na própria

população. Corroborando essa perspectiva, Cardoso (2015, p. 15) afirma que as recentes reflexões da área sugerem uma dependência entre a avaliação que um ouvinte faz de um falante e as atitudes linguísticas pré-estabelecidas em relação ao seu dialeto, ao seu grupo étnico e à sua classe social. Ou seja, a resposta de um indivíduo – atitude – frente a uma situação avaliativa é diretamente relacionada às percepções sociais arraigadas em sua mente (Kaufmann, 2011, p. 122). Em suma, para a Sociolinguística, a apreciação dos usos da língua é, também e concomitantemente, um julgamento social que tem como resultado a filiação do falante (ou a tentativa de) a um modelo linguístico (Labov, 2008 [1972], p. 161; Cardoso, 2015, p. 9-10). Ainda de acordo com Lucchesi (2015, p. 35), na sociedade brasileira, dominada pela indústria cultural e pelos meios de comunicação de massa, os valores e padrões de conduta acabam sendo largamente propagados por todo território nacional, atingindo todas as classes sociais, o que, conseqüentemente, promove um nivelamento linguístico, impulsionado por uma avaliação dominante e ampla que usa “a clivagem da língua para reforçar a divisão social”.

Daí, então, surgem alguns estigmas e valorações, subjetivos e coletivos, que afetam os padrões objetivos da estrutura linguística, formando o “circuito da relação dialética entre *uso, avaliação e mudança*” (Lucchesi, 2015, p. 36, grifo do autor). Para Hora e Lopes (2015, p. 80), o estudo dessas atitudes se torna importante, pois, a partir dele, pode-se prever e compreender certos comportamentos no que diz respeito às escolhas por uma língua, variação particular ou variante, estigmatizadas ou de prestígio, em uma determinada comunidade. Assim, o uso de determinados fenômenos linguísticos, contextualmente situados, provocaria um juízo social, seja ele positivo ou negativo, que implicaria diretamente as escolhas e o comportamento dos falantes, contribuindo tanto para a perpetuação de estigmas quanto para a mudança nos padrões da língua. No campo sociolinguístico contemporâneo, esse processo é tomado, por influência da Psicologia Social ou Sociopsicologia, como tridimensional, pois envolve aspectos cognitivos (pensamentos, saberes e crenças), afetivos (sentimentos, valorações, rejeições) e conativos (comportamentos e condutas) (Bortoni-Ricardo, 2011; Kaufmann, 2011; Silva; Aguilera, 2014; Cardoso, 2015; Hora; Lopes, 2015;). Embora haja um grande debate sobre a independência desses três campos, a tendência é compreendê-los como correlacionados sem que sejam redundantes, principalmente, pressupondo que o comportamento – neste caso, linguístico – é fruto das crenças e das emoções de um indivíduo (Kaufmann, 2011, p. 123).

Sob essa percepção, Bortoni-Ricardo (2011), ao considerar a perspectiva de um contínuo linguístico *rurbano*, faz uma importante relação entre a Teoria da Acomodação Social, desenvolvida por Giles e Powesland nas décadas de 1970 e 80, no campo da Psicologia, e as hipóteses para a motivação do comportamento linguístico individual, levantadas nas pesquisas sociolinguísticas de variação e mudança de Le Page, na mesma época, e nas de Labov, que, já em 1966, acreditava em um conflito das escolhas linguísticas, ora orientadas para o prestígio, ora para a identidade. Segundo Bortoni-Ricardo (2011, p. 106), a Teoria da Acomodação observa que os indivíduos são motivados a adaptar suas falas com o intuito de demonstrar valores, crenças e atitudes referentes a outros sujeitos. Assim, de acordo com a avaliação da interação social realizada pelo falante, poderia haver: (i) convergência de fala, para que se consiga atração e apoio do modelo ao qual se quer associação, o que reduz as diferenças linguísticas e garante, a priori, uma boa receptividade por parte do ouvinte e um retorno social positivo; (ii) divergência do arquétipo dos interlocutores como estratégia

FLP 23(1)

para a marcação e a manutenção de identidade, que pode, por isso, ser bem avaliada pelo grupo ao qual se filia; e (iii) complementaridade de fala, que, na relação interlocutória, demonstra aceitação de uma condição subalterna, indicando que, linguisticamente, há divergências, mas, psicologicamente, há anuência dos papéis e da clivagem social. Em consonância a essa proposição, de acordo com a autora (Bortoni-Ricardo, 2011, p. 110), Le Page defende que o falante consegue estabelecer regras para se integrar a grupos que linguisticamente e socialmente lhe parecem mais interessantes, desde que: identifique um modelo vernacular; tenha capacidade de acessar seu grupo e manipular seu repertório; haja motivação para a dissociação ou para a manutenção de sua identidade; e apresente condições de alterar seu comportamento linguístico. Por fim, a estudiosa considera a colocação laboviana de que a análise da distribuição das variáveis linguísticas não pode desconsiderar a mobilidade social em uma determinada comunidade. Labov (1966) entende, então, que falantes ascendentes socialmente tendem a associar sua fala a grupos mais elevados e imediatamente mais próximos; os estáveis não apresentam grandes variações em seu desempenho estilístico; e os descendentes resistem aos padrões normativos sociais da língua. Todavia, conclui que: a maioria dos estratos sociais apresenta um sistema dual de normas sociolinguísticas; grupos estigmatizados percebem mais os traços estigmatizantes na fala do outro; há uma uniformização nas avaliações subjetivas do vernáculo; a maior parte dos usuários da língua pode escolher entre formas de prestígio ou estigmatizadas a depender dos valores sociais envolvidos na interação (Labov, 1996; Bortoni-Ricardo, 2011, p. 112;). As três proposições teóricas ajudariam, portanto, a compreender como a avaliação subjetiva interfere nas atitudes, no comportamento e, conseqüentemente, nos usos linguísticos.

Em se tratando da morfossintaxe, segundo vários autores (Brandão, 2011, p. 164; Lopes, 2015, p. 60; Lucchesi, 2015, entre outros), recaem sobre as variações de concordância nominal de número e verbal de número e pessoa as maiores cargas de estigmatização da língua. A não implementação das regras-padrão é extremamente condenada, enquanto o seu pleno emprego é amplamente bem conceituado. Essa norma sociolinguística vastamente difundida e já consolidada no país, levando em conta a relação entre uso e avaliação social, faz com que “indivíduos das classes baixas assimilem esse mecanismo sintático, à medida que vão se inserindo no mercado consumidor e no espaço da cidadania” (Lucchesi, 2015, p. 36). Fato este similarmente observado por Labov (Labov, 1966, 2008 [1972]) em sua análise de mobilidade social para grupos ascendentes. Tal julgamento, principalmente no que tange à concordância nominal de número em sintagmas nominais, também foi percebido na pesquisa sociolinguística desenvolvida em comunidades rurais do interior fluminense. Diante dessa constatação e buscando garantir o pressuposto colocado por Labov (2008 [1972]) de que a avaliação social de uma comunidade não pode ser interpretada de forma desconexa à descrição dos seus próprios padrões de fala, o objetivo deste artigo é relacionar os resultados da análise social da variação de concordância nominal de número no português rural do 3º Distrito de Nova Friburgo com os da avaliação subjetiva da língua realizada com os moradores desse mesmo território.

Para tanto, na sequência do trabalho, são apresentados a composição metodológica da pesquisa e os procedimentos de recolha de dados, quer para os testes de comportamento e reação, quer para os critérios de seleção e análise das variáveis linguísticas e sociais. Em seguida, os dados objetivos das variáveis sociais e subjetivos da concordância nominal de número são descritos e relacionados, na tentativa de

FLP 23(1)

compreender melhor dois problemas levantados por Labov na análise da variação: o encaixamento e a avaliação. Assim, de forma relacional, busca-se perceber como o fenômeno tem se apresentado na comunidade e quais valores sociossimbólicos vem propagando. Por fim, expõem-se as conclusões da pesquisa, apontando para um esboço do momento de transição da variável investigada na comunidade de fala em questão.

## **2 COLETA DE DADOS E CRITÉRIOS DA ANÁLISE LINGUÍSTICA VARIACIONISTA NO PORTUGUÊS RURAL DO 3º DISTRITO DE NOVA FRIBURGO**

Os dados aqui apresentados foram recolhidos nas comunidades rurais do 3º Distrito de Nova Friburgo em 2016, por meio de entrevistas realizadas com famílias agricultoras endógenas. O município se situa na Região Serrana do Rio de Janeiro, localizando-se bem próximo ao centro do estado. Cabe ressaltar que o 3º Distrito se encontra na interseção entre Nova Friburgo e Teresópolis, localidade de grande produção agrícola, muito importante para o abastecimento estadual de gêneros alimentícios. Seu perímetro rural está a aproximadamente 160 km da capital. A localização central no estado e a distância não muito grande e de, relativamente, fácil acesso até a cidade do Rio de Janeiro fazem com que o fluxo de mercadorias – e consequentemente o contato entre pessoas – seja intenso entre esta e outras regiões. Ultimamente, com a maior oferta de transporte público e com a ampliação da malha rodoviária asfaltada, o intercâmbio com outros bairros do mesmo município também foi estreitado.

Uma primeira sistematização das informações obtidas na pesquisa de campo foi realizada em 2017, principalmente no tocante aos testes de avaliação. Todavia, o corpus continuou sendo analisado nos anos subsequentes, até uma completa descrição da concordância nominal de número em sintagmas nominais, concluída em 2020. Para entender melhor o que motivou a investigação desse fenômeno variável, é importante esclarecer como se deu a recolha dos dados na comunidade de fala investigada.

As entrevistas individuais gravadas (Labov, 2008 [1972], p. 63) tiveram como base um roteiro-guia pensado com os seguintes objetivos: “homogeneizar os dados de vários informantes para posterior comparação, controlar os tópicos da conversação e, em especial, provocar narrativas de experiências pessoais.” (Tarallo, 2007, p. 23). Visando assegurar, principalmente, as narrações subjetivas, modelo mais propício a fornecer dados reais de fala (Labov, 2008 [1972]; Tarallo, 2007), o questionário norteador contou com cinco blocos, que tiveram como mote: (i) a caracterização geográfica da localidade onde o informante morava; (ii) a descrição das pessoas e dos modos de convivência da comunidade; (iii) a exposição do cotidiano e das tradições resguardadas em cada lugar e a participação do entrevistado nos eventos sociais citados; (iv) a narração individual, propriamente dita, da rotina e da condição de vida do informante e de suas relações pessoais, assim como das mudanças mais sensíveis a ele ao longo do tempo. Esses blocos garantiram material vernacular para a análise linguística que se seguiria. Propositadamente, realizou-se, ao final da entrevista, (v) a análise metalinguística na qual os testes de avaliação subjetiva da língua foram empregados. É importante esclarecer que todas as entrevistas foram conduzidas pela mesma entrevistadora/pesquisadora, já conhecida pelas famílias por sua atuação como professora na comunidade. A influência dessa interlocução é discutida também na

FLP 23(1)

análise dos resultados, visto que ela pode ter interferido em alguns comportamentos e avaliações.

Optou-se por aplicar dois tipos de teste, também com perguntas pré-elaboradas: em ausência de fala e com áudio-modelo (Cardoso, 2015). No primeiro, buscou-se perceber como a comunidade avaliava sua própria variedade e como o falante se percebia nesse conjunto, sem o estímulo auditivo. No segundo, foram apresentados aos informantes dois áudios de cerca de 30 segundos, nos quais duas mulheres, com idades aproximadas, falavam de sua infância. Uma delas era moradora e natural da região; e a outra, da Região Metropolitana do estado. Os resultados dos testes estão descritos na próxima seção deste artigo<sup>1</sup>. Todavia, de uma forma geral, a avaliação dos informantes acabou se dando de forma comparativa entre as duas falas<sup>2</sup>. Foi então que a indicação do fenômeno variável a ser investigado surgiu, por percepção dos próprios falantes.

Para ilustrar o processo, cabe aqui transcrever os áudios utilizados no teste. Eles são um pequeno trecho da resposta dada à pergunta ‘Como foi a sua infância?’:

- (1) **Áudio-modelo de fala da Zona Rural:** Dificil né... as veze, sempre foi assim muito difíci... aí eu tinha cinco, eram cinco irmão, aí dois faleceu já, os dois home, ficano três mulé. Tenho uma irmã (nome ocultado) que nem foi criada junto com a gente, depois dos vinte e nove ano, ela vei embora pra casa.
- (2) **Áudio-modelo de fala da Zona Urbana:** Eu tenho quatro irmãos, alguns com uma, uma certa distância, eu sou a das mais...a... a penúltima e tenho irmãos com dez anos de diferença, oito anos de diferença entre a gente. Então, antigamente, é... o irmão mais velho, ele contribuía muito com a ajuda dos pais e eu tinha minha irmã mais velha, meu irmão mais velho sempre presentes.

Após a exposição dos áudios, o que chamou a atenção foi a observação dos informantes quanto às concordâncias nominais de número realizadas ou não pelas falantes-modelo. Seguem alguns exemplos elucidativos dessas reações:

- (3) **Informante 14:** Achei [diferente] porque [a segunda] puxa nos “esses”, tudo muito bem...
- (4) **Informante 16:** Eu percebi na primeira que ela já é mais, que ela não fala mais formal, porque ela fala “dois irmão”, “dois home” e “duas mulé”. Eu já percebi isso mais nela porque acho que ela é daqui, da zona rural, né? Pelo jeito de falá, acho que a segunda já é mais pro lado formalizado, porque ela já falô mei direito.

<sup>1</sup> Uma primeira versão da investigação sobre avaliação social e comportamento dos falantes do 3º Distrito de Nova Friburgo já foi apresentada em um artigo desta autora (Dália, 2018). Todavia, ele não apresentou o suporte aqui pretendido nos indicadores de fala real. Ou seja, o objetivo deste artigo difere essencialmente do apresentado anteriormente.

<sup>2</sup> Nesta investigação específica, o corpus contou com 39 informantes. Aqui, consideram-se também os dados obtidos com moradores não nascidos na comunidade, mas residentes lá desde a infância ou juventude, por considerar que tal fato não comprometeria a pesquisa sobre avaliação social da língua. O quadro de informantes contou, então, com: 18 informantes da Geração 1, entre 35 e 55 anos, e 21 informantes da Geração 2, entre 14 e 19 anos; 20 mulheres, identificadas nas tabelas por *M* e 19 homens, identificados por *H*.

- (5) **Informante 19:** É, é que nem... A segunda falô mais compreto: “irmãos”. Falô mais tipo, língua portuguesa mermo, e a ota foi mais regional, “irmão”, “três irmão”...
- (6) **Informante 22:** [A segunda] É diferente, né? As pessoas, tipo lá no Centro, as pessoas falam assim muito certinho. Minha tia mesmo, ela fala “tudo tem que ser certinho, com esse, todos os esses possível”. Aqui a gente fala mais solto, mais à vontade...
- (7) **Informante 26:** Eu acho que é [daqui], “irmão” somos tantos “irmão”. (...) / Num sei, acho que ela [a segunda] puxa um *cado* no esse.

Ficou evidente, nesses discursos, que a variação na concordância nominal de número é um fator de distinção (e até de identidade linguística) entre a fala urbana e a rural muito perceptível aos falantes do interior fluminense e de forte carga avaliativa, confirmando uma das conclusões de Labov de que os usuários estigmatizados têm mais sensibilidade aos traços estigmatizantes na fala de outros indivíduos (Labov, 2008 [1972]; Bortoni-Ricardo, 2011, p. 111). Justificou-se aí a necessidade de aprofundamento no tratamento e na compreensão desse fenômeno, principalmente, porque grande parte das pesquisas de avaliação, atitudes e comportamentos linguísticos incidem sobre aspectos fonéticos e fonológicos ou pedagógicos (Kaufmann, 2011, p. 134; Cardoso, 2015, p. 18-20). Assim, buscou-se investigar como, de fato, a variável de característica morfossintática se mostrava na comunidade. Para isso, as entrevistas, já gravadas e transcritas<sup>3</sup>, foram analisadas. Todos os sintagmas nominais pluralizáveis foram selecionados no corpus, isolados, codificados e quantificados com auxílio do programa estatístico *Goldvarb X*, por meio de duas abordagens: a mórfica e a sintagmática (Lucchesi, 2000)<sup>4</sup>. Aquela focalizou a presença ou a ausência da marca de plural em cada um dos constituintes do sintagma nominal. Esta, ao contrário, observou a aplicação plena da regra de concordância nominal de número como um todo no sintagma e não em cada elemento dele.

Como, neste artigo, pretende-se aprofundar a compreensão das duas faces da estratificação social (avaliação e produção), as discussões se centraram na análise das variáveis sociais da variação de concordância e não nas variáveis estruturais da língua<sup>5</sup>. Na análise mais ampla, foram considerados os seguintes grupos de fatores extralinguísticos nas duas abordagens: geração, visto que foram contempladas duas faixas etárias – a dos pais e mães entre 35 e 55 anos e a de seus filhos e filhas, entre 14 e 19 anos; gênero; escolaridade; religião; bairro ou aglomerado rural onde o falante residia; participação em associação de moradores e pequenos produtores; e ocupação de cargo de liderança em alguma comunidade de prática<sup>6</sup>. Na abordagem mórfica, o

<sup>3</sup> A transcrição seguiu as normas indicadas no Projeto Vertentes, liderado pelo Professor Dante Lucchesi, na Universidade Federal da Bahia. Disponíveis em: <http://www.vertentes.ufba.br/projeto/transcricao>.

<sup>4</sup> Scherre (1988) denominou essas abordagens respectivamente como: atomística e não atomística.

<sup>5</sup> As variáveis estruturais linguísticas também foram controladas, tanto na abordagem mórfica quanto na sintagmática, mas, por conta da grande quantidade de dados e do necessário recorte para a apresentação do artigo, optou-se por focar aqui apenas os aspectos sociais da variação. Os demais resultados podem ser consultados nas seguintes publicações: Lucchesi e Dália (2020) e Lucchesi e Dália (2022) (no prelo).

<sup>6</sup> Como aqui o foco era a descrição do fenômeno linguístico na comunidade de fala, os falantes não nascidos lá foram desconsiderados. Contou-se, neste caso, com o seguinte quadro de informantes: 14

software indicou como variáveis relevantes para a compreensão da variação de concordância: gênero; escolaridade; bairro ou aglomerado rural; e participação em associação. Já na abordagem sintagmática, foram indicados, além dos grupos de fatores selecionados na mórfica, também: geração e religião<sup>7</sup>. Somente tais resultados (frequências brutas das ocorrências em percentuais e pesos relativos – PR, resultantes do cálculo da influência simultânea de todos os fatores em conjunto) são apresentados e relacionados aos da avaliação subjetiva a seguir.

### 3 AVALIAÇÃO SUBJETIVA E VARIÁVEIS SOCIAIS NA CONCORDÂNCIA NOMINAL DE NÚMERO DO PORTUGUÊS RURAL DO 3º DISTRITO DE NOVA FRIBURGO

Primeiramente, com os testes de avaliação, buscou-se compreender se os falantes da comunidade linguística pesquisada percebiam ali uma variedade diatópica da língua. Em ambos os testes aplicados, os resultados indicaram haver, na localidade, uma identidade vernacular. Em ausência de áudio-modelo, praticamente, 95% dos entrevistados consideraram que a fala local se diferenciava da considerada padrão, não havendo diferenças significativas entre geração e sexo, como se nota na Tabela 1 abaixo:

Tabela 1 – Avaliação em ausência quanto a existência de uma variedade linguística diatópica na região<sup>8</sup>.

Fatores	Resultado geral	Resultado por geração		Resultado por gênero	
		1	2	M	H
Concordam com a existência de uma variedade diatópica	<b>94,9%</b>	94%	95%	95%	95%
Não concordam com a existência de uma variedade diatópica	<b>5,1%</b>	6%	5%	5%	5%

Fonte: Elaboração da autora.

Ademais, a maioria dos informantes afirmou ser possível reconhecer um morador da região apenas por sua fala. Nesse quesito, também não houve discrepâncias entre gêneros, nem divergência geracional expressiva. Contudo, chamam a atenção dois fatos: a geração dos mais velhos se negou a fazer essa avaliação em 17% dos casos; e cerca de 10% dos jovens não se julgaram capazes de identificar um morador apenas por sua fala, de acordo com o que pode ser verificado na Tabela 2:

---

informantes da Geração 1, entre 35 e 55 anos, e 21 informantes da Geração 2, entre 14 e 19 anos; 19 mulheres e 16 homens.

<sup>7</sup> Uma primeira análise das variáveis sociais da concordância nominal de número já foi apresentada em artigo desta autora em coautoria com Dante Lucchesi, em 2021. Todavia, os dados lá descritos se circunscreviam à abordagem sintagmática. Aqui, pretende-se aprofundar com os resultados da abordagem mórfica. No artigo anterior, nenhuma relação com a avaliação subjetiva foi realizada.

<sup>8</sup> Resultado referente às perguntas: ‘Você acha que as pessoas da comunidade falam diferente das de outras comunidades? Por quê?’. Obviamente, as questões do roteiro de entrevistas foram se adequando ao contexto comunicativo.

Tabela 2 – Avaliação em ausência quanto à possibilidade de reconhecer um morador pela fala<sup>9</sup>.

<i>Fatores</i>	<i>Resultado geral</i>	<i>Resultado por geração</i>		<i>Resultado por gênero</i>	
		1	2	M	H
Reconheceriam um morador pela fala	<b>85%</b>	83%	85,7%	85%	84%
Não reconheceriam um morador pela fala	<b>5%</b>	0%	9,6%	5%	5%
Não avaliaram	<b>10%</b>	17%	4,7%	10%	11%

Fonte: Elaboração da autora.

Tais resultados foram ratificados pelo teste com áudio-modelo, uma vez que 95% dos informantes reconheceram a fala da moradora da região (Tabela 3):

Tabela 3 – Avaliação quanto ao reconhecimento da variedade diatópica frente ao áudio-modelo<sup>10</sup>.

<i>Fatores</i>	<i>Resultado geral</i>	<i>Resultado por geração</i>		<i>Resultado por gênero</i>	
		1	2	M	H
Reconheceram a fala-modelo da região	<b>95%</b>	89%	100%	90%	100%
Não reconheceram a fala-modelo da região	<b>5%</b>	11%	0%	10%	0%

Fonte: Elaboração da autora.

Os percentuais gerais das três avaliações, essencialmente, não diferiram. Todavia, quando olhados estratificados em geração e gênero, podem-se perceber algumas nuances dignas de atenção. Todos os jovens e homens identificaram a fala-modelo, embora 5% deles discordassem da existência de uma variedade diatópica. Vale, por ora, destacar que somente algumas mulheres mais velhas não identificaram a fala local e ter em mente que, mais nitidamente do que ocorre na avaliação em ausência, o áudio “evoca atitudes, preconceitos ou estereótipos relevantes sobre o falante e sobre a comunidade de fala a que ele pertence” (Hora; Lopes, 2015, p. 82). Os números das variáveis *geração* e *gênero*, assim como os de outras avaliações e atitudes, são melhor compreendidos no decorrer do artigo, quando se analisam os resultados do fenômeno linguístico focalizado aqui à luz das variáveis sociais.

Com base nessa percepção, foi importante compreender como a variável linguística indicada no discurso dos falantes se delineava na comunidade. A análise mórfica da concordância nominal de número em sintagmas nominais chegou aos seguintes números:

Tabela 4 – Frequência da marcação de plural em cada item do SN.

<i>Realização de plural</i>	<i>Nº de ocorrências/Total</i>	<i>Frequência</i>
Com marcação	2.289/3.206	<b>71,4%</b>
Sem marcação	917/3.206	<b>28,6%</b>

Fonte: Lucchesi e Dália (2020).

<sup>9</sup> Resultado referente à pergunta: ‘Você reconheceria uma pessoa de sua região apenas pelo modo de falar?’.

<sup>10</sup> Resultado referente à pergunta: ‘Você acredita que, pelo modo de falar, alguma dessas mulheres é da região?’.

Os estudos desse fenômeno com a mesma abordagem mostram que, em regiões urbanas de maior concentração econômica e populacional, como a Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, os índices de marcação de plural em cada item do SN podem chegar a mais de 92% (Brandão, 2013). Já em áreas periféricas e rurais, como as do interior nordestino, as pesquisas indicam que a realização atomística do plural pode ser realizada em menos de 50% dos casos (Andrade, 2003). Todavia, acredita-se que tal perspectiva metodológica, embora possa fornecer inúmeras informações estruturais da língua, não indica o real estágio de utilização das regras de concordância na comunidade, já que a indicação de plural em apenas um vocábulo do SN não garante que a concordância ocorra nos demais (Lucchesi; Dália, 2020). Este só pode ser aferido com a abordagem sintagmática, cujos números foram muito mais reveladores:

Tabela 5 – Frequência da plena concordância nominal de número no SN.

<i>Aplicação da regra de concordância</i>	<i>Nº de ocorrências/Total</i>	<i>Frequência</i>
Sim	802/1.668	<b>48,1%</b>
Não	866/1.668	<b>51,9%</b>

Fonte: Dália e Lucchesi (2021, p. 227).

Os percentuais de aplicação plena de concordância indicam que a comunidade está em uma fase intermediária de aquisição e implementação das regras da língua padrão. A posição mediana no contínuo da polarização sociolinguística brasileira fica evidente, principalmente, na comparação com outros grupos sociais. Em comunidades rurais mais isoladas do Nordeste, com a já rastreada transmissão linguística irregular (Lucchesi; Baxter, 2009), como é o caso de Helvécia, no interior da Bahia, o índice de uso pleno da regra, encontrado por meio da abordagem sintagmática, não passa de 9%, como demonstra o trabalho de Andrade (2003)<sup>11</sup>, que, assim como este, também sistematizou as duas perspectivas analíticas.

Diante, então, da constatação da existência de uma variedade local da língua com um fenômeno variável bastante perceptível aos falantes, buscou-se delinear como eles avaliavam seu vernáculo, sob dois pontos de vista: o estético e o hedônico. Segundo Cardoso (2015, p. 38), o primeiro está associado ao gosto e, por isso, diz respeito a uma avaliação mais subjetiva, ligada à caracterização do par “bonito-feio”. Já o segundo se encontra no domínio da sensibilidade, cuja descrição pode ser observada pela adjetivação “agradável-desagradável” (Cardoso, 2015, p. 36). Os resultados estão dispostos nas Tabelas 6 e 7:

<sup>11</sup> A pesquisa de Andrade (2003) também se ancora nos pressupostos teórico-metodológicos do Projeto Vertentes e, por isso, estabelece-se aqui um diálogo mais estreito com ela.

Tabela 6 – Avaliação estética em ausência em relação à variedade local<sup>12</sup>.

<i>Fatores</i>	<i>Resultado geral</i>	<i>Resultado por geração</i>		<i>Resultado por gênero</i>	
		1	2	M	H
Consideram a variedade bonita	<b>43,6%</b>	22,2%	62%	30%	58%
Consideram a variedade feia	<b>17,9%</b>	33,3%	4,7%	25%	11%
Não avaliaram	<b>38,5%</b>	44,5	33,3%	45%	32%

Fonte: Elaboração da autora.

Tabela 7 – Avaliação hedônica em ausência em relação à variedade local<sup>13</sup>.

<i>Fatores</i>	<i>Resultado geral</i>	<i>Resultado por geração</i>		<i>Resultado por gênero</i>	
		1	2	M	H
Consideram a variedade agradável	<b>46,2%</b>	22,2%	66,7%	35%	58%
Consideram a variedade desagradável	<b>10,3%</b>	11,1%	9,5%	20%	0%
Não avaliaram	<b>43,6%</b>	66,7%	23,8%	45%	42%

Fonte: Elaboração da autora.

Nota-se que, de uma forma geral, a variedade local não é mal avaliada pelos próprios falantes, uma vez que as percepções positivas foram mais incidentes do que as outras, embora, em percentuais gerais, elas não representem a maioria da comunidade. Essa incidência pode ser explicada pela modulação dos entrevistados ao contexto interlocutório, uma vez que juízos negativos podem ter sido evitados diante da presença da pesquisadora. Quando os números são olhados por estratos, entretanto, verifica-se que os informantes são muito mais benevolentes em relação ao vernáculo da região do que as informantes, em ambas as ponderações. Outrossim, merece destaque a divergência de avaliação entre as gerações. Os jovens, estudantes do Ensino Médio, mostraram-se muito mais complacentes com a fala da comunidade do que seus pais ou mães. Percentualmente, eles representam o triplo de avaliações positivas quando comparados aos mais velhos, interferindo, assim, radicalmente no resultado geral da comunidade. Além do quesito geracional, mais do que a visão negativa, destaca-se a abstenção da apreciação, também detectada por Cardoso (2015) em seus testes de avaliação em Aracaju. Um número expressivo de entrevistados se negou a fazer qualquer tipo de julgamento, estético (38,5%) ou hedônico (43,6%), de base linguística. E aí se encontram, novamente, com mais proeminência, as mulheres da Geração 1. Os resultados parecem indicar que não houve, simplesmente, ausência de juízo de valor, mas sim uma omissão em se autorrepresentar nesse julgamento, o que fica mais claro com os próximos índices.

Quando as variedades rural e urbana foram comparadas a partir do áudio-modelo, a avaliação negativa da primeira se sobressaiu, com exceção da perspectiva hedônica, como se vê no apanhado, representado no Quadro 1:

<sup>12</sup> Resultado referente à pergunta: ‘*Você considera o modo de falar da região: ( ) feio ou ( ) bonito?*’.

<sup>13</sup> Resultado referente à pergunta: ‘*Você considera o modo de falar da região: ( ) agradável ou ( ) desagradável?*’.

Quadro 1 - Avaliação subjetiva comparativa entre a fala urbana e a fala rural.

		<i>Fala urbana</i>	<i>Fala rural</i>
Avaliação estética da fala	Bonita	69%	33%
	Feia	2,6%	8%
	Não avaliaram	28%	59%
Avaliação hedônica da fala	Agradável	72%	72%
	Desagradável	5%	2%
	Não avaliaram	23%	26%
Avaliação do grau de instrução formal da falante	Sem escolaridade	2,5%	70%
	Baixa escolaridade	2,5%	20%
	Alta escolaridade	85%	5%
	Não avaliaram	10%	5%
Avaliação da idade da falante	Mais idade	26%	69%
	Menos idade	74%	31%
Avaliação da classe social da falante	Classe baixa	2,5%	49%
	Classe média	10%	10%
	Classe alta	64%	13%
	Não avaliaram	23%	28%

Fonte: Elaboração da autora.

O exemplar urbano foi considerado mais bonito, associado à classe social mais alta, à alta escolaridade e a uma certa modernidade, já que a cidadã da Região Metropolitana foi estimada como mais nova do que a da Região Serrana, embora elas tivessem aproximadamente a mesma idade. Em contrapartida, o exemplar rural foi caracterizado como, esteticamente, mais feio e mais vinculado à pobreza, à falta de instrução e a um arcaísmo, pois foi, aqui e em outros momentos da entrevista, indicado como ‘a forma de falar dos mais antigos’. O áudio, como já previram Hora e Lopes (2015), incentivou a explanação das estereotipações sociais, já que a visão dominante (e equivocada) de um rural atrasado, sem escolarização e pobre foi estendido a sua variedade linguística. Aqui, assim como notado por Bortoni-Ricardo (2011, p. 241-259), pode ter havido um “problema de comunicação intercultural”. Como os entrevistados, diante das experiências pelas quais passaram, preveem uma avaliação negativa de sua variedade linguística, antecipam esse julgamento, buscando complementaridade de fala com a interlocutora, já conhecida por eles exatamente por ser professora de Língua Portuguesa da região. Kaufmann já havia alertado para esse problema prático no controle da interação, pois rotineiramente os entrevistados “não

FLP 23(1)

entendem por que uma pessoa erudita [...] possa se interessar por seus falares; falares que os próprios falantes, muitas vezes, consideram errado e sem valor” (Kaufmann 2011, p. 128). Depoimentos desse tipo foram vivenciados a todo momento na pesquisa de campo, e os números parecem indicar que os informantes aceitaram, na interlocução e nos papéis simbólicos representados nela, não só as divergências linguísticas *rurbanas*, mas também a condição hegemônica de subalternidade social expressa e representada pela fala.

Entretanto, quanto à questão hedônica, cabe uma ressalva. Nos dois testes, a fala rural foi descrita como agradável, e o áudio-modelo urbano foi mais caracterizado como desagradável do que o local. Foi nesta situação que as apreciações quanto aos usos dos *esses* surgiram. A norma padrão de concordância nominal de número foi o ponto central de estranhamento dos falantes rurais quanto ao modelo urbano culto. Labov já indicara em seus estudos em Nova York (Labov, 2008 [1972]), como dito anteriormente, que a sensibilidade para a percepção de traços estigmatizantes é muito aguçada naqueles que já foram estigmatizados exatamente por tais características. A distinção nos padrões sociolinguísticos de concordância foi crucial para causar nos ouvintes um incômodo em relação ao exógeno, embora socialmente ele tenha sido valorado.

Buscou-se, então, verificar se a comunidade percebia a variedade linguística local como uniforme por toda sua área rural. Os resultados encontrados estão dispostos na Tabela 8:

Tabela 8 – Avaliação em ausência quanto à uniformidade da variedade no território rural<sup>14</sup>.

Fatores	Resultado geral	Resultado por geração		Resultado por gênero	
		1	2	M	H
Concordam com a uniformidade da variedade	<b>46,2%</b>	38,9%	52,4%	35%	57,9%
Não concordam com a uniformidade da variedade	<b>38,5%</b>	44,4%	14,3%	35%	42,1%
Não avaliaram	<b>15,4%</b>	16,7%	33,3%	30%	0%

Fonte: Elaboração da autora.

Mesmo que, em maior parte, pouco menos da metade dos entrevistados concorde com uma norma sociolinguística por toda região rural do 3º Distrito, um pouco mais da metade dos jovens, 52,4%, entende que linguisticamente o território é uniforme, enquanto apenas 38,9% de seus pais e mães concordam com isso. Ao contrário, a minoria de jovens, 14,3%, e a maioria dos informantes mais velhos, 44,4%, defendem a variação no interior dessa variedade diatópica. A Geração 1, talvez por estar mais sensível às transformações de seu lugar, percebe o que entendera Labov (2008 [1972]): a heterogeneidade linguística no interior das comunidades de fala. Em relação ao gênero, enquanto não há uma tendência definida entre as mulheres nessa questão, os homens vão em direção à defesa de uma homogeneidade linguística local.

<sup>14</sup> Resultado referente à pergunta: ‘O modo de falar das pessoas é igual em todas as comunidades do 3º Distrito? Ou há diferenças entre as comunidades?’.

Para compreender melhor a avaliação da realização objetiva da variável e da variante linguística em questão pelo território, ponderou-se sobre o emprego da concordância nominal de número por bairros e aglomerados rurais do 3º Distrito, a fim de contrastar se o percebido pela comunidade era de fato uma realidade de seu vernáculo:

Tabela 9 – A concordância nominal de número no SN em função da localidade do falante<sup>15</sup>.

<i>Localidades</i>	<i>Abordagem Sintagmática</i>			<i>Abordagem Mórfica</i>		
	<i>Nº de ocorrências / Total</i>	<i>Freq.</i>	<i>PR</i>	<i>Nº de ocorrências / Total</i>	<i>Freq.</i>	<i>PR</i>
Três Picos e Jaborandi	192/352	<b>54,5%</b>	.725	501/673	<b>74,4%</b>	.668
Baixada de Salinas e Campestre	130/239	<b>54,4%</b>	.659	349/460	<b>75,9%</b>	.729
S. Lourenço, S. Felipe e Faz. Schuenck	115/825	<b>40,4%</b>	.463	386/564	<b>68,4%</b>	.392
Barracão dos Mendes	132/240	<b>55%</b>	.434	331/446	<b>74,2%</b>	.441
Alto de Salinas, Salinas e Patrocínio	83/235	<b>35,3%</b>	.389	298/464	<b>64,2%</b>	.403
Santa Cruz e Centenário	150/317	<b>47,3%</b>	.289	424/599	<b>70,8%</b>	.343
<b>Total</b>	<b>802/1.668</b>	<b>48,1%</b>		<b>2.289/3.206</b>	<b>71,4%</b>	

Fonte: Elaboração da autora.

Os números de avaliação da comunidade parecem coerentes com a variável *localidade* do fenômeno linguístico pesquisado. Nesse grupo de fatores, houve disparidades entre percentuais e peso relativo (PR), o que normalmente não deveria ocorrer. Isso se deveu à falta de ortogonalidade entre: (a) as comunidades de Três Picos e Jaborandi e Baixada de Salinas e Campestre e o quesito *religiosidade*; e (b) a variável *gênero* no aglomerado Barracão dos Mendes. Por esse motivo, serão considerados, na análise desse grupo, apenas os indicativos de proporção dos informantes. Há, portanto, discrepâncias na realização da concordância nominal de número, visto que os percentuais entre os aglomerados variam em 20 pontos, numa perspectiva sintagmática, e em quase 12, na abordagem mórfica. Contudo, em relação ao total de pleno emprego da norma, 48,1%, e à marcação atomística, 71,4%, elas não são tão extremas. O que chama atenção é o fato de o bairro dos Três Picos, indicado discursivamente pelos informantes como mais identitário em termos vernaculares, estar entre os que mais marcam o plural, seja de forma plena ou em cada item do SN. Para tanto, Dália e Lucchesi (2021, p. 238) explicam que, em se tratando de Três Picos e Jaborandi e Baixada de Salinas e Campestre, as comunidades:

são limítrofes à escola de Ensino Médio da região e os bairros mais próximos ao Parque Estadual dos Três Picos. Daí se podem ensaiar algumas explicações: (i) a escola [...] traz inúmeros sujeitos externos que passam a ter contato cotidiano com as comunidades circunvizinhas; (ii) por abranger uma área explorada turisticamente, [...] a troca linguística é maior aqui do que em outros bairros da comunidade [...]. Por outro lado, Baixada de Salinas, Campestre e Três Picos compõem a mesma associação de agricultores, o que também pode favorecer o compartilhamento linguístico. (Dália; Lucchesi, 2021, p. 238).

<sup>15</sup> Níveis de significância: .031, na abordagem sintagmática; .000, na abordagem mórfica.

Já em relação a Barracão dos Mendes, os autores identificam que: “a localidade [é] a mais próxima do perímetro urbano [...]. A maior facilidade de deslocamento e a oferta de outros postos de trabalho podem estar interferindo nos usos linguísticos do bairro.” (Dália; Lucchesi, 2021, p. 239). Por fim, informam que São Lourenço e Alto de Salinas são localidades “mais afastadas, nas quais ficam os pontos finais das linhas de transporte público, não havendo outros bairros depois delas, o que faz com que o contato entre os aglomerados seja menor do que nas outras localidades” (Idem).

Nesse processo de reflexão sobre a língua, foi fundamental entender se os entrevistados se viam como partícipes dessa comunidade linguística guarda-chuva, que abriga tantas outras (Eckert; McConnell, 2010). As mulheres se identificam muito mais com a variedade local do que os homens, o que é ratificado pela negação, já que eles negam a partilha linguística em índices bem maiores. Ademais, os números entre os mais jovens, com nível de escolaridade maior, e os homens mais velhos são muito parecidos. Note-se:

Tabela 10 – Avaliação em ausência quanto ao pertencimento do falante à comunidade de fala<sup>16</sup>.

Fatores	Resultado geral	Resultado por geração		Resultado por gênero	
		1	2	M	H
Reconhecem falar como a comunidade	<b>74%</b>	83%	67%	85%	63%
Não reconhecem falar como a comunidade	<b>23%</b>	11%	33%	15%	32%
Não avaliaram	<b>3%</b>	6%	0%	0%	5%

Fonte: Elaboração da autora.

Os dados dessa autoavaliação vão tomando contornos mais bem definidos quando complementados pelo índice de orgulho de fala, já que as mulheres mais velhas são as que sentem menos orgulho de sua variedade linguística, e os homens, que admitem em menor percentual participar dessa comunidade de fala, sentem-se bem mais orgulhosos, como se percebe na Tabela 11:

Tabela 11 – Avaliação em ausência quanto ao orgulho do falante em pertencer à comunidade de fala<sup>17</sup>.

Fatores	Resultado geral	Resultado por geração		Resultado por gênero	
		1	2	M	H
Sentem orgulho de sua fala	<b>66,7%</b>	55,6%	76,2%	50%	84,2%
Têm orgulho, mas já sentiram vergonha	<b>12,8%</b>	22,2%	4,8%	15%	10,5%
Não sentem nem orgulho nem vergonha	<b>7,7%</b>	5,6%	9,5%	15%	0%
Sentem vergonha	<b>2,6%</b>	5,6%	0%	0%	5,3%
Não avaliaram	<b>10,3%</b>	11%	9,5%	20%	0%

Fonte: Elaboração da autora.

<sup>16</sup> Resultado referente à pergunta: ‘*Você fala como as pessoas de sua comunidade?*’.

<sup>17</sup> Resultados referentes às perguntas: ‘*Você tem orgulho do seu modo de falar? Por quê?*’ e ‘*Já sentiu vergonha do seu modo de falar? Por quê?*’.

Outra questão que chama atenção é o fato de os jovens apresentarem um grande indicativo de satisfação com seu vernáculo, conforme os números da Tabela 11, ratificados pela Tabela 12:

Tabela 12 – Avaliação estética em ausência quanto a própria fala<sup>18</sup>.

Fatores	Resultado geral	Resultado por geração		Resultado por gênero	
		1	2	M	H
Gostam de sua própria fala	<b>69,2%</b>	50%	85,7%	70%	68,4%
Não gostam da própria fala	<b>10,3%</b>	16,7%	4,8%	15%	5,3%
Não avaliaram	<b>20,5%</b>	33,3%	9,5%	15%	26,3%

Fonte: Elaboração da autora.

Os dados relacionados à Geração 2, provavelmente, interferiram no resultado geral de satisfação da comunidade, principalmente no tocante às meninas, já que aqui a avaliação positiva das mulheres foi ligeiramente maior do que o resultado geral. Considerar o aspecto geracional e de gênero se delineia como fundamental nesta pesquisa, especialmente, quando a avaliação e o comportamento dos informantes, nessas estratificações, são comparados ao uso que esses fazem das regras de concordância nominal de número. O quantitativo de jovens que empregam plenamente o plural no SN é mais de 20 pontos percentuais maior do que o de seus pais e mães, de acordo com o demonstrado na Tabela 13 (referente à abordagem sintagmática), comprovando-se o indicador como bastante significativo quando olhado a partir do Peso Relativo de .590 para a geração mais nova e de .368 para a mais velha:

Tabela 13 – Aplicação plena da regra de concordância de número no SN do português rural da Serra Fluminense, em função da geração do falante<sup>19</sup>.

Geração	Nº de ocorrências/Total	Frequência	Peso relativo
Filhas/Filhos	553/997	57,5%	.590
Pais/Mães	229/671	34,1%	.368
<b>Total</b>	<b>802/1.668</b>	<b>48,1%</b>	

Fonte: Dália e Lucchesi (2021, p. 231).

Não se acredita, neste estudo, apenas na variável *geração* como indicativo de mudança nos padrões sociolinguísticos da comunidade. Entende-se que, na sociedade brasileira hoje, idade e escolaridade se imbricam, pois o acesso à instrução formal e a graus mais elevados de estudo são muito recentes no país. Portanto, jovens tendem a ter, em perspectiva social ampla, um nível de escolaridade mais alto do que seus antecedentes familiares. Por isso, a escolarização dos informantes é fundamental na compreensão da aquisição e dos usos padrões da língua, o que está demonstrado na Tabela 14:

<sup>18</sup> Resultado referente à pergunta: 'Você gosta do seu modo de falar?.'

<sup>19</sup> Nível de significância: .008.

Tabela 14 – A concordância nominal de número em função do nível de escolaridade do falante<sup>20</sup>.

<i>Escolaridade</i>	<i>Abordagem Sintagmática</i>			<i>Abordagem Mórfica</i>		
	<i>Nº de ocorrências / Total</i>	<i>Freq.</i>	<i>PR</i>	<i>Nº de ocorrências / Total</i>	<i>Freq.</i>	<i>PR</i>
Ensino Médio	573/997	57,5%	.607	1.515/1.971	76,9%	.599
2º Seg. Ens. Fundamental	49/83	59%	.627	115/149	77,2%	.671
1º Seg. Ens. Fundamental	180/588	30,6%	.307	659/1.086	60,7%	.304
<b>Total</b>	<b>802/1.668</b>	<b>48,1%</b>		<b>2.289/3.206</b>	<b>71,4%</b>	

Fonte: Elaboração da autora.

Refletindo sobre esse aspecto na comunidade linguística do 3º Distrito de Nova Friburgo, Dália e Lucchesi afirmam que, na análise sintagmática, os “resultados apontam o 2º Segmento do Ensino Fundamental como decisivo na aquisição dos padrões de concordância de número, como consequência de uma ampliação da consciência linguística em relação ao padrão normativo.” (2021, p. 233), mantendo-se, sem grande variação, até o Ensino Médio. A conclusão é ratificada pelos números da abordagem mórfica, pois seus percentuais e PR indicam ligeira elevação na marcação de plural dos elementos do sintagma na fala de indivíduos com escolarização de 2º Segmento do Ensino Fundamental.

Em relação à variável *gênero*, a diferença entre os estratos é ainda maior. As mulheres empregam plenamente a regra em um percentual de 60,3% e PR de .700, bem mais alto que o índice geral da comunidade, enquanto os homens concordam os elementos do SN em menor número, 35,4% e PR de .295. Tais conclusões também são percebidas na marcação mórfica de cada item, já que elas realizaram o plural em 78,6% dos vocábulos, e eles, em 64%, com PR bem representativos, .701, no primeiro caso, e .293, no segundo:

Tabela 15 – A concordância nominal de número no SN em função do gênero do falante<sup>21</sup>.

<i>Gênero</i>	<i>Abordagem Sintagmática</i>			<i>Abordagem Mórfica</i>		
	<i>Nº de ocorrências / Total</i>	<i>Freq.</i>	<i>PR</i>	<i>Nº de ocorrências / Total</i>	<i>Freq.</i>	<i>PR</i>
Mulheres	509/844	60,3%	.700	1.283/1.633	78,6%	.701
Homens	293/824	35,4%	.295	1.006/1.573	64%	.293
<b>Total</b>	<b>802/1.668</b>	<b>48,1%</b>		<b>2.289/3.206</b>	<b>71,4%</b>	

Fonte: Elaboração da autora.

Em relação a essa variação diagenérica, a explicação parece repousar nas atividades diárias e nos papéis sociais assumidos por homens e mulheres naquele contexto (Dália; Lucchesi, 2021). Ambos, principalmente mais velhos, desenvolvem

<sup>20</sup> Nível de significância: .031, na abordagem sintagmática; .000, na abordagem mórfica.

<sup>21</sup> Nível de significância: .043, na abordagem sintagmática; .000, na abordagem mórfica.

trabalhos ligados à agropecuária, porém com algumas especificidades. Eles lidam mais cotidianamente com a comercialização e o transporte de mercadorias e, por isso, mantêm contato e vínculos solidários com outros homens que também compartilham dessas tarefas. Elas, no entanto, dedicam-se mais às atividades locais e de organização e, assim, estão mais sujeitas ao contato com a escrita, por exemplo, no preenchimento de notas fiscais e no controle contábil. A relação delas com o mundo letrado também se estreita à medida que o acompanhamento da vida escolar dos filhos se configura como mais uma de suas responsabilidades domésticas. No que se refere aos mais jovens, nota-se que os meninos demonstram um desejo maior em prosseguir no trabalho rural já desenvolvido por eles, mas as meninas tendem a buscar outras alternativas profissionais, como no setor de serviços. Nesse cenário, os homens demonstram estar “mais refratários às influências de cima para baixo e de fora para dentro, mantendo uma atitude mais voltada para a conservação do vernáculo da comunidade” (Dália; Lucchesi, 2021, p. 236). Já as mulheres “estão de alguma forma mais sujeitas à imposição da norma padrão, [estando as meninas] associando sua fala àquelas consideradas de prestígio, em função de sua vivência, profissional e social, em ambientes externos” (Idem). Quando as duas variáveis, *gênero* e *geração*, são cruzadas, os resultados chegam a ser surpreendentes e indicam o papel decisivo das jovens na mudança linguística da comunidade. Elas aplicam a regra plena de concordância nominal de número em cerca de 85% dos sintagmas. Novamente aqui, percebe-se o contato linguístico e a motivação para a mudança atuando na acomodação e na variação linguística.

Como advertira Kaufmann, “a incongruência [entre avaliações e comportamento linguístico] aqui pode nos levar a conclusões interessantes sobre o funcionamento sociopsicológico de comunidades linguística” (2011, p. 125). A partir da exposição dos resultados descritos até agora já é possível traçar um pequeno esboço da relação entre avaliação, atitudes e o comportamento linguístico da comunidade, considerando, principalmente, sexo e geração. Mulheres, especialmente mais novas, são as que mais empregam as regras de concordância nominal de número na comunidade. Homens são mais resistentes à mudança. Todavia, elas, de uma forma geral, entendem, mais do que eles, participar dessa comunidade de fala, que é melhor avaliada por eles do que por elas. Principalmente as mulheres da Geração 1 são bastante rígidas em julgar a variedade local, o que não acontece com os jovens de ambos os sexos, mas valida um processo de mudança nas regras sociolinguísticas locais. A avaliação positiva que as mães fazem da variedade culta e urbana do português brasileiro acaba por legitimar a aquisição dos padrões de concordância nominal por seus filhos e suas filhas no processo de educação formal.

Diante dessas avaliações, o desejo por uma mudança nos padrões de fala foi questionado. Notou-se que um pouco mais da metade dos entrevistados não gostaria de mudar sua fala (53,8%), poucos (15,4%) têm essa vontade, mas quase um terço (30,8%) simplesmente não conseguiu ou, simplesmente, não desejou se posicionar diante da indagação. Entretanto, novamente, a estratificação dos dados aponta para uma interpretação mais profunda:

Tabela 16 – Avaliação em ausência quanto ao desejo do falante em mudar a própria fala<sup>22</sup>.

Fatores	Resultado geral	Resultado por geração		Resultado por gênero	
		1	2	M	H
Não gostariam de mudar a própria fala	<b>53,8%</b>	27,8%	76,2%	50%	57,9%
Gostariam de mudar a própria fala	<b>15,4%</b>	22,2%	9,5%	25%	5,3%
Não avaliaram	<b>30,8%</b>	50%	14,3%	25%	36,8%

Fonte: Elaboração da autora.

O resultado geral de aceitação vernacular é, outra vez, influenciado pela avaliação e pelo comportamento linguístico dos mais jovens, não havendo grande diferença entre os gêneros. Aqueles que transitam por, pelo menos, duas normas sociolinguísticas apresentam mais condições de adequação e valorizam mais sua identidade linguística. A interseção de estudos feita por Bortoni-Ricardo (2011) explica essa situação. Os jovens, grupo ascendente no que tange à escolaridade e à cultura letrada e que, segundo Labov (2008 [1972], p. 168), está numa fase sensível às normas avaliativas, são capazes de buscar convergência de fala nos meios em que se relacionam e podem, até mesmo, em determinadas situações, objetivar conscientemente a divergência de fala para marcar sua identidade. Em grande parte dos contextos, eles conseguem certo êxito, pois identificam com mais facilidade os modelos vernaculares e as normas sociolinguísticas, apresentam mais habilidade para manipular essas regras, têm mais motivação social e mais condições para mudar seu desempenho linguístico. Essa situação foi identificada também na interlocução das entrevistas realizadas aqui.

A capacidade de manipulação do código fica evidente na análise feita pelos entrevistados quando indagados se já haviam precisado, em alguma situação, modificar sua maneira de falar. Mais de 80% dos representantes da Geração 2 avaliaram já ter adequado sua linguagem a diversos contextos:

Tabela 17 – Avaliação em ausência quanto a já ter havido necessidade de mudar a própria fala<sup>23</sup>.

Fatores	Resultado geral	Resultado por geração		Resultado por gênero	
		1	2	M	H
Já precisaram mudar a própria fala	<b>64,1%</b>	44,4%	81%	60%	68,4%
Não precisaram mudar a própria fala	<b>30,8%</b>	44,4%	19%	35%	26,3%
Não avaliaram	<b>5,1%</b>	11,2%	0%	5%	5,3%

Fonte: Elaboração da autora.

Reiteradamente, a consciência linguística dos jovens e suas condições de adaptabilidade se destacaram. Entre os mais velhos, de forma geral, não há distinção numérica entre a percepção de precisarem ou não modificar a sua fala dependendo da situação enunciativa. Todavia, os homens reconhecem mais já terem passado por circunstâncias em que houve uma necessidade de adequação. Provavelmente, a resposta foi motivada pelo convívio e pelos laços profissionais que eles mantêm fora

<sup>22</sup> Resultado referente às perguntas: ‘*Você gosta do seu modo de falar? Mudaria se pudesse?*’.

<sup>23</sup> Resultado referente às perguntas: ‘*Em algumas situações, você precisou mudar seu modo de falar? Por quê? Você fala igual em todas as situações?*’.

da comunidade, como, por exemplo, no transporte de carga até os grandes centros urbanos. Isso não significa que, necessariamente, tenham obtido êxito nesse processo. A adequação pode estar associada a uma espécie de polimento e formalidade na fala e não ao emprego da norma padrão da língua, pois já fora observado que homens mais velhos tendem a empregar menos as regras de concordância.

Nesse sentido, buscou-se entender se a participação em comunidades de prática, que exigem fala pública naquela região, interferiria no emprego de tais normas. As mais comuns seriam o engajamento em um grupo religioso e a atuação em associações de moradores e pequenos produtores. Ambas foram indicadas como significativas pelo programa *Goldvarb*, como se observa nas Tabelas 18 e 19, mas com resultados e interpretações bem distintos:

Tabela 18 – Aplicação plena da regra de concordância de número no SN do português rural da Serra Fluminense, em função da religião do falante<sup>24</sup>.

<i>Religião</i> <sup>25</sup>	<i>Nº de ocorrências/Total</i>	<i>Frequência</i>	<i>Peso relativo</i>
Protestante	555/980	56,6%	.537
Sem religião	70/146	47,9%	.548
Católica	177/542	32,7%	.421
<b>Total</b>	<b>802/1.668</b>	<b>48,1%</b>	

Fonte: Dália e Lucchesi (2021, p. 239).

FLP 23(1)

Como já destacado anteriormente, problemas de estratificação fizeram os PRs não corresponderem aos percentuais e, por isso, a análise levará em conta, novamente, os últimos indicadores e não os primeiros. Assim, em se tratando da variável social *religião*, verificou-se que o grupo de informantes protestantes é o que mais aplica de modo pleno a concordância nominal de número em SNs, seguidos pelos sem religião, que são majoritariamente mais jovens. Já os católicos têm um índice de uso dessas regras bem inferior. Dália e Lucchesi (2021) observaram, em relação ao engajamento dos dois grupos religiosos, que:

a participação [de protestantes] dificilmente se circunscreve apenas ao dia do culto, o que motiva também a assunção de diferentes papéis sociais por um único agente, o contato com materiais, inclusive de leitura, e, principalmente, o intercâmbio entre instituições fora da região. Em contrapartida, é mais comum entre os católicos, até entre os mais assíduos, a frequência apenas na missa e o contato religioso restrito ao ambiente da igreja. Talvez, por isso, os dois grupos apresentem um comportamento linguístico tão diverso. (Dália; Lucchesi, 2021, p. 240).

Tal situação parece comprovar a percepção dos informantes de que, em alguns contextos, principalmente mais formais, foi preciso monitorar mais a fala. O fato de a maioria dos falantes entrevistados ser praticante de uma religião, e esta exigir certos

<sup>24</sup> Nível de significância: .031.

<sup>25</sup> Não havia uma pré-definição do elenco de opções de religiões. Estão sendo apresentadas aqui os indicativos extraídos do conteúdo da entrevista. Portanto, as demais religiões simplesmente não foram mencionadas pelos entrevistados.

padrões de comportamentos e divergências da fala cotidiana, especialmente em suas celebrações, baliza a crença da comunidade. Todavia, isso não foi percebido na atuação da comunidade em associações, já que a aplicação plena da regra de concordância nominal se observa muito mais entre os não membros (59,4%), do que entre os participantes (40,5%), o que foi ratificado pelos números de marcação em cada elemento do SN (Nível de Significância de .000):

Tabela 19 – A concordância nominal de número no SN em função da participação em associações<sup>26</sup>.

<i>Participação em associações</i>	<i>Abordagem Sintagmática</i>			<i>Abordagem Mórfrica</i>		
	<i>Nº de ocorrências / Total</i>	<i>Freq.</i>	<i>PR</i>	<i>Nº de ocorrências / Total</i>	<i>Freq.</i>	<i>PR</i>
Sim	381/940	40,5%	.379	1.190/1.777	67%	.383
Não	366/616	59,4%	.680	1.099/1.429	76,9%	.644
<b>Total</b>	<b>802/1.668</b>	<b>48,1%</b>		<b>2.289/3.206</b>	<b>71,4%</b>	

Fonte: Elaboração da autora.

Dália e Lucchesi encontraram uma explicação para esse cenário no grupo de frequentadores da associação:

A maioria dos associados assíduos às reuniões é de homens mais velhos, ou seja, aqueles que menos empregam as regras de concordância. Tal característica sugere outra perspectiva de interpretação. Esse grupo estaria mais infenso às influências externas [...] de modo que a manutenção do seu vernáculo funcionaria como uma forma de fortalecer a solidariedade entre os membros do grupo, no que Milroy e Milroy (1997) denominaram *normatização vernacular* (Dália; Lucchesi, 2021, p. 241).

Ou seja, nessa comunidade de prática, a fala é menos monitorada, exige menos adaptação ao contexto e aos interlocutores e, por isso, a aplicação das regras, que pode ser compreendida pelos falantes como uma formalidade, é menos empregada. A ética solidária (Bortoni-Ricardo, 2011) presente entre os homens da zona rural legítima e induz a acomodação vernacular entre eles, que, em um contexto associativo em que se observa uma estabilidade social, buscam convergência de fala. Nesse sentido, comparando os dois agrupamentos, Dália e Lucchesi (2021) concluem:

a comunidade de prática parece influenciar tanto na reação à mudança, quanto na sua implementação. A chave está em observar como, em cada comunidade de prática, os seus membros se relacionam com o que vem do mundo exterior. (Dália; Lucchesi, 2021, p. 241).

#### 4 CONCLUSÃO

Diante dos resultados descritos neste artigo, já se pode desenhar um panorama inicial da relação entre o encaixamento social da concordância nominal de número em sintagmas nominais e a avaliação subjetiva dos falantes de comunidades rurais do 3º Distrito de Nova Friburgo. Entende-se que, pelos números descritos nesta pesquisa e

<sup>26</sup> Níveis de significância: .031, na abordagem sintagmática; .000, na abordagem mórfrica.

pela comparação realizada com outros estudos, essa comunidade de fala está em um momento de transição vernacular, em uma fase intermediária de aquisição das normas-padrão de concordância. Parece estar havendo nela o que Lucchesi (2015, p. 36) compreende como nivelamento linguístico, explicado exatamente pela relação “uso – avaliação – mudança”.

O processo de mudança está sendo liderado pela geração mais jovem que vem aumentando seu repertório e sua consciência linguística. Isso se deve ao crescente acesso à instrução formal e aos meios de comunicação de massa (Lucchesi, 2015), principalmente, no caso deles, à Internet, o que configura esse estrato como ascendente no que tange a tais aparatos sociais. A elevação dos níveis de estudo e o contato linguístico mais cotidiano vêm possibilitando que essa geração identifique com mais facilidade padrões sociolinguísticos distintos, acesse seus grupos de fala e tenha mais capacidade em manipular seu repertório, apresentando alguma condição de alterar seu comportamento linguístico, quando motivada a isso. Tal situação se reflete nos padrões de concordância nominal empregados por essa faixa etária, que é numericamente bem superior àqueles usados por seus pais e mães: 57,5% para aqueles e 34,1% para estes, em perspectiva sintagmática. Os jovens parecem estar apresentando condições de convergirem ou divergirem sua fala a depender de seus objetivos interlocutórios e sociais.

Outro fator que parece impulsionar o processo de variação e mudança na comunidade de fala rural da serra fluminense é o papel desempenhado pelas mulheres, tanto no que se refere à avaliação subjetiva da língua quanto aos usos vernaculares objetivos. O julgamento menos positivo, muitas vezes em busca da complementaridade de fala, que elas fazem da variedade linguística local comparada à variedade urbana, pode estar abrindo espaço e deixando o campo fértil para a mudança, uma vez que a aquisição da norma culta é bem avaliada. Outrossim, é importante reforçar que a vida escolar dos filhos é, desde cedo, acompanhada mais de perto pelas mães, o que também pode legitimar os processos de transformação nos grupos familiares e, conseqüentemente, na comunidade de fala. Essa atitude vem se refletindo nos usos objetivos da língua, uma vez que as mulheres empregam mais a regra plena de concordância nominal, 60,3%, do que os homens, 35,4%. A maior motivação para a mudança nos padrões da língua vem sendo percebida nas meninas (em torno de 85% de pleno emprego da concordância) que apresentam disposição em continuar os estudos e em se desassociar das atividades agropecuárias identitárias da região. Para tanto, elas têm buscado outras ocupações, muitas ligadas ao turismo ou fora da localidade.

Os homens, por sua vez, embora se reconheçam em menor medida como partícipes da comunidade de fala, são mais benevolentes em sua avaliação da variação diatópica. Isso se reflete em seu comportamento linguístico, mais refratário às influências forasteiras e exógenas e mais leal ao vernáculo local. Há, entre eles e nas associações de que participam, um ambiente de solidariedade que permite um menor monitoramento de fala e, conseqüentemente, a manutenção das características identitárias, como o menor emprego das regras de concordância. Parece ocorrer, nesse agrupamento, principalmente entre os mais velhos, uma convergência orientada para a identidade e não para o prestígio, diferentemente do que ocorre com as mulheres, especialmente mais jovens.

Enfim, houve aqui uma tentativa de esboçar um quadro inicial da profícua relação entre *uso – avaliação – mudança linguística* nas comunidades locais do 3º Distrito de Nova Friburgo. Muito ainda precisa ser aprofundado e outros aspectos estruturais da língua ainda precisam ser analisados em relação ao uso e também à avaliação que os usuários fazem deles, inclusive à luz de distintos referenciais teóricos. Fica, portanto, o convite e o compromisso com futuros debates, que certamente virão.

## REFERÊNCIAS

- Andrade PR. Um fragmento da constituição sócio-histórica do português do Brasil: variação na concordância nominal de número em um dialeto afro-brasileiro [dissertação]. Salvador: Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia; 2003.
- Bortoni-Ricardo SM. Do campo para a cidade: estudo sociolinguístico de migração e redes sociais. São Paulo: Parábola Editorial; 2011.
- Brandão SF. Concordância nominal em duas variedades do português: convergências e divergências. *Revista Veredas*. 2011;15(1):164-178.
- Brandão SF. Patterns of plural agreement within the noun phrase. *Journal of Portuguese Linguistics*. 2013;12(2):51-100.
- Cardoso DP. Atitudes linguísticas e avaliações subjetivas de alguns dialetos brasileiros. São Paulo: Blucher; 2015.
- Dália JMT. Atitudes, crenças e (auto)avaliação linguísticas de comunidades rurais do 3º Distrito de Nova Friburgo. *Caderno Seminal Digital Especial*. 2018;30(30):345-399.
- Dália JMT, Lucchesi D. A variação na concordância de número no sintagma nominal no português rural da serra fluminense: deriva ou contato? *Gragoatá*. 2021;26(54):217-251.
- Eckert P, McConnell S. Comunidade de prática: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder. In: Ostermann AC, Fontana B, organizadores. *Linguagem, gênero e sexualidade: clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola Editorial; 2010. p. 93-107.
- Hora D, Lopes LW. Atitude do ouvinte versus estilo e variação do falante. In: Sevedra MMG, Martins MA, Hora D, organizadores. *Identidade social e contato linguístico no português brasileiro*. Rio de Janeiro: FAPERJ/EdUERJ; 2015. p. 73-100.
- Kaufmann G. Atitudes na sociolinguística: aspectos teóricos e metodológicos. In: Mello H, Altenhofen CV, Raso T, organizadores. *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; 2011. p. 121-137.
- Labov W. Padrões sociolinguísticos. São Paulo: Parábola; 2008[1972].
- Labov W. The effect of social mobility on linguistic behavior. *Sociological Inquiry*. 1966;36(2):186-203.
- Lopes NS. O mecanismo da variação da concordância no português: observações quanto a marcas nos verbos e nos nomes. *Estudos da Língua(gem)*. 2015;13(2):59-72.
- Lucchesi D. Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil. São Paulo: Contexto; 2015.
- Lucchesi D. A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil [tese]. Rio de Janeiro: Faculdade de

Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2000. Lucchesi D, Baxter A. A transmissão linguística irregular. In: Lucchesi D, Baxter A, Ribeiro I, organizadores. O português afro-brasileiro. Salvador: EDUFBA; 2009. p. 101-124.

Lucchesi D, Dália JMT. Equacionando o efeito da posição na variação da concordância nominal de número. *Revista Linguística*. 2020;16(esp.):771-798.

Lucchesi D, Dália JMT. Novos condicionamentos estruturais da variação na concordância nominal de número. *Revista Fórum Linguístico*. 2022;19(3). No prelo.

Milroy L, Milroy J. Social network and social class: toward an integrated sociolinguistic model. *Language in Society*. 1992;21(1):1-26.

Scherre M. Reanálise da concordância nominal em português [tese]. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro; 1988.

Silva HC, Aguilera VA. O poder de uma diferença: um estudo sobre crenças e atitudes linguísticas. *Alfa*. 2014;53(3):703-723.

Tarallo F. A pesquisa sociolinguística. 8.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Ática; 2007.

## Caracterização morfológica dos prenomes mais populares no Brasil nas décadas de 1930 a 2000: um estudo exploratório

### *Morphological characterization of the most popular first names in Brazil on the decades of 1930 to 2000: an exploratory study*

Márcia Sipavicius Seide\*

Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Mal. Cândido Rondon e Cascavel, PR, Brasil

**Resumo:** Tanto nas gramáticas escolares quanto nos manuais de Morfologia pouca atenção é dada aos traços morfológicos dos nomes próprios pessoais. Diante dessa lacuna, este artigo apresenta um estudo exploratório baseado em dados do IBGE sobre os primeiros nomes mais populares do período de 1930 a 2000 com o objetivo de investigar se os fenômenos da moda e da tradição também se fazem presentes no nível morfológico e de identificar quais são os sufixos antroponímicos presentes nos nomes mais populares da antroponímia brasileira. Na amostra formada pela união das listas de nomes geradas pelo IBGE, há 13 sufixos na antroponímia masculina e 13 na antroponímia feminina, na qual também houve nome formado por composição aglutinante. A análise do valor de uso de cada sufixo mostrou que, enquanto o morfema feminino *-a* predomina na antroponímia feminina, há uso frequente dos morfemas *zero*, *-el*, *-ão* e *-os* na antroponímia masculina. Quanto à utilização dos sufixos no eixo cronológico, seu ciclo de uso é de três décadas na antroponímia masculina e dois na feminina. Em relação ao uso do par opositivo *-o* e *-a* em pares de prenomes populares em uma mesma década, os dados mostram que houve um ciclo de moda que durou duas décadas (1950 e 1960), não obstante seu uso ter sido constante ao longo de todo o período.

**Palavras-chave:** Onomástica. Antroponomástica. Prenomes. Morfologia.

**Abstract:** Both in school grammars and in Morphological textbooks little attention is paid to the morphological features of personal proper names. In view of this gap, this article presents an exploratory study based on IBGE data about the most popular first names during the period from 1930 to 2000 aiming at investigating whether the phenomena of fashion and tradition are also observed at the morphological level and describing which are the anthroponymic suffixes of the most popular names of Brazilian anthroponymy. In the sample formed by the union of lists of first names generated by IBGE, there are 13 suffixes in masculine anthroponomy and 13 in female, and some names formed by agglutinating composition. The analysis of the value of use of each ending showed that while the female morpheme *-a* predominates in feminine names, there is frequent use of the morphemes *zero*, *-el*, *-ão* and *-os* in masculine names. Regarding the usage of suffixes in the chronological axis, the cycle is of three decades in male anthroponomy and two in female anthroponomy. In relation to the usage of the opposition *-o* and *-a* in pairs of popular first names in a same decade, data show that there was a fashion cycle of usage that lasted for two decades (1950 and 1960), although the pair was under constant usage in the period covered by the research.

**Keywords:** Onomastics. Anthroponomastics. First names. Morphology.

---

\* Professora Associada, Colegiado de Letras, Campus de Marechal Cândido Rondon e Programa de Pós-Graduação em Letras, Campus de Cascavel, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil; Marcia.Seide@unioeste.br

## 1 INTRODUÇÃO

Em pesquisa recentemente publicada, Fernández Juncal (2021) apresentou evidências estatísticas baseadas em dados apresentados pelo Instituto Nacional de Estadística da Espanha (INE) sobre a caracterização fonológica dos nomes mais populares naquele país, na atualidade. Seguindo o delineamento de sua pesquisa, porém, focando em dados do português brasileiro e no nível morfológico de análise, foi desenvolvido um estudo exploratório cujos resultados ora se apresentam. Tanto a pesquisa de Fernández Juncal (2021) quanto a ora apresentada estão filiadas à Antroponomástica, uma subárea da Onomástica. A Onomástica é uma área de estudo cujo objeto de pesquisa são os nomes próprios, entre os quais estão os nomes próprios de pessoa, os antropônimos, cuja investigação é feita pela Antroponomástica. Os estudos realizados neste campo de pesquisa podem ser interdisciplinares ou disciplinares. A pesquisa apresentada neste artigo configura-se como disciplinar, linguística e diacrônica. Entende-se por este último termo que “pela diacronia, seguem-se os fatos de língua na sua sucessão, na sua mudança de um momento a outro da história [...] todo estudo diacrônico é uma explicação histórica do sistema sincrônico e os fatos diacrônicos são as mudanças sofridas pela língua” (Dubois et al., 1978, p. 181).

No que se refere a estudos realizados a partir da perspectiva histórica, há diferentes possibilidades de investigação, entre as quais se destacam pesquisas sobre como os sistemas antroponímicos surgem e vão se modificando ao longo do tempo em uma ou mais línguas. Nesta corrente de estudos, Van Langendonck (2007) examinou como sobrenomes e apelidos na língua flamenga foram modificados em sua forma e em seu significado, Ragauskaitė (2020) recuperou o processo pelo qual os primeiros sobrenomes lituanos foram registrados em certidões de batismo do século XVI, Zabalza Seguíñ (2020a, 2020b) propôs uma reconstrução da origem e da dispersão de sobrenomes de origem basca na Espanha da Idade Média à Idade Moderna, Villegas Molina e Brambila Paz (2020a, 2020b) descreveram o surgimento da antroponímia de origem europeia no México usada para nomear a população autóctone daquele país e, reportando-se a uma época mais recente no mesmo país, López-Franco (2020) pesquisou a presença de nomes por motivação religiosa na década de 1960 em certidões de batismo. Já no Brasil, ganham destaque os estudos realizados no estado da Bahia sobre tradição e inovação antroponímica, cuja síntese integrativa é apresentada por Soledade, Santos Rodrigues e Simões Neto (2020).

Com relação à configuração linguística dos antropônimos, há bastante diversidade quando, tendo em vista os diferentes tipos de nomes próprios existentes, há os nomes oficiais, os chamados nomes civis, e os nomes não oficiais, como apelidos e hipocorísticos. Na constituição dos nomes civis, pode haver um ou mais prenomes e um ou mais sobrenomes, além de agnomes como *Filho*, *Neto* ou *Júnior* (Amaral; Seide, 2020). Este estudo exploratório examina o prenome ou o primeiro prenome (no caso de haver nomes formados por duas peças lexicais) oficial e com alta frequência no território brasileiro, de acordo com os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

A pesquisa ora apresentada centra-se na caracterização morfológica dos prenomes masculinos e femininos mais recorrentes na antroponímia brasileira, segundo o IBGE (2010), ao longo do período abrangido pelos censos realizados pelo

referido instituto<sup>1</sup>. Para a realização desta investigação, foram coletados dados no site da instituição brasileira e foram analisados, do ponto de vista morfológico, os prenomes mais populares no Brasil, por década, desde antes de 1930 até a década de 2000 (i.e. até o ano de 2009), tendo, por ponto de partida, o elenco inicial de sufixos descrito por Soledade (2012). É preciso esclarecer que o adjetivo *popular* é usado nesta pesquisa e pelo IBGE como sinônimo de mais frequentes, assim, por exemplo, os vinte nomes mais populares de 1980 são os vinte nomes mais frequentes naquela década. Outra informação importante é que os nomes são atribuídos a uma década determinada segundo o ano de nascimento dos entrevistados pelo censo.

Para alcançar o objetivo geral da pesquisa (a realização de um estudo exploratório para se saber o que caracteriza, morfológicamente, a antroponímia popular masculina e a antroponímia popular feminina e se os fenômenos da moda e da tradição também ocorrem no nível morfológico, procurou-se saber: (1) se o repertório de processos morfológicos à disposição era equivalente nas antroponímias feminina e masculina; (2) se os recursos são usados da mesma forma em ambas e (3) se houve diminuição do uso da oposição morfológica de gênero *-o / -a* nos nomes durante o período abrangido pelo IBGE. Este artigo está organizado na seguinte maneira: na primeira seção, apresentam-se estudos anteriores sobre o assunto no Brasil e no exterior; na segunda seção, descreve-se a fundamentação teórica utilizada na pesquisa e, na terceira, os procedimentos metodológicos adotados e os resultados de pesquisa. Espera-se que o estudo possa contribuir para um melhor entendimento dos aspectos morfológicos dos prenomes em uso no Brasil e inspirar pesquisadores especialistas em Morfologia a realizarem mais pesquisas sobre o tema.

FLP 23(1)

## 2 ESTUDOS ANTERIORES SOBRE A CARACTERIZAÇÃO MORFOLÓGICA DO PRENOME

Num primeiro momento, buscou-se verificar as menções aos prenomes em gramáticas prescritivas e manuais de Morfologia publicados no Brasil. Com este propósito, foram pesquisadas seis obras na primeira categoria e três na segunda, cuja seleção foi feita procurando-se abarcar início, meados e final do século passado, de um lado e, de outro, incluir uma diversidade de pontos de vista: cada manual adota um viés teórico diferente dentro da morfologia e quanto às gramáticas há as escolares e as voltadas a um público mais amplo.

Verificou-se que, no que diz respeito à definição de substantivo próprio, as gramáticas pesquisadas convergem: em todas, há a ideia de o que diferencia esta subclasse de palavras é o seu uso unívoco para fazer referência a um ser individualizado, resultado visualizado no Quadro 1.

---

<sup>1</sup> Do ponto de vista semântico, muitos estudiosos argumentam que os nomes próprios são desprovidos de significado lexical (Amaral; Seide, p. 159), enquanto outros partem do ponto oposto e defendem que os nomes próprios são mais significativos que os nomes comuns (Amaral; Seide, p. 161-164). A análise morfológica apresentada neste artigo é independente desta questão, haja vista a existência de formação morfológica tanto em palavras com conteúdo lexical quanto em palavras desprovidas deste conteúdo, como é o caso de palavras gramaticais que apresentam sufixos de gênero e número como, por exemplo, os pronomes demonstrativos da língua portuguesa.

Quadro 1 - Definições de nomes próprios em gramáticas prescritivas.

<i>Gramática</i>	<i>Definição de substantivo próprio</i>
Pereira Junior (1924, p. 62)	“é o que indica o nome dos indivíduos”.
Reunião de professores (1937, p. 9)	“é aquelle que pertence em particular a uma pessoa, a um animal ou a uma cousa”.
Almeida (1961, p. 80)	“é o substantivo que expressa, em determinadas classes, um único ser dessa espécie”.
Cegalla (1965, p. 110)	“os que se aplicam a um ser em particular”.
Cunha e Cintra (1985, p. 172)	“quando se aplica a determinado indivíduo da espécie, o substantivo é PRÓPRIO”.
Faraco e Moura (1990 p. 151)	“é aquele que nomeia um ser entre outros da mesma espécie”.
<b>Conclusão</b>	O substantivo próprio é definido por sua UNIVOCIDADE.

Fonte: Elaboração da autora.

A gramática escolar mais antiga consultada foi a de Pereira Júnior (1924), a qual não menciona os substantivos próprios nas partes de sintaxe de colocação, nem na de processos morfológicos, se bem cite os hipocorísticos numa observação sobre o processo de formação de substantivos compostos: “Os substantivos compostos, formados pela duplicação, recebem o nome de hipocorísticos e são de uso infantil ou familiar. Exs.: papae, mamãe, nê-nê, titia, vô-vô, Zé-Zé, Lulu, Dudu, etc.” (Pereira Júnior 1924, p. 71).

Em outra obra didática antiga, publicada em 1937, por “uma reunião de autores”, há menção à sub-classe dos nomes de pessoas para exemplificar o gênero dos substantivos próprios femininos, porém, sem distinguir gênero gramatical e gênero biológico (Jimenez Segura, 2020): “Nomes masculinos são 1º. todos os nomes de homens ou animaes machos, como Pedro, Paulo, cavallo [...] nomes femeninos são 1º. todos os nomes de mulheres ou entes fêmeas como Joanna, Thereza, leôa” (Reunião de professores, 1937, p. 14).

Seguindo-se o eixo cronológico de publicação, vem a *Gramática* de Napoleão Mendes de Almeida, de meados do século passado. Em sua gramática, há várias menções aos nomes próprios. Há uma menção a esta subclasse de substantivo numa observação sobre o uso de crase com nomes próprios femininos, em que esclarece que se pode usá-la ou não, conforme haja ou não utilização de artigo feminino diante de prenomes femininos (Almeida, 1961, p. 61). Aprofundando a classificação de

substantivo próprio, Almeida esclarece que, quando formados por mais de uma palavra, os nomes próprios são locuções substantivas, o que ocorre com os nomes de comércio “Associação dos Comerciantes, A Casa do Professor, O Diário do Povo” (Almeida, 1961, p. 80). Sobre os nomes próprios de pessoas, ele esclarece que, quando formados por uma palavra, são simples e, quando formados por mais de uma, são compostos: “O nome e o sobrenome podem ser simples, como no exemplo dado. Ou compostos: Antônio Luís (nome composto) de Oliveira Santos (sobrenome composto)”, e esclarece em nota de rodapé que, nos casos de compostos, eles também são locuções substantivas (Almeida, 1961, p. 80). Outra menção é feita quando o gramático trata da flexão gradual do substantivo, ocasião em que exemplifica vários processos de formação de hipocorísticos de prenomes (Almeida, 1961, p. 119).

Na gramática de Domingos Paschoal Cegalla, há seis menções, duas delas são sobre os mesmos assuntos abordados por Almeida e/ou Pereira. Há observações sobre os hipocorísticos, citados como exemplos de palavras que “apresentam, ao lado de sua forma plena, uma forma reduzida” (Cegalla, 1965, p. 83); sobre o grau diminutivo do substantivo próprio (p. 132) e uso de crase com nome próprio (p. 235-236). Cegalla (1965) cita também “substantivos próprios que se tornam comuns” (p. 110), dá exemplos de “plural dos nomes próprios personativos” (p. 127) e trata do uso de artigo no plural desses nomes (p. 452).

Nas gramáticas mais recentes de Cunha e Cintra (1985) e de Faraco (1990) consultadas, as menções seguem as temáticas já descritas. Os primeiros definem como derivação imprópria “a passagem de substantivos comuns a próprios” e citam, como exemplos, os sobrenomes “Coelho, Leão, Pereira” (Cunha; Cintra, 1985, p. 103). O prenome *Maria* é citado por eles como um exemplo de substantivos que “são geralmente femininos”. Os gramáticos tratam também do uso de artigo definido e indefinido com nomes próprios e do uso de crase com nomes próprios (Cunha; Cintra, 1985, p. 202, p. 216-217, p. 232-233).

Faraco e Moura, por sua vez, abordam os nomes próprios em três ocasiões: quando exemplificam o processo de formação de palavras por composição, ao usar o exemplo “Portugal (porto + cale)” (Faraco, 1990, p. 137), quando tratam do processo de hibridismo, ao citarem, como exemplo deste processo, o nome de lugar *Fernandópolis* e, por último, ao afirmarem que “O uso de crase em nome próprio feminino é facultativo” (p. 394).

Nas gramáticas consultadas, são esparsas e secundárias as referências aos substantivos próprios para além da definição de substantivo próprios. Nos manuais de Morfologia consultados, há ainda menos consideração por esse tipo de substantivo. Rosa (2000) discute a questão do gênero do nome em português, contudo, não inclui os nomes próprios na discussão e não os menciona em momento algum em sua obra. Zanutto (2013, p. 53), por sua vez, faz apenas uma menção quando cita hipocorísticos como casos de uso de morfema reduplicativo e Lopes (2003, p. 83) considera que um nome como “José Lopes” é um caso de nome “uniforme sobrecomum só singular” e observa, em nota de rodapé, que “Os substantivos normalmente não são pluralizáveis, nem admitem determinações” (Lopes, 2003, p. 83).

A consulta realizada em gramáticas prescritivas e manuais de Morfologia mostra que há pouca informação sobre a caracterização morfológica dos nomes próprios na língua portuguesa do Brasil. Não há, por exemplo, a informação de que

FLP 23(1)

existem desinências masculina e femininas que nomes próprios e nomes comuns compartilham e processos morfológicos que atingem a ambos.

Considerando que, nas primeiras décadas deste século, foram publicadas gramáticas de natureza mais descritivas, consultaram-se também as gramáticas de Castilho (2010) e Neves (2000), consulta que confirmou o apontado por Amaral e Seide, mostrando que a visão sobre a definição de nomes próprios não se alterou:

As gramáticas descritivas da língua portuguesa ampliam um pouco a visão tradicional, mas não chegam a se debruçar sobre as propriedades específicas dos nomes próprios. Recorre-se à diferença entre denotação e conotação, apontando para o fato de que o substantivo comum denotaria e conotaria, ao passo que o substantivo próprio apenas denotaria (Castilho, 2010, p. 468). Também são identificadas como possíveis características: a) identificação de referente único; b) ausência de traços identificadores de uma classe; c) não descrição dos seus referentes; d) restrições referentes à propriedade de o nome ser quantificado ou contado, isto é, ser usado no plural; e) possibilidade de transcategorização (de substantivo próprio a substantivo comum); f) variação na forma (simples ou composta); g) variação quanto ao uso do artigo; h) possibilidade de comportamento sintático como um nome comum ao receber possessivos, demonstrativos, modificadores, etc. (Neves, 2000) (2010, p. 57).

Estes resultados indicam que, no que se refere aos estudos de língua portuguesa no Brasil, aplica-se a conclusão a que chegaram Schlücker e Ackermann (2017) sobre os estudos onomásticos na Europa: as estudiosas constataram que, não obstante a tradição de estudos dos nomes próprios oriundos da Filosofia da Linguagem, de um lado, e da Onomástica, de outro, bem menos atenção tem sido dada à investigação, descrição e análise das propriedades fonológicas, morfológicas e sintáticas dos nomes próprios (Schlücker; Ackermann, 2017, p. 309). Soledade chegou às mesmas conclusões que as pesquisadoras europeias. Ao investigar esta questão na língua portuguesa, ela também constatou que

O estudo da morfologia dos nomes próprios é ainda incipiente, revelando-se, portanto, um desafio partir do que se conhece da morfologia dos nomes comuns para se tentar estabelecer as bases linguísticas que entram nos processos morfolexicais de formação de antropônimos. (Soledade, 2012, p. 328).

Tendo em vista a escassez de estudos mais aprofundados sobre a morfologia dos nomes próprios, a pesquisa apresentada neste artigo foi desenvolvida visando contribuir para a compreensão dos processos morfológicos peculiares aos prenomes mais populares no Brasil, feita a ressalva de que um estudo mais completo sobre o assunto deve também levar em consideração que há processos morfológicos que são atuantes tanto para a formação de substantivos comuns quanto para a formação de substantivos próprios como é o caso da reduplicação e da abreviação, ambos bastante atuantes na formação de hipocorísticos (Seide; Petrulionè, 2020).

Sobre a questão de como pode ocorrer a codificação linguística da indicação do gênero no prenome, Bajo Pérez (2002) distingue quatro recursos linguísticos para indicar esta informação na língua espanhola: 1) desinência de gênero, como nos nomes espanhóis *Antonio-Antonia*. *Juan-Juana* que formam pares; 2) derivação, como no caso do nome *Guilbermina*, derivado de *Guilbermo*; 3) nomes sem oposição de gênero, isto é,

que não apresentam contrapartes, são masculinos ou femininos conforme o uso, como nos casos de *Beatriz* e *Óscar* e 4) *nomina communia*, isto é, podem ser usados tanto para designar mulheres quanto para designar homens. São exemplos desta categoria os nomes espanhóis *Sagrario*, *Socorro* e *Gertrudis*.

Cumprе ressaltar que os mesmos fenômenos são observados na língua portuguesa: há os nomes para os quais há uma forma masculina e outra feminina, como *Paulo* e *Paula*; nomes marcadamente masculinos como *Artur* e nomes marcadamente femininos, como *Ester*; nomes que são usados para homens e para mulheres, como *Adair*; e nomes femininos em que o morfema *-a* pode alternar para e como no caso de *Daniela* e *Daniele* (Amaral; Seide, 2020, p. 104-105).

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Tendo em vista que o estudo exploratório apresentado neste artigo objetiva contribuir para a caracterização morfológica do prenome, é necessário, antes de mais nada, esclarecer o que se entende por *morfemas de um prenome*. Considerando que, na língua portuguesa, os substantivos são formados por radical, vogal temática e morfemas (Zanotto, 2013, p. 81), os substantivos próprios contêm radical, seguido ou não de vogal temática e morfema. No caso dos prenomes, de acordo com os estudos anteriores de Bajo Pérez (2002) e Fernández Juncal (2021), a informação gramatical fornecida pelos morfemas dos prenomes em língua espanhola, e também em língua portuguesa, é a de gênero e número, isto é, se o nome em questão é usado para nomear pessoas do sexo masculino ou feminino<sup>2</sup>. Enquanto há morfemas indicadores de gênero gramatical compartilhados por substantivos comuns e substantivos próprios (como é o caso de *Paulo* e *menino* e *Paula* e *menina*, por exemplo, nos quais observam-se os morfemas *-o* e *-a*, indicadores de gênero gramatical), há outros que são exclusivos aos substantivos próprios (como é o caso, por exemplo, do morfema feminino *-ela* do nome *Daniela*). Como se detalha a seguir, a fundamentação teórica utilizada para a identificação dos afixos indicadores de gênero dos antropônimos se pauta na Morfologia Construcional e em pesquisas anteriores que utilizam esta mesma fundamentação.

Um grupo de pesquisadores da Universidade Federal da Bahia (UFBA) realizou uma pesquisa pormenorizada sobre os recursos morfológicos disponíveis na língua portuguesa. Em sua pesquisa sobre a caracterização morfológica de nomes arcaicos portugueses, os pesquisadores apontam a origem etimológica dos sufixos registrados em seu corpus, e traçam um paralelo com nomes atualmente em uso no Brasil, tendo por base listas de nomes de candidatos ao vestibular da UFBA coletados entre 2007 e 2009, que foram analisados durante o desenvolvimento do projeto de pesquisa *Todos os Nomes*, desenvolvido pela UFBA (Soledade, 2012; Soledade; Santos Rodriguez; Simões Neto, 2020).

Tanto a análise desse grupo quanto a apresentada neste artigo adotam a mesma teoria de análise morfológica, a Morfologia Construcional (Booij, 2010; Soledade, 2013; Simões Neto; Soledade, 2018):

---

<sup>2</sup> Não se ignoram aqui os indivíduos transgêneros a quem se reconhece o direito ao nome social (Amaral; Seide, 2020, p. 95).

É importante ressaltar que compreendemos, neste trabalho, a estruturação do léxico e da morfologia a partir daquilo que se conhece como Teoria da entrada Plena (Full Entry Theory) tal como tem sido defendida por Booij (2010), no âmbito da Morfologia Construcional. Essa teoria admite que o léxico das línguas possui uma estrutura hierarquicamente organizada, em que palavras complexas armazenadas na memória do falante são fontes/modelos para abstração de esquemas que permitem a construção de novas palavras complexas seguindo o mesmo molde. Dessa forma, esquemas abstratos de formação de palavras são adquiridos a partir do conhecimento e armazenamento mental de um conjunto de palavras complexas que instanciam os padrões de construção que possibilitam a geração de novos itens lexicais. (Simões Neto; Soledade, 2018, p. 1315).

Importante esclarecer que, apesar de os pesquisadores sempre informarem o étimo latino dos sufixos, algo necessário tendo em vista que seu estudo é sobre o português arcaico, o critério etimológico não é único empregado para a identificação dos sufixos dos prenomes da amostra analisada nesta pesquisa: são utilizados, sobretudo, os esquemas abstratos de formação de palavras que se fazem presente no conhecimento linguístico dos falantes. Assim, para a apreensão dos sufixos antroponímicos, é necessário considerar a competência onomástica do falante ideal relativa ao prenome.

Trata-se de um conjunto de quinze componentes do conhecimento sobre o prenome que abrange os níveis da língua, da norma e da fala e considera o nome tanto como produto quanto como processo, esse conhecimento contempla do saber necessário ao uso proficiente do idioma até o saber opcional, isto é, daquilo que não sendo estritamente necessário ao uso do prenome pode ser conhecido pelo usuário do idioma. (Seide, 2021, p. 67).

Para os fins desta pesquisa considerou-se, especificamente, o componente que se refere à informação gramatical de gênero do nome (Seide, 2021, p. 67). O nome *João*, por exemplo, etimologicamente é formado por “Javé (*Iebo*) é (cheio) de graças (*hanan*)” (Guérios, 1981, p. 151). Utilizando o critério etimológico, chega-se à conclusão de que *hanan* é o sufixo deste nome. Partindo do pressuposto de que comparações lexicais resultam em esquemas abstratos de formação morfológica, conforme defende a Morfologia Construcional, e que os esquemas para a formação de nomes próprios fazem parte do conhecimento onomástico do falante ideal, são consideradas outras relações entre as palavras do idioma. A partir repertório de prenomes usados no Brasil, a forma *João* pode ser comparada com *Joana*, comparação que permite apreender *-ão* como o sufixo informativo do gênero masculino; a partir do repertório de nomes comuns do idioma, também se pode comparar *João* com *irmão*<sup>3</sup>, comparação que confirma ser o *-ão* um sufixo de gênero masculino usado tanto por substantivos comuns como por substantivos próprios<sup>4</sup>. Exemplos de prenomes com sufixos exclusivamente usados na constituição de substantivos próprios masculinos são os nomes *Lucas* e *Mateus*. No primeiro caso, a terminação *-s* é um sufixo

<sup>3</sup> A terminação *-ão* dos substantivos comuns como indicadora de gênero masculino segue a análise proposta por Cunha e Cintra (1985, p. 84).

<sup>4</sup> Como se vê, há tanto diferenças quanto semelhanças quando se comparam a formação morfológica dos nomes próprios e dos nomes comuns, enquanto as semelhanças apontam para “uma tendência a que sigam as regras dos nomes comuns” (Amaral; Seide, 2020, p. 104), as diferenças indicam as peculiaridades morfológicas dos nomes próprios de pessoas.

antroponímico tendo em vista que há nomes como *Marcos* que são masculinos e terminam da mesma maneira; o mesmo tipo de comparação pode ser feito entre os nomes *Mateus* e *Jesus*, cuja terminação em *-us* indica que se trata de um nome masculino.

Do elenco e dos exemplos fornecidos por Simões Neto e Soledade (2018), interessam aos propósitos deste artigo aqueles que continuam sendo usados na antroponímia brasileira.

Há o formativo *-aldo*, oriundo de prenomes de origem germânica que ingressaram no repertório antroponímico da língua portuguesa na Idade Média, como é o caso no nome *Reinaldo*, e nomes que foram introduzidos mais recentemente na antroponímia brasileira, como é o caso de *Edvaldo*.

O sufixo *-a*, por sua vez está presente nos casos em que os prenomes femininos são formados a partir de prenomes masculinos e resultam nos pares mencionados por Bajo Pérez. Na antroponímia brasileira podem ser citados como exemplos os nomes *Luíza*, *Edvalda*, *Brena* e *Danila*, nomes femininos formados a partir de nomes masculinos, a saber, *Luíz* e *Edvalda*, forma feminina do nome *Edvaldo*, *Brena*, *Breno* e *Danila*. (Soledade, 2018).

Com relação aos nomes masculinos que apresentam o elemento mórfico *-o*, ele

serve sobretudo para atualização, no léxico, de nomes em sua maioria masculinos, é tradicionalmente identificado como vogal temática, contudo é possível identificar o morfema *-o* como portador de significação ‘masculino’, na formação de antropônimos, como em Alziro < Alzira, Janilzo < Janilza; Manoel < Manuela. (Soledade, 2012, p. 329-330).

Conforme mostra a pesquisa de Soledade (2012), prenomes que, no período arcaico, terminavam em *-am* apresentam duas origens. A primeira está presente no nome *Tristam*, oriundo da língua francesa e de origem celta, cujo sufixo *-an* é formador de adjetivos. A segunda remonta aos sufixos latinos *-anu* e *-ana* e está presente no nome arcaico *Sebastiam*, cuja evolução fonética resultou no formativo *-ão* para nomes masculinos, como mostra o prenome *Sebastião*, que é versão moderna do prenome arcaico. Exemplos atuais de nomes formados por esses prefixos podem ser encontrados nos pares *Adriano*, *Adriana*, *Juliano*, *Juliana*, *Mariano*, *Mariana* (Soledade, 2012).

Nomes femininos mais recentes registrados no projeto baiano evidenciaram

a existência das variantes *-ana* ~ *-ane*, esta por influência do francês (Adriane, Aliane, Alziane, Clesbeane, Deijeane, Dorleane, Ediana, Fabiane, Franciane, Gleisiane, Ilana, Jariana, Joseane, Jozana, Juniana, Luana, Luziana, Luziane, Maiana, Milana, Naiana, Naraiana, Rosane, Roseane, Taiana, Uiliane). (Soledade, 2012, p. 330).

Do ponto de vista etimológico, há também uma diferença entre os nomes masculinos e femininos que apresentam a terminação *-el*. Em prenomes masculinos, há proveniência do latim clássico, como é o caso do nome *Gabriel*, ou do hebraico, como é o caso do nome *Miguel*. Já com relação aos nomes femininos, a origem é francesa:

O sufixo francês *-elle*, importado para o português já no período arcaico, designa simultaneamente ‘feminino’ e ‘diminutivo’ – similarmente ao que ocorre com o sufixo *-ina* latino. Esse sufixo possui duas atualizações em

português: *-el*, presente no nome tradicional Isabel, e *-ele*, que se revela significativamente produtivo entre os personativos neológicos do corpus analisado pelo projeto Todos os nomes, como se verifica em: Ariele, Aniele, Diele, Eniele, Francielle, Manuele, Rosele. (Soledade, 2012, p. 330).

Outro sufixo produtivo até hoje é o sufixo de origem greco-latino *-ia*, presente no nome arcaico feminino *Sufia*. Exemplos atuais de uso deste sufixo incluem nomes mais antigos, como *Cecília* e *Marília* e nomes mais recentes, como *Edvânia*. Sobre este sufixo Soledade esclarece que

Em prenomes tradicionais greco-latinos, esse sufixo encontra alguma representatividade, como em *Cecília*, *Eugênia*, *Hercília*, *Marília*. Em nomes neológicos, foram identificadas como possíveis ocorrências de *-ia*: *Avilânia*, *Cíndia*, *Davínia*, *Dejaria*, *Edvânia*, *Elízia*, *Gardênia*. Machado (1981) aponta como brasileirismo: *Islânia*, *Josélia*, *Marúzia*, *Noélia*, *Sidineia*, *Valdélia*. (Soledade, 2012, p. 332-332).

Oriundos dos sufixos latinos *-inu*, *-ina* são os nomes terminados em *-ino* ~ *-inbo* / *-ina* ~ *-inba*, como é o caso dos nomes femininos *Celina*, *Marina* e *Josinba* e dos masculinos *Valdino* e *Jovelino*. Há também o nome *Cristina*, para o qual há a variante *Cristiane*, decerto por influência de nomes femininos franceses.

Também há nomes que terminam em *-nte*, esses nomes são oriundos de adjetivos, como é o caso no nome masculino *Clemente*, cuja contraparte feminina é *Clementina*.

Outros sufixos encontrados em nomes no corpus arcaico e usados ainda hoje são os sufixos *-asco* no nome *Vasco*, *-dor* do nome *Salvador*, *-isco* do nome *Francisco*, *-nça* de *Constança* e, *-triz* de *Beatriz*. Outros sufixos registrados no projeto baiano são: *-son*, *-ete*, *-ita*, *-ito*, *-lane*, *-van* e *-val*. Cumpre informar que o sufixo *-asco* está entre aqueles que, na pesquisa de Soledade tiveram ocorrência singular, informa a seguinte análise para o prenome *Vasco*: “-asco Vaasco \*de \*Velascu < do basco belasco ‘pequeno corvo’ bele- ‘corvo’ + \*-asco ‘diminutivo’” (Soledade, 2012, p. 334).

Os resultados de pesquisa de Soledade ora sintetizados foram reinterpretados para os propósitos desta pesquisa. Houve união de terminações homônimas, incorporação da classificação proposta por Bajo Pérez (2002) e verificação da existência de formação de pares. Chegou-se, assim, a um elenco de terminações femininas e masculinas de nomes do repertório brasileiro, o qual é visualizado nos quadros a seguir. Nesses quadros, o sufixo está destacado com fonte em negrito<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> Apesar de abrangente, esse elenco não é exaustivo, não há menção, por exemplo, do sufixo *-nei* e sua contraparte feminina *-neia*, presentes nos nomes *Valdinei* e *Valdineia*, nem do sufixo feminino *-lene*, presente nos nomes *Marlene* e *Valdirene*.

Quadro 2 – Pares de nomes.

<i>Prenome masculino</i>	<i>Prenome feminino</i>
Márcio	Márcia
Adriano	Adriana
Sebastião	Sebastiana
Celino	Celina
Francisco	Francisca
Edvaldo	Edvalda
LuizØ	Luiza
Manuel	Manuela

Fonte: Elaboração da autora.

Quadro 3 – Terminações exclusivamente femininas ou masculinas.

<i>Sufixos masculinos</i>	<i>Sufixos femininos</i>
Vasco	Crislane
Salvador	Janete
Edson	Beatriz
Gilvan	Constança
Roberval	Cecília

Fonte: Elaboração da autora.

Quadro 4 – Variantes morfológicas de nomes femininos.

<i>Forma padrão</i>	<i>Formas variantes</i>
Isabel	Isabele –Isabela
Daniela	Daniele
Fabiana	Fabiane

Fonte: Elaboração da autora.

A pesquisa de Soledade (2012) e a de Bajo Pérez (2002) formaram a fundamentação teórica necessária para este estudo exploratório sobre os processos morfológicos mais utilizados na antroponímia masculina e na antroponímia feminina: enquanto o Quadro 2 visualiza as características em comum, os Quadros 3 e 4 mostram as peculiaridades morfológicas de cada conjunto antroponímico.

Para saber se os recursos à disposição eram usados da mesma forma em cada antroponímia, utilizaram-se os conceitos de *moda*, *modismo* e *tradição*, aplicados não aos prenomes, como em Seide (2018), mas sim ao uso dos recursos morfológicos presentes nos prenomes. Considera-se a moda como um fenômeno de natureza cíclica, cujo início é pontual, perdura por determinado período e entra em declínio rapidamente, tão prestes como surgiu. Os modismos são nomes cujas frequências são atestadas somente num determinado recorte temporal com aumento e diminuição súbitos de ocorrência. A tradição se diferencia da moda por ser um fenômeno constante. Assim, a ocorrência de um nome tradicional pode variar ao longo do tempo, mas não há

mudanças abruptas de frequência e eles nunca se tornam obsoletos (Seide, 2018, p. 165). Analisar os fenômenos de moda e tradução não apenas no nível lexical, mas também no nível morfológico, é pertinente à medida que permite perceber que determinadas terminações, sendo usuais numa época, podem influenciar as escolhas antroponímicas do período, resultando num determinado padrão estético pelo qual outros nomes que tenham esta mesma terminação podem ser preferidos em detrimento de outros nomes que tenham outras terminações. Se determinada terminação de nome próprio é avaliada como bela pelos falantes, é grande a chance de os pais escolherem, para seus filhos, nomes que tenham esta mesma terminação. Pode ocorrer também de uma terminação soar mais tradicional e ser também escolhida por este motivo<sup>6</sup>, isto é, na presunção de que tal nome soará tradicional.

Neste estudo exploratório, também se investigou se houve diminuição no uso de pares ao longo do período abrangido pelo IBGE. Para tanto, o conceito de Bajo Pérez (2002) foi reinterpretado, tendo em vista o propósito desta pesquisa. Enquanto a pesquisadora espanhola o avalia no nível do sistema linguístico no qual, exemplificando com dados do português brasileiro, há o par *Renato - Renata*, mas não o par *\*Vanesso - Vanessa*, para os propósitos desta pesquisa, a existência de pares se refere não ao nível sistêmico, mas sim ao nível do uso linguístico em sincronia. Há pares nos casos em que o nome masculino e o nome feminino estão presentes nas listas dos 20 nomes femininos e masculinos mais populares numa mesma década.

Delimitada a fundamentação teórica utilizada, a seção seguinte descreve os procedimentos metodológicos adotados e os resultados da pesquisa.

FLP 23(1)

#### 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E RESULTADOS DA PESQUISA

Com relação aos procedimentos metodológicos, foram utilizadas abordagens qualitativas e quantitativas. Para a análise quantitativa, foi criado um parâmetro: o valor de uso dos recursos morfológicos. A noção de valor de uso é fruto da observação do valor posicional em que os nomes se encontram na listagem fornecida pelo IBGE. Para cada posição (de 1 a 20) foi atribuída uma pontuação proporcional à posição de um máximo de 20 pontos para a primeira posição a um mínimo de 1 ponto para a vigésima posição.

Como ponto de partida, formou-se um banco de dados com os vinte nomes masculinos e os vinte nomes femininos informados como sendo os mais populares em cada período abrangido, a saber: décadas anteriores a 1930, década de 1930, década de 1940, década de 1950, década de 1960, década de 1970, década de 1980, década de 1990 e década de 2000, totalizando 180 nomes femininos e 180 nomes masculinos. Após o registro de nomes em quadros organizados por década e por gênero, houve a análise morfológica dos nomes e contabilização dos recursos empregados, para se saber que recursos são mais utilizados, se havia preferência por uns em detrimento dos outros ao longo do eixo cronológico, e se há indícios de tendências não conservadoras

---

<sup>6</sup> Considerando que a pesquisa ora relatada é de natureza documental e que o IBGE não fornece informações de cunho social sobre os portadores dos nomes ou quem os escolheu, não se postulou nenhuma hipótese de cunho social sobre o uso dos sufixos, assim questões sobre se poderia haver uma associação entre um ou mais sufixos e certos grupos sociais não foram levantadas e não fazem parte do escopo desta pesquisa.

na última década estudada. Para alcançar este último objetivo, observou-se a frequência de pares de nomes em cada década e ao longo do período. Como houve ocorrência de sufixos não previstos nos quadros, houve criação de categorias ad-hoc. Outro esclarecimento importante diz respeito às variantes ortográficas: elas foram consideradas como nomes diferentes, seguindo-se o mesmo critério usado no IBGE.

Num primeiro momento, foi feita uma análise qualitativa dos dados, desconsiderando-se o número total de frequência no interior de cada lista e levando-se em consideração apenas quantas vezes cada sufixo ocorria em cada elenco de vinte nomes mais populares (seção 4.1 deste artigo). Ao longo dessas seções, para designar cada presença de nome na lista, foi usado o termo *ocorrência*.

Para a investigação do modo pelo qual os recursos foram utilizados, foi feita uma análise de natureza quantitativa para aferir o valor de uso dos sufixos por década. Observou-se que, a cada década, aumentou exponencialmente a população brasileira, motivo pelo qual os números absolutos de frequência de cada nome sobem significativamente de uma década para outra e as décadas mais contemporâneas têm um número de frequência maior. Este aumento reflete um fenômeno demográfico, motivo pelo qual não se levou em consideração o número absoluto de frequência, mas sim o valor de uso dos morfemas. Na análise quantitativa (seção 4.2 deste artigo) foi adotado um procedimento para minimizar o risco de analisar como onomásticos fenômenos demográficos. Fernández Funcal explica que se corre este risco quando somente são usadas taxas brutas de frequência e não se considera o aumento demográfico da população estudada (2020, p. 155-156).

No site Nomes do IBGE, é possível gerar listas de nomes femininos e de nomes masculinos mais populares numa dada época. Para os propósitos desta pesquisa, foram considerados os 20 nomes femininos mais populares e os 20 primeiros nomes masculinos mais populares para cada década. Para cada nome foi feito um cálculo do valor de uso dos morfemas atribuindo-se um valor de 1 a 20 conforme a posição relativa do nome na lista de nomes ordenados conforme a ordem de frequência: à posição 1 foi atribuído um valor igual a 20 e à posição 20 um valor igual a 1. Por fim, foi observado se houve diminuição do uso de pares ao longo do período analisado.

## 4.1 Análise qualitativa dos dados

### 4.1.1 Os nomes anteriores a 1930

No elenco de nomes masculinos, o morfema *-o* foi o mais usado, com 7 ocorrências; seguido de nomes terminados com morfema zero, 4 ocorrências; do sufixo *-el*, com 3 ocorrências; e do sufixo *-ão*, com duas. Para os seguintes sufixos, houve uma ocorrência de cada: *-isco*, *-ino* e *-nte*. Houve, por fim, a ocorrência de um sufixo não descrito por Soledade (2012): trata-se do sufixo *-os*, proveniente da desinência latina nomitaviva *-us*, de acordo com Guérios (1981, p. 86), presente no nome *Carlos*. Com relação à ocorrência de pares, observou-se a existência de 9 pares antroponímicos, tendo em vista que 9 formas femininas dos nomes masculinos estavam presentes entre os nomes mais populares femininos no mesmo período.

Com relação à antroponímia feminina, não houve ocorrência de morfema zero e o morfema mais recorrente foi *-a*, com 12 ocorrências; e o sufixo *-ana*, com duas. Houve uma ocorrência do morfema *-el* (exclusivamente feminino) e do sufixo *-ia*

(também exclusivamente feminino). Além destas ocorrências, houve uma para cada um dos seguintes sufixos não mencionados por Soledade (2012): *-efa*, em *Josefa* e *-e*, em *Alice*. Também houve uma ocorrência do sufixo *-ir*, em *Nadir*, o qual, contudo, não é exclusivamente feminino; e em nomes masculinos como *Vandeir*.

#### 4.1.2 Os nomes de 1930

Em comparação com o período anterior, para a antroponímia masculina, aumentou o uso do morfema zero (5 ocorrências). Não obstante, o morfema *-o* continua sendo o mais usado (6 ocorrências), diminuiu um pouco o uso dos morfemas *-el* (duas ocorrências) e *-ão* (duas ocorrências). Os sufixos *-ino*, *-os* e *-isco* continuaram sendo usados, com apenas uma ocorrência. Houve uso de sufixos ausentes na década anterior: duas ocorrências do sufixo *-aldo*, nos nomes *Geraldo* e *Oswaldo*, e uma ocorrência do sufixo *-on* no nome *Nelson*. Com relação aos pares, houve pequena diminuição de uso: 8 ocorrências.

Com relação aos nomes femininos, continuou o predomínio do morfema *-a* (com o mesmo número de ocorrência, ou seja, 12); uso do morfema *-ana* (2 ocorrências); e ocorrência única dos sufixos *-isca*, *-efa*, *-ia*, *-e* e *-ir*. Em comparação com o período anterior, não houve ocorrência de *-ir*, mas houve uma ocorrência de *-inba* no nome *Terezinha*<sup>7</sup>.

#### 4.1.3 Os nomes de 1940

Comparando-se os dados deste período como os anteriores, no que se refere à antroponímia masculina, houve poucas mudanças. Os sufixos *-isco* e *-el* continuaram a ser usados, e com o mesmo número de ocorrências, desde antes de 1930. O sufixo *-on*, que apareceu em 1930, continuou a ser usado. Já o sufixo *-ino* voltou a ser usado no nome *Severino*; houve ligeiro aumento no uso do morfema zero (quatro ocorrências) e do sufixo *-ão* (duas ocorrências); e, pela primeira vez, houve registro do sufixo *-e*, no nome *Jorge*, sufixo não mencionado por Soledade (2012). Quanto ao número de pares, houve 8 ocorrências, o mesmo número de ocorrências de 1940.

No que diz respeito à antroponímia feminina, os resultados para esta década também foram parecidos com os dos períodos anteriores: o morfema *-a* permaneceu com 12 ocorrências, houve o mesmo número de ocorrências de *-ana* (2) e ocorrências singulares de sufixos já usados em 1930, *-isca*, *-ia*, *-efa* e *-inba*. Houve, contudo, o ingresso nos nomes mais populares do sufixo *-ene*, do nome *Marlene*, também não mencionado por Soledade (2012), e o sufixo *-el* não foi mais usado.

#### 4.1.4 Os nomes de 1950

As tendências de uso de sufixos observadas nos períodos anteriores se confirmam para esta década para antroponímia masculina, se bem não tenha havido ocorrência dos sufixos *-on* e *-ino*. Ressalte-se, contudo, o aumento de ocorrências do morfema *-o*, para 8 ocorrências. No que se refere à antroponímia feminina, o sufixo -

<sup>7</sup> O nome *Terezinha* é um hipocorístico, cujo uso como parte do nome civil no Brasil foi estudado por Seide (2020).

*ene*, surgido na década anterior, manteve-se e as únicas mudanças observadas foram a ausência do sufixo *-e*, além de uma ocorrência do sufixo *-i*, no nome *Sueli*.

#### 4.1.5 Os nomes de 1960

Os nomes masculinos mais populares no período apresentam todos os sufixos já citados, com exceção do sufixo *-ino*. Não obstante, a terminação em *-o* ter se mantido como predominante, com 7 ocorrências, nota-se o aumento do uso do sufixo *-os* para duas ocorrências (*Carlos* e *Marcos*); o surgimento de um nome com o sufixo *-elo*, no nome *Marcelo*, morfema proveniente de um antigo sufixo latino diminutivo (Guérios, 1981, p. 170), diminuição do uso do sufixo *-el*, que teve apenas uma ocorrência; e decréscimo no uso de pares, de 8 a 9, nas décadas anteriores, para 7, nessa década.

Com relação aos nomes femininos mais populares, algumas mudanças também foram observadas, não obstante, o uso do morfema *-a* ter se mantido constante, com 12 ocorrências. O uso do sufixo *-i* aumentou para duas ocorrências (*Sueli* e *Marli*); houve manutenção do sufixo *-ene*, com uma ocorrência; ausência do sufixo *-inba*; e ocorrência de um nome feminino formado por composição aglutinadora no nome *Rosângela*, formação pela união dos prenomes *Rosa* e *Ângela*.

#### 4.1.6 Os nomes de 1970

Nesta década, os nomes masculinos com o sufixo *-o* voltam a prevalecer, com 8 ocorrências; frente a 4 com morfema zero. Os sufixos *-on*, *-e*, *-ano*, *-isco* são usados em ocorrências singulares. Diminuiu o uso de *-ão*, com apenas uma ocorrência no nome *João*, e manutenção do uso do *-elo*, no nome *Marcelo*. Com relação ao número de pares foram registradas 5 ocorrências, evidência de aumento na tendência de diminuição de uso deste recurso morfológico. Não se registraram nomes nem com o sufixo *-el*, nem com o sufixo *-aldo*.

No que se refere aos nomes femininos, foram observadas algumas mudanças. Pela primeira vez, houve diminuição de nomes com o morfema *-a*, com 8 ocorrências. Esta diminuição foi acompanhada pelo aumento do uso de *-ana* (3 ocorrências), de *-ia* (3 ocorrências), e de *-e* (2 ocorrências) e houve registro, pela primeira vez, do sufixo *-ane*, com duas ocorrências, nos nomes *Cristiane* e *Eliane*. O nome formado por composição aglutinante, *Rosângela*, manteve-se entre os mais populares. Não houve registro nem do sufixo *-i* e nem do sufixo *-ene*.

#### 4.1.7 Os nomes de 1980

Nesta década, houve mudanças e continuidades na antroponímia masculina em comparação com os períodos anteriores. Em primeiro lugar, chama a atenção ser esta a década com menos registros de morfema zero: apenas 2. O sufixo *-o* predominou, com 10 ocorrências, os sufixos *-el* e *-son* voltaram a ser usados: o primeiro com 2 ocorrências nos nomes *Rafael* e *Daniel* e o segundo no nome *Anderson*. O sufixo *-os* manteve-se com duas ocorrências, assim como os sufixos *-elo*, *-isco* e *-ão*, com uma ocorrência para cada morfema.

Na antroponímia feminina, as tendências observadas na década anterior permaneceram: houve ligeiro aumento no uso de nomes com o morfema *-a*, que contou com 9 ocorrências; no uso de *-ana*, com quatro ocorrências; ligeira diminuição no uso do sufixo *-ia*, com 2 ocorrências; e manutenção de ocorrência de nomes com

os sufixos *-ane* e *-e*. Uma novidade desta década é o uso do sufixo *-ela*, contraparte feminina do sufixo masculino *-el*, no nome *Daniela*.

#### 4.1.8 Os nomes de 1990

No que se refere à antroponímia masculina, esta década se destaca por ser aquela com menos uso de morfema zero: há apenas uma ocorrência no nome *José*, também há ocorrências singulares do morfema *-ão* e do morfema *-isco*. Há registro, pela primeira vez, dos sufixos *-as*, no nome *Lucas*, e *-us* no nome *Matheus*. O morfema *-o* continua predominante, com 8 ocorrências; o sufixo *-el* retorna ao uso, com 3 ocorrências, e há duas ocorrências do morfema *-e*. Outra peculiaridade desta década é o pouco uso de pares: apenas 3.

Com relação à antroponímia feminina, o morfema *-a* se mantém, com 9 ocorrências; há 3 ocorrências do sufixo *-ana* e *-ia*; 2 do sufixo *-ela*, que é a forma feminina do sufixo *-el*, e ocorrência singular dos sufixos *-e* e *-ane*. Há também uma ocorrência singular de um sufixo não registrado anteriormente, o sufixo *-ine*, do nome *Jaqueline*.

#### 4.1.9 Os nomes de 2000

Na última década de abrangência da pesquisa do IBGE, não há uso de novos sufixos na antroponímia masculina; o morfema *-o* tem 5 ocorrências; o morfema zero tem 4; o morfema *-el*, 3; e há 2 ocorrências dos sufixos *-us* (surgido na década anterior), *-e* e *-as*, e o sufixo *-as* (que também surgiu na década anterior) tem uma ocorrência singular.

Com relação aos nomes femininos, o morfema *-a* tem 10 ocorrências, e as formas *-ia* e *-ana*, 3 ocorrências cada. Ressalte-se o retorno do sufixo *-ela* (do sufixo francês *-elle*), com 3 ocorrências. Há, na década de 2000, pela primeira vez, registro de uma ocorrência do sufixo *-triz*, no nome *Beatriz*.

Assim, com relação ao repertório de recursos morfológicos presentes nos nomes mais populares segundo o IBGE, pode-se concluir que há bastante equivalência entre a antroponímia masculina e a feminina, pois todos os 13 sufixos à disposição são utilizados, se bem que apenas na antroponímia feminina a composição aglutinativa esteja presente. Observa-se, também, que o morfema *-a* é mais mencionado que a sua contraparte masculina *-o* e que, na antroponímia masculina, há também nomes com morfema zero. Percebe-se, também, que, de modo geral, e desconsiderando o morfema *-a*, os sufixos femininos são menos recorrentes que os masculinos. Este resultado inicial é aprofundado pela análise mais aprofundada dos dados apresentada a seguir.

### 4.2 Análise quantitativa do uso dos recursos morfológicos na antroponímia masculina e na antroponímia feminina

Nesta seção, analisa-se de modo mais detalhado o uso dos sufixos na amostra analisada. Para se evitar o risco de analisar variações quantitativas devidas a mudanças demográficas e não a mudanças onomásticas, em vez de simplesmente somar o número de frequência de cada processo de formação dos prenomes, segundo o número de frequência de cada nome da lista, preferiu-se atribuir um valor de 1 a 20 de acordo com a posição do nome que apresenta o sufixo na listagem em cada década e

somar os valores dos nomes que apresentam o mesmo sufixo, para se chegar ao valor de uso de cada recurso morfológico. Considerando o valor de uso total no período, foi possível perceber quais processos são mais usuais na antroponímia masculina e na antroponímia feminina. Numa escala de valor, temos a seguinte gradação de uso dos sufixos masculinos: *-o*,  $\emptyset$ , *-el*, *-ão*, *-e*, *-os*, *-isco*, *-e*, *-us*, *-aldo*, *-son*, *-ino* e *-nte*. Para a antroponímia feminina, a gradação é a seguinte: *-a*, *-ia*, *-ana*, *-e*, *-isca*, *-efa*, *-ela*, *-ane*, *-inha*, *-ene*, *-triz*, composição por aglutinação, *-ina* e *-ine*. Ressalte-se que houve uso de composição por aglutinação, com valor de uso 16 (no prenome *Rosângela*) quase com o mesmo valor de uso de *-triz*. A tabela 1 a seguir mostra o valor de uso dos diferentes sufixos.

Tabela 1 – Valor de uso dos sufixos.

<i>Sufixo</i>	<i>Sigla</i>	<i>Valor</i>	<i>Sufixo</i>	<i>sigla</i>	<i>valor</i>
-o	sm1	591	-a	sf1	1007
$\emptyset$	sm2	390	-ia	sf2	186
-el	sm3	213	-ana	sf2	183
-ão	sm4	211	-e	sf3	68
-os	sm5	161	-isca	sf4	63
-isco	sm6	111	-ela	sf5	37
-e	sm7	70	-ane	sf6	33
-us	sm8	61	-inha	sf7	31
-aldo	sm9	31	-ene	sf8	26
-elo	sm10	22	-triz	sf10	14
-son	sm11	20	comp.	m11	13
-ino	sm12	9	-ina	sf12	4
-nte	sm13	3	-ine	sf13	1

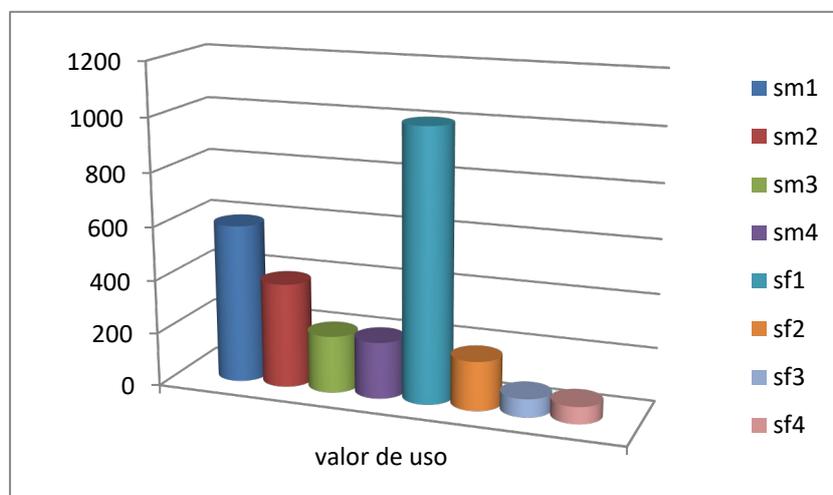
Fonte: Elaboração da autora.

Comparando-se o valor de uso de cada morfema, percebe-se que o valor de uso do morfema *-a* feminino é muito maior que do masculino *-o*. Além disso, a diferença no valor de uso do primeiro para o segundo e demais colocados é muito maior na antroponímia feminina do que na masculina. Considerando-se a terminação dos morfemas femininos, percebe-se que morfemas que não terminam em *-a* surgem a partir da terceira posição; já na antroponímia masculina, há uso de morfemas que não terminam em *-o*, na segunda posição. O morfema *-e*, por sua vez, está presente em ambos os elencos e com um valor de uso muito semelhante: 70 na antroponímia masculina e 68 na feminina.

O gráfico a seguir visualiza o uso dos quatro sufixos mais frequentes em ambas as antroponímias. Ele mostra a prevalência da sufixação com o morfema *-a*, na antroponímia feminina, o qual é muito mais usado do que o morfema *-o*, na antroponímia masculina. Observa-se, também, com relação aos demais sufixos, a importância do morfema zero na antroponímia masculina e o valor muito menor dos demais sufixos femininos. Isto ocorre, inclusive, nos casos em que o valor de uso parece se igualar: aparentemente o valor de *sm3* e *sm4* de um lado, e de *sf2* de outro, se equiparam; porém, quando os dados são analisados conjuntamente, percebe-se que os sufixos femininos são proporcionalmente muito menos usados que os masculinos.

FLP 23(1)

Frente a esses dados, conclui-se, que, do ponto de vista morfológico, há mais variação de recursos na antroponímia masculina.



Fonte: Elaboração da autora.

Gráfico 1 – Valor de uso dos sufixos masculinos e femininos mais usados.

Para se compreender melhor o comportamento dos sufixos no eixo cronológico, os resultados obtidos foram reunidos e analisados em conjunto, observando-se os valores de uso dos recursos morfológicos por década, para se analisar como os sufixos foram usados ao longo do período abrangido pelo IBGE. Os resultados são apresentados nas tabelas a seguir.

FLP 23(1)

Tabela 2 - Antroponímia masculina de antes de 1930 a 1950.

< 1930	Valor	1930	Valor	1940	Valor	1950	Valor
-o	64	-o	65	-o	66	-o	78
Ø	49	Ø	48	Ø	45	Ø	66
-el	39	-ão	32	-ão	32	-ão	20
-ão	32	-el	27	-el	22	-isco	17
-isco	17	-isco	17	-isco	17	-os	14
-aldo	09	-aldo	02	-aldo	10	-el	13
-ino	06	-ino	01	-os	09	-e	08
-nte	03	-os	05	-e	04	-aldo	07
-os	01	-son	04	-son	03		
		-ino	01	-ino	02		

Fonte: Elaboração da autora.

Tabela 3 - Antroponímia masculina de 1960 a 2000.

1960	Valor	1970	Valor	1980	Valor	1990	Valor	2000	Valor
-o	70	-o	68	-o	86	-o	56	-o	39
Ø	47	Ø	45	-el	32	-el	39	Ø	36
-os	28	-os	29	-os	28	-os	21	-el	33
-ão	23	-isco	18	Ø	27	-as	20	-e	23
-isco	17	-ão	17	-isco	18	Ø	19	-us	21
-e	09	-elo	13	-ão	17	-ão	18	-os	21
-el	08	-e	10	-elo	09	-e	16	-ão	20
-son	04	-ano	07	-son	06	-us	12	-as	18
-aldo	03	-son	03						
-elo	01								

Fonte: Elaboração da autora.

Tabela 4 - Antroponímia feminina de antes de 1930 a 1950.

>1930	Valor	1930	Valor	1940	Valor	1950	Valor
-a	108	-a	103	-a	119	-a	116
-ana	25	-ana	16	-inha	16	-ia	34
-isca	18	-efa	15	-efa	15	-isca	18
-efa	16	-ir	09	-ia	11	-inha	15
-ia	15	-e	01	-ana	09	-ene	13
-ir	11			-ene	03	-efa	10
-e	05			-ir	03	-i	2
-el	03						

Fonte: Elaboração da autora.

Tabela 5 - Antroponímia feminina de 1960 a 2000.

1960	Valor	1970	Valor	1980	Valor	1990	Valor	2000	Valor
-a	124	-a	100	-a	77	-a	141	-a	119
-ia	26	-ana	28	-ana	56	-ana	29	-ia	34
-i	25	-ia	25	-e	22	-ia	21	-ela	23
-isca	17	-e	24	-ia	20	-e	16	-ana	20
-ene	10	-ane	17	-ane	13	-ela	09	-triz	14
-comp.	09	-isca	10	-ela	5	-ane	03		
-ina	04	comp.	07			-ine	01		

Fonte: Elaboração da autora.

As tabelas mostram a existência de flutuações na ocorrência dos sufixos ao longo do eixo cronológico na amostra. Na antroponímia masculina, os sufixos *-ino* e *-nte* só ocorreram em décadas anteriores a 1930; já o sufixo *-us* só ocorreu em 2000. De modo semelhante, na antroponímia feminina, o sufixo *-ina* só foi usado na década de 1960 e os sufixos *-ine* e *-triz* só o foram na década de 2000. Esses dados indicam que há uso pontual de sufixos que, após um curto período, caem em desuso, em igual proporção em ambas as antroponímias.

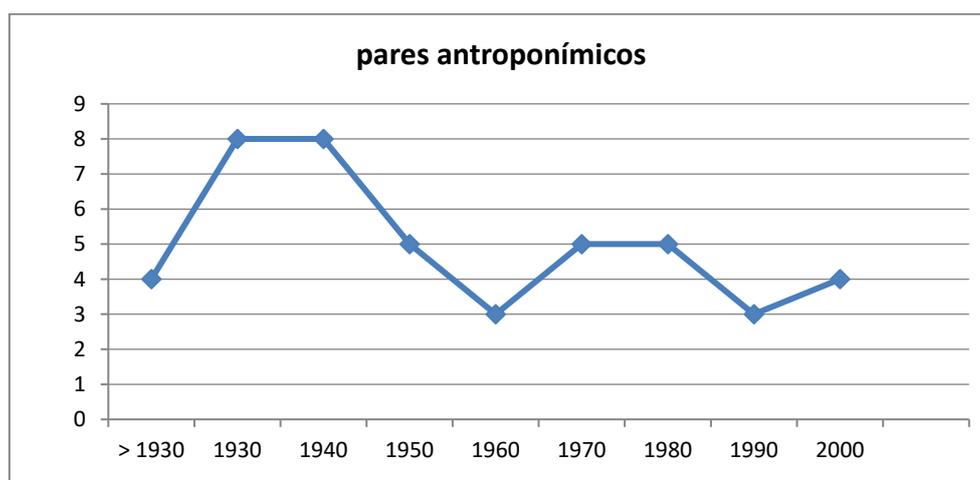
Na amostra, o desuso de um sufixo por duas décadas consecutivas ocorreu igualmente em ambas: na antroponímia masculina, há o caso de *-isco*, não usado apenas em 1990 e em 1960 e, na antroponímia feminina, o caso de *-ana* somente não usado em 1950 e 1960. Interessante observar que o sufixo *-e*, o único presente em ambas as décadas, também foi usado de modo semelhante, pois esteve ausente dos elencos em apenas 3 períodos: na masculina, antes de 1930, 1930 e 1980 e, na feminina, em 1950, 1960 e 2000. O mesmo não ocorreu com os sufixos *-isco* e *-isca*. Enquanto, na antroponímia masculina, o sufixo esteve ausente apenas em 1990 e 2000, na feminina, ele foi usado antes de 1930, e nas décadas de 1950, 1960 e 1970.

Houve apenas um caso de sufixo cujo uso se estendeu por três décadas na amostra, na antroponímia masculina: o sufixo *-son*, usado em 1930, 1960 e 1980. O uso de sufixos por duas décadas (sucessivas ou não) é mais frequente na antroponímia feminina, na qual os sufixos são assim usados: sufixos *-ela*, *-ane*, *-inba*, *-ene* e nomes formados por composição; já na antroponímia masculina, apenas o sufixo *-elo* foi usado por apenas duas décadas.

Além dos comportamentos de uso já descritos, há uso dos sufixos ao longo de todo o período (sufixos *-o*, *-ão* e *-a*) e ausência do sufixo por apenas uma década. Na antroponímia masculina, este é o caso do uso dos sufixos  $\emptyset$ , não usado em 1980; e *-el*, não usado em 1970. Na feminina, há apenas um caso: o do sufixo *-ia*, não usado apenas em 1930. Em contrapartida, três sufixos femininos foram usados por apenas uma década: *-ina*, em 1960, e *-ine* e *-triz*, em 2000.

Considerando o conjunto desses resultados, e desconsiderando comportamentos linguísticos registrados no primeiro e no último período, percebe-se que o ciclo de uso dos recursos na amostra é mais longo na antroponímia masculina, na qual há mais processos sendo usados por 3 ou mais décadas. Na antroponímia feminina, desconsiderados os sufixos mais recorrentes, a maioria dos demais é usada por duas décadas. Estes resultados mostram que o uso dos recursos morfológicos é mais estável na antroponímia masculina, na qual os modismos têm uma duração mais longa (em geral três décadas) que o modismo na antroponímia feminina (cujo ciclo, comumente, é de duas décadas).

Depois de analisados os recursos morfológicos mais recorrentes nos nomes masculinos e dos nomes femininos e seu comportamento no eixo cronológico na amostra, foi investigado o uso de pares ou pares de nomes ao longo do tempo. Para os fins desta pesquisa foi considerado que havia pares de nomes quando, para a mesma década, registrou-se um nome masculino entre os 20 populares e também a versão feminina desse mesmo nome entre os 20 populares da mesma década. Interessante observar que, desde antes da década de 30, não havia muitos pares, apenas 4; nas décadas de 1930 e 1940 este número dobrou. Depois destas décadas, houve alguma oscilação, porém, o uso se manteve no patamar anterior ao auge de uso de pares. Estes resultados são visualizados no Gráfico 2. Estes dados indicam que houve, no uso de pares, um aumento e uma diminuição repentinas em 1950 e 1960, com ciclo de uso de duas décadas de duração, comportamento que caracteriza o uso de pares como um modismo. É notável, contudo, que esse recurso nunca deixou de ser usado, o que mostra ser uma tradição, ainda que seu valor de uso seja baixo. Em outras palavras, trata-se de um recurso tradicional que ‘esteve na moda’ nas citadas décadas.



Fonte: Elaboração da autora.

Gráfico 2 - Usos de pares antroponímicos.

## 5 SÍNTESE DOS RESULTADOS

No que concerne ao repertório de recursos morfológicos registrados nas listagens de nomes populares, foram inventariados 13 sufixos na antroponímia masculina e 13 na antroponímia feminina, na qual também houve nomes formados por composição aglutinativa. Com relação à recorrência desses recursos, desconsiderando-se o sufixo *-a* feminino, percebe-se que os sufixos femininos não estão entre os mais usados e que os sufixos masculinos se repetem muito mais que os sufixos femininos. Este resultado inicial foi complementado pela análise quantitativa que mostrou como esses sufixos foram utilizados ao longo do período.

Nesta segunda etapa de pesquisa, investigou-se quando e por quanto tempo os sufixos e o recurso à composição foram registrados. Verificou-se que, na amostra, os modismos no uso dos recursos morfológicos apresentam ciclo mais longo na antroponímia masculina, cerca de três décadas, e que, na antroponímia feminina, os ciclos de utilização são de duas décadas.

Na próxima etapa de pesquisa, considerou-se o valor de uso de cada recurso na amostra. Há uma disparidade muito grande, na antroponímia feminina entre o morfema *-a* e todos os demais. Isto não ocorre na antroponímia masculina, na qual, apesar de também predominar o uso do morfema *-o*, também há uso frequente de morfema *zero*, *-el*, *-ão* e *-os*.

Na última etapa de pesquisa, por fim, foi observado o uso de pares durante o período. Constatou-se que, apesar da existência de um ciclo de modismo que perdurou por duas décadas (1950 e 1960), houve um uso constante deste recurso, porém, com um valor de uso modesto. Enquanto nas décadas mencionadas um número considerável de nomes se tornou popular tanto para homens quanto para mulheres, nas demais décadas, a tendência foi a de os nomes populares masculinos e femininos formarem conjuntos diferentes de nomes com algumas exceções; em outras palavras, nomes e sufixos distintos foram usados, preferencialmente, para nomear homens e mulheres. Estes resultados mostram, por fim, que a moda e a tradição não se limitam ao nível lexical, mas também ocorrem morfológicamente.

**REFERÊNCIAS**

- Alford RD. Naming and identity: a cross-cultural study of personal naming practices. New Haven: HRAF Press; 1988.
- Almeida NM. Gramática metódica da língua portuguesa. 13ª ed. São Paulo: Saraiva; 1961.
- Amaral ETR, Seide MS. Nomes próprios de pessoa: introdução à antroponímia brasileira. São Paulo: Blucher; 2020.
- Bajo Pérez E. La caracterización morfosintáctica del nombre propio. A Coruña: Noia; 2002.
- Booij G. Construction morphology. Oxford: Oxford University Press; 2010.
- Castilho AT. Nova gramática do português contemporâneo. São Paulo: Contexto; 2010.
- Cegalla DP. Novíssima gramática da língua portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional; 1965.
- Cunha C, Cintra L. Nova gramática do português contemporâneo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1985.
- Dubois J, et al. Dicionário de linguística. São Paulo: Cultrix; 1978.
- Faraco CE, Moura FM. Gramática, fonética e fonologia, morfologia, sintaxe, estilística. 4ª ed. São Paulo: Ática; 1990.
- Fernández-Juncal C. Estructura formal del repertorio antropónimo español. Revista de Filología Española. 2021;10(1):127-149. [citado 19 mai. 2021]. Disponível em: <http://revistadefilologiaespañola.revistas.csic.es/index.php/rfe/article/view/1287>.
- Fernández-Juncal C. Evolución de los usos antroponímicos en España. Moenia. 2019;25:149-177.
- Guérios RFM. Dicionário etimológico de nomes e sobrenomes. São Paulo: Ave Maria; 1981.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nomes no Brasil2010 [internet]. [citado 11 abr. 2021]. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/nomes/#/search>.
- Jimenez Segura S. La construcción de la identidad de género a partir de la selección del nombre de pila. Onomástica desde América Latina. 2020;1(1):172-198. [citado 26 mar. 2021]. Disponível em: [http://e-revista.unioeste.br/index.php/onomastica/article/view/24165/pdf\\_1](http://e-revista.unioeste.br/index.php/onomastica/article/view/24165/pdf_1).
- Lopes CAG. Lições de morfologia da língua portuguesa. Jacobina: -BA t IPÔ BA-Carimbos; 2003.
- López FYG. Modelo de atribución tradicional: el calendario católico en las partidas de bautismo de la catedral de Tlalnepantla de Baz, Estado de México en 1960. Onomástica desde América Latina. 2020;1(2):144-164. [citado 26 mar. 2021]. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/onomastica/article/view/25482>.
- Neves MH. Gramáticas de usos do português. São Paulo: Unesp; 2000.
- Machado JP. Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa. Lisboa: Horizonte/Confluência; 2003. (Vol. 3).
- Pereira Júnior FA. Grammatica pratica. Curitiba: Empreza Graphica Paranaense; 1924.
- Ragauskaitė A. Tendencies of formation of anthroponyms of rural residents in the oldest Lithuanian parish register of Joniškis dated 1599-1621. Onomástica desde América Latina. 2021;2(3):1-27. [citado

26 mar. 2021]. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/onomastica/article/view/25781>.

Reunião de professores: gramática, lexicologia, análise, composição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves; 1937.

Rosa MC. Introdução à morfologia. São Paulo: Contexto; 2000.

Schücker B, Ackermann T. The morphosyntax of proper names: an overview. *Folia Linguística*. 2017;51(2):309-339.

Seide MS. Moda e tradição na antroponímia. In: Dal Corno GOM, Negri AI, organizadores. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia*. Campo Grande: Ed. UFMS; 2018. p. 161-178.

Seide MS. Prenomes cristãos: constituição, etimologia, motivação para a escolha antroponímica e conhecimento onomástico. *Revista de Estudos da Linguagem*. 2021;29:49-76. [citado 19 mai. 2021]. Disponível em <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/16765>.

Seide MS, Petrulionė L. Formação e usos de nomes hipocorísticos no português do Brasil e no idioma lituano. *Alfa*. 2020;64:1-27. [citado 27 mar. 2021]. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1981-57942020000100204&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-57942020000100204&tlng=pt).

Soledade J. A antroponímia no português arcaico: aportes sobre a sufixação em nomes personativos. In: Lobo T, et al., organizadores. *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias*. Salvador: EDUFBA; 2012. p. 323-336. [citado 25 mar. 2021]. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/67y3k>.

Soledade J. Experimentando esquemas: um olhar sobre a polissemia das formações [Xi-EIR-]Nj no português arcaico. *Diadorim*. 2013;1(esp.):83-111.

Soledade J, Rodrigues LS, Simões Neto NA. A inovação antroponímica na Bahia dos séculos XIX, XX e XXI. *Domínios de Linguagem*. 2020;15(2):1-33. [citado 27 mar. 2021]. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/57065>.

Van Langendonck W. *Theory and typology of proper names*. Mouton de Gruyter: Berlin/New York; 2007.

Villegas Molina ME, Brambila Paz R. Antroponímia registrada en las Mercedes de Jilotepec, siglo XVI. *Onomástica desde América Latina*. 2020a;1(1):122-144. [citado 25 mar. 2021]. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/onomastica/article/view/24162>.

Villegas Molina ME, Brambila Paz R. Apellidos hispánicos en Centro-Norte de Nueva España, siglo XVI. *Onomástica desde América Latina*. 2020b;1(2):103-121. [citado 25 mar. 2021]. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/onomastica/article/view/25489>.

Zabalza Seguí A. Del solar bajonavarro a la Nueva España: el viaje de Juan de Jaso (1523). *Onomástica desde América Latina*. 2020a;1(1):17-44. [citado 25 mar. 2021]. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/onomastica/article/view/24157>.

Zabalza Seguí A. El papel del estado en la formación de los apellidos: la Navarra francesa y la Navarra española. *Onomástica desde América Latina*. 2020b;1(2):17-44. [citado 25 mar. 2021]. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/onomastica/article/view/25491>.

Zanotto N. *Estrutura morfológica da língua portuguesa*. 6ª ed. Caxias do Sul: IBRAL; 2013.



## Entre o global e o local: uma reflexão sobre os anglicismos no léxico da moda sustentável

*Between the global and local: a reflection on anglicisms in the lexicon of  
sustainable fashion*

Gabriela Andrade de Oliveira\*

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São José do Rio Preto, SP, Brasil

Vivian Orsi\*\*

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São José do Rio Preto, SP, Brasil

**Resumo:** O presente artigo contempla o léxico no âmbito da temática da *moda sustentável*, com especial atenção para a presença – ou ausência – de estrangeirismos, mais especificamente de anglicismos. Sabe-se que a moda possui um campo léxico bastante produtivo e que existe uma forte presença de estrangeirismos no léxico deste discurso, principalmente de anglicismos e galicismos, conforme podemos observar nos trabalhos de Farias (2016) e Orsi e Formigoni (2014), por exemplo. A moda sustentável é, por sua vez, um tema que nasce no interior desse campo e posiciona-se como um movimento global. Ao mesmo tempo em que é um tema interior a esse âmbito, ele não é puramente de especialidade, tendo em vista que existem blogs e movimentos dedicados a divulgar e conscientizar cidadãos-consumidores sobre os impactos negativos da moda. É nesse âmbito que esta pesquisa se insere. Nosso objetivo foi verificar se, nesse discurso: (i) o uso expressivo de anglicismos também está presente; (ii) a presença ou ausência de estrangeirismos confere ao movimento o estatuto de globalidade, inclusividade ou exclusividade. Confirmamos que o discurso da moda sustentável recorre à língua inglesa e, de maneira exclusiva, para torná-lo comum e global, referindo-se a conceitos, práticas e ideologias.

**Palavras-chave:** Léxico. Anglicismos. Moda sustentável.

**Abstract:** This article addresses the lexicon into the scope of sustainable fashion, with special attention to the presence - or absence - of anglicisms. It is known that fashion has a very productive lexical field and that there is a strong presence of foreign words in the lexicon of this discourse, mainly anglicisms, and gallicisms, as we can see in the works of Farias (2016) and Orsi and Formigoni (2014), for example. Sustainable fashion is, in turn, a theme that is born within the field of fashion and is often positioned as a global movement. While it is an interior theme in the field of fashion, it is not a pure specialty theme, given that there are blogs and movements dedicated to publicizing and raising awareness among consumers and citizens about the negative impacts of fashion. It is in this scope that this research is inserted. Our objectives are: (i) to verify if the use of Anglicisms is also expressive in sustainable fashion discourse; and (ii) to reflect on the lexicon studied by discussing the use – or the absence – of foreignness and its contribution to giving the movement the status of globality and inclusiveness, or exclusivity. We could confirm that the sustainable fashion discourse uses English to make it common and global, referring to concepts, practices and ideologies.

**Keywords:** Lexicon. Anglicisms. Sustainable fashion.

---

\* Doutoranda em Estudos Linguísticos, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (IBILCE/UNESP), São José do Rio Preto, SP, Brasil; gabriela.oliveira@hotmail.com

\*\* Professor Assistente Doutor, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (IBILCE/UNESP), São José do rio Preto, SP, Brasil; vivian.orsi@unesp.br

## 1 INTRODUÇÃO

Sabemos que a emergência de novos assuntos, de novos acontecimentos comuns a uma comunidade, ou de novos modos de vida demandam, muitas vezes, novos itens lexicais ou a popularização de termos especializados, que antes não eram necessários ou não faziam parte do vocabulário comum dos usuários de uma língua, mas que passam a ser imprescindíveis para nomear essas novas práticas, objetos e outros aspectos que esses temas inéditos introduzem na vida e no vocabulário corrente.

Biderman (1998, p. 88-92) esclarece o quanto a *palavra* é fundadora da realidade que nos circunda e como a capacidade de nomear e categorizar o mundo ao redor é específica da espécie humana, além de ser induzida pelos estímulos do meio ambiente. Ao longo do tempo, passamos por diversos processos de colonização e hibridação de culturas, de modo que hoje a sociedade contemporânea compartilha de muitos conceitos, mudanças e novas necessidades, mas também vive novas realidades que são particulares a uma comunidade e, para todas elas, surgem novos desafios, soluções e conceitos que precisam ser (re)nomeados.

A moda é um destes aspectos contemporâneos que permeia muitas mudanças de estilo de vida e se encontra, atualmente, intrinsecamente ligada à cultura da sociedade de consumo e da imagem. Atualmente é feita sob a dinâmica da novidade e da criação de vanguardas estéticas da aparência, tanto quanto renova as imagens, atualiza seu vocabulário para nomear essas novidades, seja por meio de neologismos ou pela retomada de itens lexicais que caíram em desuso ou foram ressignificados.

São muitos os autores que pontuam a ampla e necessária relação da moda com o léxico. Barthes (1967) já mostrava, por exemplo, a importância do vestuário expresso graficamente, ou seja, dos nomes dados aos itens de vestuário e de suas descrições nas revistas de moda. Para o autor “a importância do vestuário escrito confirma bem a existência de funções específicas da linguagem, que a imagem, seja qual for o seu desenvolvimento na sociedade contemporânea, não poderia transmitir” (Barthes, 1967, p. 25).

Lipovetsky (1989), ao abordar o surgimento da mídia especializada em moda, também demonstra que esse assunto se tornou digno de uma prolixa produção de texto e imagem. Segundo o autor:

Com os primeiros periódicos ilustrados de moda no final do Antigo Regime, o tratamento dado à moda muda; doravante, é regularmente descrita por ela mesma e oferecida ao olhar: *Le Magasin des modes françaises et anglaises*, que aparece de 1786 a 1789, tem por subtítulo: “Obra que dá um conhecimento exato e ágil dos trajes e adereços novos”. Sem dúvida, toda uma literatura crítica se manterá e até o século XX, fustigando os artificios e a alienação das consciências nas pseudo-necessidades, mas sem comparação com a amplitude sociológica e midiática da nova tendência “positiva” para fazer da moda um objeto a ser mostrado, analisado, registrado enquanto manifestação estética. Proliferação dos discursos de moda não apenas nas revistas especializadas, cada vez mais numerosas nos séculos XIX e XX, mas também entre os próprios escritores que, no decorrer do século XIX, fazem da moda um assunto digno de atenção e de consideração. (Lipovetsky, 1989, p. 84-85).

Lançando um olhar mais aprofundado sobre o léxico da moda, Farias (2016, p. 2) aponta como, além de constituir um campo fértil para os neologismos, também

é bastante receptivo aos estrangeirismos, com um número expressivo daqueles oriundos da língua inglesa (anglicismos), e é especificamente sobre este ponto que este trabalho recai, conforme mostraremos adiante.

Farias (2016, p. 2) mostra-nos o quanto a neologia por empréstimo constitui uma fonte de expansão lexical bastante rica no universo discursivo da moda. A autora ainda ressalta que, além de receptivo aos empréstimos, esse campo é especialmente acolhedor aos anglicismos e à língua francesa (galicismos). Os dados obtidos pela autora revelam essa alta absorção: de 850 termos constituintes do corpus da pesquisa, Farias (2016, p. 3) identificou 137 neologismos por empréstimo, dos quais 104 eram de origem inglesa, 30 de origem francesa e apenas 3 deles de outras origens, o que demonstra que o inglês se apresenta de forma expressiva na produção textual da moda em língua portuguesa, seguido da língua francesa, numa menor ocorrência.

Orsi e Formigoni (2014), por sua vez, analisam a presença de anglicismos no *fashionblog* italiano *The Blonde Salad*. As autoras trazem considerações importantes como o fato de que os estrangeirismos têm se tornado habituais nas revistas femininas e de moda, tendo entre suas funções a de produzir algum efeito naquele que lê, podendo, ainda, assentar o texto a certos níveis sociais, culturais e econômicos, imprimindo no leitor a sensação de superioridade, ao mesmo tempo em que seleciona o público que o lê. Apesar deste aspecto dos estrangeirismos nas revistas de moda, o trabalho evidencia que, no caso dos *fashionblogs*, grande parte dos anglicismos são utilizados não apenas por não existir um correspondente em italiano, mas também porque dialogam com a linguagem estabelecida pelos blogs de moda no mundo, permitindo ao leitor reconhecer o assunto e as peças do vestuário, mesmo desconhecendo a língua. As autoras ressaltam, ainda, que, com as novas tecnologias, o empréstimo linguístico deixou de ser exclusividade da elite e passou a abranger uma diversidade maior de classes.

Neste artigo, em um recorte temático, nosso objeto é a moda sustentável. Este é um tema que tem ganhado cada vez mais visibilidade e interesse global, já que os problemas relativos à sustentabilidade social e ambiental são um assunto urgente em todo o mundo e a moda é reconhecidamente um dos setores que mais poluem e que mais exploram mão de obra humana indevidamente. Sua indústria atual, especialmente as grandes varejistas, descentralizaram sua produção para diversos lugares do globo, geralmente para países asiáticos do chamado 'terceiro mundo', em busca de mão de obra barata e pouca restrição trabalhista.

Seja por sua urgência, ou pela ocorrência de acontecimentos desastrosos envolvendo a indústria da moda, tais como crimes industriais e ambientais ou exploração de trabalhadores, o tema tem sido levado a uma crescente popularidade. Hoje é possível observar sua emergência e repercussão, o que tem resultado em uma produção textual bastante vasta em torno do assunto que circula, principalmente, na web.

Berlim (2012) deixa bastante evidente como a questão tem se tornado cada vez mais pungente para o campo da moda, apresentando uma série de exemplos do empenho que tem sido feito em direção à sustentabilidade. Os exemplos que a autora traz abrangem desde iniciativas sustentáveis de semanas de moda já consolidadas ao redor do mundo, até a criação de novos eventos dedicados especificamente à sustentabilidade, além de feiras de negócios, projetos acadêmicos, programas de pós-graduação, marcas e estilistas engajados no tema, iniciativas de grandes corporações,

projetos independentes, ONGs e ações da sociedade civil: todos empenhados na promoção da moda sustentável.

No Brasil, é possível notar uma variedade crescente de eventos voltados à proposta, entre eles o *Brasil Eco Fashion Week*, o *Rio Ethical Fashion*, a *Semana Fashion Revolution* e o *Fórum Fashion Revolution*, os dois últimos promovidos pela ONG *Fashion Revolution*.

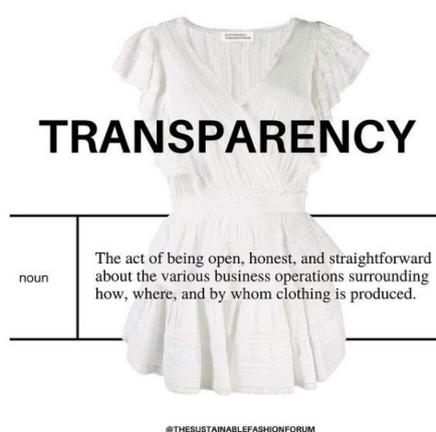
Ademais, um dado que chama a atenção para o crescimento do interesse na moda sustentável foi o crescimento da denominada *Semana Fashion Revolution* no Brasil, ação anteriormente denominada *Fashion Revolution Day*, que se estendeu de um dia para uma semana. A ação é impulsionada pela já citada ONG global *Fashion Revolution*, que, no Brasil, está estabelecida há cinco anos como *Instituto Fashion Revolution Brasil* e tem se dedicado à conscientização sobre os impactos socioambientais do setor da moda, à celebração das pessoas por trás da produção das roupas, ao incentivo à transparência por parte da indústria e ao fomento da sustentabilidade, de acordo com dados do site da própria ONG. Ainda segundo informações disponíveis no site da ONG, em 2016, foram realizados apenas 54 eventos da *Semana Fashion Revolution* pelo Brasil; já em 2017, foram 255 eventos; em 2018, a *Semana* envolveu 23 mil pessoas em 47 cidades do Brasil, contou com mais de 400 voluntários e 38 embaixadores do movimento em universidades, todos comprometidos com a organização de 733 eventos que aconteceram em diversas cidades brasileiras, o que representa um aumento considerável do interesse no assunto.

Sobre a moda sustentável, é preciso destacar, ainda, que tanto ‘moda’, quanto ‘sustentabilidade’ são termos polissêmicos que, individualmente, evocam uma série de complexidades e significados. Como coloca Berlim (2012, p. 26) “moda é um conceito multifacetado e multidisciplinar”, diz respeito, por um lado, a um fenômeno relativo à efemeridade das aparências e à construção cultural da identidade e, por outro, trata-se de uma indústria grande e poderosa – a terceira maior do mundo. É multifacetado no sentido de ser um fenômeno constituído dos mais diversos olhares possíveis, que se interligam e podem ser interdependentes, como, por exemplo, o da sociologia, da antropologia e, mais recentemente, da economia, uma vez que se trata, segundo a autora, da discussão de um mercado global que move a poderosa indústria têxtil. Nesse sentido, falar de moda significa referir-se a uma extensa cadeia de trabalhadores distribuídos em funções diversas em todo o mundo, que vão de lavradores a *top-models*. Por outro lado, o caráter multidisciplinar da moda decorre, ainda segundo a autora, da complexidade de seu campo de estudo, que pode envolver desde disciplinas capazes de dar conta de seus produtos e de seu processo produtivo – como agricultura, química, design, tecnologia têxtil, modelagem, desenho, gestão e logística, entre outros – até aquelas que tratam do cunho social, do desejo, do consumo, da linguagem e das tendências – como história, psicologia, semiótica, artes e comunicação.

A noção de sustentabilidade, por sua vez, de acordo com Jatobá, Cidade e Vargas (2009, p. 48), também não se constitui como uma noção de sentido único, neutro ou imutável. As visões que hoje se propagam largamente sobre sustentabilidade, segundo os autores, adquiriram significados diversos ao longo do tempo, que variam de acordo com a dinâmica social, econômica e política que rege as relações entre sociedade e natureza. Portanto, a ideia que se tem hoje de sustentabilidade, para os autores, é proveniente de diferentes perspectivas do ambientalismo.

Paralelamente a isso, é possível notar um esforço em torno da organização e definição dos termos e conceitos da moda sustentável, por meio da criação de dicionários e glossários informais, produzidos por blogs, institutos, marcas, entre outros atores sociais engajados no tema, demonstrando que muitas definições ainda estão em aberto e passam por um processo de familiarização com o público em geral para além dos usuários especializados, o que evidencia também a relevância dos estudos lexicais a respeito do tema.

Um exemplo bastante relevante é a iniciativa do perfil *@thesustainablefashionforum*, na rede social *Instagram*, que passou a divulgar verbetes com os principais termos da moda sustentável, sua definição e classe gramatical, conforme segue abaixo:



Fonte: Página *@thesustainablefashionforum* no *Instagram*<sup>1</sup>.

Figura 1 – Verbetes *transparency*.

No Brasil também ocorrem diversas iniciativas semelhantes. Um exemplo é a iniciativa do *Fashion Revolution Brasil* (Fashion Revolution Brasil, 2020), também realizada por meio da rede social *Instagram*, que convida as pessoas a darem sua definição de ‘transparência’. Abaixo seguem as duas imagens que compõem a mesma postagem (o usuário utiliza uma seta do lado direito da imagem para passar à imagem seguinte da mesma publicação). A primeira traz uma definição como exemplo e a segunda deixa em branco o espaço para a definição para o próprio leitor refletir sobre o que acredita ser ‘transparência’:

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CG00rhHHoSH>.



Fonte: Página do Fashion Revolution Brasil (@fash\_rev\_brasil) no Instagram<sup>2</sup>.

Figura 2 – Definição e espaço para a definição de ‘transparência’.

Alguns fatores que viemos pontuando até aqui nos chamaram a atenção para a produção deste trabalho, tais como a recorrência de anglicismos no campo da moda, a emergência da moda sustentável aliada a uma profusão de novos termos relativos a este assunto e o fato de que a moda sustentável se constitui como um discurso global e local simultaneamente – uma vez que aborda assuntos de interesse global, mas precisa ser compreendido localmente por todos aqueles envolvidos na extensa cadeia produtiva da moda. Posto isto, perguntamo-nos se, no âmbito da moda sustentável, seria possível encontrar a mesma receptividade aos anglicismos como foi observado em outros trabalhos sobre o léxico da moda; ou se, ao contrário, os anglicismos seriam mais raros em textos sobre moda sustentável, e características particulares da língua portuguesa, variante brasileira, seriam mais evidentes.

Buscando dar conta desses questionamentos, analisamos 34 textos sobre moda sustentável: alguns oriundos de meios de comunicação declaradamente dedicados ao tema; e, a fim de criar uma contraposição, outros extraídos do site da revista *Vogue Brasil*, uma revista de moda internacional, de grande renome e presente em diversos países. Para a análise, incorremos, primeiramente, em uma análise de conteúdo, investigando a existência de termos estrangeiros. Posteriormente, utilizamos parte do *The Sustainable Fashion Glossary*, um glossário de termos da moda sustentável, como material de consulta para conferência da existência ou não dos termos selecionados, e sobre o qual trataremos mais adiante. A coleta e o tratamento dos dados foram feitos de forma manual e deixaremos mais claro como se deu a investigação na seção 3, voltada para a metodologia e a discussão dos resultados.

A análise mostrou que anglicismos também são recorrentes no discurso da moda sustentável e que sua ocorrência é mais baixa quanto mais local e engajada no tema for a mídia que produziu o texto, havendo aqueles textos que não apresentaram uma ocorrência sequer. Além disso, ficou evidente que, assim como nos *fashionblogs*, os termos estrangeiros não parecem ser utilizados apenas para imprimir um ar de modernidade, sofisticação e/ou exclusividade no texto e em quem o lê, mas sim, para imprimir um tom de globalidade no discurso, de algo que integra a todos por meio de uma língua considerada franca, que é o inglês. Além disso, a investigação evidenciou que a maioria dos itens encontrados neste tipo de vocabulário diz respeito mais às

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B9CT-BEB9kR>.

práticas e conceitos de moda e sustentabilidade do que à nomeação de itens do vestuário, de cores, acessórios, texturas, cortes de tecidos, por exemplo, levando-nos à proposição de que a moda sustentável está mais ligada a uma moda sistematizada pela indústria do que a um conceito relacionado à identidade visual dos sujeitos em sociedade.

Acreditamos que o estudo do léxico da moda sustentável poderá contribuir para as reflexões sobre moda contemporânea e sobre um momento histórico da mesma, destacando ainda mais a relevância que o léxico e a língua têm neste campo e o quanto podem revelar das características e mudanças da moda e das sociedades.

## 2 APORTE TEÓRICO: ESTRANGEIRISMOS, INGLÊS E GLOBALIZAÇÃO

Como procuramos demonstrar, neste trabalho, investigamos a presença de anglicismos no léxico da moda sustentável e o quanto eles imprimem um tom de globalidade ou de exclusividade a esse discurso. Para tal, tomaram-se como base teórica para o estudo do léxico as definições de Alves (1994) e Correia e Barcellos Almeida (2012), que abordam a criação lexical, e Carvalho (2009), que trata com mais especificidade dos empréstimos linguísticos na língua portuguesa. Além disso, utilizamos também as contribuições de outros autores para observar a relação entre o inglês e a moda, como o trabalho de Crosa (2010), e para tratar sobre inglês e globalização, como o trabalho de Moita Lopes (2008) e sua proposta de um inglês como língua de fronteira.

Iniciando pelas bases em que se fundamenta esta pesquisa em relação ao estudo do léxico, temos que é considerado, em uma língua, “a totalidade das palavras, desde as preposições, conjunções ou interjeições, até os neologismos, regionalismos, passando pelas terminologias, pelas gírias, expressões idiomáticas e palavrões” (Henriques, 2018, p. 13). Mais especificamente, por elegermos como objeto de estudo os itens da moda sustentável, restringimos o léxico àquele especializado, vale dizer, aos termos, já que tratam de âmbito específico do universo aqui abordado.

Objeto da Terminologia, os termos situam-se na representação lexical do conhecimento especializado e na sua divulgação (Krieger; Finatto, 2004). Assim, nosso suporte teórico se assenta nesse campo de investigação interdisciplinar, que tem como objetivo principal o estudo de itens especializados e pertencentes a domínios específicos de uso, conforme Cabré (1999).

Atendo-nos com mais ênfase à Terminologia Textual, por lidarmos com textos da moda sustentável, estabelecemos, com base em Maciel (2007, p. 377), que essa “é uma abordagem essencialmente descritiva que procura nos textos especializados as expressões linguísticas que, em função de um fim visado, representam o conhecimento de uma dada área”.

Os itens lexicais da moda sustentável serão aqui considerados *termos*, pois, de acordo com a proposta de Cabré (2002), concluímos que eles seguem os mesmos processos de formação do léxico da língua geral, mas se definem e constituem por meio do contexto em que se inserem. Para a autora, em síntese, e também neste artigo, considera-se *termo* e não *lexia* da língua geral a unidade cuja significação é estabelecida em um contexto por especialistas dentro de um discurso especializado, como são os termos da moda sustentável analisados.

FLP 23(1)

Nessa direção, cabe lembrar o fato de que todas as línguas vivas renovam constantemente seu acervo lexical, seja ele especializado ou não. Para Carvalho (2009, p. 32), o léxico é como uma galáxia e está em constante e permanente expansão, pois vai incorporando as experiências pessoais da comunidade em que é usado. Alves (1994, p. 5) também destaca que, nesse complexo movimento de renovação, ao mesmo tempo em que unidades caem em desuso, novas emergem no acervo lexical das línguas e, inclusive, antigas podem retornar ao vocabulário corrente de seus falantes. Nesse processo criativo e de renovação, muitos itens e termos são criados e a esse fenômeno dá-se o nome de ‘neologia’ – e, à palavra criada, ‘neologismo’.

Mais especificamente, Correia e Barcellos Almeida (2012) pontuam tipos de novidades pelas quais os elementos lexicais das línguas podem passar. São elas a novidade formal e a novidade semântica. A primeira se refere à atribuição um novo significante, e a segunda, ao acréscimo de um significado novo a um significante já existente.

Vê-se que são muitos os processos neológicos dos quais os usuários de uma língua dispõem, incluindo desde mecanismos disponíveis no próprio idioma – os chamados processos autóctones, como processos de derivação e composição, por exemplo –, até itens oriundos de outros sistemas linguísticos, dentre os quais se incluem os estrangeirismos, que podem adentrar o acervo de uma língua por meio de contatos íntimos entre comunidades de fala ou por influência cultural, política e econômica.

Segundo Alves (1994, p. 72), os estrangeirismos encontram-se no âmbito dos neologismos que se dão por meio de ‘empréstimos’ – ou seja, são aqueles neologismos que decorrem do contato entre comunidades linguísticas ou pela influência cultural, e acabam por importar unidades lexicais de outro sistema linguístico. Embora o empréstimo seja considerado um neologismo, ou seja, uma ‘criação’, Carvalho (2009, p. 55) ressalta que, apesar disso, “o empréstimo não se constitui uma criação linguística no sentido real do termo, mas a novidade do falante”.

Conforme Alves (1994, p. 72), o neologismo por empréstimo se manifesta em diferentes níveis, tais como o estrangeirismo, o decalque e todos os processos envolvidos até que uma palavra de língua estrangeira venha a se tornar parte da língua receptora. De acordo com Carvalho (2009, p. 56), o processo de adoção de uma palavra de uma língua A por uma língua B percorre quatro fases: “Palavra estrangeira (existente na língua A) Estrangeirismo (usado na língua B) Empréstimo (adaptação de qualquer tipo na língua B) Xenismo (ausência de adaptação para a língua B).”

Podemos observar, na sequência de Carvalho (2009), que uma unidade lexical – ou termo –, ao figurar numa outra língua, é recebida, primeiro, como um estrangeirismo, para somente a seguir vir a se tornar um empréstimo, com ou sem adaptações feitas pela língua receptora. Segundo Alves (1994, p. 72), o estrangeirismo em si, por ser um elemento externo ao vernáculo de uma língua, não faz parte do conjunto lexical do idioma. Ele só passará a constituir um neologismo propriamente dito, quando estiver se integrando à língua receptora. Esta integração, ainda segundo Alves (1994), pode se manifestar por meio de adaptação gráfica, morfológica ou semântica e há casos, como o xenismo, em que não ocorrem adaptações, mas, ainda assim, a palavra é reconhecida como parte do idioma.

FLP 23(1)

Há muitas formas pelas quais uma palavra estrangeira pode ser adotada por um idioma e ser emprestada por ele. Podemos resumi-las em ‘adaptação’ (fonética, morfológica, ortográfica e semântica), ‘decalque’ e ‘incorporação na forma original’. Neste trabalho, no entanto, nosso objetivo consiste em olhar apenas para os estrangeirismos oriundos da língua inglesa, por isso, não vamos nos deter aos detalhes de cada uma das formas de adoção.

Cada país e cada língua lida com a questão dos estrangeirismos de forma diversa. O fato é que, conforme Fiorin (2001), a entrada de itens estrangeiros no vocabulário de uma língua é inevitável e constitui “[...] o resultado da história de um povo, de seus contatos, da divisão internacional do trabalho num dado momento, da correlação de forças entre os diferentes países numa dada época.” (Fiorin, 2001, p. 119). Ao contrário do que se costuma divulgar no âmbito do senso comum, os elementos estrangeiros não são capazes de descaracterizar a língua receptora, justamente porque a base léxica desta língua e sua gramática não podem ser alteradas pela simples adoção do elemento exógeno.

No Brasil, Carvalho (2009, p. 28) afirma que os empréstimos vêm, principalmente, via Estados Unidos, vale dizer, do inglês norte-americano. Para a autora, tal fato pressupõe uma explicação extralinguística, que remonta à segunda metade do século XX e diz respeito à tardia industrialização do Brasil, que criou dependência política, econômica e tecnológica dos Estados Unidos. Grande exportador não só de muitos termos para o português falado no Brasil, como também de um modo de vida tomado como modelo pelo mundo ocidental e, em especial, pelos brasileiros. A expressão deste modo de vida é fortalecida pelo cinema, pela música, pela moda e por outros aparatos culturais produzidos pelo país norte-americano.

Para além dessa característica inerente ao Brasil, Carvalho (2009, p. 71, grifo da autora) nos diz que “o inglês funciona como *lingua franca* praticamente em todo o mundo (língua simplificada para intercâmbio). Daí sua grande influência no acervo lexical de vários povos por meio da exportação de tecnologia e bens de consumo, com a expansão das multinacionais”. Os três principais motivos que levam à adoção de termos em inglês são, conforme Carvalho (2009, p. 78), a evolução rápida das técnicas, a falta de tradução e a facilidade de comunicação na internet.

Embora o inglês seja hoje o idioma dominante, o cenário não foi sempre este. O francês, por exemplo, influenciou o léxico da língua portuguesa desde o século XVIII, tendo se mantido com uma forte presença ainda na primeira metade do século XX. Segundo Crosa (2010), a França foi, durante muito tempo, a capital da moda. Muito do que se via e se consumia no Brasil até os anos 50 do século XX era importado da Europa e, conseqüentemente, daqueles países com maior influência, como é o caso da França. Ainda não existia, em solo brasileiro, uma indústria desenvolvida o bastante para uma produção própria. Ainda segundo a autora, a maioria dos periódicos relativos à moda era importada e foi só mais tarde, a partir de 1975, que as leitoras e leitores brasileiros passaram a contar com versões nacionais de renomadas revistas de moda como a *Vogue Brasil*, por exemplo.

A influência teria se deslocado da língua francesa para a língua inglesa em todo o mundo, de acordo com Crosa (2010, p. 113-114), primeiro, por conta do forte movimento antimoda promovido pela cultura punk inglesa, que promoveu entre os jovens a cultura das criações próprias, feitas por eles mesmos, fazendo com que o público voltasse sua atenção para aquilo que surgia nas ruas, ao invés daquilo que era

FLP 23(1)

apresentado pelos estilistas nas passarelas e vitrines. Assim, a moda passou a migrar das ruas para as passarelas, e não mais o contrário – o que, posteriormente, deu origem ao *streetwear*. Podemos considerar, em segundo posto, ainda, que a própria cultura norte-americana, por sua influência política e econômica, também marcou presença no mundo da moda e das culturas visuais, consolidando a língua inglesa como um idioma de forte poder e influência, muitas vezes considerado ‘global’ e ‘universal’ em diversos outros setores além da moda. Para Orsi (2015, p. 8), além da força econômica dos Estados Unidos, outro elemento que propicia a adoção do inglês é a dependência da publicação de moda *Vogue America* e do modelo liderado pela editora-chefe da revista, Anna Wintour.

Ainda, os empréstimos do inglês norte-americano, consoante Carvalho (2009, p. 79), são tão recorrentes que fazem parte do nosso cotidiano, mesmo que representem um processo de “colonização à distância”, típico do mundo moderno. Para a autora, é resultado de uma dominação cultural que faz parte da realidade dos países do Terceiro Mundo e constitui uma colonização muito mais prática e eficiente, que dispensa guerras e força militar. Apesar disso, a entrada de estrangeirismos é inevitável e, conforme Fiorin (2001, p. 119), “é evidente que as línguas que têm hegemonia política, num determinado momento, fornecem mais empréstimos do que outras”.

Para aprofundar esta reflexão, consideramos importante trazer o trabalho de Moita Lopes (2008), que busca repensar as relações entre inglês, globalização e imperialismo à luz dos hibridismos contemporâneos propondo uma epistemologia de fronteira. O autor compreende o inglês como uma língua de fronteira por meio da qual os sujeitos em todo o mundo podem se apropriar de discursos globais e reinventar suas vidas locais. O inglês consistiria em uma língua utilizada, portanto, para construir um outro tipo de globalização, baseada nos interesses de seus falantes. Moita Lopes (2008, p. 316) reconhece o papel imperial do inglês, ao mesmo tempo em que também discorre sobre sua “vulgarização” (sua perda de valor como mercadoria linguística, uma vez que se torna componente básico de conhecimento no mundo moderno e não mais um termômetro de estratificação social apenas) e reconhece seu uso transimperial na contemporaneidade.

Para esta reflexão, Moita Lopes evoca duas visões de globalização: a primeira (Robertson, 2003; Venn, 2000 apud Moita Lopes, 2008, p. 318), entende a globalização como um processo imperialista que se iniciou com a era dos descobrimentos – dando início, assim, a um processo de ocidentalização, que tem como base a Europa enquanto ocidente, “[...] resultado de um grande movimento de colonização e subjugação do chamado mundo novo, no qual esteve envolvida a maioria das nações europeias, tendo tido o Império Britânico papel especial como uma das maiores forças hegemônicas de colonização e imperialismo.” (Moita Lopes, 2008, p. 318). A partir da Guerra Fria, os Estados Unidos teriam emergido como a grande força imperial, tomando as “rédeas” desse grande processo de ocidentalização. A criação de instituições econômicas internacionais, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio teriam, também, impulsionado a construção de uma economia global que segue, conseqüentemente, os princípios econômicos estadunidenses.

A segunda visão evocada por Moita Lopes é proposta por Hardt e Negri (2000 apud Moita Lopes, 2008, p. 319), que defendem que o imperialismo teria dado lugar a

duas forças que denominam de “Império” e “multidão”. A primeira, o *Império*, pode ser caracterizada como um poder global, desnacionalizado, ao qual a segunda força (*multidão*) se opõe, a fim de reivindicar todos aqueles interesses que o *Império* nega.

Com base nessas acepções de globalização e em proposições que defendem a língua de fronteira, os hibridismos linguístico-culturais, a reescritura de identidades e narrativas a partir da língua, Moita Lopes propõe uma ideologia linguística diferente, na qual um inglês outro, global, diferente do chamado inglês nativo, tão aclamado em algumas instâncias sociais, sobressai-se, sendo apropriado por falantes de diversas partes do globo, que agregam seus sotaques e construções sintagmáticas próprias, utilizando-se dessa língua para escrever suas próprias histórias e compartilhá-las com outros sujeitos, falantes de outras línguas também. Segundo as palavras do próprio autor, em sua proposta:

[...] o inglês deixa de ser visto simplesmente como uma língua internacional, envolvida em imperialismo e na homogeneização do mundo, e passa a ser compreendido também como uma língua de fronteira da qual as pessoas se apropriam para agir na vida social (para viver, amar, aprender, trabalhar, resistir e ser humano, em fim), fazendo essa língua funcionar com base em histórias locais, não como mímica de *designs* globais, mas na expressão de performances identitárias, que não existiam anteriormente. (Moita Lopes, 2008, p. 333, grifo do autor).

É considerando também essa visão de inglês global, juntamente com o fato de, no campo da moda, o uso de estrangeirismos desempenhar o papel de sofisticação e exclusividade em alguns contextos, que refletimos, neste trabalho, sobre a presença ou ausência de anglicismos no discurso da moda sustentável, conforme procuraremos mostrar a seguir em nossa discussão de resultados.

FLP 23(1)

### 3 DISCUSSÃO DE RESULTADOS

#### 3.1 Metodologia empregada e materiais analisados

Para este trabalho, selecionamos 34 textos sobre moda sustentável de três fontes diferentes, a saber: o site *Modifica*<sup>3</sup>, o site da revista *Vogue Brasil* e alguns materiais de apoio/divulgação da ONG *Fashion Revolution Brasil*. Tanto o *Modifica* quanto a ONG *Fashion Revolution Brasil* são especificamente voltados para a moda sustentável, enquanto a *Vogue*, com textos jornalísticos, é voltada para a moda em geral e, ocasionalmente, à sustentável. Procuramos estabelecer essa heterogeneidade em nosso recorte propositalmente, a fim de verificar o uso de anglicismos tanto em fontes *mainstream*<sup>4</sup> sobre moda, como é o caso da *Vogue*, bastante conhecida pelo expressivo uso que faz dos estrangeirismos, quanto em meios de comunicação mais engajados no assunto, como é o caso da ONG referida, que procura produzir conteúdos de teor

<sup>3</sup> Disponível em: <https://sobre.modifica.com.br>.

<sup>4</sup> Utilizamos o termo *mainstream*, neste caso, para qualificar os meios de comunicação tradicionais sobre moda, em detrimento de novas modalidades, como blogs, redes sociais e portais independentes na internet. Nesse sentido, ‘fontes *mainstream* sobre moda’ diz respeito àqueles meios de comunicação já consolidados, reconhecidos e aceitos como uma fonte confiável de informação de moda, que detêm autoridade em relação ao assunto em questão, como é o caso de revistas famosas e mundialmente conhecidas como *Vogue*, *Elle*, *Marie Claire*, entre outras.

mais global sobre o tema, e da plataforma on-line citada, um meio de comunicação brasileiro e independente.

Todos os materiais são oriundos da web, especialmente porque são raras e escassas as produções textuais especificamente voltadas para essa temática em versão impressa. Mesmo a revista *Vogue*, que é originalmente uma mídia impressa, não tem como tema central a moda sustentável, de modo que teríamos que selecionar edições de um espaço temporal bastante amplo para, talvez, encontrar textos sobre o assunto. O site da revista, por sua vez, com um volume muito maior de publicações diárias, facilita a busca e o acesso aos textos produzidos sobre o tema que abordamos aqui.

Do site *Modéfica*, portanto, extraímos 15 textos da categoria ‘moda’, o que representou publicações de janeiro a setembro de 2020. Do site da revista *Vogue Brasil*, extraímos outros 15 textos, porém, como se trata de uma mídia que publica um volume de textos muito superior às demais mídias utilizadas aqui, os 15 textos dela extraídos corresponderam apenas ao período entre janeiro e maio de 2020.

Além disso, para a seleção de materiais da *Vogue*, lançamos mão de um cuidado ampliado, recortando aqueles textos publicados na seção *Moda* e/ou *Lifestyle* que fossem explicitamente relacionados ao tema da moda sustentável, já que a revista não se dedica exclusivamente a esse segmento temático.

Do site da ONG *Fashion Revolution Brasil* recortamos um volume menor de materiais, apenas 4, porém muito mais volumosos que os demais textos. Trata-se de conteúdos disponibilizados em formato PDF, semelhantes a uma cartilha ou e-book, que buscam articular diversos atores sociais do setor da moda, conscientizando-os sobre a necessidade e a responsabilidade social e ambiental que têm. Entre esses atores estão cidadãos/consumidores, diversos trabalhadores da moda (agricultores, fiadores, costureiras, estilistas, modelos etc.), governos, mídia, entre outros. Os materiais têm a finalidade de divulgar a ONG e a sua importância, além de dar dicas de boas práticas de produção, consumo, uso e descarte de itens de moda para cada um desses atores sociais envolvidos na cadeia.

Cabe dizer que esses materiais não são produzidos exclusivamente para o público brasileiro; no site, é possível encontrar o mesmo material em diferentes línguas e, por se tratar de uma organização de origem britânica, acreditamos que os materiais originais tenham sido produzidos em língua inglesa e traduzidos para o português e o espanhol, por exemplo.

Para esta investigação incorremos, primeiro, em uma análise de conteúdo, recolhendo e organizando manualmente todos os anglicismos encontrados em nosso recorte. Para classificar os anglicismos encontrados como pertencentes ou não ao campo da moda sustentável, utilizamos *The Sustainable Fashion Glossary* como material de consulta para conferência da existência dos termos selecionados, ou seja, para verificar se as unidades terminológicas coletadas estavam ou não presentes nele. Trata-se de um glossário da moda sustentável, lançado em 2020 pela editora Condé Nast – editora responsável pela própria revista *Vogue* e alguns outros títulos como *Wired* e *The New Yorker* – em parceria com as instituições *Centre for Sustainable Fashion, London College Fashion* e *University of Arts London*.

FLP 23(1)

O *The Sustainable Fashion Glossary* compõe o que nos parece ser o primeiro glossário formal<sup>5</sup> sobre moda sustentável, está disponível de forma on-line e gratuita e, segundo matéria publicada no site da própria *Vogue Brasil*, continuará sendo alimentado com novos termos. A referida matéria de lançamento do glossário no site da revista também explicita que o material surgiu devido a uma necessidade maior de educação e sustentabilidade na moda identificada pelos editores da *Vogue* e explica que o glossário traz tópicos com os quais a indústria da moda tem precisado lidar, como transparência, compensadores de carbono e biodiversidade.

É importante chamar a atenção para o fato de que o glossário foi produzido tomando como base a língua inglesa. Segundo a publicação da revista, o desenvolvimento do glossário contou com contribuições de editores da *Vogue* de todo o planeta, o que nos faz pressupor que editores falantes de diversas outras línguas além do inglês contribuíram, nessa língua, com os termos que comporiam o glossário, o que reforça a presença e o poder da língua inglesa na moda, sendo empregada não só como forma de imprimir certo prestígio ou diferenciação social em textos sobre o assunto, mas também como língua franca da globalização, dos negócios e das causas globais.

Em nossa pesquisa, assumimos que o item lexical inglês que estivesse presente nesse glossário, pertenceria ao domínio da moda sustentável. Vale ressaltar que o glossário em questão possui dois modos de organização, dentre os quais o leitor pode escolher para fazer sua consulta: (i) por ordem alfabética ou (ii) a partir de uma organização temática, que o divide em quatro categorias: ‘Emergência Climática’ (*Climate Emergency*); ‘Impactos ambientais da moda’ (*Environmental Impacts of Fashion*); ‘Impactos sociais, culturais e econômicos da moda’ (*Social, Cultural And Economic Impacts Of Fashion*); e ‘Elementos-chave da moda e sustentabilidade’ (*Key Elements Of Fashion And Sustainability*). Cada categoria do glossário contém uma introdução e alguns termos aparecem em mais de uma categoria simultaneamente.

### 3.2 Anglicismos encontrados

Ao longo de nossa análise, recolhemos 23 anglicismos referentes à moda sustentável. São eles: *Fashion Revolution Day*; *Fashion Revolution Week*; *Fash mob*; *Slow*; *Made-in*; *Eco-friendly*; *Green Carpet Challenge*; *Beleaf*; *Fashion Pact*; *Global Fashion Agenda*; *Carbon Neutral*; *Nylon*; *Re-sale*; *Upcycling* e *Upcycled*; *Econyl*; *Fast-Fashion*; *Rana Plaza*; *Fashion Industry Charter for Climate Action*; *Fashion Revolution* e *Fashion Revolution Brasil*; *Corporate Responsibility*; e *Haulternative* (que aparece com e sem o uso de *hashtag* (#) antecedendo o termo).

Observamos que o discurso da moda sustentável é bastante produtivo do ponto de vista da criação de novas lexias a partir de termos já existentes no vocabulário em geral. A nosso ver, essa produtividade criativa constitui parte importante de um discurso que tem entre seus objetivos subverter a sistemática atual da moda, de modo que essa subversão se dá também pelo léxico: muitos dos termos já amplamente utilizados na moda atual são recriados no contexto sustentável por meio de novas

<sup>5</sup> Isto porque existem alguns poucos glossários ou, como geralmente são nomeados, ‘dicionários’ sobre moda sustentável na web. São listas informais que reúnem um pequeno conjunto de termos relacionados ao tema, organizados por blogs e outras páginas on-line, ou perfis de redes sociais que se dedicam à produção de conteúdo sobre o tema e até mesmo marcas e entusiastas do assunto.

composições ou novas versões. Alguns exemplos disso são *re-sale*, *haulalternative*, *fash mob* e *slow [fashion]*, por exemplo.

O termo *re-sale* ('revenda'), apesar de ser comum na língua inglesa, independentemente da moda sustentável, nesse discurso, aparece bastante marcado pela hifenização entre o prefixo *re* e o termo *sale* – algo que não ocorre na versão dicionarizada, que não leva hífen (*resale*). Além disso, *re-sale* ganha um valor distinto, já que o termo *sale* é amplamente utilizado para grandes liquidações, que desencadeiam compras em excesso, algo que vai na contramão da sustentabilidade.

O termo *haulalternative*, por sua vez, une *haul*<sup>6</sup> – um termo oriundo da internet, utilizado para designar uma maratona de compras (*makeup haul*, *fashion haul*) – com *alternative*, no sentido de uma alternativa a algo. Assim, tal neologismo indica que se trata de uma alternativa às maratonas de compras, ou seja, uma alternativa às formas tradicionais de se consumir, constituindo um termo que se faz a partir de outro, subvertendo seu sentido.

Outro termo é *Fash Mob*, que constitui o que parece ser um trocadilho com *Flashmob* – um termo estrangeiro que, segundo o dicionário *Cambridge* monolíngue, em sua versão online, significa “um grupo de pessoas que combinam, por e-mail ou telefone celular, de se reunir em um lugar ao mesmo tempo, fazer algo engraçado ou bobo, e depois ir embora” (*Cambridge Dictionary*, 2020, tradução das autoras)<sup>7</sup>, não raro também é possível ver esse tipo de manifestação com caráter artístico ou mesmo de protesto<sup>8</sup>. Nesse sentido, o termo dá a entender que se trata de uma ‘mobilização *fashion*’, de fazer algo incomum, uma intervenção coordenada entre pessoas, para expressar uma nova ideia de moda ou protestar. Por fim, *slow* (lento), embora apareça sozinho, faz referência à *slow fashion* (moda lenta), que não constava em nosso recorte como um termo composta, mas que é comum em outros textos sobre o assunto pelos quais passamos ao longo deste trabalho e faz referência direta, propositalmente ou não, ao *fast-fashion* (moda rápida).

Vale destacarmos, ainda, o valor que alguns termos já utilizados largamente no vocabulário da moda adquirem num contexto sustentável. Um exemplo disso é *made-in*, um termo com frequência encontrado nas etiquetas das roupas e em outros produtos para indicar onde o item foi produzido. No contexto da moda sustentável, essa designação tem um impacto distinto da simples identificação da origem do produto, uma vez que o movimento de moda sustentável nasce em meio a uma superdescentralização da produção manufatureira da indústria da moda, que passa a fabricar muitos de seus produtos em países com baixo custo de mão-de-obra e poucas legislações trabalhistas. O termo *made-in* ('feito em') está relacionado a uma reflexão sobre a origem das roupas que compramos, reconstruindo o caminho percorrido por um item de moda até que chegue às mãos do consumidor final, evocando um outro

<sup>6</sup> Este termo foi encontrado apenas no *Urban Dictionary*, em publicação de 2009, e pode ser conferido em mais detalhes e com exemplos de uso no inglês em: <https://www.urbandictionary.com/define.php?term=haul>.

<sup>7</sup> “a group of people who arrange, by email or mobile phone, to come together in a place at the same time, do something funny or silly, and then leave”, *Cambridge Dictionary*. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/flashmob>.

<sup>8</sup> Alguns exemplos podem ser vistos na notícia *Os dez melhores flash mobs já feitos*, publicada pelo site da Revista *Galileu*. Disponível em: <https://bitly.com/KWt8g>.

conceito preconizado pela moda sustentável, para o qual existe também um termo: ‘rastreadabilidade’ – ou *traceability*, que prevê o compromisso e a responsabilidade das marcas por rastrearem todo o percurso de fabricação de seus produtos e as condições (sociais e ambientais) em que os mesmos foram produzidos.

Um outro termo que vale algumas considerações e que reflete o poder da língua inglesa na criação lexical da moda sustentável é o termo *beleaf*. Trata-se do nome dado a um couro vegano, brasileiro, feito de folhas. Apesar de se tratar de um produto brasileiro, recebeu um nome em inglês, o que, a nosso ver, reforça a assimilação do inglês como língua franca no contexto da moda sustentável e sistematizada pela indústria em geral – o que pode se dar tanto por questões comerciais, a fim de alcançar marcas internacionais interessadas em matéria-prima sustentável, quanto por questões culturais de ativismo e de alcance global.

Além dos pontos já explicitados sobre os anglicismos recolhidos, ainda cabe destacarmos algumas características importantes sobre os meios de comunicação dos quais extraímos o recorte de nosso corpus em relação aos termos do inglês encontrados neles.

Em primeiro lugar, a maioria dos anglicismos encontrados aparece nos materiais da revista *Vogue* (76,2%), do site da ONG *Fashion Revolution Brasil* (47,6%) e da plataforma *Modéfica*, em que, por sua vez, foi onde houve menos registros relativos à moda sustentável (19%). Houve, inclusive, dois textos em nosso recorte nos quais não foi encontrado nenhum estrangeirismo, nem do âmbito da moda sustentável, nem de nenhuma outra temática.

É curioso observar como, enquanto a *Vogue* faz um uso mais expressivo de termos estrangeiros, sempre procurando abordar de forma bastante positiva os esforços da indústria da moda para ser mais sustentável, o site *Modéfica*, por sua vez, aborda o tema de modo mais crítico, utilizando pouquíssimos estrangeirismos, propositalmente ou não, substituindo-os muitas vezes por descrições ou explicações em língua portuguesa, ao invés de utilizar um termo já existente para ele, porém estrangeiro. A plataforma também focaliza mais os aspectos locais (brasileiros ou latino-americanos) trazendo, inclusive, termos mais específicos para algumas noções que o *The Sustainable Fashion Glossary* aborda de forma mais generalista. Um exemplo disso é a variedade de termos em português referentes aos trabalhadores migrantes ou imigrantes. Enquanto, no *The Sustainable Fashion Glossary*, temos apenas o termo *migrant workers*, nos textos que analisamos da plataforma *Modéfica*, pudemos observar um conjunto mais amplo e específico sobre a questão, como “costureiras migrantes”, “mulheres migrantes”, “imigrantes bolivianos”, “mulheres bolivianas migrantes”, “imigrantes latinas”, além de “coiote” – termo utilizado para designar a pessoa que guia migrantes para entrar ilegalmente em outro país, tendo também outras acepções nas variedades da língua espanhola latino-americana.

Além dos anglicismos já apresentados, identificamos também algumas unidades compostas híbridas, formadas de um termo em inglês e outro em português. Tal fenômeno foi identificado apenas na revista *Vogue* e com poucas ocorrências. São eles: “*lifestyle* sustentável” (‘estilo de vida sustentável’); “*looks* sustentáveis” (‘visual sustentável’) e “iniciativas *green*” (‘iniciativas verdes’).

Também listamos, ao longo de nossa análise, alguns termos candidatos a serem classificados como decalques. O ‘decalque’ constitui uma das formas de integração de

uma unidade lexical estrangeira a um sistema linguístico receptor e consiste numa “[...] versão literal do item léxico estrangeiro para a língua receptora” (Alves, 1994, p. 79). É um tipo de empréstimo mais difícil de identificar e, por isso mesmo, classificamos os termos que seguem apenas como candidatos a decalque. São eles: ‘compensação de carbono’ (*carbon offsetting*); ‘emissões de carbono’ (*carbon emissions*); ‘emissões de CO2’ (*CO2 emissions*); ‘químicos’ (*chemicals*); ‘poliéster’ (*polyester*); ‘trabalho infantil’ (*child labor*); ‘pegada de carbono’ (*carbon footprint*); ‘mercado justo’ (*fairtrade*); ‘escravidão moderna’ (*modern slavery*); ‘direitos humanos’ (*human rights*); ‘trabalho forçado’ (*bonded labor*); ‘resíduo’ (*waste*); ‘embalagens’ (*packaging*); ‘aterro’ (*landfill*); ‘crescimento’ (*growth*); ‘sementes geneticamente modificadas’ (*genetically modified (GM) crops*); ‘transparência’ (*transparency*); ‘rastreadibilidade’ (*traceability*); ‘indústria da moda’ (*fashion industry*); ‘cadeia de suprimentos’ (*supply chain*).

É claro que muitos desses termos são comuns na língua portuguesa, mas é preciso considerar que adquirem um novo significado no discurso da moda sustentável. ‘Embalagem’ (*packaging*), por exemplo, está mais ligado ao impacto dos desperdícios e geração de lixo (plástico muitas vezes) ou, ao contrário, a uma solução para esses problemas trazidos pelas embalagens convencionais do que relacionado a um significado genérico do substantivo ‘embalagem’. Também o termo ‘transparência’ (*transparency*), ao ser buscado em blogs e sites de revistas convencionais de moda, apresenta um número muito maior de resultados ligados ao adjetivo ‘transparente’ aplicado a roupas transparentes, ou tecidos transparentes, do que à ‘transparência’ no mesmo sentido utilizado pelo discurso da moda sustentável.

Acreditamos que uma análise mais aprofundada em um recorte maior, focada nos decalques, pode evidenciar com mais clareza a natureza de tais termos, confirmando ou infirmando seu status como decalque e também evidenciando outras características destes termos além das apontadas aqui.

FLP 23(1)

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como procuramos explicitar, assim como o discurso da moda em geral, o discurso da moda sustentável também faz uso de anglicismos. Inclusive, não identificamos neste discurso nenhum termo estrangeiro que designasse os conceitos da moda sustentável em outra língua que não o inglês. No entanto, esse uso parece ser moderado e se dar mais por uma questão de tornar o discurso comum e global, facilmente identificável, do que para denotar sofisticação, modernidade ou exclusividade. Aliás, parece existir um esforço para que alcance a todos os envolvidos na cadeia da moda e esse esforço se dá no âmbito do léxico por meio da explicação e criação de publicações que convidam os leitores a refletirem sobre o significado de certos conceitos, como procuramos ilustrar no início deste trabalho e como fica evidente com a criação do *The Sustainable Fashion Glossary*, utilizado em nossa análise.

Os termos coletados também deixam evidente que este vocabulário remete muito mais a conceitos, práticas e ideologias a serem adotadas pela moda do que às questões ligadas ao vestuário propriamente dito, como nomes de peças de roupas, estilos, cortes, tecidos, cores etc. Trata-se, portanto, de conceitos ideológicos que estão mais ligados a uma ideia de moda sistematizada pela indústria do que aquela tomada no sentido histórico, social e cultural da construção das aparências, até mesmo porque a sustentabilidade de uma roupa não é visível a olho nu, está ligada às práticas que

precedem a existência dessa roupa e seu consumo. É um discurso permeado muito mais pelas práticas envolvidas na confecção de uma roupa e que se insere dentro de um sistema industrial do que à moda como construção da imagem.

Além disso, nosso recorte apontou para uma menor recorrência de estrangeirismos, quanto mais engajada e local era a fonte da qual o texto analisado provinha. Os textos do site *Modéfica*, uma mídia independente e nacional que trata especificamente de moda sustentável e assuntos correlatos, foram os que menos apresentaram anglicismos, havendo, inclusive, dois textos, dos 15 analisados, que não contavam com nenhum estrangeirismo sequer. Isso nos leva a considerar que este inglês, utilizado no universo da moda sustentável, esteja alinhado ao que Moita Lopes (2008) chama de um inglês global, uma língua de fronteira, utilizada para tornar generalizados certos discursos, para que os sujeitos nas margens também se apropriem dele e, com ele, construam narrativas locais e também compartilhem essas narrativas com o restante do mundo.

Isso é especialmente importante quando estamos tratando de um discurso que é necessariamente global, não pelo seu alcance, mas porque diz respeito a uma cadeia mundial de acontecimentos que envolve pessoas de diferentes extratos sociais em diversos locais do mundo: lavradores, tecelões, donos de fábricas, estilistas, modelistas, costureiras, bordadeiras, transportadores, lojistas varejistas, vendedores e consumidores, cada qual em lugares geográficos que dizem muito sobre seu lugar social nessa cadeia.

Por fim, cabe acrescentar que um olhar mais aprofundado sobre esse léxico pode ser interessante e pode revelar aspectos relevantes de um momento importante da história da moda contemporânea, cabendo, outrossim, a proposta de um glossário em língua portuguesa sobre o tema, que agregue também aqueles neologismos da própria língua portuguesa e que refletem a realidade local.

FLP 23(1)

## REFERÊNCIAS

- Alves IM. Neologismo: criação lexical. São Paulo: Editora Ática; 1994.
- Barthes R. Sistema da moda. Lisboa: Edições 70; 1967.
- Berlim L. Moda e sustentabilidade: uma reflexão necessária. São Paulo: Estação das Letras e Cores; 2012.
- Biderman MTC. Dimensões da palavra. *Filologia e Linguística Portuguesa*. 1998;2:81-118. [citado 29 set. 2021]. Disponível em: [http://dlcv.fflch.usp.br/files/Biderman1998\\_0.pdf](http://dlcv.fflch.usp.br/files/Biderman1998_0.pdf).
- Cabré MT. Terminología y lingüística: la teoría de las puertas abiertas. *Estudios de Lingüística del Español (ELiEs)*. 2002;16:s/p. [citado 29 set. 2021]. Disponível em: <http://elies.rediris.es/elies16/Cabre.html>.
- Cabré MT. Terminology: theory, methods, and applications. DeCesaris JA, tradutora. Amsterdam: John Benjamins; 1999.
- Cambridge Dictionary [internet]. [citado 29 set. 2021]. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/>.
- Carvalho N. Empréstimos linguísticos na língua portuguesa. São Paulo: Cortez; 2009.

- Correia M, Barcellos Almeida GM. Neologia em português. São Paulo: Parábola Editorial; 2012.
- Crosa P. A moda e a língua inglesa. In: De Carli MAS, Manfredini ML, organizadores. Moda em sintonia. Caxias do Sul: Educ; 2010. p. 112-125.
- Farias EMP. O decalque na língua de especialidade da moda. Revista do GELNE. 2016;4(1):1-6. [citado 29 set. 2021]. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9097/6451>.
- Fashion Revolution Brasil. Transparência para mim é [Instagram: @fash\_rev\_brasil]. 2020. [citado 29 set. 2021]. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/B9CT-BEB9kR>.
- Fiorin JL. Considerações em torno do projeto de lei no. 1676/99. In: Faraco CA, organizador. Estrangeirismos: guerras em torno da língua. São Paulo: Parábola; 2001.
- Henriques CC. Léxico e semântica. Rio de Janeiro: Elsevier; 2011.
- Jatobá SUS, Cidade LCF, Vargas GM. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. Sociedade e Estado. 2009;24(1):47-87. [citado 29 set. 2021]. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5453/4950>.
- Krieger MG, Finatto MJB. Introdução à terminologia: teoria e prática. São Paulo: Contexto; 2004.
- Lipovetsky G. O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras; 1989.
- Maciel AMB. Quais são os rumos da terminologia no século XXI? In: Isquierdo AN, Alves IM, organizadores. As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: Ed. UFMS; 2007. p. 371-383. (Vol. 3).
- Moita Lopes LP. Inglês e globalização em uma epistemologia de fronteira: ideologia linguística para tempos híbridos. DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada. 2008;24(2):309-340. doi:10.1590/S0102-44502008000200006.
- Orsi V. A presença de empréstimos da língua inglesa na revista brasileira *Glamour*. 11º Colóquio de Moda - 8ª Edição Internacional; 02-05 set. 2015; Curitiba, PR. Anais. (Anais do 11º Colóquio de Moda – 8a. Edição Internacional. 2015. p. 1-10). [citado 29 set. 2021]. Disponível em: <http://www.coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20-%202015/COMUNICACAO-ORAL/CO-EIXO4-COMUNICACAO/CO-4-A-PRESENCA-DE-EMPRESTIMOS-DA-LINGUA-INGLESA-NA.pdf>.
- Orsi V, Formigoni I. O léxico e a moda: anglicismos nas manifestações linguísticas do blog The Blonde Salad. Revista Trama. 2014;10(20):97-110. [citado 29 set. 2021]. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/viewFile/10348/7467>.
- Redação Galileu. Os dez melhores flash mobs já feitos. Revista Galileu [Internet]. [citado 29 set. 2021]. Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI235996-17770,00-OS+DEZ+MELHORES+FLASH+MOBS+JA+FEITOS.html>.
- The Sustainable Fashion Forum. Transparency [Instagram: @thesustainablefashionforum]. 2020. [citado 29 set. 2021]. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CG00rhHHoSH>.
- The Sustainable Fashion Glossary [internet]. [citado 29 set. 2021]. Disponível em: <https://www.condenast.com/glossary/key-elements-of-fashion-and-sustainability>.
- Urban Dictionary [internet]. [citado 29 set. 2021]. Disponível em: <https://www.urbandictionary.com>.

## Pessoalidade e impessoalidade verbais: do *esse* ao ‘haver’ com noção existencial

*Personal and impersonal verbs: from esse to ‘haver’ denoting existence*

Sávio Jorge da Silva Carvalho \*

*Alpha Colégio e Pré-vestibular, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil*

Thiago Soares de Oliveira \*\*

*Instituto Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil*

**Resumo:** Trata-se aqui de um estudo semântico-gramatical de viés diacrônico, cuja temática geral diz respeito à pessoalidade e à impessoalidade verbais, a partir de pesquisa bibliográfica que recorre a fontes de dados constituídas por artigos, dicionários e livros dedicados à abordagem de temas caros à Linguística Histórica, à História da Língua Portuguesa e à Língua Latina. O objetivo deste trabalho é investigar, a partir da mudança linguística, o comportamento da pessoalidade do verbo *esse*, cujo sentido possível é a acepção de ‘existir’, e a pessoalidade do *habere* (haver) no latim clássico, contrastando a pessoalidade desta forma verbal com a impessoalidade do ‘haver’ existencial no português. Ao fim, conclui-se que a impessoalização do verbo ‘haver’ com noção existencial na língua portuguesa deve-se à confusão entre os casos latinos nominativo e ablativo durante o processo de mudança linguística.

**Palavras-chave:** Linguística histórica. História da língua portuguesa. Língua latina. Mudança linguística. Impessoalidade do verbo ‘haver’.

**Abstract:** This is a diachronic semantical and grammatical study, whose general theme concerns the existence of personal and impersonal verbs in Portuguese, based on bibliographic research that uses data sources made up of articles, dictionaries and books dedicated to the approach of themes related to Historical Linguistics, the History of the Portuguese Language and the Latin Language. The aim of this work is to investigate, having the linguistics change as a starting point, whether the verb *esse*, whose possible meaning is the denotation of ‘to exist’, is personal or impersonal throughout time, and the possibilities of treating *habere* (to be/there to be) as personal in Classical Latin, contrasting the idea of seeing this verb as personal with *haver* meaning ‘to exist’ being impersonal in Portuguese. Finally, the conclusion is that the process of the verb *haver* (denotating existence) becoming impersonal in the Portuguese language is due to the confusion between the Latin nominative and ablative cases during the process of linguistic change.

**Keywords:** Historical linguistics. History of the Portuguese language. Latin language. Language change. ‘Haver’ as an impersonal verb.

### 1 INTRODUÇÃO

A noção de impessoalidade hoje atribuída ao verbo ‘haver’ com noção de existência pode ser explicada historicamente, assim como diversos fenômenos

---

\* Professor, Alpha Colégio e Pré-vestibular e Colégio Externato Campista, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil; saviojorge.carvalho@gmail.com

\*\* Professor Doutor, Coordenação Acadêmica da Licenciatura em Letras, Diretoria das Licenciaturas, Instituto Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil; so.thiago\_@yahoo.com.br

linguísticos sujeitos à força diacrônica da língua. Considerando, a princípio, a contribuição de Faraco (2005) a respeito do estudo histórico das línguas, propõe-se, neste trabalho, o que é considerado pelo autor como uma volta ao passado, a fim de iluminar o presente: um estudo diacrônico em relação à acepção do verbo ‘haver’ com sentido de ‘existir’ e à sua utilização como impessoal na língua portuguesa atual (de acordo com o que apregoa a norma gramatical).

Dito isso, o questionamento acerca da temática apresentada consiste em: Qual seria a motivação histórica de o ‘haver’ (morfologicamente oriundo de *habere*, em latim), com o significado de ‘existir’, tornar-se impessoal em português, quando, na língua-mãe (latim vulgar)<sup>1</sup>, conforme destaca Maciel (1887), era pessoal? Acredita-se que, possivelmente, tenha havido troca e/ou confusão entre os casos latinos nominativo<sup>2</sup> e ablativo<sup>3</sup>. Isso pode ter impulsionado uma mudança de pessoalidade do verbo ‘haver’ com noção de existência, estabelecendo-o como impessoal. É válido também ressaltar que a noção de existência outrora era percebida no uso do verbo *esse* (em noção existencial, era flexionado diante de nominativo plural), e não no verbo *habere*.

FLP 23(1)

Tendo definida a provocação que incitou a confecção deste estudo, objetiva-se, de forma geral, compreender, numa perspectiva histórica, como se deu o processo de impessoalização do verbo *habere*, que resultou em ‘haver’ no português, considerando que a noção existencial era originalmente atribuída ao verbo *esse*, pessoal em latim. Para tanto, estrutura-se este trabalho em três seções, que explanam: a) o comportamento da pessoalidade do verbo *esse*<sup>4</sup>, cuja possibilidade de uso também abarcava a acepção de ‘existir’; b) a pessoalidade do *habere* (haver) no latim clássico<sup>5</sup> e c) a pessoalidade do *habere* clássico com a impessoalidade do ‘haver’ existencial na língua portuguesa.

As ocorrências de tais verbos latinos são investigadas nas gramáticas<sup>6</sup> de Magne (1930), Fonseca e Morais (1942), Faria (1958), Cart, Grimal, Lamaison, e Noiville

<sup>1</sup> “É o latim na sua forma vulgar que constitui, por assim dizer, o *substratum* do nosso idioma; foi ele que, passando por contínuas transformações, produziu a fala de que hoje nos servimos” (Nunes, 1969, p. 18, grifo do autor).

<sup>2</sup> Caso relativo à função sintática de sujeito, entre outras.

<sup>3</sup> Caso ligado à função sintática de adjunto adverbial.

<sup>4</sup> Apesar de habitualmente a enunciação verbal, em latim, partir da primeira pessoa do presente do indicativo ativo, decidiu-se pelo uso da forma infinitiva em razão da semelhança morfológica entre *habere* e ‘haver’; isso porque se entende que, dessa forma, fica mais facilitada a compreensão da questão que se pretende abordar.

<sup>5</sup> Como em Linguística Histórica é comum a análise partindo de documentos escritos, incluindo este trabalho, é necessário que seja o latim clássico a fonte de estudo, até porque, sobre o latim vulgar, há poucas fontes que nos foram legadas. Na verdade, “a tradição não nos legou uma grande literatura para atestar a existência do latim vulgar. Nosso conhecimento dêle deriva das seguintes fontes: a) elementos populares de origem intencional ou acidental, no latim clássico e no medieval; b) observações linguísticas no latim clássico e no medieval; c) elementos latinos nas línguas dos povos com os quais os romanos entraram em contato; d) as línguas românicas. O latim vulgar é, por conseguinte, uma língua reconstruída de fragmentos heterogêneos e em grande parte na base de hipótese”. (Williams, 1986, p. 15).

<sup>6</sup> A opção por obras mais tradicionais teve como objetivo aferir se o tratamento dado ao verbo ‘haver’ no sentido de ‘existir’, hoje, realmente se contrapõe de forma taxativa, na norma-padrão, ao que se tinha definido a respeito do *habere* na língua-mãe, além de registrar se algum desses autores menciona essa mudança na pessoalidade do verbo.

(1986) e Almeida (2011); nos dicionários de Faria (1962), Portugal (2014) e Rezende e Bianchet (2014). Tais compêndios serão contrastados com as acepções atribuídas ao ‘haver’ impessoal nas gramáticas e dicionários de língua portuguesa, quais sejam a de Almeida (2009), a de Bechara (2009), a de Cegalla (2010), a de Rocha Lima (2011) e a de Cunha e Cintra (2017), além dos dicionários de Houaiss e Villar (2008), Ferreira (2009) e Michaelis (2015).

Por fim, este artigo não tenciona esgotar o assunto, mas trazer à baila a explicação para uma questão de ordem diacrônica relevante para o estudo da norma da língua portuguesa, já que é preciso ter em mente que muitas das noções hoje assentadas nos compêndios normativos são historicamente explicáveis. Por isso mesmo, o contributo aqui deixado não impede a análise da temática sob outros vieses, os quais, aliás, só têm a acrescentar às reflexões sobre a língua portuguesa.

## 2 DA NOÇÃO DE EXISTÊNCIA NO LATIM: VERBO *ESSE*

Durante a investigação da diacronia do ‘haver’ existencial, foi possível verificar que, inicialmente, o *habere* não era o mais utilizado com a noção aqui discutida. O verbo *esse*, por outro lado, figura em diversos dos trabalhos analisados com a noção de existência. Magne (1930), por exemplo, na gramática latina mais antiga analisada durante a pesquisa, apresenta o verbo *esse* como ‘ser’ ou ‘estar’, além de uma seção para mostrar o funcionamento do verbo como ‘ter’ em português. O autor, ao longo da gramática, também registra um exemplo do *esse* como ‘haver’ no sentido de existência: “Dubiumne est quiu, etc. [Cic., Verr., II, 3,162], haveria duvida que?...” (Magne, 1930, p. 332). Fonseca e Morais (1942, p. 92) aprofundam-se mais, e, no item 157, traduzem o *esse* como “ser, estar, haver (impessoal)”, apesar de não apresentarem exemplos de tal verbo com esta última definição. Ainda assim, os autores se destacam por apresentarem a acepção explícita de “haver impessoal”, que, como será discutido nos parágrafos seguintes, era de ocorrência rara.

Já Faria (1958), na segunda metade do séc. XX, discorre sobre o verbo anômalo *esse* somente como “ser ou estar”, porém apresenta exemplos em que traduz tal verbo como ‘haver’ existencial ao longo da gramática, como é o caso “non esse dubium quin totius Galliae plurimum Heluetii possent”, em que “non esse dubium” é traduzido como “não haver dúvida” (Faria, 1958, p. 410). O verbo *esse* também é registrado, em outros exemplos dos exercícios da gramática de Faria (1958), com a noção existencial. Na obra de Cart et al. (1986), também se registra a concepção de *esse* como ‘ser’ e ‘estar’; os autores, no entanto, dedicam parte da obra à discussão das “Construções diversas do verbo: esse”, entre elas a utilização do verbo sem predicativo do sujeito e com a noção de existência. “*Fluvius est in campo*” é traduzido, na gramática, como “Há um rio na planície” (Cart et al., 1986, p. 119, grifo do autor).

Por sua vez, Almeida (2011), na mais recente gramática latina analisada, apresenta os significados atribuídos ao *esse* na Lição 53, na qual, além de ‘ser’, ‘estar’, entre outros significados, mostra tal verbo na acepção de “existir ou haver”. E acrescenta: “neste caso vem sem predicativo e irá para o plural se no plural estiver o sujeito” (Almeida, 2011, p. 224-225). A ideia da flexão do verbo em relação ao sujeito refere-se ao *esse* somente, já que, traduzido como ‘haver’ no português, torna-se impessoal. Para entender os diversos significados do *esse* no latim, eis o Quadro 1, que sintetiza as abordagens discutidas até então:

Quadro 1 - Resumo de visões acerca do *esse* em gramáticas latinas selecionadas.

<i>Autores</i>	<i>Acepções do 'esse'</i>
Magne (1930)	Define o verbo <i>esse</i> como 'ser', 'estar' e 'ter'. Apesar de não dar destaque ao <i>esse</i> traduzido como 'haver' existencial, utiliza exemplos com essa acepção ao longo da gramática.
Fonseca e Morais (1942)	'ser', 'estar' e 'haver (impessoal)' como acepções para o <i>esse</i> , apesar de não se aprofundarem nesta última definição.
Faria (1958)	Apesar do maior enfoque nas principais acepções do <i>esse</i> ('ser' ou 'estar'), há exemplos do verbo latino em contextos nos quais pode ser entendido com verbo existencial.
Cart et al. (1986)	Além do <i>esse</i> como 'ser' e 'estar', a noção existencial do verbo latino é discutida na seção "Construções diversas do verbo: esse".
Almeida (2011)	<i>Esse</i> com acepção de 'ser', 'estar', mas também de "existir ou haver", com discussão mais clara acerca da noção existencial.

Fonte: Elaboração dos autores, com base em Magne (1930), Fonseca e Morais (1942), Faria (1958), Cart et al. (1986) e Almeida (2011).

FLP 23(1)

Passando aos dicionários, o primeiro a ser explorado é o de Faria (1962), autor já discutido a partir de obra gramatical. Ao definir o *esse*, Faria (1962), de maneira distinta de sua gramática, apresenta as utilizações normalmente atribuídas ao verbo em questão desta forma: "v. de existência e copulativo, intr.", apontando o *esse* com o significado de 'existir' na primeira acepção do verbete, onde se lê "I – Sent. Próprio: 1) Ser, existir" (Faria, 1962, p. 965). O verbete *esse*, na obra de Rezende e Bianchet (2014), por seu turno, tem 'ser' e 'existir' como possíveis traduções, ampliando as acepções ao apresentar 'viver' também entre os primeiros significados; os autores, contudo, não exemplificam as noções em contextos oracionais. Por fim, o dicionário de latim-português e português-latim da Porto Editora, também de 2014, segue o padrão de dicionarização do verbo latino visto até aqui, sendo que anota as três primeiras acepções do *esse* como 'ser', 'existir' e 'estar'. Apesar de não registrar a forma 'haver', utiliza o verbo como impessoal ao traduzir os exemplos do *esse* com a noção de existência: "*flumen est*, há um rio; *sunt qui* (conj.)..., há quem..." (Portugal, 2014, p. 491, grifos do autor). Eis o Quadro 2, que sintetiza as acepções encontradas nos dicionários:

Quadro 2 - Resumo das acepções do *esse* nos dicionários de latim selecionados.

<i>Autores</i>	<i>Acepções do 'esse' nos dicionários de latim</i>
Faria (1962)	<i>Esse</i> entendido como verbo de existência e copulativo, cujo sentido próprio é 'ser', 'existir'.
Rezende e Bianchet (2014)	'ser' e 'existir' como possíveis traduções e inclusão de 'viver' também entre os primeiros significados.
Portugal (2014)	'ser', 'existir' e 'estar'. Apesar de não registrar o 'haver', utiliza o verbo como impessoal ao traduzir exemplos.

Fonte: Elaboração dos autores, com base em Faria (1962), Rezende e Bianchet (2014) e Portugal (2014).

É possível notar que, com base nos registros formais, o *esse* tinha entre suas principais acepções 'ser', 'estar', mas também 'existir' e, conseqüentemente, o 'haver' com noção existencial, que é recorrente nas gramáticas e também figura em todos os dicionários analisados. Mesmo sendo a noção de existência frequentemente atribuída ao *esse*, como foi exposto, a abordagem dessa noção ganha espaço gradualmente, sobretudo se o foco forem as gramáticas latinas. Como se pode notar, as três mais antigas analisadas não se prendem à discussão do *esse* existencial, enquanto, nas duas gramáticas mais recentes, Cart et al. (1986) e Almeida (2011) abrem espaço para a explanação acerca do sentido de existência.

FLP 23(1)

### 3 DO *HABERE* EXISTENCIAL AO 'HAVER': O REGISTRO DA TRANSIÇÃO NAS GRAMÁTICAS E NOS DICIONÁRIOS LATINOS

Dando continuidade à linha de raciocínio desenvolvida neste trabalho, utilizam-se as obras anteriormente selecionadas, tendo em mente que a bibliografia de modo geral está mais preocupada com a norma-padrão, como bem lembra Grandgent (1907, p. 3, tradução nossa) ao apontar que “a influência literária é refinada e conservadora, enquanto o uso popular tende a mudar rapidamente”<sup>7</sup>. Partindo da noção de que a mudança, a princípio, ocorre por meio do uso, o registro literário se deu majoritariamente em latim clássico (escrito), já que o latim vulgar (que originou o português) estava em constante mutação.

Na primeira gramática investigada, Magne (1930) utiliza *habere* em exemplos, mas sempre traduzindo-o como 'ter', como em “*hostis loco habere aliquem*”, que significa “têr alguém na conta de inimigo do Estado” (Magne, 1930, p. 286). Na verdade, o autor, apesar de considerar a acepção existencial de *habere*, acaba se valendo do verbo 'ter' como recurso tradutório, o que, inclusive, é percebido em outras gramáticas. Nas obras de Fonseca e Morais (1942), Faria (1958) e Cart et al. (1986), constatou-se que não há parte dedicada ao estudo do verbo 'haver' com sentido existencial no latim.

<sup>7</sup> “Literary influence is conservative and refining, while popular usage tends to quick change” (Grandgent, 1907, p. 3).

Ocorre, no entanto, a utilização de tal verbo em exemplos, mas sem que se aborde a noção aqui discutida. Faria (1958), inclusive, também traduz *habere* somente como ‘ter’ e não discute o ‘haver’ existencial.

Almeida (2011), no Exercício 38 de sua gramática, amplia a discussão acerca da impessoalidade; o autor chega expor um exemplo em português com o verbo ‘haver’ impessoal: “3. Há uma lei para todos os cidadãos”. Aqui, o autor classifica ‘lei’ como acusativo (objeto direto) de ‘haver’, considerando que, em português, essa forma verbal, quando se apresenta com noção de existência (ele não cita tal noção), é impessoal. Almeida (2011, p. 124) afirma, porém, que, no latim, ‘lei’ funcionaria como nominativo, pois o verbo utilizado seria *esse*, um verbo pessoal: “(6) Em português, *lei* é aí obj. direto de ‘haver’ (verbo impessoal), mas em latim será sujeito, porque o verbo é *sum*<sup>8</sup>”. Ponto importante a ser notado é que Almeida (2011), conforme já foi exposto no item anterior, traduz *esse* como “existir/haver”, o que reafirma uma maior recorrência do *esse* em relação ao *habere* com esse sentido. Eis, agora, o Quadro 3:

Quadro 3 - Resumo de visões acerca do *habere* nas gramáticas latinas selecionadas.

<i>Autores</i>	<i>Acepções do ‘habere’ discutidas nas gramáticas latinas</i>
Magne (1930)	Sempre traduz o verbo como ‘ter’ e não aborda o <i>habere</i> existencial.
Fonseca e Morais (1942) Faria (1958) Cart et al. (1986)	Não dedicam parte das suas obras para o estudo do <i>habere</i> , utilizando o verbo em exemplos, mas sem a noção existencial.
Almeida (2011)	Apresenta exemplos com o <i>habere</i> , porém também não costuma atribuir o sentido de existência a esse verbo. Apesar de apresentar um exemplo em português do ‘haver’ impessoal, o autor o traduz por <i>esse</i> em latim.

Fonte: Elaboração dos autores, com base em Magne (1930), Fonseca e Morais (1942), Faria (1958), Cart et al. (1986) e Almeida (2011).

Passando à pesquisa sobre *habere* nos dicionários, Faria (1962) chama atenção por registrar ‘ter’ e ‘haver’, destacando os sentidos próprio e figurado. Talvez já se vislumbrasse, naquela época, uma equivalência de sentido entre ambos os verbos, tanto que ambas as formas verbais foram registradas em dicionário. Já Rezende e Bianchet (2014, p. 177) não atribuem ao *habere* a noção de existência em nenhuma das traduções: “Ter, manter, manter-se. Ocupar, possuir. Conter, encerrar, reter, conservar. Realizar, considerar, estimar, avaliar. Habitar, morar, viver.”; lembrando que, ao traduzir o *esse*, ‘existir’ estava entre as primeiras acepções. O dicionário da Porto Editora, de forma análoga ao anterior, não apresenta o *habere* traduzido como verbo existencial, mas a

<sup>8</sup> É comum, no latim, referir-se aos verbos na primeira pessoa do presente do indicativo ou no infinitivo, *sum* e *esse* respectivamente em relação ao verbo discutido; a primeira pessoa do indicativo poderá aparecer em citações durante o trabalho.

partir dos seguintes verbos transitivos e intransitivos: “ter, conter; possuir, ocupar; trazer; conhecer; tratar; experimentar; considerar; avaliar; executar; tratar; habitar; morar; possuir;” (Portugal, 2014, p. 213). O Quadro 4 sintetiza o exposto:

Quadro 4 - Resumo das acepções do *habere* nos dicionários de latim selecionados.

<i>Autores</i>	<i>Acepções do ‘esse’ nos dicionários de latim</i>
Faria (1962)	“Ter e haver (sent. próprio e figurado)” (Faria, 1962, p. 438); Faria tem destaque aqui por mostrar que ambos, ‘ter’ e ‘haver’, podem assumir diferentes sentidos, dando margem ainda para considerá-los como sinônimos.
Rezende e Bianchet (2014)	“Ter, manter, manter-se. Ocupar, possuir. Conter, encerrar, reter, conservar. Realizar, considerar, estimar, avaliar. Habitar, morar, viver” (Rezende; Bianchet, 2014, p. 177).
Portugal (2014)	“Ter, conter; possuir, ocupar; trazer; conhecer; tratar; experimentar; considerar; avaliar; executar; tratar; habitar; morar; possuir” (Portugal, 2014, p. 213).

Fonte: Elaboração dos autores, com base em Faria (1962), Rezende e Bianchet (2014) e Portugal (2014).

FLP 23(1)

Diante do exposto, a proposta do próximo tópico, que se vale tanto de estudos latinos quanto de portugueses, é delimitada com o objetivo de dar continuidade à análise dos registros do verbo latino *habere*, utilizado primordialmente com o significado de ‘possuir’, ‘ter’ (noção de posse, e não de existência), até a utilização com noção existencial, talvez por uma ‘confusão’ entre casos no sistema flexional latino. Sobre essa possível troca Marcotulio et al. (2018) registram, em *Filologia, história e língua*, que, mesmo não havendo um processo diacrônico único na relação entre construções possessivas, existenciais e locativas em línguas de diferentes famílias, estudos mostram que construções existenciais parecem ser originadas em construções com valor possessivo. A partir do exemplo *Arca<sup>9</sup> Noe habuit<sup>10</sup> homines<sup>11</sup>* (A arca de Noé tem homens) (sic), de Mattoso Câmara Júnior (1979, p. 248-249, grifo do autor), Marcotulio et al. (2018) entendem que “*Arca Noe*” funciona como um possuidor mais abstrato nesse contexto; tal constituinte nominal poderia ser facilmente interpretado como o local em que existiam *homines*. Nesse ponto, vale observar que, apesar de o substantivo *homines* estar declinado no caso acusativo plural, dando conta da regência do verbo *habere* pessoal, a noção de existência possível induz a escrita do verbo no singular (*habuit*). Isso porque

Estruturas desse tipo favoreceram uma leitura existencial pela reanálise do sujeito como complemento circunstancial locativo introduzido (ou não) pela preposição IN latina > *em* no português: IN ARCA DE NOE

<sup>9</sup> Palavra feminina da primeira declinação latina, enunciada como *arca*, -ae.

<sup>10</sup> Verbo da segunda conjugação latina, enunciado *habeo*, -es, -ere, -ui, -itum.

<sup>11</sup> Palavra masculina da terceira declinação latina, enunciada como *homo*, -inis.

HABUIT HOMINES = *Há/Existem homens no Arca de Noé*. (Marcotulio et al., 2018, p. 256, grifos do autor).

Em outras palavras, entende-se que houve uma confusão entre casos não apenas pelas diversas acepções possíveis para tal forma verbal em latim, mas também por conta da coincidência de algumas desinências casuais, ainda que, em latim, o jogo de flexões bastasse para indicar a regência do verbo (Marouzeau, 2017). Em *Arca Noe habuit homines*, o termo *Arca* pode ser interpretado como nominativo singular, o que justifica a flexão verbal de *habuit* também no singular, tendo como tradução possível “A arca de Noé tem homens”, como bem aponta Mattoso Câmara Júnior (1979). Nota-se, no entanto, que o verbo utilizado é *habere*, e não *tenere*<sup>12</sup>, apesar de a tradução utilizar ‘ter’ como sinônimo, e que o possuidor abstrato (‘arca’, no caso em questão), por coincidência desinencial, também pode ser entendido como ablativo. Esquemmatizando os pontos, tem-se que

- O termo *Arca* pode ser interpretado como ‘A arca’ se entendido como nominativo (sujeito). Isso, então, justifica a flexão singular da forma verbal, sendo *homines*, acusativo de *habuit*, que se comporta como verbo transitivo direto;
- O termo *Arca* pode ser interpretado como ‘Na arca’, se entendido como ablativo (adjunto adverbial), já que, à exceção da questão da quantidade silábica<sup>13</sup>, as desinências desses dois casos coincidem na forma (final ‘a’). Como em latim clássico, para efeitos de escrita do adjunto adverbial, a preposição era dispensável, a noção locativa é bastante possível. Nesse caso, *habuit* comportar-se-ia como impessoal, sendo *homines* o acusativo verbal;
- A não existência de um padrão de uso da vírgula, que supostamente colaboraria para a compreensão de *Arca Noe* como expressão composta por ablativo seguido de genitivo (se separada por vírgula) reforça a noção de dupla possibilidade tradutória;
- *Homines*, substantivo masculino da terceira declinação latina, poderia, em virtude da desinência final *es*, ser traduzido pelo nominativo, pelo vocativo e pelo acusativo. Como se descarta o uso do vocativo não só pelo contexto, mas também pela ausência da vírgula característica, *homines* acaba por abarcar a possibilidade sintática de sujeito plural ou objeto direto plural a depender do verbo utilizado na tradução.

Em outras palavras, esses apontamentos justificariam, em princípio, as seguintes traduções para *Arca Noe habuit*<sup>14</sup> *homines*:

<sup>12</sup> “No latim, o verbo básico para a expressão da posse é *habere* e, segundo Gaffiot (1934, s.v. *habere*), a sua acepção primeira é ‘ter em sua posse’, ‘guardar’ e, subsequentemente, entre os usos figurados, ‘ter na mão’; enquanto *ter* (Gaffiot, 1934, s.v. *tenere*) tem como acepção básica ‘ter algo na mão’, ‘obter’, sendo que outras acepções secundárias são ‘manter’, ‘reter’ etc. Já havia no latim, portanto, a interseção semântica entre *habere/tenere* na expressão de algo concreto, ‘ter na mão’” (Mattos e Silva, 1992, p. 92).

<sup>13</sup> Na primeira declinação latina, as palavras declinadas no ablativo singular terminadas em ‘a’ longo, distintamente do que ocorre no nominativo, cujo ‘a’ é breve.

<sup>14</sup> Em que pese à tradução proposta por Mattoso Câmara Júnior (1979), que flexiona o verbo *habere* no presente do indicativo ativo, prefere-se, em razão da forma verbal escrita, o uso do pretérito perfeito, motivo pelo qual a tradução explicativa utiliza tempo diverso. Aliás, isso se justifica inclusive pela própria enunciação verbal encontrada nos dicionários (Faria, 1962; Portugal, 2014), a qual aponta para a sequência *habeo, habes, habere, habui, habitum*, que, respectivamente, representam as formas nos tempos da voz ativa primeira pessoa do presente do indicativo, segunda pessoa do presente do indicativo, infinitivo, primeira pessoa do pretérito perfeito do indicativo e supino.

- a) A arca de Noé teve homens;
- b) Na arca de Noé, houve homens;
- c) Na arca de Noé, existiram homens.

No caso a), ‘A Arca’ supostamente seria o sujeito (nominativo) oracional, o que fica claramente marcado na flexão do verbo. A tradução, ao utilizar o verbo ‘ter’ em lugar de ‘haver’, considera o entendimento de Marcotulio et al. (2018) a respeito da ocorrência de um possuidor abstrato na sentença, o que, de certa forma, apaga parcialmente a noção existencial. Ao termo ‘homens’, então, restaria a função objetiva em relação ao verbo (acusativo). Registra-se que tanto a desinência ‘a’ de *Arca* quanto a desinência *-es* de *homines* admitem mais de uma interpretação casual na morfossintaxe latina<sup>15</sup>. No primeiro caso, a desinência ‘a’ pode ser atribuída ao nominativo/sujeito singular (possibilidade de tradução em razão da transitividade verbal), ao vocativo/vocativo singular (não há respaldo para a ocorrência), ao ablativo/adjunto adverbial (possibilidade de tradução, visto que, em latim clássico, a preposição era dispensável, embora de ocorrência possível); no segundo, a desinência *-es* pode ser representativa do nominativo/sujeito plural (impossibilidade de tradução por razões várias<sup>16</sup>), ao vocativo/vocativo plural (não há respaldo para a ocorrência), ao acusativo/objeto direto plural (função efetivamente desempenhada se considerados os aspectos oracionais específicos).

Já no caso b), ‘Na arca de Noé’ estaria em função sintática de adjunto adverbial locativo. Como a oração passa a apresentar uma maior clareza em relação à noção existencial, inclusive por conta da vírgula que se justifica pelo deslocamento do termo locativo, o verbo *habere*, ou melhor, ‘haver’, toma caráter impessoal inicialmente pelo rompimento da ordem sintática canônica<sup>17</sup>, cuja previsão se enquadra no esquema ‘sujeito + verbo + complemento’ (S+V+C). O fator lógico aponta para o apagamento do sujeito e para a marcação de um verbo seguido do respectivo objeto, o que é agasalhado pela norma-padrão, ainda que a posposição subjetiva seja comum em português. Isso justifica, inclusive, determinados casos de hipercorreção gramatical<sup>18</sup>, em que se utiliza o ‘haver’ existencial pluralizado. Além do mais, pela própria relação ‘verbo + complemento’, o termo ‘homens’ passa a ser entendido como um não sujeito verbal, mesmo que, na língua portuguesa, a noção de existência possa ser atribuída a alguém, conforme se nota no caso c).

<sup>15</sup> São tecidas apenas observações no que concerne às necessidades tradutórias que se apresentam na sentença analisada, sendo necessário deixar registrado que a sintaxe dos casos não se esgota nas funções apontadas.

<sup>16</sup> Não se entende o nominativo plural como possibilidade na tradução em questão por motivo de ordem sintática (ordem da disposição dos termos na sentença), semântica (a inversão de termos poderia resultar em incoerência dentro de um contexto denotativo) e flexional (o verbo aponta da oração para expressão ‘A arca de Noé’ como sujeito).

<sup>17</sup> É preciso registrar que, durante o processo evolutivo das línguas românicas, ocorreu a evolução das formas sintéticas (declináveis) para as analíticas (sintagmáticas e não declináveis), tudo fruto da transformação do latim vulgar, sendo que, para Pezatti (2014, p. 14), “uma das maiores e mais importantes mudanças, no entanto, é o desaparecimento da morfologia dos casos, que desencadeou o uso intenso de preposições e acarretou a cristalização da ordem dos constituintes da sentença”.

<sup>18</sup> “Chama-se hipercorreção ou ultracorreção o fenômeno que decorre de uma hipótese errada que o falante realiza para ajustar-se à norma-padrão. Ao tentar ajustar-se à norma, acaba por cometer um erro” (Bortoni-Ricardo, 2004, p. 28).

Por fim, passando à última possibilidade tradutória elencada, que se vale do verbo ‘existir’ para a representação da noção existencial, quase todas as explicações tecidas acima, no caso b), são, ao que parece, apropriadas, exceto por outros pontos que precisam ser observados. Diferentemente de ‘haver’, em português, ‘existir’ é entendido como verbo pessoal, o que supostamente rompe com a questão lógica apresentada no parágrafo anterior, uma vez que ‘homens’ passa a ser entendido como sujeito posposto do verbo, havendo o apagamento forçado do objeto. Nota-se, então, que a ordem sintática canônica (que se ampara em pressupostos lógicos) é rompida de forma distinta do caso b). Dessa forma, uma suposta ocorrência escrita do exemplo ‘Na arca de Noé, existiu homens’ é perfeitamente explicável pela sintaxe histórica a partir do ordenamento dos blocos frasais<sup>19</sup>. Estando ‘existiu’ no singular, ‘homens’ acaba por ser entendido como objeto do verbo e, como não há relação flexional necessária entre verbo e objeto, o singular seria, pois, uma ocorrência regular.

No entanto, a gramática normativa, ao classificar os verbos quanto à pessoalidade, aponta para a necessidade de flexão plural do verbo, pois, no caso c), a noção de existência é atribuída a ‘homens’. O que se percebe, em suma, é que, se considerada a norma-padrão cristalizada da língua portuguesa, a flexão plural de ‘existir’ é a concretização de uma regra que concerne à própria essencialidade (questionável) do sujeito, ainda que a disposição canônica dos termos seja ‘desrespeitada’. Não houve, no caso c), uma confusão entre casos latinos, diferentemente do verbo ‘haver’ existencial (oriundo de *habere*), o qual, embora considerado de flexão excepcional, acaba singularizado também pela lógica sintática.

FLP 23(1)

#### 4 ‘HAVER’ NA NORMA-PADRÃO: DICIONÁRIOS E GRAMÁTICAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Sendo um verbo pessoal anteriormente, quando *habere* assume sentido existencial, o sintagma com o qual o verbo concordava (o nominativo) passa a ablativo, o que pode ter provocado a inflexão definitiva do ‘haver’ existencial no português, pelo menos de acordo com a norma-padrão. Percebe-se uma baixa incidência do *habere* existencial na bibliografia pesquisada, e, realmente, o fato de a pessoalidade do verbo também se modificar com a mudança de sentido pode estar mais relacionado à sintaxe. Para retratarem a forma cristalizada do ‘haver’ existencial, serão consultadas gramáticas<sup>20</sup> e dicionários<sup>21</sup>, os quais foram selecionados para esse fim. Para discutir esse verbo com a noção de existência, é interessante, nesse sentido, retomar a ideia de que o processo de mudança linguística pode estar relacionado à confusão entre casos do latim.

Essa hipótese, que relaciona o acréscimo dos sentidos do *habere* aos casos do latim, foi defendida por Horácio Rolim de Freitas, em ensaio da *Revista da Academia Brasileira de Filologia*, nº VII, de 2010. O autor debate a respeito de ambos os verbos

<sup>19</sup> Cf. Marouzeau (2017) e Pezatti (2014).

<sup>20</sup> Almeida (2009), Bechara (2009), Cegalla (2010), Rocha Lima (2011) e Cunha e Cintra (2017). A seleção se deu conforme os seguintes critérios: a) a autodenominação de gramática normativa por parte dos compêndios e b) a notoriedade dos autores escolhidos, justificada pelo número de edições publicadas das gramáticas, sendo que apenas uma das estudadas tem menos de trinta edições.

<sup>21</sup> Houaiss e Villar (2008), Ferreira (2009) e Michaelis (2010). Utilizou-se como critério preponderante a quantidade de verbetes dos dicionários, garantindo-se que todos tivessem mais de cem mil verbetes.

(‘haver’ e ‘existir’) traduzirem a ideia de ‘existência’ e serem impessoal e pessoal, respectivamente. Freitas (2010, grifo do autor) ressalta, entretanto, que era comum na linguagem coloquial do latim (latim vulgar), em frases como “*Forestis habet multa animalia*” (sic) (‘A floresta tem muitos animais’), o elemento sujeito (caso nominativo) passar a indicar o lugar, como adjunto adverbial (caso ablativo); assim, o verbo, que seria traduzido como ‘ter’, tendo o sujeito suprimido, passa a indicar existência, tornando-se impessoal: “Na floresta, há muitos animais”. Eis, então, mais um reforço de que o uso popular regular é que desencadeará um processo de mudança. No entanto, o foco na escrita, no caso dos estudos de Linguística Histórica, é bastante comum, justamente por se tratar da modalidade que documenta uma época, oferecendo arcabouço teórico para as discussões dos fenômenos abordados. Como as gramáticas normativas prescrevem os usos com base na escrita de autores ‘consagrados’, passa-se ao registro das informações nelas contido.

Na obra de Almeida (2009), há uma parte na seção de Morfologia dedicada aos verbos ‘ter’ e ‘haver’; o autor destaca que ambos os verbos podem ter significação própria e podem ser vazios de sentido, assim como os verbos ‘ser’ e ‘estar’. Almeida (2009) afirma ainda que ‘ter’ e ‘haver’ têm a significação própria de ‘possuir’, podendo significar também ‘obter’, ‘alcançar’ e, ainda, ‘julgar’, ‘ter na conta de’. No item 2 das discussões sobre ‘ter’ e ‘haver’, Almeida (2009, p. 241, grifos do autor) aponta que “o verbo *haver* é ainda empregado com a significação de *existir*: com tal significação, *haver* é *impessoal* e usado apenas na terceira pessoa do singular”. O autor retoma a ideia ao explicar as construções impessoais, defendendo que existem os verbos essencialmente impessoais e os acidentalmente impessoais, sendo que o ‘haver’ existencial seria classificado no último, ou seja, um verbo que normalmente se refere a um sujeito, mas que, em alguns casos (acidentalmente), torna-se impessoal.

FLP 23(1)

Sabemos que o verbo *haver* tem as significações de *possuir* e *ter*. Em vez de ‘Pedro *tem* muitos livros’ – poderemos dizer, embora tal forma não seja usada: “Pedro *há* muitos livros”. Dizendo agora: ‘*Há* homens na sala’ - não nos interessa saber quem é o sujeito do verbo *haver*, o verbo está aqui empregado impessoalmente e homens vem a ser objeto direto. (Almeida, 2009, p. 285).

Bechara (2009), diferentemente de Almeida (2009), não detalha quanto à pessoalidade/impessoalidade do ‘haver’, chegando a registrar exemplos de ‘haver’ com ideia de ‘possuir’, e, ao abordar as “Particularidades sobre as *orações transpostas adjetivas*”, o autor comenta o período “Há enganos *que* nos deleitam, como desenganos *que* nos afligem”, destacando que “*haver = existir* é impessoal” (Bechara, 2009, p. 486, grifos do autor). Já Cegalla (2010) dedica parte de sua gramática somente ao verbo ‘haver’, marcando-o como pessoal ou impessoal e exibindo os diferentes sentidos: pessoal como ‘ter’, ‘obter’, ‘conseguir’, ‘alcançar’, ‘pensar’, ‘julgar’, ‘entender’, entre outras acepções; impessoal, usado invariavelmente na 3ª pessoa do singular quando significa ‘existir’, ‘acontecer’, ‘suceder’, entre outras acepções (Cegalla, 2010, p. 606-608). Apesar de mostrar as diferentes acepções e exemplos de ‘haver’ pessoal e impessoal, Cegalla (2010) não explica o porquê do fenômeno, como o faz Almeida (2009).

Rocha Lima (2011), por sua vez, limita-se a abordar o ‘haver’ e a ideia de impessoalidade de maneira mais sucinta, durante as discussões acerca das orações sem sujeito. O gramático ressalta que são denominadas orações sem sujeito as que denotam fenômeno da natureza, além das que têm os verbos “haver, fazer, ser, empregados impessoalmente [...] ‘Há grandes poetas no Brasil’ / ‘Fazia muito frio naquele mês’”

(Rocha Lima, 2011, p. 289). Já Cunha e Cintra (2017), no trabalho mais recente analisado (atualizado quanto à edição, pelo menos), na exposição relativa aos estudos de verbo, dedicam um tópico à sintaxe do verbo ‘haver’, pontuando, como fez a maioria dos outros autores, que ‘haver’ pode “empregar-se em todas as pessoas ou apenas na 3.<sup>a</sup> pessoa do singular” conforme o seu significado (Cunha; Cintra, 2017, p. 553). Sobre o ‘haver’ no sentido de existir, os autores asseveram que, nessa acepção, trata-se de verbo impessoal, observando que

O verbo *haver*, quando sinônimo de ‘existir’, constrói-se de modo diverso deste. Nesta acepção, *haver* não tem sujeito e é transitivo direto, sendo o seu objeto o nome da coisa existente ou, a substituí-lo, o pronome pessoal *o* (*a, lo, la*). *Existir*, ao contrário, é intransitivo e possui sujeito, expresso pelo nome da coisa existente. (Cunha; Cintra, 2017, p. 554, grifos dos autores).

Eis, agora, o Quadro 5, que resume as visões nas gramáticas analisadas:

Quadro 5 - Resumo de visões acerca do ‘haver’ nas gramáticas normativas de língua portuguesa selecionadas.

<i>Autores</i>	<i>Acepções do ‘haver’</i>
Almeida (2009)	‘ter’ e ‘haver’ têm a significação própria de ‘possuir’, mas podem significar ‘obter’, ‘alcançar’ e, ainda, ‘julgar’, ‘ter na conta de’, além da significação de ‘existir’. Nesse caso, ‘haver’ é impessoal e usado apenas na terceira pessoa do singular.
Bechara (2009)	Não detalha quanto à personalidade/impessoalidade do ‘haver’, mas registra exemplos de ‘haver’ com a ideia de ‘possuir’, além de destacar que ‘haver’ com noção existencial é verbo impessoal.
Cegalla (2010)	Marca o verbo como pessoal ou impessoal, exibindo diferentes sentidos. ‘haver’ é impessoal e usado invariavelmente na 3ª pessoa do singular quando significa ‘existir’, ‘acontecer’, ‘suceder’, entre outras acepções.
Rocha Lima (2011)	Ressalta que são denominadas orações sem sujeito as que denotam fenômeno da natureza, além das que têm os verbos ‘haver’, ‘fazer’, ‘ser’, empregados impessoalmente.
Cunha e Cintra (2017)	Sendo sinônimo de ‘existir’, ‘haver’ não apresenta sujeito, é transitivo direto, sendo o seu objeto o nome da coisa existente ou, o pronome pessoal. ‘existir’, ao contrário, é intransitivo e possui sujeito.

Fonte: Elaboração dos autores, com base em Almeida (2009), Bechara (2009), Cegalla (2010), Rocha Lima (2011) e Cunha e Cintra (2017).

FLP 23(1)

Ao examinar o dicionário Houaiss e Villar (2008), a primeira acepção apresentada é de ‘haver’ como “ter ou obter comunicação de; receber”, acepção na qual o verbo é pessoal. O sentido principal para esta pesquisa é visto apenas na quinta acepção, na qual o dicionário define como “[impessoal] ter existência (material ou espiritual); existir” (Houaiss; Villar, 2008, p. 1508). Nota-se no compêndio de Ferreira (2009), assim como na obra de Houaiss e Villar (2008), a primeira acepção do ‘haver’ como verbo pessoal. ‘ter’ e ‘possuir’ são os primeiros sentidos atribuídos ao verbo; a noção de ‘existir’, que torna o ‘haver’ impessoal, é registrada na quinta acepção apenas, o que não se distancia do cenário apresentado no dicionário Michaelis (2015). Neste, a primeira acepção também é de ‘haver’ como verbo pessoal, como se vislumbra no exemplo: “Ter a posse ou ser proprietário de; possuir: *Os barões do café houveram grandes riquezas antes da queda da Bolsa em 1929*” (Michaelis, 2015, grifo do autor). A acepção impessoal com noção de existência aparece bem depois da apresentação do verbo com ideia de posse: “Ter existência ou ser realidade; existir: *Sempre haverá ingratião*” (Michaelis, 2015, grifo do autor). Eis, agora, o Quadro 6:

Quadro 6 - Resumo das acepções do ‘haver’ nos dicionários de língua portuguesa selecionados.

<i>Autores</i>	<i>Acepções do ‘haver’ nos dicionários</i>
Houaiss e Villar (2008)	O sentido principal para esta pesquisa é visto apenas na quinta acepção, quando se define como impessoal a noção de existência (material ou espiritual).
Ferreira (2009)	‘Ter’ e ‘possuir’ são os primeiros sentidos atribuídos ao verbo; a noção de ‘existir’, que torna o ‘haver’ impessoal, ocorre na quinta acepção apenas.
Michaelis (2010)	A primeira acepção também é de ‘haver’ como verbo pessoal. A acepção impessoal e com noção de existência aparece bem depois da apresentação do verbo com ideia de posse.

Fonte: Elaboração dos autores, com base em Houaiss e Villar (2008), Ferreira (2009) e Michaelis (2010).

Importante evidenciar, após a análise dos verbetes nos dicionários, que as acepções de ‘haver’ com noção de posse ainda recebem maior destaque. Ademais, essa ‘relutância’ na utilização/abordagem do *habere* existencial percebida nas gramáticas e dicionários não é recente, até porque o verbo não tinha, a princípio, esse sentido. Em *Vitórias de ter sobre haver nos meados do século XVI: usos e teoria em João de Barros*, Mattos e Silva (2002) faz um levantamento sobre os verbos ‘ter’ e ‘haver’ como sendo de posse na obra pedagógica de João de Barros (1540), a *Grammatica da Língua Portuguesa*. No decorrer das análises sobre as ocorrências de tais verbos, a autora se refere à obra de João de Barros já como uma das amostras do século XVI, sendo proposta significativa para o início dos estudos modernos da língua portuguesa. É nesse sentido que, partindo de exemplos dos usos de ‘ter’/ ‘haver’ como verbos de posse do século XIII ao XVI, a autora consegue, utilizando três tipos semânticos<sup>22</sup> para os complementos

<sup>22</sup> “Propriedades inerentes (PI) ao possuidor”; “propriedades adquiríveis imateriais (PAI), morais, espirituais, intelectuais, afetivas, sociais”; “propriedades adquiríveis materiais (PAM), objetos materiais externos ao possuidor”. (Mattos e Silva, 2002, p. 125).

desses verbos que indicam posse, mostrar uma preferência, que se torna mais evidente ao longo dos anos, pelo ‘ter’, e trata a utilização do ‘haver’ no referido sentido como arcaizante.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados da pesquisa, nota-se que é bastante provável que o ‘haver’ (originado no verbo latino *habere*) com o significado de ‘existir’ tenha se tornado um verbo impessoal por motivação de ordem histórica, qual seja a possível confusão entre os casos nominativo e ablativo, como também foi possível perceber que a forma verbal esteve bastante ligada, ao longo do tempo, à ideia de posse.

Conforme pressupunha a hipótese aventada nesta pesquisa, por conta das semelhanças entre as desinências casuais, houve situações em que mais de uma interpretação seria viável, já que, no latim, a ordem sintática tinha muito menos influência sobre os constituintes de uma oração do que as desinências. Então, a questão da confusão entre casos latinos é historicamente plausível. Some-se a isso o fato de, a princípio, ser o verbo *esse* utilizado em acepção existencial, embora as pesquisas sobre o ‘haver’ existencial (*habere*) tenham mostrado lacunas e divergências na bibliografia especializada selecionada, isto é, em gramáticas e dicionários de língua portuguesa e de língua latina.

Além do mais, a respeito das obras eleitas, duas outras questões merecem ser mencionadas com destaque: a) a inexistência, a rigor, de tópico dedicado ao ‘haver’ existencial e, quando existente, a utilização de ‘ter’ como recurso tradutório, sugerindo sinonímia entre ambas as formas verbais; b) o registro em conjunto dos verbos ‘ter’ e ‘haver’, mas com acepção de posse, e não de existência, apontando mais uma vez para uma sinonímia no mínimo aparente, nesse caso. Desses dois pontos, depreende-se que o uso primário de *esse* para denotar existência relegou a *habere*, secundariamente, uma noção existencial residual, de modo que a impessoalidade se manifesta excepcionalmente.

Com base no exposto, ainda que o presente trabalho indique que a acepção existencial de ‘haver’ é excepcional e que há pouco espaço para explicação histórica a respeito dessa excepcionalidade nas obras investigadas, cabe registrar que a averiguação de outros compêndios com idêntica finalidade pode tanto agregar quanto trazer outros olhares para os resultados apresentados.

## REFERÊNCIAS

Almeida NM. Gramática latina. 30ª ed. São Paulo: Saraiva; 2011.

Almeida NM. Gramática metódica da língua portuguesa. 46ª ed. São Paulo: Saraiva; 2009.

Bortoni-Ricardo SM. Educação em língua materna: a sociolinguística em sala de aula. São Paulo: Parábola; 2004.

Cart A, et al. Gramática latina. São Paulo: EDUSP; 2010.

Cegalla DP. Novíssima gramática da língua portuguesa. 48ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; 2010.

- Cunha C, Cintra LFL. Nova gramática do português contemporâneo. 7ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon; 2017.
- Faraco CA. Linguística histórica: uma introdução ao estudo das línguas. São Paulo: Parábola; 2005.
- Faria E. Dicionário escolar latino português. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; 1962.
- Faria E. Gramática superior da língua latina. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica; 1958.
- Ferreira ABH. Novo dicionário eletrônico Aurélio. São Paulo: Regis; 2009.
- Fonseca O, Morais DV. Língua latina: gramática. São Paulo: Cia. Ed. Nacional; 1942.
- Freitas HR. Aspectos diacrônicos e sincrônicos da língua portuguesa. Revista da Academia Brasileira de Filologia. 2010;7(7):56-68. [citado 10 mai. 2018]. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/abf/rabf/7/056.pdf>.
- Grandgent C. An introduction to vulgar Latin. Boston: DC Heath & Company; 1907.
- Houaiss A, Villar MS. Grande dicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva; 2008.
- Maciel M. Grammatica analytica. Rio de Janeiro: Francisco Alves; 1887.
- Magne A. Grammatica latina. Rio de Janeiro: Livraria, papelaria e litho typographia; 1930.
- Marcotulio LL, et al. Filologia, história e língua: olhares sobre o português medieval. São Paulo: Parábola; 2018.
- Marouzeau J. A ordem das palavras em latim. 1ª ed. Rio de Janeiro: Autografia; 2017.
- Mattos e Silva RV. Caminhos e mudanças sintático-semânticas no português arcaico. Revista de Estudos Linguísticos. 1992;1(1):85-99. [citado 30 jul. 2019]. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/viewFile/955/1063>.
- Mattos e Silva RV. Vitória de ter sobre haver nos meados do século XVI: usos e teoria em João de Barros. In: Mattos e Silva RV, Machado Filho AVL, editores. O português quinhentista: estudos linguísticos. Salvador: EDUFBA; 2002. p. 124-142.
- Mattoso Câmara Júnior J. Introdução às línguas brasileiras. Rio de Janeiro: Ao livro técnico; 1979.
- Michaelis. Dicionário de Língua Portuguesa [on-line]. São Paulo: Melhoramentos; 2015. [citado 30 jun. 2019]. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br>.
- Nunes JJ. Compêndio de gramática histórica portuguesa: fonética e morfologia. Lisboa: Livraria clássica editora; 1969.
- Pezatti EG. A ordem das palavras em português. São Paulo: Parábola Editorial; 2014.
- Portugal. Dicionário de latim-português e português-latim. Porto: Porto Editora; 2014.
- Rezende AM, Bianchet SB. Dicionário do latim essencial. São Paulo: Autêntica; 2014.
- Rocha Lima CH. Gramática normativa da língua portuguesa. 49ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio; 2011.
- Williams EB. Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa. 4ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; 1986.



## Poesia na prosa: a dobra ecolinguística no jornalismo literário contemporâneo

### *Poetry in prose: the ecolinguistic doubling in contemporary literary journalism*

Vera Lúcia Santos Alves\*

*Universidade Católica de Pernambuco, Recife, PE, Brasil*

Moab Duarte Acioli\*\*

*Universidade Católica de Pernambuco, Recife, PE, Brasil*

**Resumo:** O objetivo desta pesquisa é analisar o entrelaçamento da prosa com a estilística e a semântica poéticas no processo de composição e interlocução jornalísticas, buscando avaliar o dito e o silenciado, considerando a existência de ‘dobras ecolinguísticas’ na enunciação. Utilizamos a teoria-metodológica da Análise do Discurso Ecológica, sob o aspecto ecolinguístico da endo e da exoecologia. O corpus da pesquisa é composto por três capas de jornais – uma do *Correio Brasileiro*, uma do *Estado de Minas* e uma da *Folha do São Francisco* - veiculadas entre os anos de 2007 e 2015. Os resultados indicam que a ‘dobra’ na enunciação jornalística literária contemporânea mostra-se na poetização da linguagem ao produzir o texto noticioso, observando a formação endolinguística e, sobretudo, a relação dialógica dos enunciados exoecológicos – fator que, durante muito tempo, era impensável na construção estética e na produção semântica da informação no Brasil.

**Palavras-chave:** Análise do discurso ecológica. Literatura. Linguística. Gêneros textuais.

**Abstract:** The aim of this research is to analyze the interweaving of prose with poetic stylistic and semantics, in the process of journalistic composition and dialogue, seeking to evaluate the said and the muted, considering the existence of the ‘ecolinguistic doubling’ in the enunciation. We used the methodological theory of Ecological Discourse Analysis, under the ecolinguistic aspect of endo and exoecology, under the Bakhtinian analysis of discursive genres. The corpus of the research is composed by three newspaper covers, one from each - *Correio Brasileiro*, *Estado de Minas* and *Folha do S. Francisco* - all published between 2007 and 2015. The results indicate that the ‘doubling’ in contemporary literary journalistic enunciation is shown in the poetization of language when producing news, considering the endolinguistic formation and, above all, the dialogical relation between the exoecological statements - a factor that for a long time was unthinkable in the aesthetic and semantics construction of information in Brazil.

**Keywords:** Analysis of ecological discourse. Literature. Linguistics. Textual genres.

---

\* Doutoranda em Ciências da Linguagem, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, PE, Brasil; vlmedeiros1@hotmail.com

\*\* Professor Doutor do Mestrado e do Doutorado em Ciências da Linguagem, Universidade Católica de Pernambuco, Recife, PE, Brasil; moabacioli@gmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

A íntima relação entre literatura e jornalismo instiga muitos autores à busca do patrimônio linguístico que os vários fatores da textualidade põem à disposição para a riqueza da escrita noticiosa e opinativa na imprensa brasileira.

O grande precursor brasileiro dessa junção jornalismo-literatura é Euclides da Cunha em sua obra *Os Sertões*, narrativa da cobertura da rebelião popular em Canudos, interior da Bahia, no final do século XIX. Canudos resistiu a quatro expedições em um dos mais dramáticos e cruéis episódios da história brasileira, conforme analisa o historiador Airton Farias (1997). *Os Sertões* foi o primeiro livro-reportagem registrado no Brasil. Tanto o valor jornalístico quanto o literário da obra de Cunha trouxeram ao país uma revolução na escrita que só ganharia força nos Estados Unidos, por exemplo, na década de sessenta do século XX.

Na descrição que faz da terra sertaneja ao chegar da chuva, nos relatos escritos ao jornal *Estado de S. Paulo*, do qual era correspondente, Euclides da Cunha utiliza toda a riqueza que a linguagem literária é capaz de entregar ao jornalismo:

Ao sobrevir das chuvas, a terra, como vimos, transfigura-se em mutações fantásticas, contrastando com a desolação anterior. Os vales secos fazem-se rios. Insulam-se os cômodos escavados, repentinamente verdejantes. A vegetação recama de flores, cobrindo-os, os grotões escancelados, e disfarça a dureza das barrancas, e arredonda em colinas os acervos de blocos disjuntivos - de sorte que as chapadas grandes, entremeadas de convas, se ligam em curvas mais suaves aos tabuleiros altos. Cai a temperatura. Com o desaparecer das soalheiras anula-se a secura anormal dos ares. Novos tons na paisagem: a transparência do espaço salienta as linhas mais ligeiras, em todas as variantes da forma e da cor. Dilatam-se os horizontes. O firmamento, sem o azul carregado dos desertos, alteia-se, mais profundo, ante o expandir revivescente da terra. (Cunha, 2001, p. 135).

Dilatando a linguagem, distanciando-se da normatividade verbal e rigorosamente denotativa imposta pelo jornalismo tradicional, o correspondente do *Estado de S. Paulo* logo chamou a atenção dos leitores e da crítica pelo modo peculiar de fazer sua narrativa. A tragédia da guerra de Canudos ganhou relatos intensos de detalhes extremamente bem expostos, sob uma tessitura linguística que não romantizava os horrores ali ocorridos, mas que chamavam a atenção, também, pelo modo como eram revelados no texto.

Estaria no núcleo sêmico da linguagem jornalística intensamente utilizada por Euclides da Cunha a dobra em que se suspende a repressão sobre a palavra que veicula a notícia no jornalismo? Buscamos resposta para isso nesta pesquisa. Buscamos resposta, também, para a ideia de que a linguagem do jornalismo pode ser a letra que se rasura e se desdobra, considerando a tese de que a junção da literatura com a linguística, veiculada em qualquer meio de comunicação, conforme argumentam Amodeo e Wannamacher (2010), seja um delineador da estrutura da textualidade jornalística moderna.

Ao entender a Literatura como uma manifestação linguística em que a reflexão sobre as implicações dos meios de expressão desperta a atenção para entender como o sentido se faz e o prazer se produz, destaca-se o grande poder de comunicação que o texto literário possui, acrescentando

ainda a própria experiência cultural que a obra pode encerrar, independente do meio em que ela possa se manifestar. (Amodeo; Wannmacher, 2010, p. 20).

Tal relação entre a linguagem poético-literária e os processos sociais também foi estudada pelo russo Volochinov no início do século XX. Para o autor, é na comunicação que o ser humano se fundamenta, se constrói. De acordo com Volochinov (1926), a réplica faz parte dessa reação natural do homem, levando-o ao diálogo com a vida, com a sociedade. E na linguagem poética, essa réplica se faz ouvir na conversação da palavra com a realidade social que a contextualiza, intensificando-se o aspecto estético do dizer – o que afasta a análise da dicotomia defendida pelos formalistas, em que se divide a semântica da estética.

Na valoração da palavra poética, segundo Volochinov (1926-2010), no cenário do intercâmbio, os valores são construídos nesse processo de interação intersubjetiva entre sujeitos, posições reconstruídas no estudo com igual cuidado de contextualização (ao lado de quem e contra quem se afirmam essas ideias).

A forma de uma narração objetiva, a forma apelativa (oração, hino, algumas formas líricas), a forma de autoexpressão (confissão, autobiografia, forma de declaração lírica, que é a forma lírica principal) se determinam justamente pelo grau de intimidade entre o autor e o herói. Ambos momentos ressaltados – o valor hierárquico do herói e o grau de sua intimidade com o autor – tomados autônoma e isoladamente, são insuficientes para definir a forma artística. (Volochinov, 1926-2010).

Fato é que o vigor social da língua também poética aponta a uma arte sendo atingida pelo contexto social e, ao mesmo tempo, sendo ativa na relação com este.

FLP 23(1)

Em seus estudos sobre literatura, Michel Foucault afirma que a linguagem, até o final do século XVIII, era muda e primitiva, impossibilitada de ser vivenciada nessa relação de desdobramento a que nos referimos neste trabalho. O autor passa a mostrar como o surgimento da literatura moderna se deu, utilizando uma tríade de elementos constitutivos e inerentes ao escrever. Esses três elementos são: a linguagem, a obra e a 'literatura'. A linguagem é o murmúrio das palavras pronunciadas, a obra, sua espacialização, já a 'literatura' é o terceiro elemento "por onde passa a relação da linguagem com a obra e da obra com a linguagem" (Foucault, 2000, p. 140).

Diante de todo esse cenário de abordagens, buscamos, aqui, analisar o entrelaçamento da prosa com a estilística e a semântica poéticas, no processo de composição e interlocução jornalísticas, buscando avaliar o dito e o tecer do silêncio, considerando neste a representação da 'dobra' do jornalismo literário. Trazendo para este universo de abordagem o caráter deleuziano do que se constitui a 'dobra', apostamos na observação do que seria uma espécie de subversão da escrita jornalística, para analisar, à luz da teoria-metodológica da Análise do Discurso Ecológica, as construções da informação. Utilizamos os aspectos da endo e da exoecologia da linguagem, categorias da ADE, e observamos uma interessante relação destas com o que Silva (2004, p. 1) diz a respeito de a dobra "expressar tanto um território subjetivo quanto o processo de produção deste território, ou seja, ela exprime o próprio caráter coextensivo do dentro e do fora".

## 2 GÊNEROS DO DISCURSO E ENUNCIÇÃO

Para Bakhtin (2003), os gêneros do discurso são entendidos como uma forma característica de enunciação em que a palavra acaba por assumir uma expressão única, específica. Estão ligados a situações características de comunicação verbal, nas quais há uma profunda relação entre o significado das palavras e a realidade, no que o autor chama de “diálogo inconcluso”:

Natureza dialógica da consciência, natureza dialógica da própria vida humana. A única forma adequada de expressão verbal da autêntica vida do homem é o diálogo inconcluso. A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar do diálogo: interrogar, ouvir, responder, concordar, etc. Nesse diálogo o homem participa inteiro e com toda a vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, todo corpo, os atos. Aplica-se totalmente na palavra, e essa palavra entra no tecido dialógico da vida humana, no simpósio universal. (Bakhtin, 2003, p. 348).

Maingueneau (2004, p. 61) afirma que todo indivíduo é capaz de “identificar um dado enunciado como sendo um folheto publicitário ou como uma fatura, graças ao nosso conhecimento dos gêneros do discurso”. O autor entende por gêneros de discurso “dispositivos de comunicação que só podem aparecer quando certas condições sócio-históricas estão presentes”. Esses enunciados (escritos ou orais), “relativamente estáveis”, estabelecidos pelas condições específicas e pelas finalidades de cada esfera, são chamados de gêneros do discurso (Bakhtin, 1997, p. 12).

Bakhtin (1997, p. 11) defende que os enunciados (orais e escritos) concretos e únicos proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo de atividade humana refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo da linguagem, mas também pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua e, acima de tudo, por sua construção composicional.

Segundo Foucault (2007, p. 100-102), há três características importantes que marcam a formação do enunciado. A primeira é a existência do espaço correlato ou um referencial: “um conjunto de domínios” em que tais objetos podem aparecer e em que tais relações podem ser assinaladas. A segunda diz respeito ao sujeito enunciativo ou “autor” - função determinada, mas não forçosamente a mesma de um enunciado a outro, podendo ser exercida por indivíduos, até certo ponto, indiferentes, quando chegam a formular o enunciado. A terceira é a existência do campo associado ou domínio associado que, segundo Foucault, é o que oportuniza ao enunciado ser diferente de um conjunto de signos, de uma frase e de uma proposição. Assim, o campo associado é o que possibilita que um enunciado costure uma teia de relações com outros enunciados.

### 2.1 Gêneros jornalísticos

A teoria estruturalista de Roman Jakobson sobre as funções da linguagem foi, sem dúvida, o grande norteador inicial do estudo de gêneros jornalísticos, no âmbito da comunicação social. No entanto, a teoria sobre os gêneros do discurso, de Mikhail Bakhtin, tem sido influente nos estudos sobre a enunciação como marca de gênero do discurso.

Nesse contexto, analisamos que, ainda que o jornal não se limite à veiculação de notícias no sentido estrito da palavra, essa forma comunicativa ainda tem lastreado, nos últimos dois séculos, a ideia que dá margem à construção e manutenção de toda a mitologia da neutralidade que se atribui ao jornalismo e que, portanto, sustenta os coeficientes de confiabilidade pública nos relatos (Sodré, 2009, p. 14).

Marques (1987, 2003) e Beltrão (1980), no entanto, situaram a classificação dos gêneros jornalísticos no Brasil, que se reflete na ideia de hibridização pensada por Ringoot e Utar (2005). É relevante observar que, somente a partir de 2003, Marques passaria a considerar o gênero interpretativo nessa classificação, o que vemos numa relação íntima com a ideia de dispersão de Jean-Michel Utar. Chegamos à seguinte lista de classificação:

Quadro 1 - Principais classificações brasileiras de gêneros jornalísticos.

<i>Classificação</i>	<i>Beltrão, Luiz (1980)</i>	<i>Marques de Melo, José (1985/2003)</i>
<b>Informativo</b>	História de interesse humano Notícia Reportagem Informação pela imagem	Nota Notícia Reportagem Entrevista
<b>Opinativo</b>	Editorial Artigo Fotografia e Ilustração Crônica Charge / caricatura Carta do Leitor	Editorial Artigo Resenha Crônica Caricatura Carta Comentário Coluna
<b>Interpretativo</b>	Reportagem em profundidade	Reportagem e Documentário

Fonte: Alves (2015, p. 2593).

### 3 ECOLINGUÍSTICA E ANÁLISE DO DISCURSO ECOLÓGICA – A LÍNGUA COMO REDE DE INTERAÇÕES ORGÂNICAS

O primeiro autor a relacionar a língua com o meio ambiente foi Edward Sapir, na primeira década do século XX, embora ainda não sob a perspectiva da ecolinguística moderna, nascida inicialmente, pelo chamado pai da então nova disciplina, Einar Haugen, em seu texto *A ecologia da linguagem*, no início dos anos de 1970, como expõe Ramos (2004):

No seu famoso «The Ecology of Language», apresentado numa conferência em 1970 e publicado em 1972, o autor defende que «language ecology may be defined as the study of interactions between any given language and its environment» (2001 (1972): 57). O “ambiente” não deve confundir-se, nesta definição, com o mundo material para o qual determinada língua constitui um repertório de nomes e regras de combinação. Para Haugen, o verdadeiro ambiente de uma língua é a sociedade que a utiliza como um dos seus códigos de comunicação. O

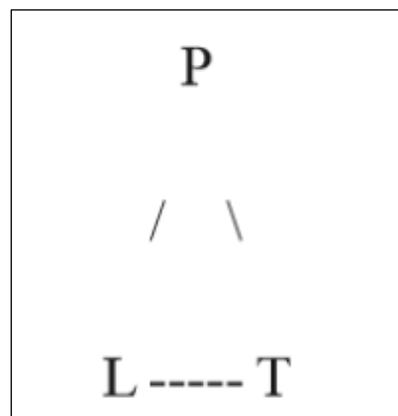
autor configura, assim, um ambiente, ou um contexto, social e natural, em parte psicológico (no que concerne à interação da língua materna de cada falante bilingue ou multilingue com os outros códigos linguísticos presentes na sua mente) e em parte sociológico - no que concerne à interação da língua com a sociedade na qual funciona como meio de comunicação. (Ramos, 2004, p. 545).

É relevante salientar que, se o olhar sobre a ecolinguística se desse com base no estudo das relações entre língua e meio ambiente (e não ‘seu’ meio ambiente, conforme Haugen), haveria o mal-entendido de que o campo de análise da nova disciplina seria o ambientalismo. Na verdade, Haugen tratou o meio ambiente da língua não no aspecto físico, mas social, cultural e interacional, colocando o próprio falante como esse ambiente:

O verdadeiro meio ambiente de uma língua é a sociedade que a utiliza como um de seus códigos. A língua existe na mente de seus falantes e só funciona relacionando esses falantes entre si e estes à natureza, o que chamamos de meio ambiente social e de natural. Assim, a ecologia da língua é determinada, essencialmente, por aqueles que a aprendem, que a usam e que a transmitem a outros. (Haugen, 1972, p. 325, tradução nossa).

E é exatamente sob essa ênfase que, em 2007, a Ecolinguística surge como uma nova ciência da linguagem no Brasil, na chamada ‘Escola Ecolinguística de Brasília’, partindo do conceito central de ecossistema da língua, também denominada de ‘linguística ecossistêmica’, desenvolvida no ambiente natural, no mental e no social da língua. Os estudos foram iniciados pelo chamado pai da ecolinguística no Brasil, Hildo Honório do Couto.

Segundo Couto (2007, p. 90), há um ecossistema da língua formado pela coletividade de indivíduos que exercem seu papel social. Essa coletividade vive a interação social num locus, que é o “território”. A tríade configura a base estrutural da ecolinguagem – povo, território e língua – conforme expresso na Figura 1. Parte dessa análise a concepção representativa dos fenômenos da língua como uma rede orgânica de interações, não como uma estrutura estanque. Assim, constrói-se o ambiente da dinâmica ecologia da interação comunicativa, em que os discursos se produzem através de informações compartilhadas.



Fonte: Couto (2007, p. 91).

Figura 1 - Ecossistema Fundamental da Língua.

FLP 23(1)

A linguagem é o cerne do processo interativo nesse contexto de ecossistema. Considerando o caráter holístico, dá-se o ecossistema integral da língua, que abrange os outros três. Enfim, a língua não é apenas social, mental ou natural. Ela é as três coisas ao mesmo tempo, ou seja, é biopsicossocial (cf. Couto, 2007). Ademais, os três ecossistemas da língua (mental, natural e social) podem atuar tanto na abordagem escrita, quanto na falada, considerando esses três elementos da EFL.

Em 2015, em parceria com Elza Kyoko N. N. Couto e Lorena A. O. Borges, Hildo Honório do Couto publicou *Análise do Discurso Ecológica* (ADE), abordando o holismo que norteia a linguística ecossistêmica, propondo uma nova forma de análise dos discursos. Assim, por se desenvolver no contexto de visão ecológica de mundo, desenvolveu-se a teoria-metodológica chamada *Análise do Discurso Ecológica*, abrangente e apta a servir de base analítica, investigativa de textos de qualquer natureza, conforme afirmam os autores:

Sua abrangência, seu holismo devem ser entendidos no sentido de ser multimetodológica e multiteórica (por falta de termo melhor). Ela é multiteórica, porque pode lançar mão de qualquer modelo teórico para analisar determinado fato linguístico microscopicamente. (Couto et al., 2015, p. 140).

Assim, a *Análise do Discurso Ecológica*, passa a ser utilizada para estudar os discursos como um conjunto de produções verbais cuja construção é inseparável de suas condições de produção, isto é, do processo interativo entre enunciados, ambientes sociais, culturais, políticos, cognitivos, numa perspectiva ecossistêmica.

Usando categorias de Deleuze e Guattari (2011), podemos dizer que um povo só estará efetivamente autorrealizado se estiver em plena vivência com sua terra, se estiver territorializado (Couto, 2015, p. 125). E a razão de empregarmos a *Análise do Discurso Ecológica* (ADE) como teoria-metodológica neste trabalho diz respeito ao fato de querermos focalizar a importância da vida, da ética nas relações sociais, buscando o eixo do equilíbrio e da solução de conflitos no processo de interação promovido pela linguagem.

A ADE, devido a sua origem e filiação ecológica, parte de uma defesa incansável da vida, em todos os sentidos, e de uma luta contra tudo que possa trazer sofrimento a um ser vivo, de qualquer espécie, não apenas dos humanos, pois ela rechaça o antropocentrismo. (Couto, 2015, p. 123).

As categorias principais da *Análise do Discurso Ecológica* (ADE), também chamada de *Linguística Ecossistêmica*, são a ecologia da interação comunicativa (EIC), os atos de interação comunicativa (AIC), as regras interacionais e regras sistêmicas, os três ecossistemas da língua (mental, natural e social), os três elementos da EFL (P-L-T), a endoecologia e a exoecologia. (Couto, 2015, p. 501). A ecologia da interação comunicativa é o núcleo da ADE. Nela, analisam-se o todo, como constituído de uma imensa rede de interações, incluindo, também, as políticas e as ideológicas.

Considerando tais formas de interação, focalizamos, nesta pesquisa, a utilização das categorias endoecológica - típica do universo da ecologia interna - e exoecológica, ecologia externa, ligada ao aspecto dialógico da linguagem, ao modo como as formas linguísticas 'conversam' com outras vozes externas ao texto. Nesse aspecto, atuaremos sob a Rede de Interações Orgânicas (RIO), pontuando o caráter dialógico da enunciação jornalística moderna. Observamos, através da RIO, como os elementos

FLP 23(1)

linguístico-literários conversam com a realidade social e política em que o ato jornalístico está inserido.

[...] a língua em si não é um organismo, embora apresente organização interna e externa. Ela tem uma ecologia interna (endoecologia), mas faz parte da ecologia externa (exoecologia). A primeira troca matéria, energia e informação com a segunda. Aí está a diferença fundamental entre a linguística tradicional e a linguística ecossistêmica. Esta prefere lidar com o termo organização, constituída de uma rede de interações orgânicas (RIO). (Couto; Couto, 2016, p. 37).

É importante dizer, nesse contexto, que a linguística ecossistêmica não é composta apenas de formas “ativadas” (que estão em uso), mas também das “inativadas” (que ainda não são usadas, mas poderiam ser), das “desativadas” (arcaísmos) e das “reativadas” (palavras que caíram em desuso por algum tempo e voltaram a ser usadas posteriormente) (Couto, 2015, p. 45). Fato é que a linguística ecossistêmica está inteiramente ocupada em fazer com que a interação aconteça através de uma linguagem sem amarras normativas – sejam gramaticais, sejam semânticas.

Na linguística ecossistêmica, em princípio todas as regras podem ser violadas, sobretudo as regras sistêmicas. Isso porque o objetivo dos interlocutores em diálogo não é produzir frases gramaticais, mas fazerem-se entender. Se o entendimento se dá, não consideram nada anormal. (Couto; Couto, 2016, p. 36).

#### 4 CAPAS DE JORNAIS COMO CORPUS

FLP 23(1)

A capa do jornal funciona como uma espécie de anúncio, publicidade das matérias principais que serão veiculadas nas páginas seguintes. Por se tratar de um mecanismo utilizado para ‘convidar’ o leitor à busca das matérias internas, a capa é um espaço de produção que tem passado por importantes modificações ao longo do tempo. A liberdade linguística tem ganhado espaço nessa área de produção, que vem sendo aperfeiçoada e requintada nos novos moldes do dizer jornalístico diário.

A seleção do corpus desta pesquisa se fez sob análise de capas jornalísticas que tiveram grande repercussão no país entre os anos de 2007 e 2015 – considerando sua forma plural de linguagem e relevância da temática abordada. O achado se deu na mídia digital, onde se propagaram notícias a respeito dessa repercussão, de premiações e indicações a prêmios jornalísticos das capas escolhidas para esta análise.

##### 4.1 *Correio Braziliense*

O *Correio Braziliense* é um jornal com sede em Brasília, no Distrito Federal, e tem a mesma idade da cidade projetada por Oscar Niemeyer. Fundado em 21 de abril de 1960, o jornal é resultado da promessa de Assis Chateaubriand, importante jornalista e empresário da época, o qual garantiu ao então presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira que, caso a nova capital da República ficasse mesmo pronta, ela ganharia um jornal impresso de grande porte.

O *Correio*, pertencente aos *Diários Associados*, sob a presidência de Chateaubriand, consolidou sua posição como o principal jornal de Brasília e tornou-se

o diário de maior circulação do Centro-Oeste, passando a figurar entre os 20 jornais diários de maior circulação do Brasil (Carneiro, 1999, apud Rocha, 2016, p. 67-68).

A escolha desse jornal para compor esta pesquisa se deu pelo fato de o veículo optar, desde de sua fundação até os dias atuais, por manter não apenas o noticiário local, mas, sobretudo, a relação com os brasileiros leitores que vivem distantes do centro do poder político do país e desejam estar bem informados por meio de fontes técnicas e políticas às quais o jornal tem acesso. Segundo Carneiro (1999, p. 424, apud Rocha, 2016, p. 75), a proximidade com o cotidiano da política na capital e com fontes (técnicas e políticas) do governo federal tornou o noticiário político diferenciado do de outros jornais brasileiros com perfil local.

Essa é a razão pela qual a força da temática política que mais pauta o país está presente também nas capas do *Correio*. Já premiado em diversas ocasiões, a exemplo do que se viu com a capa feita em homenagem a Oscar Niemeyer, por ocasião da sua morte em 2004, O *Correio* viu também sua capa de 23 de março de 2012 ganhar repercussão nacional ao transformar em manchetes bordões do humorista Chico Anysio, como “afe, tô morta” e “e o salário, ó!” por ocasião da morte do artista (*Correio Braziliense*, 2017). A produção gráfica da capa se utilizou de várias formas de linguagem dialogal e venceu o Prêmio Esso de jornalismo na categoria especial de primeira página. A capa do *Correio* escolhida para compor o corpus deste trabalho foi publicado no dia 29 de agosto de 2007 (Figura 2) e ganhou o prêmio de melhor capa do ano no Esso, o principal prêmio de jornalismo do País. A capa escolhida, especificamente, traz um dos mais relevantes fatos que envolvem corrupção e política no Brasil atual, abordado de maneira instigante à análise discursiva desta pesquisa.

#### 4.2 *Folha do São Francisco*

O jornal *Folha do São Francisco* foi fundado, no ano de 2009, por um grupo de estudantes de jornalismo recém-formados na cidade de Juazeiro, interior da Bahia.

A circulação do impresso se dava, desde sua fundação, em periodicidade semanal. As áreas editoriais eram divididas por duplas de jornalistas que compunham pautas e realizavam o trabalho de pesquisa diário para compor as matérias nos cadernos de *Educação, Saúde, Política, Cidades e Esporte*. Isso se fazia com detalhamento, visto que a proposta do jornal era de aprofundar notícias veiculadas apenas em forma de lead, em outros meios e também publicar matérias investigativas de maneira mais detalhada.

Ademais, o jornal trazia um caderno direcionado ao jornalismo opinativo, que excedia a produção do editorial, este sempre de responsabilidade do jornalista responsável pela redação. Artigos de opinião, crônicas, charges e resenhas críticas eram sempre publicados nesse espaço por outros jornalistas e especialistas colaboradores. E era exatamente do editor responsável junto com a equipe gráfica, que nasciam as capas produzidas no jornal *Folha do São Francisco*. O fato de as capas estarem sob a responsabilidade da editoria de opinião chamou-nos atenção à escolha do jornal na composição do corpus desta pesquisa. Em 2014, o *Folha do São Francisco* concorreu ao prêmio Libero Badaró de jornalismo com a matéria que rendeu a capa utilizada nesta pesquisa (Figura 3). A produção trazia depoimentos de mulheres casadas que sofreram e venceram extrema violência – física, psicológica, moral – em relacionamentos abusivos.

FLP 23(1)

Pela importância da temática exposta na capa, pela repercussão que ela teve nos meios de comunicação e pelo modo como esta foi produzida em sua relação com o que aqui chamamos ‘dobra ecolinguística do jornalismo contemporâneo’, escolhemos essa capa do jornal *Folha do São Francisco* para a composição deste corpus.

### 4.3 *Estado de Minas*

Fundado em 1928 por acadêmicos que compraram o acervo do jornal *Diário da Manhã*, o *Estado de Minas* logo se tornou o maior veículo impresso a circular no estado. Em 1929, passou a compor os *Diários Associados*, comandado por Assis Chateaubriand.

Com proposta interativa inovadora para a época, o *Estado de Minas* abriu um campo de diálogo com os leitores, que podiam sugerir pautas e opinar sobre as abordagens temáticas feitas nas matérias. Em meados da década de noventa do século XX, os leitores passaram a ter acesso ao jornal via internet. O trabalho de design, responsabilidade das equipes da primeira página e da arte do jornal, também chamava atenção desde sua fundação.

Aderindo à junção de arte digital com uso de linguagem pouco comum a chamadas de matéria, as capas do *Estado de Minas* passaram a ganhar prêmios pela força de suas mensagens de linguagem híbrida. Uma das mais importantes premiações ocorreu em 2016, na 37ª edição do concurso da *Society for News Design* (SND), considerado o *Oscar* do design de jornais no mundo. A capa do jornal *Estado de Minas* escolhida para este trabalho traz todas essas características inovadoras de linguagem, o que se configurou apropriada ao estudo que aqui nos propusemos a realizar.

FLP 23(1)

## 5 ANÁLISE DO CORPUS DISCURSIVO

A capa do *Correio Braziliense* escolhida para esta análise (Figura 2) inspira-se no poema *Quadrilha*, de Carlos Drummond de Andrade, para trazer a manchete da decisão do Supremo Tribunal Federal de acatar a denúncia da Procuradoria Geral da União contra políticos no caso do ‘Mensalão’, ocorrido entre 2005 e 2006, considerado o maior esquema de compra de votos no Congresso Nacional brasileiro.



Fonte: [www.correio braziliense.com.br](http://www.correio braziliense.com.br).

Figura 2 - Capa do *Correio Braziliense* de 29 de agosto de 2007.

Vários aspectos da linguagem utilizada pelo *Correio* na produção da capa devem ser considerados para a ampliação da análise – desde a escolha das cores, alusivas ao Partido dos Trabalhadores (PT), a formatação estrutural do texto-manchete em forma de verso, até a exposição de texto opinativo sob o título *Visão do Correio* – nome dado à coluna do editorial, que costuma aparecer entre as páginas 10 e 11 do jornal, mas que nessa edição, apareceu na capa.

Esse contexto geral formata o espaço disposto à organização endoecológica da língua, compondo a semântica e o ritmo literários no que, tradicionalmente, seria feito em estrutura de prosa e em linguagem denotativa, informando que o ‘STF acata denúncia de PGR, e acusados do Mensalão vão responder a processo criminal’.

Do ponto de vista endoecológico da linguagem, iniciaremos falando sobre a sequência verbal ‘mandava’, ‘tramava’ e ‘pagava’, intermediada pelo pronome relativo ‘que’. A rítmica promove, associada à semântica gramatical dos verbos no pretérito imperfeito, a ideia de círculo vicioso, de ação constante apenas interrompida, quando uma nova sequência verbal surge: ‘foi denunciado’ e ‘incriminou’. A relação tanto do ritmo quanto da ação verbal propõe a ligação com o título homônimo ao poema de Drummond. A poesia entrelaça-se à informação jornalística propondo, com o ritmo e a semântica das palavras, a ‘brincadeira’ recíproca que os personagens faziam com o dinheiro público, o que reconfigura o significado da palavra ‘quadrilha’.

A sequência dos nomes próprios escolhida para compor o poema-manchete acentua o papel de cada personagem: José Dirceu, o Ministro-chefe da Casa Civil do governo Lula, comandava a ‘quadrilha’, Delúbio Soares, tesoureiro do PT, e Marcos Valério, administrador da *DNA Propaganda* e do chamado ‘Valerioduto’, surgem sob a forma verbal ‘tramava’, que os coloca na reflexibilidade da ação, no mesmo papel hierárquico. Observamos que no fechamento do primeiro círculo de ações verbais trazidas no poema-manchete, o verbo ‘pagava’ acentua o papel dos personagens ativos

e passivos na quadrilha – sendo este último caso a referência feita ao deputado federal Valdemar da Costa Neto.

No ritmo poético da ‘quadrilha’, chega-se a um segundo círculo da ‘dança’, quando a sequência verbal de pretéritos perfeitos promovem encerramento da ação anterior com a locução ‘foi denunciado’ e a forma verbal ‘incrimou’. Vê-se, na disposição endoecológica, que os dois verbos se lançam ao mesmo agente – tanto no modo passivo, quanto no ativo: Roberto Jefferson, o denunciante do esquema. Nas conexões feitas pelo pronome relativo, na passada do primeiro ao segundo círculo, Valdemar da Costa Neto continua a figurar como um passivo no esquema. No entanto, nem o papel passivo de Valdemar, nem o ato de denúncia de Roberto Jefferson os eximem do crime de fazerem parte de uma ‘quadrilha’.

O fato de o poema-manchete referenciar Genoíno como aquele que ‘não entregou ninguém’ faz conexão semântica interna com a expressão do terceiro círculo da ‘quadrilha’, quando se afirma que ‘Genoíno perdeu a pose’. O perfil heroico do personagem teria fim com o destino apontado ao longo da matéria.

Assim, podemos afirmar que toda essa organização endoecológica da língua na forma de redes de interações orgânicas compõe uma ‘dobra’ no texto jornalístico-poético que poderia, sim, ter se iniciado com o STF como sujeito central que pôs os 40 acusados do ‘Mensalão’ no banco dos réus. Jornalisticamente, o lead do factual seria esse. Em seguida, o nome dos principais personagens do grupo seria, então, exposto. No entanto, a ênfase dada à composição da ‘quadrilha’ e o circular das ações conferem novo ritmo à produção do texto jornalístico. Essa formação rizomática da matéria atende também à condição exoecológica da linguagem, quando propõe que o leitor relacione os termos ‘planície’ com José Dirceu, ‘fazenda’ com Delúbio Soares, ‘penteado’ com Marcos Valério, ‘mandato’ com Roberto Jefferson e ‘pose’ com José Genoíno. Nesse aspecto do poema jornalístico, atentamos para o que diz Couto (2014) a respeito dos rizomas multidirecionais que a visão ecossistêmica da língua nos propõe:

Após as visões de língua como organismo e como vírus, respectivamente, surgiu a visão ecossistêmica de língua, segundo a qual ela é basicamente interação e suas representações devem ser do tipo redes ou rizomas multidirecionais e multilaterais. Enfim, esta última representação contém as demais em seu interior, é mais ampla do que elas. (Couto, 2014, p. 26).

É certo que o lugar da enunciação se divide, dessa forma, entre o jornalista e o leitor, que precisa reconhecer o contexto de produção. A valoração dessas expressões está ligada ao processo de interação intersubjetiva entre sujeitos, conforme expressa Bakhtin (2011):

Nosso discurso, isto é, todos os nossos enunciados (inclusive as obras criadas) é pleno de palavras dos outros, de um grau vário de alteridade ou de assimilabilidade, de um grau vário de aperceptibilidade e de relevância. Essas palavras dos outros trazem consigo a sua expressão, o seu tom valorativo que assimilamos, reelaboramos e reacentuamos. (Bakhtin, 2011, p. 294).

Para compreender o terceiro círculo da dança descrita na *Quadrilha* jornalística, o aspecto exoecológico da abordagem exige que o leitor saiba que José Dirceu, então ministro da Casa Civil do governo Lula, deixou o cargo após o acatar da denúncia pelo STF e voltou a assumir o mandato de deputado federal. Na ocasião, em entrevista, ele

se referiu à mudança com a frase: “Eu sei lutar na planície e no Planalto” (*Folha de S. Paulo*, 2005). Estar no Planalto era fazer parte do governo; na planície, era estar fora do Executivo e cumprir o mandato legislativo. A referência também pode se desdobrar no aspecto semântico da intersubjetividade dos sujeitos escritor-leitor, considerando novos significados para o contraste existente entre ‘planalto’ e ‘planície’ num contexto de status político de Dirceu.

O dialogismo entre poema, jornalismo e factualidade continua quando a compra dita ilícita de uma fazenda pelo então tesoureiro do PT, Delúbio Soares, para seu pai surge como destino do personagem no poema-manchete: foi “para a fazenda” (*Correio Braziliense*, 2007). Significativamente, o verbo ‘ir’ pode também ganhar nova dobra semântica, visto que não necessariamente, o tesoureiro do PT refugiou-se na casa do pai.

No mesmo ‘vinco’ em que o jornalismo diz no silêncio de certas palavras, o poema afirma que “Valério mudou o penteado” (*Correio Braziliense*, 2007), fazendo uma referência ao fato de que o publicitário era careca e fez um implante de cabelo. Mas poderíamos questionar sobre que aspecto tal fato soaria relevante num esquema de corrupção? O não dito é irônico e aponta a vários caminhos semânticos a respeito do operador financeiro do ‘Mensalão’ que só viria a ser preso seis anos depois, condenado a mais de quarenta anos de prisão, por também se envolver em outros esquemas de corrupção. Esse silenciamento revelador está referenciado em Deleuze (1974, p. 334), para quem a fissura do silêncio “não reproduz o que transmite, não reproduz um ‘mesmo’: não reproduz nada, contentando-se em avançar em silêncio, em seguir as linhas de menor resistência, sempre obliquando, prestes a mudar de direção, variando sua tela, perpetuamente herdada do Outro”.

Do mesmo modo, vê-se, no aspecto exoecológico da linguagem literária, a conversação entre o poema jornalístico e a história de vida de José Genoíno, que “perdeu a pose” (*Correio Braziliense*, 2007). O termo ‘pose’ desdobra-se sobre a dialogia da enunciação capaz de revelar que, considerado herói que lutou na guerrilha do Araguaia, contra o regime ditatorial no Brasil, em 1970, Genoíno era uma figura reverenciada no meio político, até ser condenado por fazer parte da ‘quadrilha’ descrita pelo *Correio*. No entanto, a referência anterior ao fato de ele não ter ‘entregado ninguém’ remonta a questões como fidelidade, resistência e afins. Apenas a referência ao destino de Roberto Jefferson se construiu em linguagem denotativa. Ele teve o mandato cassado e ficou inelegível.

O círculo se fecha com o personagem “que não estava na história” (*Correio Braziliense*, 2007). A intertextualidade literal utilizada pelo jornalista nesse trecho da chamada de capa condensa a formação da ‘quadrilha’ com os principais personagens já citados e coloca o STF como o iniciador de um novo círculo da história. É um novo começo cujo protagonismo foge ao poder do comando da ‘quadrilha’. ‘Não estar na história’ é a marca da autoridade do STF, uma terceira voz narrativa de um reinício que o ‘dobrar’ do jornalismo literário permite à mente do leitor.

FLP 23(1)



Fonte: [www.folhadosaofrancisco.com.br](http://www.folhadosaofrancisco.com.br).

Figura 3 - Capa do jornal *Folha do São Francisco*, de 25 de fevereiro de 2013.

Utilizando trecho do poema *Versos Íntimos*, de Augusto dos Anjos, “A mão que afaga é a mesma que apedreja”, a manchete do jornal *Folha do São Francisco* ressalta o contraste semântico e linguístico que também se vê no jogo “amor e paixão” e “agressões e terror” posto na sub-manchete. Essa rede de interações orgânicas, conforme se aborda na Análise do Discurso Ecológica (ou Linguística Ecológica), concretiza-se na endoecologia da língua, de modo que a seleção poética acaba instigando a escrita jornalística, na busca por palavras que, juntas, referenciem a informação que se pretende passar na notícia. O verso é parte de um soneto que foi escrito em 1912, no livro *En*.

Vês! Ninguém assistiu ao formidável  
Enterro de sua última quimera.  
Somente a Ingratidão – esta pantera –  
Foi tua companheira inseparável!

Acostuma-te à lama que te espera!  
O homem, que, nesta terra miserável,  
Mora, entre feras, sente inevitável  
Necessidade de também ser fera.

Toma um fósforo. Acende teu cigarro!  
O beijo, amigo, é a véspera do escarro,  
A mão que afaga é a mesma que apedreja.

Se alguém causa inda pena a tua chaga,  
Apedreja essa mão vil que te afaga,  
Escarra nessa boca que te beija!  
(Anjos, 1994, p. 280).

A capa do jornal centraliza-se em matéria exclusiva, sob o intento de focalizar a gravidade do tema, que é a violência contra a mulher. Na sub-manchete, a explanação de parte do lead aponta a relatos de mulheres que sofreram agressões de seus parceiros.

O jornalismo, apropriando-se da poesia de Augusto dos Anjos, formata, sob ótica da endoecologia da linguagem, o destaque das duas palavras do verso que representam a ambiguidade dos relacionamentos relatados: ‘afaga’ e ‘apedreja’. A espécie de delação feita pelo poeta, na qual ele expõe o paradoxo da alma humana capaz de dar carinho e maltratar, serve ao jornalismo literário como uma ‘dobra’ que se estende a interpretações variadas na intersubjetividade dos leitores e, ao mesmo tempo, não eufemiza o ato brutal da violência contra a mulher. Simultaneamente, sob o aspecto exoecológico – sua relação com o contexto de produção –, ‘afagar’ pode representar a cilada emocional vivida por milhares de mulheres que sofrem agressão doméstica de seus companheiros e deles são dependentes. De acordo com *Instituto DataSenado*, que atualiza os dados a cada dois anos, 74% dos agressores são homens que têm ou tiveram relações afetivas com a vítima.

A construção semântica da palavra no ambiente externo da língua é fruto de uma conversação com a realidade capaz de atribuir infínitos significados a uma só palavra, como afirmam Bakhtin e Volochinov (2010, p. 109): “O sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto. De fato, há tantas significações possíveis quantos contextos possíveis”. Ademais, o reconhecimento sêmico da palavra num dado contexto social, considerando suas várias formas de atuação, ajuda no processo de conscientização e análise crítica da realidade. Essa forma poetizada de produzir o jornalismo instiga o que vai além da apreensão informativa. Gera reflexão e permite ao leitor a interação como sujeito no lugar de quem fala. Reconhece que ‘afaga’ e ‘apedreja’ são termos que conectam a notícia aos ecossistemas mental, natural e social do indivíduo, conforme se vê na ADE:

As regras interacionais são pesquisadas inter-relacionando os elementos extralinguísticos, sendo muitos deles partes da AD, como práticas e interações sociais, existentes em uma interação discursiva com suas manifestações no discurso e sua presença, ou influência, nos ecossistemas (mental, natural e social) em que vivem os indivíduos e onde o discurso foi produzido. (Couto, 2015, p. 502).

FLP 23(1)



Fonte: <https://www.vercapas.com.br/edicoes/estado-de-minas.html>.

Figura 4 - Capa do *Estado de Minas*, de 26 de novembro de 2015.

O desastre ambiental em Mariana (MG) aconteceu no dia 5 de novembro de 2015. Com o rompimento da barragem de Fundão, da mineradora *Samarco*, comandada pela *Vale*, rejeitos atingiram milhares de pessoas, deixando dezenove mortos. Além disso, alcançaram o Rio Doce e seus afluentes, causando uma tragédia ambiental sem precedentes no Brasil.

Sob o impacto desse acontecimento e, também, da prisão do primeiro senador da República preso no exercício do mandato, Delcídio do Amaral (PT), o *Estado de Minas* uniu as duas pontas das notícias com o uso da palavra ‘sujeira’. A prisão do senador foi pedida pela Procuradoria-Geral da República e autorizada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) depois que, segundo a PGR, Delcídio do Amaral tentou obstruir a Justiça nas investigações sobre corrupção na Petrobras. Delcídio teria tentando impedir que o ex-presidente da estatal Nestor Cerveró fizesse declarações sobre a participação do senador em irregularidades na compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos.

A metaforização parcial do termo ‘sujeira’ em sua relação com os contextos distintos é prevista na elaboração endoecológica e exoecológica da língua. Causa o desdobrar da conversação noticiosa, visto que outras vozes se unem à do jornalista: a do autor dos versos, Renato Russo, e a dos leitores, que lhe atribuiu significados na intersubjetividade interpretativa. A ‘sujeira’ da lama e a ‘sujeira’ da corrupção travam, entre si, uma relação semântica rizomática que nos faz refletir sobre o movimento social e ético que entrelaça os personagens dos dois fatos como corpos numa dança de movimentos não sistematizados. Deleuze e Guattari tratam dessa multidirecionalidade semântica que se produz no rizoma: “Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes de direções movediças. Ele não tem começo e nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda” (Deleuze; Guattari, 1995, p. 15).

Após mais de vinte dias de ocorrida a tragédia em Mariana, a lama continuava avançando sobre o rio e, conseqüentemente, chegava ao mar, matando toneladas de peixes. No entanto, nenhuma providência eficaz havia sido tomada pela empresa responsável.

Diante do quadro, a manchete, cumprindo o papel jornalístico de informar, utiliza-se do verso da banda *Legião Urbana* “Ninguém respeita a Constituição”, para aludir à *Carta Magna*, em seu Art. 225 do Capítulo VI, que afirma:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (Brasil, 1988).

Por outro lado, amplia a possibilidade, com o jornalismo literário, da análise interpretativa exoecológica, cujo ambiente popular da língua ressoa na termo ‘ninguém’. Essa ideia generalizadora do desrespeito às leis, ao país reflete uma espécie de indignação coletiva e, ao mesmo tempo, de uma cidadania deficiente em que, apesar de ‘ninguém’ respeitar a Constituição, “todos acreditam no futuro da nação”.

Esse paradoxo une diversas vozes numa enunciação cujo lugar de fala encontra-se revelado no verso-síntese da canção *Que país é esse?*. No entanto a responsividade expressa na fala parece divergir quanto ao sentimento de pertencer ao país criticado, refletindo uma espécie de ‘não tenho a ver com essa sujeira’.

A canção *Que país é esse?* foi composta no ano de 1978, durante a Ditadura Militar, pouco antes de ocorrida a Anistia, no processo de reabertura política. Porém só foi gravada em 1987, quando o Brasil já havia passado pelo processo de redemocratização, embora ainda sob eleições indiretas. O contexto nos pareceu apropriado à crítica exposta na letra, mas fica claro que a apropriação que o jornalismo fez da poesia comprova a dinamicidade da linguagem, seu aspecto rizomático na composição dos sentidos. Essa ‘dobra’ que o jornalismo literário produz na linguagem reforça o caráter indissociável que a poesia e prosa possuem também no reportar da notícia.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise feita nesta pesquisa, na qual nos dispusemos a buscar respostas sobre o entrelaçamento da prosa com a poesia no fazer jornalístico, mostrou-nos que o uso da literatura no jornalismo não apenas acentua a força do noticiar, mas, sobretudo, amplia o leque de percepções e interpretações acionadas pela palavra poética, de forma rizomática, de acordo com o que afirmam Deleuze e Guattari (1995, p. 32): “O rizoma também é feito como linha de fuga ou de desterritorialização como dimensão máxima segundo a qual, em seguindo-a, a multiplicidade se metamorfoseia, mudando de natureza”.

Essa ‘dobra’ permite ao leitor o aprofundamento multidirecional no ambiente ecossistêmico linguístico no qual está inserido. Como a Análise do Discurso Ecológica mantém, em seu arcabouço teórico, o processo de produção dos discursos como uma de suas preferências, utilizamos a endoecologia da língua para chegarmos aos resultados ligados a tal aspecto na estruturação interna. A elaboração livre do dizer jornalístico em sua diversidade comunicativa nos levou a perceber que os gêneros discursivos também são renovados em sua prática, visto que as categorias jornalísticas avançam à abertura de possibilidades que podem e devem ser consideradas no fazer da notícia.

De igual modo relevante, os processos de interações comunicativas que culminam na produção dos discursos é e se fez, neste trabalho, alvo importante de análise. Por essa razão, a exoecologia, os sistemas externos de produção do texto, as influências situacionais – sociais, políticas, culturais, ambientais - que atuaram sobre a elaboração das capas jornalísticas nortearam os resultados encontrados a respeito da visão crítica não apenas dos autores/editores dos jornais, mas também dos leitores destes, visto considerarmos a perspectiva do público-alvo dessas produções.

Isso diz respeito ao campo da multimetodologia que citamos anteriormente, de modo que, atentando ao que afirmam Günther, Elali e Pinheiro (2004, p. 7): “É recomendável que os instrumentos empregados forneçam informações sobre aspectos complementares do fenômeno de produção dos discursos”. Assim, a ênfase dada sobre as categorias – endo e exoecológica - não se ocorreu, nesta pesquisa, de modo aleatório, visto que os dois mecanismos de análise se complementam, trazendo essa visão ampla da produção do discurso jornalístico.

Assim, acreditamos que considerar os movimentos internos (endoecológicos) e externos (exoecológicos) da língua se faz essencial na construção do dialogismo a que o novo jornalismo se propõe. Também, nesse aspecto, há uma consistente relação

com a dobra deleuziana que, segundo Almeida (2011, p. 65), altera, modifica a dimensão de como se vê, representando a “passagem do espaço efetivo para o afetivo”.

Por conseguinte, foi possível, com esse movimento interno e externo da análise de produção dos discursos, pensar o dinamismo da linguagem, o caráter semântico rizomático, em que as mensagens veiculadas nas capas dos jornais se fizeram. As composições multidirecionais e multilaterais são, portanto, aspectos que interessam à linguística ecossistêmica, por abordar a não hierarquia dos sentidos, das formas de conhecimentos e das subjetividades constitutivas dos discursos.

## REFERÊNCIAS

- Almeida LP. Dobras deleuzianas: desdobramentos de Lina Bo Bardi [dissertação]. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura; 2011.
- Alves VLS. Sob a tridimensionalidade da análise do discurso crítica: a leitura de mundo com base nos gêneros jornalísticos. III Encontro Nacional e II Encontro Internacional de Literatura e Linguística. Anais. 2015;III:2569-2579.
- Amodeo MT, Wannmacher V. Linguística e teoria da literatura: uma interface possível. Letras de Hoje. 2010;45(3):18-25.
- Andrade CD. Nova reunião. Rio de Janeiro: J. Olympio; 1985.
- Anjos A. Eu e outras poesias. São Paulo: Martins Fontes; 1994.
- Aprofundando o olhar sobre o enfrentamento à violência contra as mulheres: pesquisa OMV - DataSenado. Brasília: Senado Federal, Observatório da Mulher Contra a Violência; 2018. [citado 15 fev. 2021]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/menu/pesquisas/aprofundando-o-olhar-sobre-o-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres>.
- Bakhtin M. Gêneros do discurso. In: Bakhtin M. Estética da criação verbal. Bezerra P, tradutor. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes; 2011[1953]. p. 261-306.
- Bakhtin M. Marxismo e filosofia da linguagem. Lahud M, Vieira YF, tradutores. São Paulo: Hucitec; 2003[1929].
- Bakhtin M. Os gêneros do discurso. In: Estética da criação verbal. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes; 2011[1953]. p. 279-326.
- Bakhtin M, Volochinov VN. Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo: Hucitec; 2004[1929].
- Beltrão L. Jornalismo opinativo. Porto Alegre: Sulina; 1980.
- Brasil. Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Alexandre de Moraes, organizador. 16ª ed. São Paulo: Atlas; 2000.
- Capas premiadas do Correio Braziliense. [citado 15 fev. 2021]. Disponível em: [https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2017/08/04/interna\\_diversao\\_arte.615201/mostra-na-bienal-reune-70-capas-premiadas-do-correio-braziliense.shtml](https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2017/08/04/interna_diversao_arte.615201/mostra-na-bienal-reune-70-capas-premiadas-do-correio-braziliense.shtml).
- Correio Braziliense. Caderno Opinião: 10-11. [citado 15 fev. 2021]. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br>.

- Couto HH. Análise do discurso ecológica: fundamentação teórico-metodológica. *Revista de Estudos da Linguagem*. 2015;23(2):485-509.
- Couto HH. *Ecolinguística: estudos das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Taurus; 2007.
- Couto HH. Estudos gramaticais à luz da linguística ecossistêmica. *Scripta*. 2016 1ºsem.;20(38):26-53.
- Couto HH. Linguística Ecossistêmica. ECO REBEL-Ecolinguística: *Revista Brasileira de Ecologia e Linguagem*. 2015;1(1):47-81. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/9967/8800>.
- Couto HH, Couto EKNN, Borges LAO. *Análise do Discurso Ecológica (ADE)*. Campinas: Pontes; 2015.
- Couto EKNN. Revisitando a Análise do Discurso Ecológica (ADE). *Via Litterae*. 2015 jan.-jun.;7(1):117-129.
- Couto EKNN, Couto HH. Ecolinguística, linguística ecossistêmica e análise do discurso ecológica (ADE). *Signótica*. 2016 jul.-dez.;28(2):381-404.
- Couto EKNN, Silva SS. Análise do Discurso Ecológica: ecolinguagem e ecocrítica. In: Couto HH, Couto EKNN, Borges LAO, organizadores. *Análise do Discurso Ecológica*. Campinas: Pontes; 2014. p. 43-52.
- Deleuze G, Guattari F. Introdução: Rizoma. In: Deleuze G, Guattari F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Neto AG, tradutor. Rio de Janeiro: Ed. 34; 1995. (Vol. 1). p. 11-37.
- Deleuze G, Guattari F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. 2ª ed. Oliveira AL, Neto AG, Costa CP, tradutores. São Paulo: Editora 34; 2011. (Vol. 1).
- Edições Folha. Disponível em: <https://www.capasdafolha.com.br/edicoes/folha-do-sao-francisco.htm>.
- Estado de Minas. Edições anteriores. *Jornal Estado de Minas*. Disponível em: <https://www.vercapas.com.br/edicoes/estado-de-minas.html>.
- Farias A. *História do Ceará: dos índios à geração cambéba*. Fortaleza: Tropical Editora; 1997.
- Ferraz AP. A lexicalização de sintagmas na linguagem da publicidade. In: Isquierdo AN, Barros LA, organizadores. *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Editora UFMS; 2010. (Vol. 5).
- Folha de S. Paulo. *Caderno Brasil*. [citado 15 fev. 2021] Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1706200504.htm>.
- Foucault M. *A arqueologia do saber*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 2007.
- Foucault M. Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise. In: Motta MB, organizador. Rio de Janeiro: Florense; 2000.
- Günther H, Elali GA, Pinheiro JQ. A abordagem multimétodos em estudos pessoa-ambiente: características, definições e implicações. Brasília: Laboratório de psicologia ambiental, UnB; 2004. (Série Textos de Psicologia Ambiental; Vol. 23).
- Haugen E. *The Ecology of Language*. In: DIL AS, editor. *The Ecology of Language: essays by Einar Haugen*. Stanford: Stanford University Press; 1972.

Maingueneau D. A propósito do ethos. In: Motta A, Salgado R, organizadores. Ethos discursivo. São Paulo: Contexto; 2004.

Marques JM. Jornalismo brasileiro. Porto Alegre: Sulina; 2003.

Os Sertões. In: Enciclopédia Itaú Cultural de arte e cultura brasileira. São Paulo: Itaú Cultural; 2021. [citado 17 fev. 2021]. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra25154/os-sertoos>.

Ramos R. Ecolinguística: um novo paradigma para a reflexão sobre o discurso? In: Oliveira F, Duarte IM, organizadores. Da língua e do discurso. Porto: Campo das Letras; 2004. p. 545-562.

Ringoot R, Utard JM. Le journalisme en invention: nouvelles pratiques, nouveaux acteurs. Rennes: Presses universitaires de Rennes; 2005.

Silva RN. A dobra deleuziana: políticas de subjetivação. Rio de Janeiro: UFF; 2004.

Sodré M. A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Ed. Vozes; 2009.

Volochinov VN. A construção da enunciação. In: Geraldi JW, organizador. A construção da enunciação e outros ensaios. Geraldi JW, tradutor. São Carlos: Pedro & João Editores; 2013a. p. 157-188.

Volochinov VN. Palavra na vida e palavra na poesia: introdução ao problema da poética sociológica. In: Geraldi JW, organizador. A construção da enunciação e outros ensaios. Geraldi JW, tradutor. São Carlos: Pedro & João Editores; 2013b. p. 71-100.

Volochinov VN, Bakhtin MM. Discurso na vida e discurso na arte: sobre a poética sociológica. Faraco CA, Tezza C, tradutores. [local desconhecido]:[editora desconhecida]; 1976[1926].

FLP 23(1)

## O processamento da repetição no gênero textual entrevista televisiva

### *Processing of repetition in the television interview textual genre*

José Nildo Barbosa de Melo Junior\*  
Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, Brasil  
Instituto Federal de Alagoas, Viçosa, AL, Brasil

Eduardo Pantaleão de Morais\*\*  
Universidade Estadual de Alagoas, São Miguel dos Campos, AL, Brasil

**Resumo:** Este artigo pretende analisar a maleabilidade funcional da repetição como uma atividade de formulação textual da entrevista televisiva. O embasamento teórico fixa-se na Linguística Textual e na Análise da Conversação, por meio de Hoffnagel (2003), Xavier (2006), Fávero et al. (2010), Koch (2010a, 2010b), Marcuschi (2015), Melo Junior (2017), além de outros autores. A metodologia é de linha qualitativo-interpretativa (Flick, 2009), estabelecendo, processual e indutivamente, pontos de intersecção entre a teoria e as marcas textual-interativas no gênero. A amostragem constitui-se por uma entrevista gravada e transcrita do Programa do Jô, exibido na data de 17/06/2016, e considerou o trecho a partir dos 12 minutos e 43 segundos até os 15 minutos e 43 segundos da entrevista. O estudo aponta que a repetição não constitui um mero recurso tautológico, mas uma prática de construção do texto falado, a qual possibilita a manutenção da interação verbal entre entrevistador e entrevistado (sujeitos L1 e L2), a partir dos vários tipos de repetição.

**Palavras-chave:** Entrevista televisiva. Conversação. Interação verbal. Repetição. Tipos de repetição.

**Abstract:** This article intends to analyze the functional malleability of repetition as an activity of textual formulation of the television interview. The analysis is based on Textual Linguistics and Conversation Analysis (Hoffnagel, 2003; Xavier, 2006; Fávero et al., 2010; Koch, 2010a, 2010b; Marcuschi, 2015; Melo Junior, 2017; in addition to other authors). The methodology follows a qualitative-interpretative line (Flick, 2009), establishing, procedurally and inductively, points of intersection between the theory and textual-interactive marks in the genre. The data sample consists of a recorded and transcribed interview from Programa do Jô, shown on 06/17/2016, and considered the excerpt from 12 minutes and 43 seconds to 15 minutes and 43 seconds of the interview. The study points out that repetition is not a mere tautological resource, but a practice of building the spoken text, which makes it possible to maintain the verbal interaction between interviewer and interviewee (subjects L1 and L2), based on the various types of repetition.

**Keywords:** Television interview. Conversation. Verbal interaction. Repetition. Types of repetition.

---

\* Doutor em Linguística, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, Brasil. Professor de Língua Portuguesa, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, Viçosa, AL, Brasil; nildo.barbosa@ifal.edu.br

\*\* Doutor em Letras e professor de Linguística e Língua Portuguesa, Departamento de Letras, Universidade Estadual de Alagoas, São Miguel dos Campos, AL, Brasil; epmoraisal@gmail.com

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo apresenta um breve estudo acerca da repetição enquanto processo de construção da textualidade do discurso jornalístico, especificamente no gênero midiático entrevista televisiva. Nesse sentido, cabe apontar que a repetição não pode ser vista como uma simples categoria do texto falado, mas como um dos processos de formulação textual mais presentes na oralidade, ao assumir funções diversas e características de um planejamento linguístico que leva em conta fatores de ordem interacional, textual, cognitiva ou sintática, contribuir para a organização discursiva e a monitoração da coerência textual, promover a continuidade semântica, a organização e a progressão tópica, favorecer a coesão e a geração de sequências mais compreensíveis entre os interactantes (Marcuschi, 2006, 2015), por meio dos vários recursos de coesão (Antunes, 2005, p. 51) presentes no texto, e auxiliar nas atividades interativas.

Inserido no âmbito das relações do contínuo tipológico de variações dos gêneros textuais, seja formal ou informal, seja planejado simultânea ou quase simultaneamente, o texto falado resulta de um trabalho colaborativo e organizado entre dois ou mais parceiros comunicativos que o constroem à medida que interagem (Preti, 1993) e constituem relações especiais de dominância ou igualdade, convivência ou conflito, familiaridade ou distância, num mesmo momento e num mesmo espaço, ou em momentos e em espaços distintos, a depender da situação e do contexto sociocomunicativo (Fávero; Aquino, 2002, p. 164).

Essas especificidades apresentam-se na entrevista oral televisiva, gênero em que a repetição foi analisada, com base no caráter persuasivo e interacional desse recurso na oralidade. Para tanto, o estudo compor-se-á de cinco seções que se amalgamam: a primeira traz algumas considerações sobre o contínuo tipológico dos gêneros textuais e as especificidades que regem o texto falado; a segunda aborda o gênero textual entrevista; a terceira detém-se sobre a repetição, conceito e maleabilidade funcional, por ser a categoria escolhida para fomentar a análise, bem como estabelece um diálogo com alguns aspectos teóricos textuais, conversacionais, interacionais e argumentativos, presentes na entrevista televisiva, representativos em sua caracterização ao longo do estudo.

Busca-se, portanto, responder aos seguintes questionamentos: a) Como a repetição se processa na entrevista televisiva? b) Como o processo interacional se constrói no referido gênero de texto a partir da repetição? Com o fito de explicar a maleabilidade funcional da repetição na entrevista televisiva, do ponto de vista teórico, fundamentou-se em estudiosos da Linguística Textual e da Análise da Conversação, por meio de Fávero e Aquino (1998, 2002), Fávero (2000), Koch (2010a, 2010b, 2011), Hoffnagel (2003), Marcuschi (2006, 2015), Xavier (2006), Fávero et al. (2010), Melo Junior (2017), além de outros autores.

No que concerne à *abordagem* metodológica de pesquisa, este trabalho é de linha qualitativo-interpretativa (Flick, 2009) e estabelece, de maneira processual e indutiva, pontos de intersecção entre a teoria e as marcas textual-interativas no gênero. A amostragem constitui-se por uma entrevista oral televisiva, realizada no programa de uma emissora de telejornalismo de alcance nacional, o Programa do Jô, exibido em 17/06/2016, e considerou o trecho a partir dos 12 minutos e 43 segundos até os 15 minutos e 43 segundos da entrevista. O corpus foi coletado pelo pesquisador, por intermédio de download, gravado num dispositivo USB e, posteriormente, transcrito.

No que tange à classificação metodológica deste estudo, sob a ótica dos *procedimentos*, este artigo circula pela análise da conversação, escrita de tal maneira (com letra minúscula), por ser abordada, neste momento, como procedimento científico de pesquisa. A análise da conversação centra-se na análise interpretativa e formal de textos produzidos em situações cotidianas e oportuniza que se analisem conversações naturais, gravadas em áudio e/ou vídeo, a partir de pontuações teórico-metodológicas inerentes a essa modalidade de pesquisa (Flick, 2009; Cardano, 2017).

A análise da conversação pressupõe que a interação social ocorre de forma ordenada, observa na conversação o que é relevante para a interpretação da interação social e admite que o contexto interacional não somente influencia as relações entre os sujeitos participantes, mas também se produz e se transforma no desenvolvimento das sequências de perguntas e respostas. Inicialmente, a pesquisa em análise da conversação limitava-se a investigar conversações cotidianas telefônicas ou face a face, sem que houvesse uma distribuição de papéis específicos; na atualidade, ela se ocupa de interações simétricas e assimétricas na mídia de massa e de conversações em contextos institucionais específicos (Flick, 2009, p. 299).

Para responder às questões levantadas, este trabalho alicerça-se, ainda, em Cestero Mancera (1994, p. 81-84), em virtude dos seguintes princípios metodológicos que contribuem para investigar a entrevista como uma atividade fundamentalmente linguística, de interação social, com estrutura e unidades próprias e independentes: 1) coleta de dados, por meio da gravação da conversação ocorrida de forma natural e num programa de entrevista televisiva; 2) transcrição minuciosa do corpus, etapa final do processo de composição do corpus textual, cuja amostragem se submeteu à análise; 3) descrição detalhada da conversação, a partir dos dados transcritos, de modo a possibilitar a consumação da análise da repetição nos turnos de fala, bem como conhecer e entender a conversação como uma atividade linguístico-social; e 4) apresentação dos resultados.

Para a transcrição da entrevista televisiva, utilizaram-se os critérios que seguem as indicações de Marcuschi (2003 [1986], p. 10-13) e Preti (2006, p. 12-13), com o máximo de rigor e clareza, sem sobrecarga de símbolos complicados, e a razoabilidade disso está no fato de ser imprescindível que o analista da conversação saiba quais os seus objetivos, não deixe de assinalar o que convém e torne possível a inteligibilidade do corpus por leitores e outros pesquisadores que possam utilizá-lo.

A coleta da gravação em áudio e vídeo, a transcrição minuciosa da entrevista, a análise dos momentos interativos (exemplos), bem como a apresentação dos resultados (Cestero Mancera, 1994, p. 81-84) constituíram passos importantes na interpretação das funções várias da repetição no gênero midiático em foco.

A relevância deste estudo está em reconhecer que a repetição é um recurso linguístico que permeia a entrevista televisiva e atribui a esse gênero um efeito reforçador e mantenedor da interação verbal, em virtude daquilo que os interactantes dizem ao longo do evento de fala. Além disso, vale reconhecer a presença da repetição na entrevista oral no Programa do Jô Soares como elemento que dispõe de funções argumentativas, garantindo a persuasão dos telespectadores, por ambos os

FLP 23(1)

interactantes<sup>1</sup> (o entrevistador e, sobretudo, o entrevistado) se utilizarem de meios racionais e afetivos para persuadir o auditório social.

## 2 O *CONTINUUM* TIPOLÓGICO DOS GÊNEROS TEXTUAIS E AS ESPECIFICIDADES QUE REGEM O TEXTO FALADO

Possivelmente, quando se atribui à fala o lugar do caos, de tudo aquilo que não se insere dentro dos parâmetros da formalidade, deixa-se de considerar a dinamicidade que a relação língua-linguagem traz em seus múltiplos olhares e perspectivas. Enquadram-se, aqui, por exemplo, as várias concepções de gramática que sustentam diversos modelos teóricos e que provam esse movimento circular e flexível da linguagem.

Assim, mais relevante do que tratar de supremacia da escrita sobre a fala é tratar das inúmeras relações que se podem estabelecer entre as duas modalidades, observando, inclusive, os pontos de convergência entre os gêneros falados e escritos no *continuum* tipológico de variações dos gêneros textuais. Dito isso, aquela velha e cansativa história de que repetir uma palavra ou um item lexical só é permitido até três vezes no máximo torna-se perigosa, escorregadia e até reducionista, por não se justificar pela maleabilidade funcional da repetição, em suas inúmeras possibilidades de uso e numa multiplicidade de contextos.

Por muito tempo, observou-se a relação fala-escrita, numa visão de dicotomia estrita, em que a segunda prevalecia sobre a primeira, entretanto a perspectiva funcionalista de linha sociointeracionista dos estudos linguísticos aparece para romper com esse conceito e mostrar que fala e escrita pertencem ao mesmo sistema linguístico e cada uma dessas formas de produção textual-discursiva possui suas especificidades (Marcuschi, 2005, p. 32-37).

Nesse sentido, a fala não é uma forma caótica de manifestação da linguagem, uma atividade desarticulada, desorganizada, que impossibilita o estudo de unidades linguísticas situadas no âmbito da oralidade enquanto prática social. Nesse tocante, a perspectiva sociointeracionista da relação fala-escrita reitera a relevância de ambas as modalidades linguísticas, contrariamente à perspectiva das dicotomias estritas, que se configura de modo polarizado e separatista, por considerar a heterogeneidade da fala como responsável para que a oralidade seja tomada como o lugar do caos (Marcuschi, 2005, p. 33).

A repetição enquanto uma categoria que se apresenta em gêneros orais e escritos aparece para desconstruir essa visão cristalizada e evidenciar que os eventos comunicativos possuem características que se assemelham e se completam a partir do *continuum* tipológico, pois o que existe é um conjunto de traços que os configura como textos falados ou escritos em maior ou menor grau, dentro de um *continuum* de variações. Fala e escrita são duas modalidades do mesmo sistema linguístico, ambas favorecem a interação verbal, cada uma com suas especificidades, embora mantenham relações nos vários contextos de uso.

---

<sup>1</sup> Ainda que o programa tenha sido divulgado na mídia sem restrições de acesso, os participantes serão identificados como L1 (entrevistador) e L2 (entrevistado).

O *contínuo dos gêneros* textuais distingue e correlaciona os textos de cada modalidade (fala e escrita) quanto às estratégias de formulação que determinam o *contínuo das características* que produzem as variações das estruturas textuais-discursivas, seleções lexicais, estilo, grau de formalidade etc., que se dão num *contínuo de variações*, surgindo daí semelhanças e diferenças ao longo de *contínuos sobrepostos* (Marcuschi, 2005, p. 42, grifos do autor).

Enquanto atividades sociointeracionistas, a língua falada e a língua escrita organizam as relações sociais (entre interactantes) no âmbito das práticas comunicativas e são versáteis. Sua versatilidade/flexibilidade, observada na materialização dos gêneros escritos e orais, não permite apresentar a fala e a escrita de forma dicotômica nos estudos da linguagem, pois são duas modalidades que estão imbricadas. Além disso, a distribuição dos gêneros textuais no *continuum tipológico* das práticas de formulação textual, por meio da relação fala-escrita, possibilita que esse *continuum* dos gêneros textuais estabeleça os pontos de convergência e divergência entre os textos – o que pode implicar um hibridismo textual –, em virtude das propriedades que os compõem. Segundo Antunes (2003, p. 101):

Como se sabe, as modalidades oral e escrita da língua guardam similaridades e apresentam diferenças. O confronto entre uma e outra – desde que se considerem os mesmos níveis de registro (fala formal e escrita formal, por exemplo) – pode ser bastante produtivo para a compreensão daquelas similaridades e diferenças e para o entendimento das mútuas influências de uma sobre a outra.

As categorias textuais e conversacionais que compõem o texto falado provam que a conversação, na verdade, organiza-se com base em variáveis, o que implica dizer que a conversação não se configura como um texto caótico, tampouco desarticulado sintática e semanticamente. São os elementos verbais (marcadores conversacionais, operadores modais, repetição de construções sintáticas, de itens lexicais, construções oracionais e suboracionais etc.), não verbais (gestos e olhares) e paraverbais (entonação), utilizados pelos interactantes, que organizam a conversação, constroem a interação e fazem os sentidos progredirem a partir de ideias (Melo Junior, 2017, p. 41-42).

FLP 23(1)

### 3 O GÊNERO TEXTUAL ENTREVISTA TELEVISIVA

A entrevista jornalística é um gênero midiático, do tele e radiojornalismo – tem, portanto, sua legitimação em diversas mídias –, cuja materialização ocorre primordialmente na forma oral e, para muitos autores, constitui uma prática linguística de caráter altamente padronizado, assim como implica expectativas normativas que estabelecem a conversação e a interação entre interactantes (entrevistador e entrevistado). Essa conversa controlada é marcada por perguntas e respostas, havendo, ainda, outros pares conversacionais ou adjacentes.

O caráter expositivo da entrevista oral, segundo Costa (2009, p. 103), permite a obtenção de esclarecimentos, avaliações, opiniões, coleta de declarações e informações para divulgação através dos meios de comunicação. Esse todo enunciativo possibilita que informações e fatos sejam debatidos e levados ao conhecimento do público-espectador, que tem um interesse particular ou coletivo e social. Conforme Hoffnagel (2003, p. 183), “tanto as perguntas como as respostas são

formuladas com uma audiência específica em mente”, ainda que esse público específico não participe direta e efetivamente da entrevista.

Fávero et al. (2010) discorrem acerca da interação em diferentes contextos, trazem pontuações teóricas relacionadas aos estudos de interações na mídia televisiva e concebem a interação como “[...] ação que interfere nas relações entre os interlocutores quando estas ocorrem em cena” (Fávero et al., 2010, p. 127). Os autores definem a entrevista televisiva ainda enquanto um evento particular de interação social, uma prática social complexa que combina dois *frames* interativos distintos – a entrevista e a mídia –, nos quais os esquemas de participação e os objetivos dos participantes são sempre específicos e pontuais, o que colabora para inserir a entrevista televisiva num quadro tipológico, já que, na entrevista veiculada pela mídia, o entrevistador e o convidado interagem, assim como há o interesse em fazer o entrevistado falar, baseado em direcionamentos específicos quanto ao tópico proposto.

Ao estabelecer a diferença desse evento de fala em relação a outros eventos, Fávero (2000, p. 82-83) menciona três momentos na entrevista: o tempo de preparação, o da entrevista propriamente dita e o da edição. O planejamento e a produção, na entrevista, são simultâneos ou quase simultâneos, o que contribui para caracterizar a entrevista jornalística como estruturada ou semiestruturada, visto que o planejamento existe da parte do entrevistador e pode existir também da parte do entrevistado. No que se refere à edição, a entrevista mantém-se oral, seja no rádio, seja na televisão, ou passa à escrita, quer em jornais, quer em revistas.

No tocante ao planejamento, apesar de ambos os interactantes construírem o diálogo, de maneira colaborativa, um entrevistado que não domine técnicas de entrevistas e desconheça estratégias comunicativas utilizadas pelo entrevistador ocupará uma posição desfavorável no diálogo, já que os jornalistas detêm conhecimentos acerca dos mecanismos estruturais e éticos<sup>2</sup> (Melo Junior, 2017, p. 117-119) que subjazem as entrevistas. Conforme aponta Melo Junior (2017, p. 50-53), tal posição de desvantagem suscita relações de poder no discurso, em virtude dos fatores contextuais (as relações sociais entre classes e grupos, os modos como se articulam instituições na formação social, posição social, status social, formação profissional e papel social do entrevistador e do entrevistado) e dos elementos linguístico-discursivos, os quais fomentam as dissimetrias e simetrias de poder. Na entrevista analisada, L2 (entrevistado) é um ator renomado e respeitado, por sua trajetória no teatro e na televisão, detém posição social, status social, formação profissional e papel

---

<sup>2</sup> Os mecanismos estruturais dizem respeito a um conjunto de ações que organizam e estruturam qualquer entrevista, a exemplo de fazer perguntas abertas; não fazer perguntas que já contenham a resposta; escolher e organizar os eixos temáticos; conhecer estratégias linguístico-discursivas e comunicativas que induzam o entrevistado a fornecer as informações requeridas; fazer perguntas simples, objetivas, claras e concisas; evitar usar um lugar-comum como pergunta, a fim de obter respostas inteligentes, originais e sensacionais; entre outros. Os mecanismos éticos estão relacionados ao comportamento e às atitudes do entrevistador, tais como: não roubar a ideia de ninguém – caso o entrevistador utilize referências e fontes que não são de sua autoria, recomenda-se citá-las; não inventar algo ou alguém, mesmo que o entrevistador esqueça alguma pergunta, não entenda suas anotações rápidas ou perca informações apuradas; perguntar por último – o entrevistador precisa perguntar ao entrevistado se pode encerrar a entrevista, pois ambos devem estar de acordo com o fim; pesquisar sobre o entrevistado; verificar a forma de tratamento para dirigir-se ao entrevistado; quebrar o gelo, ser cordial, simpático, flexível e interativo; saber ouvir atentamente o entrevistado; conquistar a confiança do entrevistado; buscar a melhor maneira (polidez na linguagem) de fazer perguntas difíceis sem ofender o entrevistado; além de outros.

social de grande notabilidade e prestígio, o que, certamente, assegura a presença de turnos nucleares, de valor referencial significativo, os quais se estendem ao longo de toda a interação.

A relevância das perguntas na organização do texto de entrevistas é ressaltada por Fávero e Aquino (1998, p. 123), as quais atribuem às perguntas um papel privilegiado na organização textual, por estas contribuírem para a coerência conversacional e para o desenvolvimento da atividade interacional. É a partir de estratégias utilizadas na conversação que as perguntas comportam finalidades específicas e efeitos cumulativos, a depender do objetivo discursivo do entrevistador na interação, e permitem que o evento e contexto discursivos sejam criados, recriados e/ou ressignificados.

Com vistas a quebrar isolamentos grupais, individuais e sociais, servir à pluralização de vozes e distribuir democraticamente a informação, a entrevista é uma técnica de interação social, na qual os participantes do evento de fala buscam interagir, modificar-se, revelar-se, crescer no conhecimento do mundo e de si próprios. Nela, é necessário recolher fatos, informar o público-espectador e motivar tanto esse público quanto o entrevistado que vai falar (Medina, 1986, p. 8); com o fito de atingir tal propósito, há o uso de recursos linguísticos, a exemplo da repetição, os quais criam um entrosamento entre entrevistador e público, entrevistado e público ou entre entrevistador-entrevistado-público (Fávero et al., 2010, p. 132).

Segundo Ferraretto (2014, p. 179-184), a entrevista constitui-se por abertura, fase de perguntas e respostas e encerramento. Essa estrutura canônica global ou unidade composicional do gênero mantém-se em todos os tipos de entrevista, embora variem o tema, a duração e o ritmo (condução) de cada etapa. Na abertura, apresentam-se o entrevistador e o entrevistado (figuras públicas, especialistas, autoridades, pessoas atuantes num dado movimento etc.); situa-se o local do evento de fala e o tópico (assunto). Na fase de perguntas e respostas, tem-se a etapa principal (núcleo) da entrevista, em que o diálogo se firma, e o evento de fala desenvolve-se alternadamente pelos parceiros da comunicação. Por fim, no encerramento, o entrevistador cumprimenta/agradece ao entrevistado e ao público, podendo recapitular concisamente o(s) assunto(s) que conduziu(ram) o diálogo (a entrevista).

No âmbito dos estudos jornalísticos e linguísticos, há um panorama de classificações de entrevistas, o qual toma por base o conteúdo, os objetivos, a estrutura e as circunstâncias de realização da entrevista, e esse panorama classificatório permite enquadrar a entrevista televisiva em alguns tipos. Há de se considerar, também, nesse quadro tipológico, o tipo de programa e o perfil da audiência, em função das diversas interações que constituem a entrevista televisiva, uma vez que, para configurar um tipo de programa – o Programa do Jô configura um *talk show* – e despertar o interesse dos telespectadores, levam-se em conta o convite a ser feito, o tópico a ser tratado e o que a audiência espera – estrategicamente, convidam-se pessoas (políticos, artistas de campos vários ou profissionais de quaisquer especialidades) extremamente aceitas pela sociedade, cuja vida artística e/ou profissional capte a atenção dos telespectadores (Fávero et al., 2010, p. 132).

A entrevista televisiva em foco, do Programa do Jô, é do tipo *entrevista pingue-pongue* – realizada por intermédio da troca direta de turnos entre os interactantes (entrevistador e entrevistado); assim, fazem-se perguntas simples ou complexas (Baltar, 2012, p. 100) – e, conforme Prado (1989, 59), do tipo *direta* (ao vivo), executada e

transmitida instantaneamente ao público-espectador, o que ratifica a importância de haver uma preparação anterior à transmissão e cuidado com o controle do ritmo interno, do tempo e das frequências expressivas.

Lage (2009, p. 74-77) apresenta uma tipologia das entrevistas, fundamentada nos objetivos e nas circunstâncias. Do ponto de vista dos objetivos, a entrevista televisiva em análise pode ser caracterizada como *entrevista ritual* – que tende a ser breve e centra-se, primeiramente, em expor a figura do entrevistado, suas características e, posteriormente, nas informações fornecidas por ele – e *entrevista em profundidade* – que se centra na figura do entrevistado, na apresentação de mundo construída por ele, aborda atividades desenvolvidas pelo entrevistado, sua maneira de ser e aspectos de sua vida.

No que diz respeito às circunstâncias de realização, a entrevista televisiva é do tipo *dialogal*, considerada a entrevista por excelência, é marcada com antecedência e reúne entrevistador e entrevistado num ambiente controlado, onde os interactantes sentam-se, sem grandes aparatos que estabeleçam uma hierarquia entre ambos. O tom da conversa constrói-se colaborativamente, com a evolução de questões propostas pelo entrevistador, permite aprofundar e detalhar os pontos abordados e, assim, não se limita na abordagem do assunto.

É possível inseri-la, ainda, no quadro das *entrevistas em presença ou face a face* (Lage, 2009, p. 78), no ambiente televisivo, por meio do encontro entre entrevistador e entrevistado, da aferição de resposta rápida, visual e auditiva, bem como da proximidade física

Com suporte em Chantler e Harris (1998) e em Mateu (1998), a entrevista televisiva qualifica-se como *entrevista de caráter*, esta focaliza a personalidade do entrevistado e pretende descobrir aspectos desconhecidos ou pouco conhecidos deste, de sua vida, sua profissão ou determinada atividade por ele exercida. É mediante as informações obtidas nas respostas que se conhece sua personalidade. Para tanto, é necessário criar um clima comunicativo, agradável, que minimize ou elimine a timidez do entrevistado e permita que ele seja expressivo, espontâneo e fluido em suas palavras. Além disso, para realizar esse tipo de entrevista, convém conhecer previamente a personalidade do entrevistado e proceder a uma conversa antes de a entrevista entrar no ar, falando diretamente com o entrevistado, a fim de conhecer seu ritmo de fala, agilizar a entrevista e observar os ciclos expressivos de sua conversação.

Ao iniciar a ‘entrevista de caráter’, o entrevistador faz uma apresentação breve do entrevistado e destaca os aspectos mais atrativos do evento de fala para o ouvinte. Durante o momento interativo, a sugestão é que se repita, por diversas vezes, o nome do entrevistado, a fim de situar o espectador que não acompanhou a entrevista desde o início. A *entrevista de caráter* dá voz a pessoas importantes da sociedade, da política, das artes, da mídia etc., e os esquemas linguístico e narrativo das perguntas não apresentam tanta rigidez.

#### 4 A REPETIÇÃO

As atividades de formulação/reformulação textual, por serem constituídas de funções retóricas, argumentativas ou didáticas, facilitam e asseguram/promovem a compreensão, enfatizam ou intensificam ideias e persuadem os interactantes do

FLP 23(1)

discurso (Koch, 2010b, p. 114-118). Nesse contexto, aparecem o paralelismo, o parafraseamento, a repetição, a correção, entre outros processos de construção do texto falado e do escrito.

A repetição<sup>3</sup> é uma atividade de formulação textual que, entre outras finalidades, estrutura/organiza o discurso e permite que os interactantes reiterem segmentos textuais previamente mencionados, seja uma palavra, uma sequência de palavras, seja um segmento inteiro. Esse recurso de coesão textual ou de reiteração do texto é fundamental para a manutenção das relações interpessoais, continuidade semântica e progressão textual, em contextos e interações mais ou menos formais e informais.

Enquanto estratégia de formulação textual, a repetição ocorre distintamente no texto falado e no escrito, pois, neste, há a possibilidade de apagamentos sucessivos de segmentos textuais recorrentes, de modo que o interactante pode revisar e editorar a escrita; naquele, a repetição é inerente ao mecanismo de construção, já que a fala é localmente planejada e as ideias materializam-se ao longo do evento de fala, em que os interactantes colaboram com a continuidade do tópico e do sentido, com a negociação e a argumentação, motivados por fatores de ordem interacional, cognitiva, textual e sintática.

Com fundamento numa perspectiva textual-interativa, Marcuschi (2006, 2015) admite que a repetição não é um simples ato tautológico, automático, mecânico ou aleatório, segundo fora dito, mas é uma estratégia de composição do texto e de condução do tópico. Repetir segmentos linguístico-textuais não é manifestar o mesmo conteúdo; consiste em produzir segmentos textuais idênticos ou semelhantes – em níveis fonológicos, morfológicos, sintáticos, lexicais, semânticos ou pragmáticos –, duas ou mais vezes no âmbito de um mesmo evento de fala. Esses segmentos podem ser itens lexicais, construções suboracionais, construções oracionais, elementos fonológicos e morfológicos.

(1) L1 [...] fala pra mim... você tá dirigindo?

L2 *tô dirigindo* é primeira vez...

L1 qual é a *peça*?

L2 ((incompreensível)) *eu* queria dirigir uma *peça* que *eu* até tava lendo uma coleção da Abreu que tem o rinoceronte... fui ler o rinoceronte e dei de cara com você lá né?... fazendo a *peça*... um elenco assim... genial [...]

O exemplo (1) tem por tópico discursivo (assunto tratado ao longo da entrevista) a estreia do ofício de diretor de teatro na peça *As cadeiras*, exercido pelo entrevistado L2, também ator de renome e reconhecimento da Rede Globo. O entrevistador utiliza a construção suboracional ‘tá dirigindo’ para introduzir o tópico discursivo a ser tratado, bem como lança uma pergunta fechada a L2 para construir a discussão, de modo colaborativo, e manter o fluxo conversacional. Em seguida, L2 não apenas responde à pergunta de L1, por meio da repetição da construção

<sup>3</sup> Em sentido lato, a repetição é um procedimento coesivo por meio do qual “[...] recorreremos à estratégia de voltar a um segmento anterior do texto, mantendo algum elemento da forma ou do conteúdo” (Antunes, 2005, p. 60). Em sentido específico, constitui um recurso de repetição também chamado de repetição propriamente dita ou repetição literal.

suboracional ‘tô dirigindo’, mas ainda acrescenta à resposta uma informação nova e relevante, de que dirige uma peça de teatro pela primeira vez.

Além disso, L2 repete o item lexical ‘peça’ como um ato de resposta a L1, a fim de demonstrar atenção ao que foi perguntado por L1 e marcar sobre qual tópico circula o diálogo. É possível observar, no exemplo 1, que L2 repete, ainda, o item lexical ‘eu’ para marcar o seu lugar social enquanto diretor de teatro e situar os telespectadores acerca da peça teatral dirigida por L2.

Essas estratégias verbais do comunicador, além da função de formulação com enquadramento, a qual reforça uma tese proposta, seja com um sintagma, seja com uma construção suboracional, desempenham a de formulação com expansão e retomam elementos da interação verbal, com o acréscimo de uma informação nova e a continuidade do fluxo verbal (Xavier, 2006, p. 96).

Enquanto forma de organização textual-interativa, em que os interactantes constroem colaborativamente o evento de fala, processam e trocam informações, esse mecanismo reiterativo-coesivo permite que entrevistador e entrevistado interajam e atinjam seus propósitos comunicativos, ao utilizar sequências conversacionais, por ocasião de formas de cumprimento, de agradecimento, de despedida e de elementos de cortesia verbal, dentre outras formas. Conforme Marcuschi, a repetição

Contribui para a organização discursiva e a monitoração da coerência textual; favorece a coesão e a geração de sequências mais compreensíveis; dá continuidade à organização tópica e auxilia nas atividades interativas. Disso tudo resulta uma textualidade menos densa e maior envolvimento interpessoal, o que torna a repetição essencial nos processos de textualização na língua falada. (Marcuschi, 2006, p. 219).

FLP 23(1)

Em um dado texto, a repetição não é aleatória. Esse recurso coesivo possibilita a articulação, a conexão e os efeitos semânticos entre os segmentos do texto, marca a intencionalidade dos interactantes em textos de domínios discursivos político, jornalístico, didático/escolar e publicitário – por meio de estratégias retóricas, didáticas intensificadoras ou argumentativas –, intensifica, enfatiza, (re)itera itens lexicais, promove a continuação e progressão textual, permite verificar a importância da repetição na aquisição da linguagem, na socialização linguística e no ensino de línguas.

(2) L1 qual é a peça?

L2 como tá todo mundo...eu queria dirigir uma peça que eu até tava lendo uma coleção da Abril que tem o rinoceronte (ruído) fui ler o rinoceronte e dei de cara com você lá né?... fazendo a peça... um *elenco* assim... *genial*

L1 é eu fiz ... *deslumbrante*... *deslumbrante*.

A repetição dos segmentos no exemplo (2) tem função de interação com ratificação do papel do entrevistado, assegura ao entrevistador o envolvimento no diálogo, indica atenção à conversação e permite a confirmação da posição do entrevistado. Isso pode ser observado no momento final do turno de L1, quando repete o item lexical ‘deslumbrante’ e confirma a informação dada pelo entrevistado na resposta, isto é, de que o elenco que compôs a peça era genial.

Conforme Santos (2004, p. 55-56), a repetição pode ocorrer nos níveis oracional, lexical, locucional, periodológico, bem como em outros níveis, de modo que os interactantes repetem durante a conversação para transferir o turno ou manter-se

neste ou para revelar que compreenderam e concordaram com as ideias, o que pode ser verificado a seguir:

- (3) L2 *ai eu peguei... me entusiasmei e disse... eu quero fazer fazer ... (ruído) as cadeiras... porque é um exercício eu não tenho a pretensão de falar ah porque eu vou dirigir vou arrasar não... vou pegar dois bons atores a Tácia Camargo e o e o Botelho*
- L2 *eu tenho um espaço grande em casa... uma sala bem grande... um apartamento que tem um espaço bom e então dá pra ensaiar... trabalhar com eles ali...é gostoso... ai eu vejo o outro lado da...do autor como é difícil né e como é bom você trabalhar a palavra... as pausas*
- L2 *eu queria que eles... que eles entrassem e falassem com o público... ai eu falei com uma amiga minha... ela disse Ney... ele coloca na verdade os dois personagens presos nessa ilha... ele não quer essa que quebre a quarta parede... se os personagens saem das cadeiras*

Observa-se que L2 utiliza a estratégia de manutenção do turno, reforça a ideia de que ele comanda as ações, já que dirige a peça, e passa a repetir o item lexical ‘eu’ para denotar não somente as ações realizadas como diretor, mas também as suas impressões diante de tal função. Além disso, num nível oracional, faz uso do verbo ‘trabalhar’, com o intuito de caracterizar o ofício que exerce na ocasião e repete o item lexical ‘eles’, o que permite referenciar a ideia de que o trabalho se dá em conjunto, em colaboração com o elenco.

Assim, a repetição é caracterizada como um mecanismo reformulador, não apenas por apresentar diferenças sintáticas e lexicais, mas ainda oracionais, locucionais e periodológicas, no que diz respeito ao enunciado de origem (EO) e ao enunciado reformulador (ER), com vistas a facilitar ou resolver problemas de compreensão, enfatizar ou intensificar ideias, persuadir os interactantes e manter as unidades semântica e tópica/temática (Koch, 2011, p. 123) o que diferencia a repetição das demais atividades reformuladoras.

- (4) L2 *eu queria que eles... que eles entrassem e falassem com o público... ai eu falei com uma amiga minha... ela disse Ney... ele coloca na verdade os dois personagens presos nessa ilha... ele não quer essa que quebre a quarta parede... se os personagens saem das cadeiras*
- L1 *explique o que é a quarta parede que muita gente não sabe!*
- L2 *a quarta parede seria assim se vocês sentados aqui e aqui tem uma quarta parede né que a gente finge de tratar como que vocês não existissem mesmo e rompe essa quarta parede e eu sair daqui e fazer um número com a plateia... fazer pra vocês... diretamente fazer um espetáculo (ruído) fazer uma coisa afastada... tão afastada que a gente apresenta assim ... (ruído) é isso. E tem a pessoa que envolve eu acho o número de plateia muito difícil eu acho uma arte ... quem faz o número de plateia que tem a capacidade de chegar... parar um espetáculo... né descer falar com o público é capaz de fazer de tudo*

Neste exemplo (4), o movimento reformulador da repetição reside sobre a recorrência no uso do sintagma ‘quarta parede’, utilizada repetidamente por L2 (entrevistado), para explicar, a pedido de L1, que a quarta parede se trata de uma parede imaginária entre o palco e a plateia, por meio da qual os atores encenam o espetáculo sem se ater aos ruídos, trejeitos ou olhares do público. Assim, quando usa os itens

lexicais ‘plateia’ e ‘vocês’, além de esclarecer o uso de um jargão específico das artes cênicas, as informações presentes no seu discurso tendem a ser aceitas pelo espectador e a persuadi-lo por insistência da repetição, uma vez que explicita a definição de quarta parede, ao usar tais itens lexicais.

Em sentido amplo<sup>4</sup>, a sequenciação textual permite a reiteração de formas linguísticas, por intermédio da repetição do mesmo item lexical/termo (repetição propriamente dita), do tempo verbal, da estrutura sintática (paralelismo), dos conteúdos semânticos similares (paráfrase), elementos fonológicos, segmentais e prosódicos, com o objetivo de manter o fio discursivo e revelar o caráter expressivo, argumentativo, explicitador e multifuncional da repetição (Koch, 2010a; Koch; Elias, 2011).

No que concerne à recorrência de itens lexicais, ou seja, à repetição de palavras, ao atribuir valor significativo, generalizado, incontestável e funcional a esse recurso textual, Antunes (2005, p. 71) ressalta: “Sua ocorrência em textos é incontestável, isto é, os textos maiores, orais ou escritos, formais ou informais, normalmente, trazem palavras repetidas, sem que isso lhes afete a qualidade”. O ato de reiterar termos implica estabelecer ligações entre os segmentos textuais que sustentem a continuidade temática e semântica, exigida pela própria coerência, e que façam o texto progredir tematicamente durante a formulação de um determinado texto.

A repetição de uma palavra num texto falado ou escrito pode ser inevitável, pois atribuir sinônimos ou quase sinônimos (quaisquer termos equivalentes) nem sempre é possível, pelo fato de as possibilidades de substituição lexical serem restritas, dado que o contrário pode comprometer o sentido, a clareza e a fluência do texto. Outrossim, a recorrência de termos, isto é, a frequência com que se repete varia de acordo com uma série de fatores: o evento de fala ou o gênero textual, as intenções pretendidas, o tema abordado, a situação discursiva, além de outros aspectos que orientam a produção de sentidos em textos falados e escritos.

A fim de manifestar ideias, estabelecer laços afetivos, preservar as faces, promover a compreensão ou expandir sentidos, as repetições realizam-se de várias formas e possuem funções diversas. No que se refere aos aspectos funcionais, as repetições atuam em diversos âmbitos da formulação textual-interativa e operam em diversos planos: da coesividade, quando abrangem a coesão sequencial, os amálgamas sintáticos e o enquadramento sintático-discursivo; da compreensão, ao fortalecerem a intensificação e o esclarecimento de segmentos textuais, bem como as estratégias de transformação de rema em tema (rematização); da organização/continuidade tópica, ao propiciarem a amarração, introdução, reintrodução, delimitação, condução e manutenção do tópico; da argumentatividade, visto que possibilitam a reafirmação, o contraste e a contestação de argumentos; e da interatividade, por contribuírem com a expressão de opinião pessoal, o monitoramento de tomada de turno, a ratificação do papel de ouvinte e a incorporação de sugestões (Marcuschi, 2006, 2015).

(5) L2 achavam que o afastamento era...eu *tenho um pouco de sangue...de tenho tá nas minhas veias né corre nas veias.*

L2 minha mãe fazia... era vedete de de cassinos... descia as escadarias com plumas e meu pai era Cruner de cassino *então era tá no sangue...*

<sup>4</sup> Antunes (2005, p. 62) aborda os procedimentos de coesão textual, entre os quais insere a repetição que, por sua vez, desdobra-se em três recursos: paráfrase, paralelismo e repetição propriamente dita.

L1 *tá no sangue*

L2 *tá no sangue*

No exemplo (5), o movimento reformulador da repetição reside sobre a recorrência no uso das construções oracionais ‘tenho um pouco de sangue’ e ‘tenho tá nas minhas veias né corre nas veias’, utilizados repetidamente por L2 (entrevistado), a fim de evidenciar que a capacidade de romper a quarta parede era intrínseca a ele, visto que L2 foi criado numa família de artistas que dispunham da capacidade de parar um espetáculo e conversar com o público.

Quanto à funcionalidade, a repetição pode marcar a ênfase que o interactante pretende atribuir a um segmento textual, mesmo que a palavra se repita com outro significado; marcar o contraste/a oposição entre dois segmentos do enunciado, com a intenção de distingui-los; contribuir para que o interactante faça uma correção, explícita ou apenas sugerida, no texto; expressar uma ideia de quantificação; e, principalmente, marcar a continuidade temática do texto, ainda que existam outros recursos textuais de volta ao tema.

É importante observar a situação discursiva em que essa atividade de formulação textual ocorre, o efeito pretendido no contexto e, sobretudo, sua aplicabilidade que requer cuidados para que a qualidade e o estilo não sejam diminuídos por ocasião de repetições não funcionais ou inexpressivas textualmente. Desse modo, a repetição acontece em gêneros textuais (falados e escritos), flexível e distintamente, dependendo do propósito discursivo dos interactantes e das funções que esse mecanismo coesivo cumpre (Antunes, 2005, p. 47-49).

Para Marcuschi (2006) e Koch (2011), no tocante à produção, os interactantes repetem os segmentos discursivos por intermédio de autorrepetições – quando um interactante produz a repetição em seu turno, o que pode ser visto no exemplo (6):

(6) L2 [...] e tem a pessoa que envolve *eu acho o número de plateia muito difícil eu acho uma arte [...]*

e de heterorrepetições – quando um dos interactantes repete algum segmento textual da fala do outro, o que ocorre no exemplo (7):

(7) L2 ele não quer essa que quebre a *quarta parede...* se os personagens saem das cadeiras

L1 explique o que é a *quarta parede* que muita gente não sabe!

No que diz respeito à distribuição, há repetições adjacentes (contíguas ou próximas), conforme o exemplo (8), e distantes, segundo as quais os interactantes formulam questões retóricas, repetem seu último segmento discursivo, enfatizam uma palavra importante ou expandem segmentos iniciais. Além disso, as repetições podem ser intencionais, se existirem objetivos textuais e/ou interativos específicos, e não intencionais, caso não haja finalidade textual ou interativa definida; literais, ao se repetir integralmente o segmento discursivo, e não literais, quando se repete parcialmente; autorrealizadas – o interactante repete por iniciativa própria, segundo se verifica no exemplo (8):

(8) L2 eu lembro que toda vez que ela ia me assistir que eu achava uma crítica genial (ruído) ela quando ela dizia assim pra mim o *menos... menos... menos*

*menos* Ney... *menos*... por favor! *menos* MENOS não tá demais *menos*  
 MENOS *menos* na televisão *menos menos*

e heterocondicionadas – o interactante repete por influência/interferência do outro, de acordo com o exemplo (9):

- (9) L2 *eu adoro fazer os clássicos* viu pra mim é importante... me dá uma estrutura  
 L1 quantos *clássicos* você já fez?  
 L2 o Mandrágora *fi* Raia *fi* Otelu com Julio de Oliveira *fi* Romeu e Julieta  
 shakespeare *fi* o primeiro faz (ruído) aqui com a Renata Sorrah e do  
 Sergio Brito Bodas de Sangue com Antunes e *fi* uma literatura adaptada  
 dentro da televisão que é um milagre você ganhar receber ... que na  
 Globo que eu estou a quarenta e dois anos... trabalhar com um cara  
 craque Walter Avancini fazer a literatura adaptada pra televisão  
 Anarquista graças a Deus... Rabo de saia... Memórias de um gigolô...  
 Grande Sertão: Veredas

As alorrepetições ou heterorrepetições apresentam múltiplas funções. Dessa maneira, predominam em aberturas e fechamentos da conversação, podem exercer a função de sinais retroalimentadores ou de sinais de entrega de turno e facilitam a produção dos turnos dos interactantes, o que acontece no turno de L1, no exemplo (9), no momento durante o qual se remete ao ato de interpretar clássicos no teatro; ocorrem, ainda, quando os interactantes repetem, total ou parcialmente, o segmento textual do parceiro, para manter-se ou planejar melhor o turno. Além disso, se alguém apresentar dificuldades de seleção vocabular (palavras ou expressões), o interactante pode repetir a palavra sugerida pelo parceiro, incorporando-a ao seu discurso.

No que tange às sequências conversacionais, também chamadas pares adjacentes, sobretudo a díade pergunta-resposta, os interactantes estruturam/organizam seus turnos com base nos turnos anteriores, repetem ou utilizam estratégias de expansão ou reduplicação para demonstrar atenção, interesse, concordância ou deferência. Quando os turnos não se sucedem, a repetição serve como mecanismo de recriação de segmentos textuais, produzidos nesses turnos não sucessivos, ou de produção de humor.

As autorrepetições referem-se aos segmentos textuais produzidos pelo mesmo interactante, em função de exigências cognitivo-interacionais, seja para orientar o próprio interactante – ao fazerem-no garantir a posse do turno, ganhar tempo de planejamento ou simplificar e facilitar a tarefa de produção discursiva –, seja para orientar o outro, podendo, ainda, orientar ambos os interactantes, o que pode ser mais bem visualizado no exemplo a seguir, quando L2 salienta que o número de plateia é uma tarefa complexa e demanda uma capacidade extraordinária do ator para apiedar o auditório, conforme o exemplo (10):

- (10) L2 [...] e tem a pessoa que envolve *eu acho o número de plateia muito difícil* eu  
 acho uma arte ... quem faz o número de plateia que tem a capacidade de  
 chegar... parar um espetáculo... né descer falar com o público é capaz de  
 fazer de tudo [...]  
 L2 eu tenho um pouco de sangue ... eu tenho está nas minhas veias... minha  
 mãe éeee fazia... era vedete de cassino desses descia a escadaria com  
 plumas meu pai era cluner de cassino então tá no sangue tem a pessoa  
 que envolve... *eu acho o número de plateia muito difícil*.

*L1 é muito difícil [...].*

Quando orientadas para o próprio interactante, as repetições aparecem após um falso começo ou como mecanismos que preenchem as pausas num dado momento do turno e ocorrem como uma ponte que ultrapassa uma interrupção; quando orientadas para o outro interactante, as repetições objetivam segmentar o discurso para um melhor processamento, garantir a compreensão, substituir ou reparar a formulação inicial (Koch, 2011).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A repetição na entrevista oral mostrou ser um recurso muito importante tanto para a manutenção do tópico discursivo, de modo que facilitou o entendimento do assunto por evitar que houvesse ausência de um referente, quanto pela função de reforçador dos posicionamentos revelados pelos interactantes, sendo, portanto, um recurso útil do ponto de vista textual ou retórico-argumentativo, uma vez que esse recurso complementou ou sequenciou o que fora dito pelos interactantes. Tal relevância aponta as respostas atribuídas aos questionamentos iniciais que nortearam esta discussão, pois se verificou que a utilização da repetição na entrevista oral se dá de modo sistemático, por estabelecer uma lógica encadeadora de nível coesivo, semântico e cognitivo de manutenção do tópico discursivo.

Identificou-se, também, que a repetição possui um caráter persuasivo, demonstrando ser um reforçador daquilo que é defendido tanto pelo entrevistador L1, em suas abordagens, quanto pelo entrevistado L2, ao defender suas ideias, sempre que revela o conteúdo daquilo que lhe fora perguntado durante a entrevista, o que pôde ser observado na tipologia e na maleabilidade funcional dessa categoria elencada ao longo dos exemplos.

Como se verificou, a dinamicidade da repetição é justificada pelas diversas necessidades linguísticas com que se deparam os falantes ao produzirem seus discursos, a partir da retomada ou mesmo da manutenção do tópico discursivo. Dessa maneira, os discursos denotam clareza perante os espectadores, em função dos mecanismos textual-interativos de progressão tópica, notadamente da repetição e dos seus tipos, garantem ao entrevistador e ao entrevistado um maior engajamento nas interlocuções durante a entrevista televisiva, por meio do monitoramento atento dos turnos conversacionais, permitem que a interação se engendre e que o público-espectador compreenda o teor do diálogo.

À repetição são atribuídas inúmeras definições a depender do enfoque discursivo que se direcione a esse recurso da linguagem, seja aquele de contexto imediato, por seu caráter oral, seja em outros, por sua base escrita, por se enquadrarem em uma abordagem semântica, textual, persuasiva ou em outras, desde que se identifique a relevância desse recurso em quaisquer delas.

Ao tratar da repetição nas conversações, é imprescindível considerar o potencial reformulador ou mesmo reforçador desse mecanismo, sob o viés didático, retórico e/ou textual. Isso é possível, quando a repetição deixa de ser considerada um erro do ponto de vista linguístico, porque se encontram caracterizações que colaboram para o melhor entendimento do assunto exposto em um determinado evento discursivo.

**REFERÊNCIAS**

- Antunes I. Aula de português: encontro e interação. São Paulo: Parábola; 2003.
- Antunes I. Lutar com palavras: coesão e coerência. São Paulo: Parábola; 2005.
- Baltar M. Rádio escolar: uma experiência de letramento midiático. 1.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez; 2012.
- Cardano M. Manual de pesquisa qualitativa: a contribuição da teoria da argumentação. Conill ER, tradutora. Petrópolis, RJ: Vozes; 2017.
- Cestero Mancera AM. Intercambio de turnos de habla en la conversación en lengua española. *Revista Española de Lingüística*. 1994;24(1):77-99.
- Chantler P, Harris S. Radiojornalismo. São Paulo: Summus; 1998.
- Costa SR. Dicionário de gêneros textuais. 2.<sup>a</sup> ed. rev. ampl. Belo Horizonte: Autêntica; 2009.
- Fávero LL. A entrevista na fala e na escrita. In: Preti D, organizador. Fala e escrita em questão. São Paulo: Humanitas; 2000. p. 77-97.
- Fávero LL, Aquino ZGO. A dinâmica das interações verbais: o trílogo. In: Preti D, organizador. Interação na fala e na escrita. São Paulo: Humanitas; 2002. p. 159-178.
- Fávero LL, Aquino ZGO. As perguntas na organização das entrevistas. *Revista da Anpoll*. 1998;1(4):121-135.
- Fávero LL, et al. Interação em diferentes contextos. In: Bentes AC, Leite MQ, organizadoras. *Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil*. São Paulo: Cortez; 2010. p. 91-158.
- Ferraretto LA. Rádio: teoria e prática. São Paulo: Summus; 2014.
- Flick U. Introdução à pesquisa qualitativa. Costa, JE, tradutora. 3.<sup>a</sup> ed. Porto Alegre: Bookman; 2009.
- Hoffnagel JC. Entrevista: uma conversa controlada. In: Bezerra MA, Dionisio AP, Machado AR, organizadoras. *Gêneros Textuais e Ensino*. 2.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Lucerna; 2003. p. 180-193.
- Koch IGV. A coesão textual. 22.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Contexto; 2010a.
- Koch IGV. A interação pela linguagem. 10.<sup>a</sup> ed., 3.<sup>a</sup> reimpressão. São Paulo: Contexto; 2010b.
- Koch IGV. O texto e a construção dos sentidos. 10.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Contexto; 2011.
- Koch IGV, Elias VM. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3.<sup>a</sup> ed. 5.<sup>a</sup> reimpressão. São Paulo: Contexto; 2011.
- Lage N. A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 8.<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Record; 2009.
- Marcuschi LA. Análise da conversação. São Paulo: Ática; 2003[1986].
- Marcuschi LA. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. 6.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez; 2005.
- Marcuschi LA. Repetição. In: Jubran CCAS, Koch, Koch IGV, organizadoras. *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006. (Vol. 1). p. 219-254.

Marcuschi LA. Repetição. In: Jubran CCAS, organizadora. A construção do texto falado. São Paulo: Contexto; 2015. p. 207-240.

Mateu M. La entrevista en televisión. In: Balsebre A, Mateu M, Vidal D, organizadores. La entrevista en radio, televisión y prensa. Madrid: Cátedra; 1998. p. 149-244.

Medina CA. Entrevista: o diálogo possível. São Paulo: Ática; 1986.

Melo Junior JNB. As relações assimétricas na entrevista oral radiojornalística. Maceió: Edufal; 2017.

Prado E. Estrutura da informação radiofônica. 5.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Summus; 1989.

Preti D. Análise de textos orais. São Paulo: Humanitas; 1993.

Preti D. Estudos de língua falada: variações e confrontos. 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Humanitas; 2006.

Santos MFO. A interação em sala de aula. 2.<sup>a</sup> ed. Recife: Bagaço; 2004.

Xavier ACS. A linguagem do rádio. 1.<sup>a</sup> ed. Catanduva: Rêspel; 2006.

## Anexo – Critérios de transcrição

<i>Ocorrências</i>	<i>Sinais</i>
Incompreensão de palavras ou segmentos	( )
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)
Truncamento brusco: quando alguém é cortado pelo parceiro ou quando o falante corta uma unidade	/
Entoação enfática	MAIÚSCULA
Prolongamento de vogal e consoante	::podendo aumentar ara:::ou mais
Interrogação.	?
Qualquer pausa, como: ponto-e-vírgula, vírgula, ponto-final e dois pontos	...
Comentários descritivos do transcritor.	((minúscula))
Comentários que quebram a sequência temática da exposição; desvio temático	-- --
Sobreposição de vozes: usa-se a partir do ponto que começa a outra fala	[
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto	(...)
Falas simultâneas: dois falantes ao mesmo tempo	[[
Sinais de pausa	+ para cada 0,5s. Para pausa além de 1,5s, indica-se o tempo.
Sinais de entonação: aspas duplas correspondem mais ou menos ao ponto de interrogação	“ ”
Repetições	Duplica-se a parte repetida.
Pausa preenchida, hesitação ou sinais de atenção	ah, éh, oh, ih, ahã, ehn, uhn, tá
Citações	“citação”
Iniciais maiúsculas	Para nomes próprios ou siglas
Não se usa ponto de exclamação	
Indicação de transcrição parcial ou de eliminação	... ou /.../

Fonte: Preti (2006, p. 12-13) e Marcuschi (2003, p. 10-13).